

Cespe

Coletânea de Questões 2017

Mais de 1.200 Questões Gabaritadas!

GRAN CURSOS ONLINE

Apresentação

Prezado(a) amigo(a) concurseiro(a), tudo bem?

A equipe Gran Cursos Online preparou, com muito carinho, essa supercoletânea de questões da banca Cespe para que você possa treinar e aperfeiçoar seus conhecimentos. São mais de 1.300 questões gabaritadas que ajudarão você a conhecer essa tão temida banca. Todas as questões foram extraídas de provas aplicadas em 2017, o que é importante, pois possibilita conhecer as últimas tendências do que a banca vem cobrando nos últimos certames. Selecionamos questões de diversas disciplinas, como: Língua Portuguesa, Redação Oficial, Raciocínio Lógico-Matemático, Direito Constitucional e muito mais! Então mãos à obra!

Ah, preparamos também uma planilha bem bacana que o(a) ajudará a corrigir suas respostas e avaliará seu desempenho. Com ela você poderá visualizar seus acertos e erros de uma maneira bem dinâmica.

Equipe Gran Cursos Online

Sumário

Língua Portuguesa 5
Gabarito 115
Redação Oficial 117
Gabarito 126
Raciocínio Lógico-Matemático 127
Gabarito 168
Noções de Informática 169
Gabarito 225
Arquivologia 227
Gabarito 239
Administração Financeira e Orçamentária 240
Gabarito 247
Direito Administrativo 248
Gabarito 293
Direito Constitucional 295
Gabarito 348
Direito Penal 350
Gabarito 395
Direito Processual Penal 396
Gabarito 446
Direito Civil 448
Gabarito 492
Direito Processual Civil 494

Gabarito 537
Direito do Trabalho.....539
Gabarito 562
Direito Processual do Trabalho.....563
Gabarito 589

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto III

Escrita em prosa e verso, a Carta Marítima é formalmente um poema sui generis, que supera as divisões convencionais do discurso. Quanto à mensagem, tem elementos de uma alegre sátira ideologicamente avançada para o acanhado meio português do tempo, na qual Sousa Caldas censura os privilégios e a vida materializada, presa a uma educação artificial e obsoleta, sugerindo a regeneração da sociedade por meio de uma transformação como a que lhe parecia estar em curso na França revolucionária. No plano cultural, satiriza a tirania da herança greco-latina e aspira a algo diferente, que não formula, sendo porém significativo que enquanto menciona Homero como exemplo de poeta desligado do real, fechado num mundo factício, louve um moderno, Cervantes, que assim privilegia como autor de obra-prima mais adequada ao tempo, e que de mais a mais reforça o seu propósito na Carta, por ser ela própria uma sátira contra costumes e convenções cediças. Portanto, já em 1790 Caldas insinuava a necessidade de mudar os padrões, e o fazia com mais força e originalidade do que faria seis anos depois o francês Joseph Berchoux, na citadíssima e medíocre Elegia sobre os Gregos e os Romanos, onde os acusa de lhe infelicitarem a vida.(...)

A mudança sugerida na Carta levaria o tempo de uma geração para acontecer. Mas mesmo sem propor novos rumos Sousa Caldas contribuiria a seu modo, ao descartar no resto da obra a imitação da Antiguidade e voltar-se para os temas religiosos, que o Romantismo consideraria mais tarde como um dos seus timbres diferenciadores. Pelo fato de ter remontado na tradução dos Salmos à poesia bíblica, embora nada tenha de pré-romântico ele foi considerado mais ou menos precursor a partir do decênio de 1830; mas é inexplicável que os românticos nunca tenham mencionado a Carta, que poderia, na perspectiva deles, ser lida como verdadeiro manifesto modernizador.

Curioso a este respeito é o caso de Gonçalves de Magalhães, que publicou em 1832 o pífio volume Poesias, encharcado da rotina mais banal daquele momento de exaustão literária, inclusive com recurso constante à mitologia clássica. Mas no ano seguinte escreveu que não queria mais saber dela, por clara influência da Carta Marítima, imitada quase ritualmente numa Carta ao Meu Amigo Dr. Cândido Borges Monteiro (datada do Havre, 1833), onde narra a sua própria viagem à França. Vistas as coisas de hoje, isto parece uma inflexão por influência de Sousa Caldas, antes da conversão estética ocorrida em Paris e manifestada na revista Niterói. Por que então nos escritos renovadores Magalhães não mencionou esta sua precoce mudança de rota, nem mesmo quando se referia a Sousa Caldas? Difícil imaginar os motivos, sobretudo quando pensamos que os primeiros românticos queriam a todo custo encontrar precursores, evocando Durão, Basílio, São Carlos e Sousa Caldas entre os principais. Talvez porque para quem tinha andado de braço com as musas clássicas, como o Magalhães de Poesias, a carga mitológica da Carta Marítima parecesse, na hora de renovar, incompatível com a nova moda. Por isso, não apenas deixou a sua própria Carta fora dos Suspiros Poéticos, mas só se animou a publicá-la em 1864, no volume Poesias Avulsas das suas obras completas, onde recolheu pecados da mocidade.

No entanto, se a tivesse divulgado na altura da sua pregação renovadora ela teria sido (apesar da péssima qualidade) um argumento de certo peso no rastreamento de sinais precursores e da sua própria antecipação. (...)

No rasto de Magalhães, os primeiros românticos também puseram de lado a Carta de Sousa Caldas, que talvez tenham mesmo treslido, sem perceberem a força renovadora que está implícita na sua brincadeira profilática e faz dela indício precursor de certos aspectos que o nosso Romantismo assumiria, sem deixar com isso de ser um documento, plantado no solo setecentista da Ilustração.

Antonio Candido. Carta Marítima. In: O discurso e a cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1998, p. 220-2 (com adaptações).

Com relação a aspectos gramaticais do texto III, julgue (C ou E) o próximo item.

1. (2017/IRBR/TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA) A substituição do vocábulo "encharcado" (l.22) por repleto preservaria o estilo original do período, embora acarretasse prejuízo ao teor metafórico da construção.

Texto 4A4AAA

A linguagem — seja ela oral ou escrita, seja mímica ou semafórica — é um sistema de símbolos, signos ou signos-símbolos, voluntariamente produzidos e convencionalmente aceitos, mediante o qual o ser humano se comunica com seus semelhantes, expressando suas ideias, sentimentos ou desejos.

A linguagem ideal seria aquela em que cada palavra designasse apenas uma coisa, correspondesse a uma só ideia ou conceito, tivesse um só sentido. Como tal não ocorre em nenhuma língua conhecida, as palavras são, por natureza, enganosas, porque polissêmicas ou plurivalentes.

Isoladas de contexto ou situação, as palavras quase nada significam de maneira precisa, inequívoca (Ogden e Richards são radicais: "as palavras nada significam por si mesmas"): "...o que determina o valor da palavra é o contexto, o qual, a despeito da variedade de sentidos de que a palavra seja suscetível, lhe impõe um valor 'singular'; é o contexto também que a liberta de todas as representações passadas, nela acumuladas pela memória, e que lhe atribui um valor 'atual'". Assim, por mais condicionada que esteja a significação de uma palavra ao seu contexto, sempre subsiste nela, palavra, um núcleo significativo mais ou menos estável e constante, além de outros traços semânticos potenciais em condições de se evidenciarem nos contextos em que ela apareça. Se, como entendem Ogden e Richards, as palavras por si mesmas nada significassem, a cada novo contexto elas adquiririam significação diferente, o que tornaria praticamente impossível a própria intercomunicação linguística.

Othon M. Garcia. Comunicação em Prosa Moderna. 21.ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 175-6 (com adaptações).

2. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) O emprego de acento na palavra "memória" (l.12) pode ser justificado por duas regras de acentuação distintas.

Texto CB1A1AAA

Na mídia em geral, nos discursos políticos, em mensagens publicitárias, na fala de diferentes atores sociais, enfim, nos diversos contextos em que a comunicação se faz presente, deparamo-nos repetidas vezes com a palavra cidadania. Esse largo uso, porém, não torna evidente seu significado. Ao contrário, o fato de admitir vários empregos deprecia seu valor conceitual, isto é, sua capacidade de nos fazer compreender certa ordem de eventos. Por que, então, a palavra cidadania é constantemente evocada, se o seu significado é tão pouco esclarecido?

Uma resposta possível a essa indagação começa pelo reconhecimento de que há um considerável avanço da agenda igualitária no mundo e, decorrente disso, uma valorização sem precedentes da ideia de direitos. O fenômeno é mundial, afeta, de modos e em graus distintos, todas as sociedades e aponta para uma democratização progressiva e sustentada das repúblicas. Observam-se também, nesse contexto, passagens contínuas da condição de indivíduo à de cidadão, na medida em que temas do domínio privado que, por sua incidência e relevância, passam a ser amplamente debatidos na esfera pública podem influenciar o sistema político a torná-los matéria de interesse geral e, no limite, direitos positivados.

Em suma, reconhecer a centralidade que assumiu a discussão sobre direitos ajuda a entender a atual onipresença da palavra cidadania. Mas avançar na elucidação desse fenômeno impõe perceber que, ao lado da valorização dos direitos, se desenvolve igualmente a certeza de que o caminho para efetivá-los é a mobilização pública do sentimento de justiça, e não a ativação de métodos personalistas de acesso a eles. Em outras palavras, considera-se cada vez mais importante que os direitos estejam fortemente conectados com a plena autonomia política dos indivíduos, de modo que não sejam vividos como favores concedidos por governantes, filantropos, patronos ou equivalentes.

Maria Alice Rezende de Carvalho. Cidadania e direitos. In: André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (Orgs.). Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (com adaptações).

3. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No primeiro parágrafo do texto CB1A1AAA, o referente da forma pronominal "sua" (l.4) é

a) "significado" (l.3).

b) "a palavra cidadania" (l. 5).

c) "Esse largo uso" (l.3).

d) "vários empregos" (l.4).

Texto CB3A1AAA

Um livro é como uma casa. Tem fachada, jardim, sala de visitas, quartos, dependência de empregada e até mesmo cozinha e porão. Suas páginas iniciais, como aquelas conversas cerimoniais que antigamente eram regadas a guaraná geladinho e biscoito champanhe, servem solenemente para dizer ao leitor (esse fantasma que nos chega da rua) o que se diz a uma visita de consideração: que não repare nos móveis, que o dono da morada é modesto e bem-intencionado. (...) Que vá, enfim, ficando à vontade e desculpando alguma coisa...

Assim, se o leitor quiser me acompanhar, eu lhe mostro, daqui da sala de visitas, esta minha nova casa. Diria, inicialmente, que ela começou com uma ideia, e não com um projeto bem-acabado, pois não sou engenheiro civil, mas estudante das coisas humanas. Desse modo, esta coleção de ensaios nasceu da motivação de compreender a sociedade brasileira como alguma coisa totalizada.

Pode estar seguro o meu leitor-visita de que fiz o que pude e de que tentei até mesmo lhe indicar o caminho do quintal e da cozinha. Mas, se mesmo assim tudo lhe for desagradável, se considerar a casa mal construída, se o café estiver frio e fraco, e a cerveja, muito quente, se tudo — enfim — lhe parecer errado ou ruim, então eu só lhe peço que se lembre de uma coisa: a casa, afinal de contas, é brasileira. Nela, se há regras para o anfitrião, há também normas para a visita. E, até mesmo quando não se gosta de algo, se pode dizer isso educada e generosamente. Fique à vontade...

Roberto Damatta. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 5 (com adaptações).

4. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Sem prejuízo para o sentido original do texto CB3A1AAA, a expressão mesmo assim, em Mas, se mesmo assim tudo lhe for desagradável (l. 12), poderia ser substituída por

a) até mesmo.

b) malgrado.

c) por isso.

d) apesar disso.

Texto CB1A1AAA

Além de ter incorporado, no desempenho de seus cargos, conceitos como os da transparência e da impessoalidade, décadas antes de eles serem consolidados na Constituição Federal de 1988, o renomado escritor Graciliano Ramos foi um gestor em busca da eficiência e que agia com extremo zelo com os recursos públicos.

Não se trata apenas do seu combate ao patrimonialismo e ao nepotismo, mas também do que se designa, hoje, de foco no resultado com responsabilidade fiscal. Um exemplo disso é o fato de que, como prefeito de Palmeira dos Índios, município do agreste alagoano, de 1928 a 1930, ele construiu estradas gastando menos da metade do que se costumava gastar por quilômetro construído pela administração do estado.

O autor foi, também, um gestor público visionário que investia em planejamento urbano, fiscalizava obras pessoalmente e priorizava medidas preventivas para evitar desastres naturais, como enchentes.

Internet: <www.agendaa.com.br> (com adaptações).

A respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto CB1A1AAA, julgue os itens a seguir.

5. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A locução "Além de" (l.1) estabelece uma relação de adição no período em que ocorre.

6. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O referente da forma pronominal "eles" (l.2) é o termo "cargos" (l.1).

Texto CG2A1AAA

A evolução do modo de comunicação social, da antiga sociedade do face a face à moderna sociedade de massas, fez-se em função do estado da técnica. Sem a invenção dos caracteres móveis de imprensa, no século XV, seria impossível haver jornais. De modo semelhante, no século XX, a Internet inaugurou a era da comunicação global, pela utilização conjugada do telefone e do computador. As vias de comunicação evoluíram no sentido de uma conjugação de veículos e técnicas, para criar uma rede complexa e global, que congrega desde empresas de produção da comunicação (imprensa, televisão etc.) até a indústria da informática. As consequências dessa estupenda transformação técnico-econômica não foram ainda assimiladas pela teoria política.

A vida política, como todas as demais formas de relacionamento social, pressupõe a organização de um espaço próprio de comunicação. No regime democrático, esse espaço é necessariamente público, porque o poder político supremo pertence ao povo.

Na realidade, porém, a organização do espaço público de comunicação — não só em matéria política, como também econômica, cultural ou religiosa — faz-se, hoje, com o alheamento do povo. Assim, enquanto nos regimes autocráticos a comunicação social constitui monopólio dos governantes, nos países geralmente considerados democráticos o espaço de comunicação social deixa de ser público, para tornar-se, em sua maior parte, objeto de oligopólio da classe empresarial.

O verdadeiro espaço público de deliberação política passou a ser aquele oferecido pelos veículos de comunicação de massa. Nos países em que vigora claramente o regime oligárquico sob aparências democráticas, a exploração dos mais importantes órgãos de comunicação é feita por grupos empresariais privados. Nesses países, o desenrolar das eleições mais importantes faz-se sempre sob a influência decisiva da propaganda veiculada pela grande imprensa, pelo rádio e, sobretudo, pela televisão. Portanto, o debate público sobre as grandes questões da vida política e econômica dessas nações é estruturalmente falseado.

É imperioso que se retome o debate autêntico, que pressuponha a liberdade e a capacidade dos cidadãos de proporem questões a serem discutidas. Para isso, os veículos de expressão coletiva devem ser instrumentos de uso comum de todos.

Fábio Konder Comparato. A era da comunicação de massa e da privatização do espaço público. In: Revista USP, n. 48, São Paulo, dez.-fev./2000-2001, p. 6-17 (com adaptações).

7. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Com relação aos aspectos linguísticos do texto CG2A1AAA, assinale a opção correta.

a) Os termos "monopólio" (l.14) e "oligopólio" (l.16) podem ser considerados sinônimos no texto, pois têm o mesmo sentido: comércio realizado por poucos.

b) Na linha 18, o deslocamento do vocábulo "claramente" para após "regime" manteria o sentido original do texto.

c) A substituição da vírgula após "global" (l.4) por dois-pontos manteria a correção gramatical do período e o sentido original do texto.

d) Os vocábulos "ainda" (l.8) e "enquanto" (l.14) exprimem tempo decorrido.

e) Os adjetivos "estupenda" (l.7) e "imperioso" (l.24) são marcas de subjetividade no texto.

Texto CG1A1AAA

Somente em um sistema de democracia indireta ou representativa existem partidos políticos. A democracia indireta ou representativa, segundo Kelsen, é aquela em que a função legislativa é exercida por um parlamento eleito pelo povo, e as funções administrativa e judiciária são exercidas por funcionários igualmente escolhidos por um eleitorado. Dessa forma, um governo é representativo quando os seus funcionários, durante a ocupação do poder, refletem a vontade do eleitorado e são responsáveis para com este.

Como o sistema de democracia representativa procurava representar uma unidade, os partidos políticos foram vistos com maus olhos em um primeiro momento. Em seu início, não tinham sequer o respaldo da Constituição.

Kelsen explica que os partidos políticos surgiram porque, em uma democracia parlamentar, o indivíduo isolado tem pouca influência sobre a criação dos órgãos legislativos e executivos. Assim, para obter influência, ele tem de se associar a outros que compartilhem as suas opiniões políticas. Para o autor, o partido político é um veículo essencial para a formação da vontade pública em uma democracia parlamentar.

Ana Cláudia Santano. Os partidos políticos. Internet: <www.egov.ufsc.br> (com adaptações).

8. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A correção gramatical e os sentidos do texto CG1A1AAA seriam preservados caso a expressão quando (l.5) fosse substituída por

a) conquanto.

b) à medida que.

c) enquanto.

d) se.

e) bem como.

Texto CG1A1BBB

O Tocantins dá abrigo à mais completa floresta fossilizada do mundo, que viveu no Período Permiano, em uma época anterior à dos dinossauros. No final desse período, o planeta assistiu à maior extinção em massa da fauna e da flora de sua existência.

Os fósseis da floresta foram preservados graças à presença de sílica no ambiente, que se infiltrou nas plantas e conservou seus formatos, por meio do processo de permineralização celular. A infiltração e a impregnação de sílica nas células e nos espaços intercelulares formaram uma matriz

inorgânica que sustentou os tecidos das plantas, preservando-os. A origem do agente da permineralização silicosa ainda permanece obscura.

O alto índice de samambaias indica que a região central do Tocantins era, então, uma planície costeira com farto sistema hídrico sob um clima tropical. E o ambiente? Há dúvidas quanto à sua caracterização, isto é, se era amazônico ou parecido com o do cerrado.

Internet: <www.florestalbrasil.com> (com adaptações).

9. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No texto CG1A-1BBB, o pronome "os" (l.7) remete a

a) "células" (l.6) e "espaços" (l.10).

b) "os tecidos das plantas" (l.7).

c) "tecidos" (l.7) e "plantas" (l.7).

d) "Os fósseis da floresta" (l.4).

e) "seus formatos" (l.5).

Texto CB3A1BBB

O velocista jamaicano Usain Bolt, considerado o homem mais rápido do mundo, declarou certa vez que queria se tornar jogador de futebol do Manchester United. (...) Bolt jogaria de ala e aproveitaria para imprimir velocidade ao jogo, segundo afirmou. Dá pra imaginar o corredor levando nove segundos e meio para sair da pequena área, sem sombra de impedimento, e chegar saltitante ao gol rival, antes que os locutores tenham tempo de informar as horas.

Isso me leva a uma boa ideia para os próximos jogos olímpicos: no evento de abertura, as delegações desfilariam e confraternizariam; no dia seguinte, haveria um eletrizante sorteio. Neste, descobriríamos que o time de vôlei iria representar o Brasil na canoagem e que a equipe de pentatlo moderno havia sido escalada para jogar handebol.

Os atletas do levantamento de peso adorariam encarar uma coreografia de ginástica rítmica, enquanto os meninos do basquete teriam certa dificuldade em driblar um ciclista durante a partida de futebol. Equipes masculinas seriam convocadas para esportes femininos, como o nado sincronizado, e seriam obrigadas a exibir toda a sua graça e malemolência aos juízes.

Estes, aliás, seriam mantidos em seus esportes, bem como os técnicos de cada modalidade, porque, afinal, a gente não está de brincadeira.

Vanessa Barbara. Pato na água. In: O louco de palestra. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. e-Book, localização: 204 (com adaptações).

10. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No texto CB3A-1BBB, o vocábulo "Isso" (l.6) remete à

a) velocidade característica de Bolt, que poderia ser mais bem aproveitada no futebol.

b) vontade de trocar de esporte manifestada por diversos atletas olímpicos.

c) cena hipotética imaginada na qual Usain Bolt atua como jogador de futebol.

d) intenção de Bolt de deixar as pistas de atletismo para se dedicar ao futebol.

11. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No texto CB3A-1BBB, o pronome este, na contração "Neste" (l.7), refere-se a

a) "dia seguinte" (l.7).

b) "um eletrizante sorteio" (l.7).

c) "o time de vôlei" (l.8).

d) "evento de abertura" (l.6).

Texto CB1A1AAA

Além de ter incorporado, no desempenho de seus cargos, conceitos como os da transparência e da impessoalidade, décadas antes de eles serem consolidados na Constituição Federal de 1988, o renomado escritor Graciliano Ramos foi um gestor em busca da eficiência e que agia com extremo zelo com os recursos públicos.

Não se trata apenas do seu combate ao patrimonialismo e ao nepotismo, mas também do que se designa, hoje, de foco no resultado com responsabilidade fiscal. Um exemplo disso é o fato de que, como prefeito de Palmeira dos Índios, município do agreste alagoano, de 1928 a 1930, ele construiu estradas gastando menos da metade do que se costumava gastar por quilômetro construído pela administração do estado.

O autor foi, também, um gestor público visionário que investia em planejamento urbano, fiscalizava obras pessoalmente e priorizava medidas preventivas para evitar desastres naturais, como enchentes.

Internet: <www.agendaa.com.br> (com adaptações)

No que se refere aos aspectos linguísticos e aos mecanismos de construção da argumentação do texto CB1A1AAA, julgue os próximos itens.

12. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O elemento "disso" (l.6) retoma "foco no resultado com responsabilidade fiscal" (l.6).

13. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O elemento "ele" (l.7) refere-se a "prefeito" (l.7).

14. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A oração introduzida pela expressão "mas também" (l.5) introduz uma ideia que complementa e reforça a ideia contida na oração imediatamente anterior a ela.

Texto CB2A2AAA

O pensamento do filósofo grego Sócrates, no século V a. C., marcou uma reviravolta na história humana. Até então, a filosofia procurava explicar o mundo com base na observação das forças da natureza. A partir de Sócrates, o ser humano voltou-se para si mesmo.

A preocupação do filósofo era levar as pessoas, por meio do autoconhecimento, à sabedoria e à prática do bem. Para o filósofo grego, o papel do educador é, portanto, o de ajudar o discípulo a caminhar nesse sentido, despertando sua cooperação para que ele consiga, por si próprio, iluminar sua inteligência e sua consciência.

Assim, o verdadeiro mestre não é um provedor de conhecimentos, mas alguém que desperta os espíritos. Ele deve, segundo Sócrates, admitir a reciprocidade ao exercer sua função iluminadora, permitindo que os alunos contestem seus argumentos da mesma forma que ele contesta os argumentos dos alunos. Para esse pensador, só a troca de ideias dá liberdade ao pensamento e a sua expressão, condição imprescindível para o aperfeiçoamento do ser humano.

Sócrates. In: Coleção Grandes Pensadores. Revista Nova Escola. Ed. 179, jan.–fev./2005. Internet: (com adaptações)

A respeito das propriedades linguísticas do texto CB2A2AAA, julgue o item subsequente.

15. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No trecho "A partir de Sócrates, o ser humano voltou-se para si mesmo", o pronome na forma verbal "voltou-se" denota reciprocidade, aspecto enfatizado pela expressão "para si mesmo".

Ainda com relação às propriedades linguísticas do texto CB2A2AAA, julgue o item a seguir.

16. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No trecho "o verdadeiro mestre não é um provedor de conhecimentos, mas alguém que desperta os espíritos", o termo oracional "alguém que desperta os espíritos" define o perfil do indivíduo que se distingue do verdadeiro mestre e do provedor de conhecimentos e, por isso, está introduzido pela conjunção "mas", que expressa oposição.

Texto 7A1AAA

O tema relativo à economia informal ganhou destaque expressivo na mídia e na literatura especializada a partir do final do século passado. Essa denominação pode envolver fenômenos muito distintos, tais como sonegação fiscal, terceirização, atividades de microempresas, comércio de rua ou ambulante, contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes, trabalho temporário e trabalho em domicílio, entre outros.

A economia informal apresenta um denominador comum no imaginário das pessoas: envolve atividades, trabalhos e rendas que desconsideram as regras expressas em leis ou em procedimentos usuais. As recorrentes menções a esse tema refletem as dificuldades que as organizações, os indivíduos e o coletivo social vêm enfrentando para superar, com as regras legais vigentes ou com os procedimentos-padrão, as mudanças estruturais econômicas, políticas e sociais em andamento.

Se, por um lado, as diferentes situações criadas pela economia informal respondem a demandas legítimas e encaminham possíveis soluções no âmbito da nova ordem econômica e social, por outro, constituem focos de tensões e de desigualdades sociais.

Maria Cristina Cacciamali. Globalização e processo de informalidade. In: Economia e Sociedade. Campinas, (14):153-74, jun./2000 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto 7A1AAA, julgue o item que se segue.

17. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) A substituição da forma verbal "pode envolver" (l.2) por envolve alteraria os sentidos do texto.

Texto 4A1DDD

Entrevista com Adirley Queirós, diretor de cinema

Joceline Gomes: A última mensagem do teu filme, projetada na tela, é "a nossa memória fabulamos nós mesmos". Como que é a fabulação de uma memória periférica, da Ceilândia?

Adirley Queirós: Na minha cabeça, a memória tradicional tende a ser reacionária. Essas pessoas que sofreram todo o massacre que aconteceu para que houvesse a construção de Ceilândia narram essa memória como se aquele tempo tivesse sido "o tempo bom". Criamos todo um mecanismo perverso pra afirmar que o passado foi bom, embora o passado tenha sido horrível. Passamos fome, frio, nossos pais morreram de diabetes, hipertensão, assassinados. A gente tem que se livrar daquele tempo. Eu ia pr'aquele baile, o Quarentão. E essa lembrança do Quarentão é narrada hoje pelas pessoas com um tom preconceituoso. E eu também sou preconceituoso. É óbvio que eu tenho internalizado em mim a homofobia, o racismo, o machismo. Isso não sai da gente de uma hora pra outra. Mas produzir um trabalho de cinema que lide com isso é entender que essa contradição está ali colocada.

Carol Almeida. Entrevista: Adirley Queirós, diretor de "Branco Sai, Preto Fica". Internet: <https://foradequadro.com> (com adaptações).

A respeito dos aspectos linguísticos e dos sentidos do texto 4A1DDD, julgue os próximos itens.

18. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) Na fala do entrevistado, os termos "Essas pessoas" (l.3), "pessoas" (l.8) e "da gente" (l.10) referem-se ao mesmo conjunto de indivíduos que compõem a comunidade, cuja memória é o tema da resposta à entrevistadora.

19. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) Por se tratar de transcrição de fala, optou-se por preservar marcas da oralidade, tais como o emprego de "pra" (l. 6 e 10) em lugar de para e o encadeamento da argumentação pela introdução da conjunção aditiva "E" (l. 8 e 9) em início de período.

Texto 7A3AAA

Botelho conhecia as faltas de Estela como as palmas das próprias mãos. O Miranda mesmo, que o via em conta de amigo fiel, muitas e muitas vezes lhas confiara em ocasiões desesperadas de desabafo, declarando francamente o quanto no íntimo a desprezava e a razão por que não a punha na rua aos pontapés. E o Botelho dava-lhe toda a razão: entendia também que os sérios interesses comerciais estavam acima de tudo.

— Uma mulher naquelas condições, dizia ele convicto, representa nada menos que o capital, e um capital em caso nenhum a gente despreza! Agora, você o que devia era nunca chegar-se para ela...

— Ora! Explicava o marido. Eu me sirvo dela como quem se serve de uma escarradeira!

O parasita, feliz por ver quanto o amigo aviltava a mulher, concordava em tudo plenamente, dando-lhe um carinhoso abraço de admiração. Mas por outro lado, quando ouvia Estela falar do marido, com infinito desdém e até com asco, ainda mais resplandecia de contente.

Aluísio Azevedo. O cortiço. Internet: <www.dominiopublico.gov.br> (com adaptações)

No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto 7A3AAA, julgue os itens a seguir.

20. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPE-

CIALIDADE – TAQUIGRAFIA) A forma pronominal "lhas" (l.2) retoma "faltas" (l.1) e "Botelho" (l.1), de modo que se conclui do texto que o Miranda havia confiado as faltas de Estela a Botelho.

21. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) Na linha 4, o emprego do pretérito imperfeito nas formas verbais "dava" e "entendia" tem efeitos distintos: no primeiro caso denota iteratividade e, no segundo, duração.

Texto 4A2AAA

O espaço urbano foi organizado de sorte a favorecer as operações de circulação, compra e venda de mercadorias; e, ao mesmo tempo, nele se oferece ao consumo uma diversidade de localizações, paisagens, topografias físicas e simbólicas que são de diferentes modos incorporadas à dinâmica mercantil. Hoje, podemos talvez acrescentar que a cidade se torna o lugar do consumismo e do consumismo de lugar. O que isso quer dizer e que implicações isso tem para o compartilhamento da cidade como espaço público?

Sabemos que a cidade é o lugar preferencial da realização do consumismo de bens. Mas, também, vale dizer que, com o advento do urbanismo competitivo, é o lugar do consumismo de lugares, por meio das dinâmicas da cidade-espetáculo, dos megaeventos e do esforço de venda de imaginadores urbanos com suas obras fundadas em um culturalismo de mercado. O planejamento estratégico do urbanismo de mercado propõe-se, na atualidade, a realizar um esforço de venda macroeconômico dos lugares, o que faz do consumismo de lugares um modo particular de articulação entre o rentismo imobiliário e a competição interurbana por capitais. Para isso concorre o consumismo publicitário privatizante dos espaços da cidade.

Por outro lado, conforme observa o economista Pierre Veltz, os novos requisitos da espacialidade das empresas nas cidades exprimem hoje "o paradoxo segundo o qual os recursos não mercantis não veem seu papel diminuir, mas, ao contrário, se afirmar e se estender nas economias avançadas e concorrenciais". Isso é exemplificado pela luta dos pescadores artesanais da Associação Homens do Mar em defesa do caráter público da Baía da Guanabara e pelas manifestações maciças de ciclistas pelo direito ao espaço público nas cidades. Tratando-se de bens não mercantis em disputa, os conflitos por apropriação dos recursos urbanos apresentam forte potencial de politização, seja na busca de acesso equânime a ambientes saudáveis, seja na eliminação de controles policiais discriminatórios.

Para Abba Lerner, Prêmio Nobel de Economia de 1954, toda transação econômica realizada é um conflito político resolvido. Inversamente, podemos sustentar que toda disputa pelos recursos não mercantis das cidades — saúde e saneamento, mobilidade, meio ambiente, segurança — não redutível a relações de compra e venda configura conflitos políticos em potencial.

Henri Acselrad. Cidade – espaço público? A economia política do consumismo nas e das cidades. In: Revista UFMG, v. 20, n.º 1, jan.–jun./2013, p. 234-247 (com adaptações).

Com relação aos sentidos do texto 4A2AAA, julgue os itens a seguir.

22. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) A locução "de sorte a" (l.1) introduz a consequência decorrente do modo como o espaço urbano foi organizado, de acordo com o texto.

Texto 4A4AAA

A linguagem – seja ela oral ou escrita, seja mímica ou semafórica – é um sistema de símbolo, signos ou signos-símbolos, voluntáriamente produzidos e convencionalmente aceitos, mediante o qual o ser humano se comunica com seus semelhantes, expressando suas ideias, sentimentos ou desejos.

A linguagem ideal seria aquela em que cada palavra designasse apenas uma coisa, correspondesse a uma só ideia ou conceito, tivesse um só sentido. Como tal não ocorre em nenhuma língua conhecida, as palavras são, por natureza, enganosas, porque polissêmicas ou plurivalentes.

Isoladas de contexto ou situação, as palavras quase nada significam de maneira precisa, inequívoca (Ogden e Richards são radicis: "as palavras nada significam por si mesmas"): "...o que determina o valor da palavra é o contexto, o qual, a despeito da variedade de sentidos de que a palavra seja suscetível, lhe impõe um valor 'singular'; é o contexto também que a liberta de todas as representações passadas, nela acumuladas pela memória, e que lhe atribui um valor "atual". Assim, por mais condicionada que esteja a significação de uma palavra ao seu contexto, sempre subsiste nela, palavra, um núcle significativo mais ou menos estável e constante, além de outros traços semânticos potenciais em condições de se evidenciarem nos contextos em que ela apareça. Se, como entendem Ogden e Richards, as palavras por si mesmas nada significassem, a cada novo contexto elas adquiririam significação diferente, o que tornaria praticamente impossível a prórpia intercomunicação linguística.

Othon M. Garcia. Comunicação em Prosa Moderna. 21ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 175-6 (com adaptações).

23. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) Nos trechos "lhe impõe" (l.17) e "lhe atribui" (l.19), o pronome 'lhe' refere-se a "palavra" (l.16), de modo que seriam gramaticalmente corretas as reescritas impõe a ela e atribui a ela.

24. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) O vocábulo "Como" (l.6) introduz no segundo período uma ideia de comparação.

Texto I

O ano de 1881 foi dos mais significativos e importantes para a ficção no Brasil, pois que nele se publicaram as Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis (saídas na Revista Brasileira, no ano anterior) e O Mulato, de Aluísio Azevedo. Com estes livros se encerrava a indecisão da década de setenta, e tomavam corpo duas das tendências nela delineadas, a da análise, prenunciada nos primeiros trabalhos do próprio Machado de Assis, e a naturalista, prefigurada principalmente pelo Coronel Sangrado, de Inglês de Sousa, e por Um Casamento no Arrabalde, de Franklin Távora. A terceira, a regionalista, só um pouco depois ganharia feição mais nítida.

No momento, impressionou muito mais a novidade do Mulato — sob muitos aspectos ainda tão preso às deformações românticas — do que a do Brás Cubas, muito mais completa e audaciosa. É que aquele não só trazia um rótulo em moda, como, parecendo revolucionário e de fato o sendo pelo tema, continuava a velha linha nacional de romances que encontravam na descrição de costumes o seu centro de gravidade; foi por isso mais facilmente entendido e admirado. Pelos livros de Zola e Eça de Queirós, estavam o meio intelectual e o público que lia preparados para receber afinal uma obra naturalista brasileira, que na verdade se fazia esperar, ao passo que nada os habituara de antemão à nova maneira de Machado de Assis, já que nenhum crítico vislumbrara as sondagens psicológicas escondidas sob os casos sentimentais que até então de preferência contara. Toda a gente se deslumbrou — ou se escandalizou — com O Mulato, sem perceber que o espírito de inovação e de rebeldia estava mais nas Memórias Póstumas de Brás Cubas. Aqui, ousadamente, varriam-se de um golpe o sentimentalismo, o moralismo superficial, a fictícia unidade da pessoa humana, as frases piegas, o receio de chocar preconceitos, a concepção do predomínio do amor sobre todas as outras paixões; afirmava-se a possibilidade de construir um grande livro sem recorrer à natureza, desdenhava-se a cor local, colocava-se um autor pela primeira vez dentro das personagens; surgiam afinal homens e mulheres, e não brasileiros, ou gaúchos, ou nortistas, e — last but not least — patenteava-se a influência inglesa em lugar da francesa, introduzia-se entre nós o humorismo.

A independência literária, que tanto se buscara, só com este livro foi selada. Independência que não significa, nem poderia significar, autossuficiência, e sim o estado de maturidade intelectual e social que permite a liberdade de concepção e expressão. Criando personagens e ambientes brasileiros — bem brasileiros —, Machado não se julgou obrigado a fazê-los pitorescamente típicos, porque a consciência da nacionalidade, já sendo nele total, não carecia de elementos decorativos. Aquilo que reputava indispensável ao escritor, "certo sentimento íntimo que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço", ele o possuiu inteiramente, com uma posse tranquila e pacífica. E por isso pôde — o primeiro entre nós — ser universal sem deixar de ser brasileiro.

Todas essas qualidades, das quais algumas já se haviam delineado nos livros anteriores do seu autor, fizeram das Memórias Póstumas de Brás Cubas um acontecimento literário de imenso alcance. Tanto no presente como no passado alterava o nosso panorama literário, porque exigia a revisão de valores que, segundo T. S. Eliot, se dá cada vez que surge uma obra realmente nova. Aplicando ao restrito patrimônio das letras brasileiras a fórmula empregada um plano muito mais vasto pelo crítico inglês, podemos dizer que o aparecimento do Brás Cubas modificou a ordem estabelecida. (...)

Descontada a parte do coeficiente pessoal — sem dúvida a mais importante — a obra de Machado de Assis revela que já possuíamos, no fim do Segundo Reinado, um organismo social melhor definido do que faria supor a confusão reinante nos domínios literários entre o indivíduo e o meio físico ou o clã a que pertencia. (...) Abandonando os episódios sentimentais a que até esse momento mais ou

menos se ativera, instalando-se no íntimo de suas criaturas, Machado de Assis descobriu seres cujas reações especificamente brasileiras não contrariavam o caráter mais larga e profundamente humano.

E, entretanto — tais são os erros de perspectiva dos contemporâneos —, o que a todos pareceu novidade completa foi O Mulato, que inaugurava muito mais uma maneira literária do que um ângulo de visão diferente. O movimento naturalista a que deu início empolgaria os escritores, marcaria com o seu sinete não apenas o decênio que começava, mas também em boa parte o que se lhe seguiria, enquanto que, na época, só Raul Pompéia se deixaria seduzir pelas análises praticadas no Brás Cubas. Havia, porém, nesses dois livros de índole tão diversa, um traço comum: em ambos triunfava a observação.

Lúcia Miguel Pereira. História da literatura brasileira – Prosa de ficção – de 1870 a 1920. Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1973, 3. ed., p. 53-5 (com adaptações).

Com relação a aspectos gramaticais do texto I, julgue (C ou E) o item que se segue.

25. (2017/IRBR/TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA) A retirada do pronome oblíquo na oração "ele o possuiu inteiramente" (l.31-32) preservaria a correção gramatical e o sentido original do texto.

Texto II

Dei em passear de bonde, saltando de um para outro, aventurando-me por travessas afastadas, para buscar o veículo em outros bairros. Da Tijuca ia ao Andaraí e daí à Vila Isabel; e assim, passando de um bairro para outro, procurando travessas despovoadas e sem calçamento, conheci a cidade — tal qual os bondes a fizeram alternativamente povoada e despovoada, com grandes hiatos entre ruas de população condensada e toda ela, agitada, dividida, convulsionada pelas colinas e contrafortes da montanha em cujas vertentes crescera. Jantava, uns dias; em outros, almoçava unicamente; e houve muitos que nem uma coisa ou outra fiz. (...) Abelardo Leiva, o meu recente conhecimento, era poeta e revolucionário. Como poeta tinha a mais sincera admiração pela beleza das meninas e senhoras de Botafogo. Não faltava às regatas, às quermesses, às tômbolas, a todos os lugares em que elas apareciam em massa; (...). Como revolucionário, dizia-se socialista adiantado, apoiando-se nas prédicas e brochuras do Senhor Teixeira Mendes, lendo também formidáveis folhetos de capa vermelha, e era secretário do Centro de Resistência dos Varredores de Rua. Vivia pobremente, curtindo misérias e lendo, entre duas refeições afastadas, as suas obras prediletas e enchendo a cidade com os longos passos de homem de grandes pernas.

Depois de nossas relações, era frequente passearmos juntos. Saíamos às dez horas, tomávamos café e andávamos até as três ou quatro da tarde. A essa hora separávamo-nos em obediência a uma convenção tácita. Tratava-se de jantar e cada um de nós ia arranjar-se. À tarde, encontrávamo-nos e íamos conversar a um café com alguns outros amigos dele, na mor parte desprovidos de dinheiro, com magros e humildes empregos, pretendendo virar a face do mundo para ter almoço e jantar diariamente. Leiva era o chefe, era a inteligência do grupo, pois, além de poeta, tinha todos os preparatórios para o curso de dentista. Eu gostava de notar a adoração pela violência que as suas almas pacíficas tinham, e a facilidade com que explicavam tudo e apresentavam remédios. Embora mais moço que ele, várias vezes cheguei a sorrir aos seus entusiasmos. Creio que lhes não faltava inteligência, sinceridade também; o que não encontravam era uma soma de necessidades a que

viessem responder e sobre as quais apoiassem as suas furiosas declamações. Insurgiam-se contra o seu estado particular, oriundo talvez mais de suas qualidades de caráter do que de falhas de temperamento. Eram todos honestos, orgulhosos, independentes e isso não leva ninguém à riqueza e à abastança. Leiva era quem mais exagerava nos traços do caráter comum e se encarregava de pintar os sofrimentos da massa humana. Era um grupo de protestantes, detestando a política, dando-se ares de trabalhar para obra maior, a quem as periódicas "revoluções" não serviam. Um ou outro acontecimento vinha-lhes dar a ilusão de que eram guias da opinião. Leiva gabava-se de ter feito duas greves e de ter modificado as opiniões do operariado do Bangu com as suas conferências aplaudidas. Os outros, sem a sua enfibratura, os seus rompantes de atrevimento e a sua ambição oculta, mais sinceros talvez por isso, limitavam-se a falar e a manifestar as suas terríveis opiniões em publicações pouco lidas.

No entanto, Leiva parecia-me mais sincero na sua poesia palaciana e de modista do que nas ideias revolucionárias. Não o julgava perfeitamente hipócrita; era a sua situação que lhe determinava aquelas opiniões; o seu fundo era cético e amoroso das comodidades que a riqueza dá. Cessassem as suas dificuldades, elas desapareceriam e surgiria então o verdadeiro Leiva, indiferente aos destinos da turba, dando uma esmola em dia de mau humor e preocupado com uma ruga no fraque novo que viera do alfaiate.

Lima Barreto. Recordações do escrivão Isaías Caminha.
São Paulo: Brasiliense, 1956, p.133-6 (com adaptações).

Considerando as relações semântico-sintáticas estabelecidas no texto II, julgue (C ou E) o item a seguir.

26. (2017/IRBR/TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA) A conjunção "Embora" (l.22) pode ser substituída por Posto que, mantendo-se o sentido e a correção gramatical do texto.

Texto CG1A2AAA

Desde que a urna eletrônica foi adotada em todo o território brasileiro, votar passou a ser uma atividade relativamente simples. Diante da urna, o eleitor pode seguir quatro caminhos diferentes. É possível deixar o voto em branco; para isso, basta apertar a tecla branca. A segunda opção é digitar um número que não corresponda a nenhum dos candidatos ou partidos e, com isso, anular o voto. A terceira opção é digitar o número de um partido e votar "na legenda". Por fim, é possível escolher um candidato específico digitando-se o seu número.

Até meados da década de 90 do século XX, ainda na era da cédula de papel, a apuração geralmente era feita em ginásios esportivos e durava muitos dias. As pessoas que tiveram a oportunidade de ver uma dessas apurações devem se lembrar das fases da contagem de votos. Inicialmente, os votos em branco eram carimbados para evitar que eles fossem preenchidos de maneira fraudulenta durante o cômputo. Os votos nulos eram separados em uma pilha específica. Depois de contados os votos, os boletins de cada urna eram preenchidos, enviados para níveis superiores de apuração e totalizados. Hoje os poderosos computadores da justiça eleitoral em Brasília são capazes de proclamar, em poucas horas, quais foram, entre os milhares de candidatos, os eleitos.

Jairo Nicolau. Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, p. 21-3 (com adaptações).

27. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No período que inicia o texto CG1A2AAA, a locução "Desde que" (l.1) introduz uma ideia de

a) proporcionalidade.

b) tempo.

c) causa.

d) consequência.

e) condição.

Texto CG2A2AAA

Em sua definição, o voto em branco é aquele que não se dirige a nenhum candidato entre os que disputam as eleições. São considerados, portanto, votos estéreis, porque não produzem frutos. Os votos nulos, por sua vez, são aqueles que, somados aos votos em branco, compõem a categoria dos votos estéreis, inválidos ou, como denominou o Tribunal Superior Eleitoral, votos apolíticos. Logo, os votos em branco e os nulos são votos que, a princípio, não produzem resultado nem influenciam no resultado do pleito.

Ao comparecer às urnas no dia das eleições, o eleitor que apresentar voto em branco ou nulo pode fazê-lo por diversas razões. Esses motivos podem embasar tanto a postura dos que votam em branco quanto a dos que votam nulo, pois o resultado final é o mesmo: invalidar o voto. Assim sendo, não é razoável diferenciar o voto em branco do voto nulo. Deve-se considerar a essência do ato, a sua real motivação, que é a invalidação. É evidente que não se sabe, ao certo, a razão que motiva cada eleitor a votar em branco ou nulo; entretanto, em ambos os casos, não há dúvida quanto à invalidade do voto por ele dado.

Renata Dias. Os votos brancos e nulos no estado democrático de direito: a legitimidade das eleições majoritárias no Brasil. In: Estudos eleitorais, v. 8, n.º 1, jan./abr. 2013, p. 36-8 (com adaptações).

28. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Acerca do papel das conjunções na organização argumentativa do texto CG2A2AAA, julgue o item subsequente.

I – A conjunção "porque" (l.2) combina duas orações que mantêm entre si uma relação de causalidade.

II – A conjunção "como" (l.4) indica uma comparação entre as afirmações das orações por ela conectadas.

III – A conjunção "Logo" (l.4) introduz um período que explica o raciocínio apresentado em períodos anteriores.

IV – A conjunção "entretanto" (l.12) estabelece relação de contraposição entre os conteúdos das orações por ela combinadas.

Estão certos apenas os itens

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

Texto III

Escrita em prosa e verso, a Carta Marítima é formalmente um poema sui generis, que supera as divisões convencionais do discurso. Quanto à mensagem, tem elementos de uma alegre sátira ideologicamente avançada para o acanhado meio português do tempo, na qual Sousa Caldas censura os privilégios e a vida materializada, presa a uma educação artificial e obsoleta, sugerindo a regeneração da sociedade por meio de uma transformação como a que lhe parecia estar em curso na França revolucionária. No plano cultural, satiriza a tirania da herança greco-latina e aspira a algo diferente, que não formula, sendo porém significativo que enquanto menciona Homero como exemplo de poeta desligado do real, fechado num mundo factício, louve um moderno, Cervantes, que assim privilegia como autor de obra-prima mais adequada ao tempo, e que de mais a mais reforça o seu propósito na Carta, por ser ela própria uma sátira contra costumes e convenções cediças. Portanto, já em 1790 Caldas insinuava a necessidade de mudar os padrões, e o fazia com mais força e originalidade do que faria seis anos depois o francês Joseph Berchoux, na citadíssima e medíocre Elegia sobre os Gregos e os Romanos, onde os acusa de lhe infelicitarem a vida.(...)

A mudança sugerida na Carta levaria o tempo de uma geração para acontecer. Mas mesmo sem propor novos rumos Sousa Caldas contribuiria a seu modo, ao descartar no resto da obra a imitação da Antiguidade e voltar-se para os temas religiosos, que o Romantismo consideraria mais tarde como um dos seus timbres diferenciadores. Pelo fato de ter remontado na tradução dos Salmos à poesia bíblica, embora nada tenha de pré-romântico ele foi considerado mais ou menos precursor a partir do decênio de 1830; mas é inexplicável que os românticos nunca tenham mencionado a

Carta, que poderia, na perspectiva deles, ser lida como verdadeiro manifesto modernizador.

Curioso a este respeito é o caso de Gonçalves de Magalhães, que publicou em 1832 o pífio volume Poesias, encharcado da rotina mais banal daquele momento de exaustão literária, inclusive com recurso constante à mitologia clássica. Mas no ano seguinte escreveu que não queria mais saber dela, por clara influência da Carta Marítima, imitada quase ritualmente numa Carta ao Meu Amigo Dr. Cândido Borges Monteiro (datada do Havre, 1833), onde narra a sua própria viagem à França. Vistas as coisas de hoje, isto parece uma inflexão por influência de Sousa Caldas, antes da conversão estética ocorrida em Paris e manifestada na revista Niterói. Por que então nos escritos renovadores Magalhães não mencionou esta sua precoce mudança de rota, nem mesmo quando se referia a Sousa Caldas? Difícil imaginar os motivos, sobretudo quando pensamos que os primeiros românticos queriam a todo custo encontrar precursores, evocando Durão, Basílio, São Carlos e Sousa Caldas entre os principais. Talvez porque para quem tinha andado de braço com as musas clássicas, como o Magalhães de Poesias, a carga mitológica da Carta Marítima parecesse, na hora de renovar, incompatível com a nova moda. Por isso, não apenas deixou a sua própria Carta fora dos Suspiros Poéticos, mas só se animou a publicá-la em 1864, no volume Poesias Avulsas das suas obras completas, onde recolheu pecados da mocidade. No entanto, se a tivesse divulgado na altura da sua pregação renovadora ela teria sido (apesar da péssima qualidade) um argumento de certo peso no rastreamento de sinais precursores e da sua própria antecipação. (...)

No rasto de Magalhães, os primeiros românticos também puseram de lado a Carta de Sousa Caldas, que talvez tenham mesmo treslido, sem perceberem a força renovadora que está implícita na sua brincadeira profilática e faz dela indício precursor de certos aspectos que o nosso Romantismo assumiria, sem deixar com isso de ser um documento, plantado no solo setecentista da Ilustração.

Antonio Candido. Carta Marítima. In: O discurso e a cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1998, p. 220-2 (com adaptações).

Com relação a aspectos gramaticais do texto III, julgue (C ou E) o próximo item.

29. (2017/IRBR/TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA) A substituição da conjunção "embora" (l.18) pela conjunção conquanto prejudicaria o sentido original do texto.

Com relação a aspectos linguísticos e textuais do texto III, julgue (C ou E) o seguinte item.

30. (2017/IRBR/TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA) Com o emprego de construções como "Vistas as coisas de hoje" (l.26) e "Difícil imaginar os motivos" (l.48) e da forma verbal "pensamos" (l.29), o autor confere um tom impessoal ao texto.

TEXTO IV

A classe dedicada ao comércio, marcada pela compra e venda de mercadorias ou na colocação de dinheiro, não representava, no Império, o padrão social dominante. Os comerciantes eram, em grande parte, estrangeiros; o ramo mais saliente do comércio, o ligado ao escravo, sujava as mãos dos que com ele enriqueciam. Um título de comendador ou de barão dourava o busto do empresário, mas não o nobilitava, visto que o nobre pertencia a uma camada diversa, composta, sob o ponto de vista profissional ou econômico, de letrados ou senhores de rendas. O homem que traficava — membro da classe lucrativa ou aquisitiva —, para se qualificar socialmente, embriagou-se, perdidamente, na imitação do estilo ou nos traços secundários da classe proprietária e do estamento. Elevava-se, se enriquecido — elevava-se é o termo certo — a uma categoria superior no desfrute ostentatório de rendas, transformando a natureza de seu patrimônio, ou ingressava na política e no governo, preocupado em amortecer a cintilação equívoca da origem. Era quase uma situação colonial, com a ascensão, nem sempre possível no espaço de uma geração, do albardeiro ao círculo dos fidalgos. Em meados do século XIX o velho equilíbrio se rompe, fio a fio, imperceptivelmente, na quebra de secular estrutura econômica e social. Consequência da nova dinâmica, que agita e move a sociedade, será a emancipação de uma classe inteira, até aí pejada, impedida e entorpecida em seus passos. Dentro da consciência do homem que enriqueceu no trato de mercadorias e de valores, haverá agora uma crise. O Dr. Félix (Ressurreição) ou Rubião (Quincas Borba), aquinhoados pela inesperada herança, trataram de aplicar os bens para que eles lhes proporcionassem renda segura e estável.

Outra é a conduta de Mauá, como será a de Palha (Quincas Borba), Cotrim (Memórias Póstumas) ou de Santos (Esaú e Jacó). Homens do comércio, não convertem o patrimônio em prestações de renda, mas continuam presos aos seus negócios, perseguindo o infinito, imantados por outros desígnios, alimentados por uma nova sociedade. Mas há a crise. Rubião a vive, já, no último quartel do século, em sentido contrário, atraído pelos lucros do comércio e não pelo comércio. Mauá a sentirá, no sentido autêntico: dos doze aos trinta e dois anos, vergado no balcão e sócio de comerciante, torna-se dono de respeitável fortuna. Fiel à ordem dominante, não a calcula em bons e vistosos contos de réis, mas por sua renda, que seria superior a 50 contos anuais. A renda e não o capital dava a nota de grandeza, de opulência, para encher os olhos e provocar a admiração. "Já se vê que, — confessava, aludindo ao ano de 1846 — ao engolfar-me em outra esfera de atividade, possuía eu uma fortuna satisfatória, que me convidava a desfrutá-la. Travou-se em meu espírito, nesse momento, uma luta vivaz entre o egoísmo, que em maior ou menor dose habita o coração humano, e as ideias generosas que em grau elevado me arrastavam a outros destinos...". O egoísmo seria a fruição do capital, sem suor e angústias; o impulso contrário, a expansão da economia, que se identificaria, para a classe lucrativa, com o progresso do país. Certo de seu papel dinâmico na sociedade, criando atividades novas e aprimorando as existentes; esse estrato ganha relevo e autonomia, sem que se esconda atrás do biombo, dourado de tradição e respeitabilidade, da classe proprietária. É hostil, como conjunto, ao ócio dos homens de renda e ao prestígio do estamento político, que maneja o poder do alto e de cima, sem consultar-lhe as preferências nem lhe pedir orientação e conselho. Atente-se: a classe lucrativa tem conduta adversa ao estilo de vida da camada dirigente, não obstante a explore, e viva, em grande parte, de seus favores, numa espécie de capitalismo político, dependente e subordinado ao Estado.

Raymundo Faoro. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 225-7 (com adaptações).

Com referência ao texto IV, julgue (C ou E) os próximos itens.

31. (2017/IRBR/TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA) Tendo o pronome oblíquo sentido possessivo em "sem consultar-lhe as preferências" (l.37), tal trecho poderia ser substituído por sem consultar as suas preferências, mantendo-se, com isso, a correção gramatical e o sentido do texto.

32. (2017/IRBR/TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA) A colocação do pronome em "embriagou-se" (l.7), "Elevava-se" (l.8), 'Já se vê' (l.27-28) e "que se identificaria" (l.33) está de acordo com a variedade formal culta da língua portuguesa e deve-se a razões fonético-sintáticas.

33. (2017/IRBR/TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA)Tanto em "do albardeiro ao círculo dos fidalgos" (l. 12) quanto em "dos doze aos trinta e dois anos" (l.24), a preposição de foi empregada no sentido de desde.

Texto CG1A1AAA

No quadro da democracia liberal, cidadania corresponde ao conjunto das liberdades individuais — os chamados direitos civis de locomoção, pensamento e expressão, integridade física, associação etc. O advento da democracia social acrescentou, àqueles direitos do indivíduo, os direitos trabalhistas ou direitos a prestações de natureza social reclamadas ao Estado (educação, saúde, seguridade e previdência). Em ambos os casos, o cidadão é titular de direitos e liberdades em relação ao Estado e a outros particulares — mas permanece situado fora do campo estatal, não assumindo qualquer titularidade quanto a funções públicas. Preserva-se, assim, a perspectiva do constitucionalismo clássico: direitos do homem e do cidadão são exercidos frente ao Estado, mas não dentro do aparelho estatal.

Na teoria constitucional moderna, cidadão é o indivíduo que tem um vínculo jurídico com o Estado, sendo portador de direitos e deveres fixados por determinada estrutura legal (Constituição, leis), que lhe confere, ainda, a nacionalidade. Cidadãos, em tese, são livres e iguais perante a lei, porém súditos do Estado.

Como lembra Marilena Chaui, a cidadania se define pelos princípios da democracia, significando necessariamente conquista e consolidação social e política. A cidadania requer instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de lutas (movimentos sociais, sindicais e populares) e na definição de instituições permanentes para a expressão política, como partidos, legislação e órgãos do poder público. Distingue-se, portanto, a cidadania passiva, aquela que é outorgada pelo Estado, com a ideia moral do favor e da tutela, da cidadania ativa, aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente cria-

dor de direitos para abrir novos espaços de participação política.

Maria Victoria de Mesquita Benevides. Cidadania e democracia. Internet: <www.scielo.br> (com adaptações).

34. (2017/TRE PE/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No segundo parágrafo do texto CG1A1AAA, o pronome "lhe" (l.11) faz referência a

a) "cidadão" (l.5).

b) "Estado" (l.4).

c) "portador de direitos e deveres" (l.10).

d) "nacionalidade" (l.11).

e) "teoria constitucional moderna" (l.9).

Texto CG3A1AAA

A moralidade, que deve ser uma característica do conjunto de indivíduos da sociedade, deve caracterizar de modo mais intenso ainda aqueles que exercem funções administrativas e de gestão pública ou privada. Com relação a essa ideia, vale destacar que o alcance da moralidade vincula-se a princípios ou normas de conduta, aos padrões de comportamento geralmente reconhecidos, pelos quais são julgados os atos dos membros de determinada coletividade. Disso é possível deduzir que os membros de uma corporação profissional — no caso, funcionários e servidores da administração pública — também devem ser submetidos ao julgamento ético-moral. A administração pública deve pautar-se nos princípios constitucionais que a regem. É necessário, ainda, que tais princípios estejam pública e legalmente disponíveis ao conhecimento de todos os cidadãos, para que estes possam respeitá-los e vivenciá-los. Nesse contexto, destacam-se os princípios constitucionais tidos como base da função pública e que, sem dúvida, constituem pilares de sustentabilidade da função gestora.

O Estado constitui uma esfera ético-política caracterizada pela união de partes que lhe conferem a característica de um organismo vivo, composto pela participação dos cidadãos e de todos aqueles que se abrigam em sua circunscrição constitucional e legal, ou seja, se abrigam sob a égide de uma Constituição.

A ética e a cidadania não se desvinculam da questão dos princípios da ação do Estado e da moralidade administrativa, uma vez que, por mais alargados que pareçam os direitos e as esferas individuais — as quais parecem ser extremamente flexíveis nos atuais contextos —, urge que sejam regulamentadas as vinculações estreitas que existem entre esferas individuais e esferas coletivas, pressupondo-se, assim, níveis de avanço no campo do progresso moral da sociedade.

Z. A. L. Rodriguez. Ética na gestão pública. Curitiba: InterSaberes, 2016, p. 130-1 (com adaptações).

35. (2017/TRE PE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Na linha 10 do texto CG3A1AAA, a forma pronominal "los", em "respeitá-los" e "vivenciá-los", remete a

a) "todos os cidadãos" (l.9).

b) "princípios constitucionais" (l.8).

c) "estes" (l.9).

d) "os membros de uma corporação profissional" (l.6).

e) "funcionários e servidores da administração pública" (l. 6 e 7).

Texto CB1A1AAA

Na mídia em geral, nos discursos políticos, em mensagens publicitárias, na fala de diferentes atores sociais, enfim, nos diversos contextos em que a comunicação se faz presente, deparamo-nos repetidas vezes com a palavra cidadania. Esse largo uso, porém, não torna evidente seu significado. Ao contrário, o fato de admitir vários empregos deprecia seu valor conceitual, isto é, sua capacidade de nos fazer compreender certa ordem de eventos. Por que, então, a palavra cidadania é constantemente evocada, se o seu significado é tão pouco esclarecido?

Uma resposta possível a essa indagação começa pelo reconhecimento de que há um considerável avanço da agenda igualitária no mundo e, decorrente disso, uma valorização sem precedentes da ideia de direitos. O fenômeno é mundial, afeta, de modos e em graus distintos, todas as sociedades e aponta para uma democratização progressiva e sustentada das repúblicas. Observam-se também, nesse contexto, passagens contínuas da condição de indivíduo à de cidadão, na medida em que temas do domínio privado que, por sua incidência e relevância, passam a ser amplamente debatidos na esfera pública podem influenciar o sistema político a torná-los matéria de interesse geral e, no limite, direitos positivados.

Em suma, reconhecer a centralidade que assumiu a discussão sobre direitos ajuda a entender a atual onipresença da palavra cidadania. Mas avançar na elucidação desse fenômeno impõe perceber que, ao lado da valorização dos direitos, se desenvolve igualmente a certeza de que o caminho para efetivá-los é a mobilização pública do sentimento de justiça, e não a ativação de métodos personalistas de acesso a eles. Em outras palavras, considera-se cada vez mais importante que os direitos estejam fortemente conectados com a plena autonomia política dos indivíduos, de modo que não sejam vividos como favores concedidos por governantes, filantropos, patronos ou equivalentes.

Maria Alice Rezende de Carvalho. Cidadania e direitos. In: André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (Orgs.). Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (com adaptações).

36. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No texto CB1A1AAA, a palavra "sustentada" (l.10) foi empregada com o sentido de

a) prudente, cautelosa.

b) amparada, auxiliada.

c) sólida, duradoura.

d) financiada, custeada.

37. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Sem prejuízo para a correção e os sentidos do texto CB1A1AAA, a expressão "e não" (l. 18) poderia ser substituída por

a) não só.

b) e nem.

c) senão.

d) mas não.

Texto CB1A1AAA

Além de ter incorporado, no desempenho de seus cargos, conceitos como os da transparência e da impessoalidade, décadas antes de eles serem consolidados na Constituição Federal de 1988, o renomado escritor Graciliano Ramos foi um gestor em busca da eficiência e que agia com extremo zelo com os recursos públicos.

Não se trata apenas do seu combate ao patrimonialismo e ao nepotismo, mas também do que se designa, hoje, de foco no resultado com responsabilidade fiscal. Um exemplo disso é o fato de que, como prefeito de Palmeira dos Índios, município do agreste alagoano, de 1928 a 1930, ele construiu estradas gastando menos da metade do que se costumava gastar por quilômetro construído pela administração do estado.

O autor foi, também, um gestor público visionário que investia em planejamento urbano, fiscalizava obras pessoalmente e priorizava medidas preventivas para evitar desastres naturais, como enchentes.

Internet: <www.agendaa.com.br> (com adaptações).

A respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto CB1A1AAA, julgue o item a seguir.

38. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Sem prejuízo dos sentidos originais e da correção gramatical do texto, o trecho "Não se trata apenas do seu combate ao patrimonialismo e ao nepotismo" (l.5) poderia ser assim reescrito: Isso não se trata somente do combate do escritor contrário ao patrimonialismo e ao nepotismo.

Texto CB2A1AAA

A pergunta a respeito da exigibilidade ou não de procedimento licitatório prévio para a contratação de serviços profissionais de advocacia não comporta uma resposta genérica, seja em sentido positivo, seja em sentido negativo. Na verdade, o campo de atuação profissional do advogado é bastante amplo e compreende tanto trabalhos usuais, corriqueiros, de pequena complexidade técnica, quanto situações de extrema dificuldade, verdadeiramente polêmicas e de enorme repercussão prática, de ordem tanto econômica quanto propriamente jurídica.

O estudo desse problema exige muita ponderação, repudiando-se, de uma vez, soluções simplistas e extremadas. Nem se pode dizer que toda contratação direta de advogado pelo poder público é lícita, dado o caráter fundamentalmente intelectual e pessoal do trabalho advocatício, nem se pode afirmar que toda e qualquer contratação de advogado deve ser precedida de licitação, em face do princípio da isonomia.

Existem, no entanto, assuntos de grande repercussão política correspondentes a programas ou prioridades determinadas exatamente pela estrutura política eleita democraticamente pelo corpo social, e o tratamento de temas dessa natureza requer a seleção de assistentes jurídicos nomeados para cargos de provimento em comissão ou a contratação temporária de profissionais alheios ao corpo permanente de servidores.

Adilson Abreu Dallari. Contratação de serviços de advocacia pela administração pública. Brasília. a. 35 n. 140 out./dez. 1998. Internet: <www2.senado.leg.br> (com adaptações).

Com relação aos aspectos linguísticos do texto CB2A1AAA, julgue os próximos itens.

39. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso a expressão "em face do" (em "nem se pode afirmar que toda e qualquer contratação de advogado deve ser precedida de licitação, em face do princípio da isonomia") fosse substituída por devido o.

40. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Apesar de a palavra "eleita" ser sinônima de elegida, a substituição daquela por esta, no trecho "programas ou prioridades determinadas exatamente pela estrutura política eleita democraticamente", comprometeria a correção gramatical do texto.

Texto CB3A1BBB

O velocista jamaicano Usain Bolt, considerado o homem mais rápido do mundo, declarou certa vez que queria se tornar jogador de futebol do Manchester United. (...) Bolt jogaria de ala e aproveitaria para imprimir velocidade ao jogo, segundo afirmou. Dá pra imaginar o corredor levando nove segundos e meio para sair da pequena área, sem sombra de impedimento, e chegar saltitante ao gol rival, antes que os locutores tenham tempo de informar as horas.

Isso me leva a uma boa ideia para os próximos jogos olímpicos: no evento de abertura, as delegações desfilariam e confraternizariam; no dia seguinte, haveria um eletrizante sorteio. Neste, descobriríamos que o time de vôlei iria representar o Brasil na canoagem e que a equipe de pentatlo moderno havia sido escalada para jogar handebol.

Os atletas do levantamento de peso adorariam encarar uma coreografia de ginástica rítmica, enquanto os meninos do basquete teriam certa dificuldade em driblar um ciclista durante a partida de futebol. Equipes masculinas seriam convocadas para esportes femininos, como o nado sincronizado, e seriam obrigadas a exibir toda a sua graça e malemolência aos juízes.

Estes, aliás, seriam mantidos em seus esportes, bem como os técnicos de cada modalidade, porque, afinal, a gente não está de brincadeira.

Vanessa Barbara. Pato na água. In: O louco de palestra. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. e-Book, localização: 204 (com adaptações).

41. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical do texto CB3A1BBB, o verbo "imprimir" (l.3) poderia ser substituído por

a) conferir.

b) desferir.

c) gravar.

d) produzir.

TEXTO CG2A1BBB

Informações genéricas sobre a origem do ato de votar encontram-se no campo da história política. Remonta a origem do voto aos tempos mais remotos, à escolha de chefes militares das comunidades primitivas por meio da aclamação dos guerreiros, então os únicos eleitores. Com o tempo, esses chefes tornavam-se governantes também em época de paz. Só tardiamente surgiu a necessidade de organizar disciplinadamente essa escolha.

Na Grécia, a primeira legislação eleitoral é atribuída pela tradição ao lendário Licurgo e a Sólon, que, em 594 a.C., anistiou as dívidas dos camponeses e, ao diminuir os poderes da aristocracia,

reestruturou as instituições políticas e deu direito de voto aos trabalhadores livres sem bens. Em Roma, o voto advém das reformas de Sérvio Túlio, que tendem à formação de um corpo eleitoral e à fixação de processos de votação.

No início da Idade Média, as monarquias germânicas continuaram sendo teoricamente, e por vezes praticamente, eletivas, como a monarquia visigótica. No entanto, foi sobretudo no âmbito da Igreja que se utilizaram as eleições, embora com um eleitorado restrito. Eleitos também eram o imperador alemão e certos governantes italianos. E, ainda que na Inglaterra o parlamento tenha se instaurado no século XIII, somente mais tarde, com a influência da Revolução Francesa, as eleições parlamentares começaram a ser regulamentadas.

Na época moderna, as eleições estão ligadas ao sistema de governo representativo e ao preenchimento de cargos executivos. É nessa época que se fortalece a ideia de que a eleição é a forma pela qual as pessoas em uma sociedade escolhem politicamente candidatos ou partidos por meio do voto. Quer dizer: apesar de o uso do voto ser ancestral, a organização do sistema eleitoral tem origem no século XVII, com o surgimento de governos representativos na Europa e na América do Norte. É o sistema eleitoral que diz como é escolhido um representante ou decidida uma questão. Assim, o conceito de eleição implica que sejam reconhecidos os eleitores e que eles sejam contemplados com alternativas, que possam escolher uma entre várias propostas (ou representantes) designadas para resolver determinados problemas públicos. A existência de alternativas torna-se, portanto, uma condição necessária para que a eleição seja genuinamente democrática.

Origem do voto. Internet: <www.sul21.com.br> (com adaptações).

42. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O sentido original e a correção gramatical do texto CG2A1BBB seriam preservados caso se substituísse

a) "embora" (l.13) por ainda.

b) "pela qual" (l.19) por como.

c) "portanto" (l.26) por porquanto.

d) "continuaram" (l.11) por mantiveram.

e) "sobretudo" (l.12) por ademais.

Texto CG1A1CCC

As mudanças climáticas já são uma realidade para a população mundial, com ameaças à infraestrutura de cidades, diminuição da produtividade nas lavouras, alterações nos oceanos e risco em relação à disponibilidade de peixes.

As transformações são causadas pela emissão excessiva de gases de efeito estufa, em atividades como desmatamento, queima de combustíveis fósseis para a geração de energia ou práticas insustentáveis na agricultura e na pecuária.

Caso nada seja feito, a previsão é de que haja um aumento de 1ºC em 2020 em relação à era pré-industrial. Parece pouco, mas é suficiente para gerar consequências para todas as populações do mundo, em especial as comunidades pobres e vulneráveis, causando impactos na segurança alimentar, hídrica e energética, aumento do nível do mar, tempestades, ondas de calor e intensificação de secas, chuvas e inundações.

Internet: <www.wwf.org.br> (com adaptações).

43. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Mantendo-se o sentido e a correção gramatical do texto CG1A1CCC, a expressão "intensificação" (l.10) poderia ser substituída por

a) supressão.

b) rarefação.

c) desfalque.

d) limitação.

e) aumento.

Texto CB1A2AAA

No direito brasileiro convencional, a relação entre a espécie humana e as demais espécies animais limita-se à tutela dos animais pelo poder público em função da sua utilidade enquanto fauna brasileira intrínseca ao meio ambiente equilibrado. Alguns doutrinadores brasileiros inovadores defendem a existência de um direito animal, ou seja, de direitos garantidos aos animais não humanos como sujeitos.

A Constituição de 1988 contém uma norma que protege os animais, independentemente de sua origem ou classificação. Porém, a proteção que lhes é garantida baseia-se em um argumento puramente utilitarista: os animais são protegidos com a finalidade de garantir um hábitat saudável às atuais e futuras gerações humanas.

Desprovidos de valor próprio e de relevância jurídica no direito penal, os animais são tema de direito civil. Ainda são estudados na atualidade brasileira, sob a influência do direito romano, como simples coisas semoventes, como se desprovidos fossem da capacidade de sentir dor ou apego. Em jurisprudência majoritária, são apenas objetos que possuem a capacidade de se mover e que podem proporcionar lucros aos seus proprietários.

Nathalie Santos Caldeira Gomes. Ética e dignidade animal. Internet: (com adaptações).

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto CB1A2AAA, julgue o item seguinte.

44. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, o trecho "são protegidos" (l.7) poderia ser substituído por protegem-se.

Acerca dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto CB1A2AAA, julgue os itens a seguir.

45. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso a conjunção "Porém" (l.6) fosse substituída por Mas.

46. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Caso os termos "coisas semoventes" (l.11) e "objetos que possuem a capacidade de se mover" (l.12) fossem intercambiados, a correção e o sentido do texto seriam mantidos.

Texto CB2A2AAA

O pensamento do filósofo grego Sócrates, no século V a. C., marcou uma reviravolta na história humana. Até então, a filosofia procurava explicar o mundo com base na observação das forças da natureza. A partir de Sócrates, o ser humano voltou-se para si mesmo.

A preocupação do filósofo era levar as pessoas, por meio do autoconhecimento, à sabedoria e à prática do bem. Para o filósofo grego, o papel do educador é, portanto, o de ajudar o discípulo a caminhar nesse sentido, despertando sua cooperação para que ele consiga, por si próprio, iluminar sua inteligência e sua consciência.

Assim, o verdadeiro mestre não é um provedor de conhecimentos, mas alguém que desperta os espíritos. Ele deve, segundo Sócrates, admitir a reciprocidade ao exercer sua função iluminadora, permitindo que os alunos contestem seus argumentos da mesma forma que ele contesta os argumentos dos alunos. Para esse pensador, só a troca de ideias dá liberdade ao pensamento e a sua expressão, condição imprescindível para o aperfeiçoamento do ser humano.

Sócrates. In: Coleção Grandes Pensadores. Revista Nova Escola. Ed. 179, jan.–fev./2005. Internet: (com adaptações)

Com relação às propriedades linguísticas do texto CB2A2AAA, julgue os itens a seguir.

47. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos do texto, o trecho "permitindo que os alunos contestem seus argumentos da mesma forma que contesta os argumentos dos alunos" poderia ser assim reescrito: de modo a aceitar que os discípulos refutem os argumentos dele assim como ele refuta os argumentos dos discípulos.

48. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No trecho "só a troca de ideias dá liberdade ao pensamento", o vocábulo "só", por ser um advérbio, poderia ser deslocado para imediatamente antes da forma verbal "dá", sem alteração dos sentidos do texto.

Texto 4A1AAA

Quinze de novembro de 1889 oficializou um movimento histórico que não se consolidara: a construção de uma república brasileira. Imaginada por nossas elites políticas, econômicas e intelectuais que — a despeito das divergências — tinham em comum o sonho de criar uma civilização nos trópicos, a República era menos conquista do que projeto a impor. Daí não ser mero acaso que tenha sido proclamada por militares, homens que escolheram a divisa positivista que figuraria em nossa bandeira: amor, ordem e progresso. Claro que — como viris representantes da ordem — começaram por suprimir o amor do mote de Auguste Comte. Supressão até hoje desconhecida da maioria dos brasileiros, mas reveladora do intuito de apagar qualquer traço do desejo no novo regime político.

O desejo era temido como incontrolável e ameaçador para o almejado progresso. Mas, afinal, o que seria o progresso até hoje impresso em nossa bandeira? De acordo com as fontes da época, seria o caminho trilhado por medidas que dirigiriam o Brasil para o modelo da civilização que nossas elites projetavam na Europa e nos Estados Unidos. Era um ideal baseado em uma fantasia das classes superiores, as quais não apenas se imaginavam brancas como consideravam a branquitude um atributo de superioridade moral que as colocava em claro contraste com o povo, no qual projetavam o atraso e a negritude. Viam o povo como uma massa heterogênea sob ameaça degenerativa a esperar pelo branqueamento para poder se tornar digna de ser reconhecida como nação.

Rogerio Miskolci. Uma outra história da República. In: Revista Cult, n. 6, ano 19, jan./2016, p. 35 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto 4A1AAA, julgue os itens a seguir.

49. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) Os termos "nação" e "povo" utilizados no último parágrafo do texto pertencem ao mesmo campo semântico e foram empregados como sinônimos.

50. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) A fim de exprimir seu ponto de vista acerca da construção da República, o autor emprega, na linha 6, os termos "conquista" e "projeto" como semanticamente complementares entre si.

Texto 4A1BBB

Eu ia começar com "Em tese, o cronista", mas penso melhor e me dou conta de que deveria começar com "Na prática, o cronista", pois o cronista só existe na prática. O Amor, o Perdão, a Saudade, Deus e outras maiúsculas celestes nós deixamos para os poetas, alpinistas muito mais hábeis que com dois ou três pontos de apoio chegam ao cume de qualquer abstração.

O cronista é um pedestre. O que existe para o cronista é a gaveta de meias, a lancheira do filho, o boteco da esquina. Verdade que às vezes, na gaveta de meias, na lancheira do filho, no boteco da esquina, o cronista até resvala no amor, trisca no perdão, se lambuza na saudade, tropeça num deusinho ou outro (desses deuses de antigamente, também pedestres, que se cansam do Olimpo e vão dar umas bandas pela 25 de Março), mas é de leve, é sem querer, pois na prática (e é assim que eu devo começar) o cronista trata do pequeno, do detalhe, do que está tão perto que a gente nem vê.

Antonio Prata. É uma crônica, companheira. Internet <www1.folha.uol.com.br> (com adaptações).

Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto 4A1BBB, julgue o item a seguir.

51. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) O sentido da frase "O cronista é um pedestre" (l.5) seria preservado caso se substituísse a palavra "cronista" por escritor.

Texto 7A1BBB

A classificação indicativa dos programas da televisão aberta brasileira reflete a defesa da Constituição Federal de 1988 contra os conteúdos televisivos considerados nocivos às crianças. Ela é um serviço prestado pelo Ministério da Justiça, que informa se o conteúdo dos programas televisivos é

adequado ou não para o público infantojuvenil, utilizando como base a presença de cenas de sexo e violência. Esse mecanismo classifica os programas de acordo com faixas etárias e horárias.

O Brasil já teve cinco portarias para regulamentar a matéria sobre a classificação indicativa. Considerando os dispositivos constitucionais relacionados à comunicação social e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Ministério da Justiça lançou a primeira dessas portarias, a Portaria n. 773, em 19 de outubro de 1990. Na época, a constitucionalidade desse documento foi questionada.

Vanessa Flores Oliveira e Elton Somensi de Oliveira. Classificação indicativa dos programas da TV aberta brasileira: a liberdade de expressão e seus limites em casos de proteção da criança e do adolescente. In: Revista Direito & Justiça. v. 38, n. 1, p. 30-46, jan.-jun./2012 (com adaptações).

A respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto 7A1BBB, julgue o seguinte item.

52. (2017 / TRF 1ª / TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) No texto, a expressão "de acordo com" (l.5) tem o mesmo sentido da palavra consoante, de modo que a substituição daquela por esta não acarretaria incorreção gramatical ao texto.

Texto 4A1DDD

Entrevista com Adirley Queirós, diretor de cinema

Joceline Gomes: A última mensagem do teu filme, projetada na tela, é "a nossa memória fabulamos nós mesmos". Como que é a fabulação de uma memória periférica, da Ceilândia?

Adirley Queirós: Na minha cabeça, a memória tradicional tende a ser reacionária. Essas pessoas que sofreram todo o massacre que aconteceu para que houvesse a construção de Ceilândia narram essa memória como se aquele tempo tivesse sido "o tempo bom". Criamos todo um mecanismo perverso pra afirmar que o passado foi bom, embora o passado tenha sido horrível. Passamos fome, frio, nossos pais morreram de diabetes, hipertensão, assassinados. A gente tem que se livrar daquele tempo. Eu ia pr'aquele baile, o Quarentão. E essa lembrança do Quarentão é narrada hoje pelas pessoas com um tom preconceituoso. E eu também sou preconceituoso. É óbvio que eu tenho internalizado em mim a homofobia, o racismo, o machismo. Isso não sai da gente de uma hora pra outra. Mas produzir um trabalho de cinema que lide com isso é entender que essa contradição está ali colocada.

Carol Almeida. Entrevista: Adirley Queirós, diretor de "Branco Sai, Preto Fica". Internet: <https://foradequadro.com> (com adaptações).

A respeito dos aspectos linguísticos e dos sentidos do texto 4A1DDD, julgue o próximo item.

53. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) Na pergunta da entrevistadora, o adjetivo "periférica" (l.3) assume a função de hiperônimo de "Ceilândia" (l.2), isto é, parte-se do sentido mais amplo de periferia para a indicação de uma cidade periférica específica.

Texto 7A3AAA

Botelho conhecia as faltas de Estela como as palmas das próprias mãos. O Miranda mesmo, que o via em conta de amigo fiel, muitas e muitas vezes lhas confiara em ocasiões desesperadas de desabafo, declarando francamente o quanto no íntimo a desprezava e a razão por que não a punha na rua aos pontapés. E o Botelho dava-lhe toda a razão: entendia também que os sérios interesses comerciais estavam acima de tudo.

— Uma mulher naquelas condições, dizia ele convicto, representa nada menos que o capital, e um capital em caso nenhum a gente despreza! Agora, você o que devia era nunca chegar-se para ela...

— Ora! Explicava o marido. Eu me sirvo dela como quem se serve de uma escarradeira!

O parasita, feliz por ver quanto o amigo aviltava a mulher, concordava em tudo plenamente, dando-lhe um carinhoso abraço de admiração. Mas por outro lado, quando ouvia Estela falar do marido, com infinito desdém e até com asco, ainda mais resplandecia de contente.

Aluísio Azevedo. O cortiço. Internet: <www.dominiopublico.gov.br> (com adaptações)

No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto 7A3AAA, julgue os itens a seguir.

54. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) O vocábulo "faltas"(l.1) foi empregado, no texto, como sinônimo de ausências.

55. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) Seriam preservados os sentidos originais, bem como a correção gramatical do texto, caso a expressão "em tudo" (l.9) fosse substituída por com tudo.

Texto 4A1EEE

Assis Horta tinha apenas 25 anos de idade e mal completara um ano de casado quando um decreto de 1º de maio de 1943, 122º ano da Independência e 55º ano da República, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, revolucionou a legislação trabalhista no Brasil. "Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente", anunciava o artigo 1º do histórico texto. Pela nova CLT, a Carteira de Trabalho e Previdência Social passava a ser obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural e ainda que em caráter temporário. A mesma norma passava a valer "para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada". E, de acordo com o artigo 16, na nova carteira profissional era obrigatório constar, além do número, série e data de emissão, uma fotografia do portador, "com menção da data em que houver sido tirada".

Para o cidadão Assizinho nada mudava, posto que ele já tinha carteira de trabalho desde os 17 anos. Já para o fotógrafo profissional Assis Horta, dono do entrementes renomado estúdio Photo, em novo endereço, o decreto getulista foi decisivo: possibilitou que sua carreira desse um pinote e revelasse a dimensão histórico-documental de sua obra.

Dorrit Harazim. O clique único de Assis Horta. In: O instante certo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 36-7 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e aos aspectos gramaticais do texto 4A1EEE, julgue o item a seguir.

56. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) No texto, o vocábulo "então" (l.3) foi empregado como sinônimo de "entrementes" (l.12).

Texto 4A2AAA

O espaço urbano foi organizado de sorte a favorecer as operações de circulação, compra e venda de mercadorias; e, ao mesmo tempo, nele se oferece ao consumo uma diversidade de localizações, paisagens, topografias físicas e simbólicas que são de diferentes modos incorporadas à dinâmica mercantil. Hoje, podemos talvez acrescentar que a cidade se torna o lugar do consumismo e do consumismo de lugar. O que isso quer dizer e que implicações isso tem para o compartilhamento da cidade como espaço público?

Sabemos que a cidade é o lugar preferencial da realização do consumismo de bens. Mas, também, vale dizer que, com o advento do urbanismo competitivo, é o lugar do consumismo de lugares, por meio das dinâmicas da cidade-espetáculo, dos megaeventos e do esforço de venda de imaginadores urbanos com suas obras fundadas em um culturalismo de mercado. O planejamento estratégico do urbanismo de mercado propõe-se, na atualidade, a realizar um esforço de venda macroeconômico dos lugares, o que faz do consumismo de lugares um modo particular de articulação entre o rentismo imobiliário e a competição interurbana por capitais. Para isso concorre o consumismo publicitário privatizante dos espaços da cidade.

Por outro lado, conforme observa o economista Pierre Veltz, os novos requisitos da espacialidade das empresas nas cidades exprimem hoje "o paradoxo segundo o qual os recursos não mercantis não veem seu papel diminuir, mas, ao contrário, se afirmar e se estender nas economias avançadas e concorrenciais". Isso é exemplificado pela luta dos pescadores artesanais da Associação Homens do Mar em defesa do caráter público da Baía da Guanabara e pelas manifestações maciças de ciclistas pelo direito ao espaço público nas cidades. Tratando-se de bens não mercantis em disputa, os conflitos por apropriação dos recursos urbanos apresentam forte potencial de politização, seja na busca de acesso equânime a ambientes saudáveis, seja na eliminação de controles policiais discriminatórios.

Para Abba Lerner, Prêmio Nobel de Economia de 1954, toda transação econômica realizada é um conflito político resolvido. Inversamente, podemos sustentar que toda disputa pelos recursos não mercantis das cidades — saúde e saneamento, mobilidade, meio ambiente, segurança — não redutível a relações de compra e venda configura conflitos políticos em potencial.

Henri Acselrad. Cidade – espaço público? A economia política do consumismo nas e das cidades. In: Revista UFMG, v. 20, n.º 1, jan.–jun./2013, p. 234-247 (com adaptações).

Com relação aos sentidos do texto 4A2AAA, julgue os itens a seguir.

57. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) Os vocábulos "urbanismo" (l.8) e "rentismo" (l.13) estão empregados com sentido pejorativo no texto.

58. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) O sentido de "não redutível" (l. 26 e 27) é equivalente ao de irredutível.

59. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) Na linha 16, o deslocamento da expressão "nas cidades" para após "ciclistas" preservaria o sentido original do texto.

Texto 7A3BBB

O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF1) determinou a imediata paralisação das atividades de mineração do empreendimento Onça Puma, subsidiária da Vale S.A., até que seja comprovada a implantação do plano de gestão econômica e ambiental e das demais medidas compensatórias em favor das comunidades indígenas afetadas.

Os representantes das comunidades Xikrins e Kayapós defenderam a paralisação imediata das atividades de mineração do empreendimento Onça Puma sob o fundamento de que a exploração de minério em áreas próximas às terras indígenas localizadas na sub-bacia do rio Catete e do igarapé Carapanã está trazendo impactos negativos aos índios da região. Sustentaram os índios que a responsabilidade do TRF1 no julgamento da questão é muito importante.

A Vale S.A. e o estado do Pará, por intermédio de seus representantes, buscaram a rejeição dos argumentos das comunidades indígenas, a fim de permitir a continuidade das atividades. A defesa da empresa se ateve a questões processuais, enquanto o procurador do estado do Pará afirmou que a paralisação das atividades ocasionará prejuízos irreversíveis ao estado, tais como aumento do índice de desemprego e queda na arrecadação de impostos.

Internet: <portal.trf1.jus.br> (com adaptações)

Julgue o item subsequente, a respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto 7A3BBB.

60. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) O vocábulo "até" (l.2), no contexto em que foi empregado, é sinônimo de inclusive.

Texto 4A4AAA

A linguagem — seja ela oral ou escrita, seja mímica ou semafórica — é um sistema de símbolos, signos ou signos-símbolos, voluntariamente produzidos e convencionalmente aceitos, mediante o qual o ser humano se comunica com seus semelhantes, expressando suas ideias, sentimentos ou desejos.

A linguagem ideal seria aquela em que cada palavra designasse apenas uma coisa, correspondesse a uma só ideia ou conceito, tivesse um só sentido. Como tal não ocorre em nenhuma língua conhecida, as palavras são, por natureza, enganosas, porque polissêmicas ou plurivalentes.

Isoladas de contexto ou situação, as palavras quase nada significam de maneira precisa, inequívoca (Ogden e Richards são radicais: "as palavras nada significam por si mesmas"): "...o que determina o valor da palavra é o contexto, o qual, a despeito da variedade de sentidos de que a palavra seja suscetível, lhe impõe um valor 'singular'; é o contexto também que a liberta de todas as representações passadas, nela acumuladas pela memória, e que lhe atribui um valor 'atual'". Assim, por mais condicionada que esteja a significação de uma palavra ao seu contexto, sempre

subsiste nela, palavra, um núcleo significativo mais ou menos estável e constante, além de outros traços semânticos potenciais em condições de se evidenciarem nos contextos em que ela apareça. Se, como entendem Ogden e Richards, as palavras por si mesmas nada significassem, a cada novo contexto elas adquiririam significação diferente, o que tornaria praticamente impossível a própria intercomunicação linguística.

Othon M. Garcia. Comunicação em Prosa Moderna. 21.ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 175-6 (com adaptações).

61. 2017/TRF 1ª/ ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) Dados os sentidos do texto, a expressão "intercomunicação linguística" (l.18) deve ser interpretada como a forma de utilização da língua entre os diversos meios de comunicação.

Texto III

Escrita em prosa e verso, a Carta Marítima é formalmente um poema sui generis, que supera as divisões convencionais do discurso. Quanto à mensagem, tem elementos de uma alegre sátira ideologicamente avançada para o acanhado meio português do tempo, na qual Sousa Caldas censura os privilégios e a vida materializada, presa a uma educação artificial e obsoleta, sugerindo a regeneração da sociedade por meio de uma transformação como a que lhe parecia estar em curso na França revolucionária. No plano cultural, satiriza a tirania da herança greco-latina e aspira a algo diferente, que não formula, sendo porém significativo que enquanto menciona Homero como exemplo de poeta desligado do real, fechado num mundo factício, louve um moderno, Cervantes, que assim privilegia como autor de obra-prima mais adequada ao tempo, e que de mais a mais reforça o seu propósito na Carta, por ser ela própria uma sátira contra costumes e convenções cediças. Portanto, já em 1790 Caldas insinuava a necessidade de mudar os padrões, e o fazia com mais força e originalidade do que faria seis anos depois o francês Joseph Berchoux, na citadíssima e medíocre Elegia sobre os Gregos e os Romanos, onde os acusa de lhe infelicitarem a vida.(...)

A mudança sugerida na Carta levaria o tempo de uma geração para acontecer. Mas mesmo sem propor novos rumos Sousa Caldas contribuiria a seu modo, ao descartar no resto da obra a imitação da Antiguidade e voltar-se para os temas religiosos, que o Romantismo consideraria mais tarde como um dos seus timbres diferenciadores. Pelo fato de ter remontado na tradução dos Salmos à poesia bíblica, embora nada tenha de pré-romântico ele foi considerado mais ou menos precursor a partir do decênio de 1830; mas é inexplicável que os românticos nunca tenham mencionado a Carta, que poderia, na perspectiva deles, ser lida como verdadeiro manifesto modernizador.

Curioso a este respeito é o caso de Gonçalves de Magalhães, que publicou em 1832 o pífio volume Poesias, encharcado da rotina mais banal daquele momento de exaustão literária, inclusive com recurso constante à mitologia clássica. Mas no ano seguinte escreveu que não queria mais saber dela, por clara influência da Carta Marítima, imitada quase ritualmente numa Carta ao Meu Amigo Dr. Cândido Borges Monteiro (datada do Havre, 1833), onde narra a sua própria viagem à

França. Vistas as coisas de hoje, isto parece uma inflexão por influência de Sousa Caldas, antes da conversão estética ocorrida em Paris e manifestada na revista Niterói. Por que então nos escritos renovadores Magalhães não mencionou esta sua precoce mudança de rota, nem mesmo quando se referia a Sousa Caldas? Difícil imaginar os motivos, sobretudo quando pensamos que os primeiros românticos queriam a todo custo encontrar precursores, evocando Durão, Basílio, São Carlos e Sousa Caldas entre os principais. Talvez porque para quem tinha andado de braço com as musas clássicas, como o Magalhães de Poesias, a carga mitológica da Carta Marítima parecesse, na hora de renovar, incompatível com a nova moda. Por isso, não apenas deixou a sua própria Carta fora dos Suspiros Poéticos, mas só se animou a publicá-la em 1864, no volume Poesias Avulsas das suas obras completas, onde recolheu pecados da mocidade.

No entanto, se a tivesse divulgado na altura da sua pregação renovadora ela teria sido (apesar da péssima qualidade) um argumento de certo peso no rastreamento de sinais precursores e da sua própria antecipação. (...)

No rasto de Magalhães, os primeiros românticos também puseram de lado a Carta de Sousa Caldas, que talvez tenham mesmo treslido, sem perceberem a força renovadora que está implícita na sua brincadeira profilática e faz dela indício precursor de certos aspectos que o nosso Romantismo assumiria, sem deixar com isso de ser um documento, plantado no solo setecentista da Ilustração.

Antonio Candido. Carta Marítima. In: O discurso e a cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1998, p. 220-2 (com adaptações).

Com relação a aspectos gramaticais do texto III, julgue (C ou E) os próximos itens.

62. (2017/IRBR/TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA) A substituição da oração relativa "que não formula" (l.7) por embora não a formule manteria o sentido original do texto e sua correção gramatical, desde que fossem mantidas as vírgulas que isolam referida oração.

63. (2017/IRBR/TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA) Dados os sentidos do texto, é correto afirmar que os sujeitos elípticos das formas verbais "privilegia" (l.9) e "reforça" (l.9) têm referentes distintos.

Com relação a aspectos linguísticos e textuais do texto III, julgue (C ou E) o seguinte item.

64. (2017/IRBR/TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA) Sem pre-

juízo das informações originais do texto e de sua correção gramatical, o trecho "No rasto de Magalhães, (...) sua brincadeira profilática" (l. 39 a 41) poderia ser reescrito da seguinte forma: Os primeiros românticos também ignoraram a Carta de Sousa Caldas; assim como Magalhães, não perceberam a força subjacente em sua brincadeira preventiva, e talvez eles mesmos a tenham lido às avessas.

Texto CG3A1BBB

Competência é uma palavra polissêmica. Uma das razões da variabilidade de seu significado é a diversidade dos contextos e dos campos de conhecimento em que ela é usada. Em 1986, o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa apresentou o seguinte verbete para os usos correntes à época:

> Competência (do latim *competentia*) s. f. 1. Faculdade concedida por lei para um funcionário, juiz ou tribunal para apreciar e julgar certos pleitos ou questões. 2. Qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa; capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade. 3. Oposição, conflito, luta.

Os dois primeiros sentidos, transpostos para o mundo do trabalho, indicam que a palavra competência refere-se ou às atribuições do cargo ou à capacidade do trabalhador de apreciar, resolver ou fazer alguma coisa.

Posteriormente, o Dicionário Houaiss atribuiu dez significados ao termo. Os sete primeiros são especificações ou derivações dos três sentidos já registrados no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Os outros três sentidos são relacionados à gramática, à hidrografia, à linguística, à medicina e à psicologia.

Acompanhando essa tendência, a área educacional, em especial a da educação profissional, tem multiplicado os sentidos e usos da palavra competência. Por exemplo, ao se discutir uma proposta educacional baseada em competências, é importante especificar o conceito de competência adotado e a forma como ele é utilizado para se discutir o modelo pedagógico decorrente.

J. A. Külller e N. de F. Rodrigo. Metodologia de desenvolvimento de competências. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2014, p. 39 (com adaptações).

65. (2017/TRE PE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Em relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CG3A1BBB, assinale a opção correta.

a) No terceiro parágrafo, os vocábulos "significados" (l.11) e "sentidos" (l.12) foram empregados como sinônimos.

b) Seria mantida a correção gramatical do texto caso o trecho "é utilizado" (l.18) fosse substituído por se utiliza.

c) A correção gramatical do texto seria mantida caso a forma verbal "é" (l.2) fosse flexionada no plural — são — para concordar com "razões".

d) O vocábulo "correntes" (l.3) foi empregado no texto no sentido de fluentes.

e) Seria mantida a correção gramatical do texto caso fosse suprimido o acento indicativo de crase em "à capacidade do trabalhador" (l.9).

Texto 4A2AAA

O espaço urbano foi organizado de sorte a favorecer as operações de circulação, compra e venda de mercadorias; e, ao mesmo tempo, nele se oferece ao consumo uma diversidade de localizações, paisagens, topografias físicas e simbólicas que são de diferentes modos incorporadas à dinâmica mercantil. Hoje, podemos talvez acrescentar que a cidade se torna o lugar do consumismo e do consumismo de lugar. O que isso quer dizer e que implicações isso tem para o compartilhamento da cidade como espaço público?

Sabemos que a cidade é o lugar preferencial da realização do consumismo de bens. Mas, também, vale dizer que, com o advento do urbanismo competitivo, é o lugar do consumismo de lugares, por meio das dinâmicas da cidade-espetáculo, dos megaeventos e do esforço de venda de imaginadores urbanos com suas obras fundadas em um culturalismo de mercado. O planejamento estratégico do urbanismo de mercado propõe-se, na atualidade, a realizar um esforço de venda macroeconômico dos lugares, o que faz do consumismo de lugares um modo particular de articulação entre o rentismo imobiliário e a competição interurbana por capitais. Para isso concorre o consumismo publicitário privatizante dos espaços da cidade.

Por outro lado, conforme observa o economista Pierre Veltz, os novos requisitos da espacialidade das empresas nas cidades exprimem hoje "o paradoxo segundo o qual os recursos não mercantis não veem seu papel diminuir, mas, ao contrário, se afirmar e se estender nas economias avançadas e concorrenciais". Isso é exemplificado pela luta dos pescadores artesanais da Associação Homens do Mar em defesa do caráter público da Baía da Guanabara e pelas manifestações maciças de ciclistas pelo direito ao espaço público nas cidades. Tratando-se de bens não mercantis em disputa, os conflitos por apropriação dos recursos urbanos apresentam forte potencial de politização, seja na busca de acesso equânime a ambientes saudáveis, seja na eliminação de controles policiais discriminatórios.

Para Abba Lerner, Prêmio Nobel de Economia de 1954, toda transação econômica realizada é um conflito político resolvido. Inversamente, podemos sustentar que toda disputa pelos recursos não mercantis das cidades — saúde e saneamento, mobilidade, meio ambiente, segurança — não redutível a relações de compra e venda configura conflitos políticos em potencial.

Henri Acselrad. Cidade – espaço público? A economia política do consumismo nas e das cidades. In: Revista UFMG, v. 20, n.º 1, jan.–jun./2013, p. 234-247 (com adaptações).

Com relação aos sentidos do texto 4A2AAA, julgue o item a seguir.

66. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) No segundo período do terceiro parágrafo, os termos "pela luta" (l.18), "pelas manifestações" (l.19) e "pelo direito" (l.19-20) funcionam como agentes da passiva.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto 4A2AAA, julgue o item que se segue.

67. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) O termo "bens não mercantis em disputa" (l.20) exerce a função de sujeito da oração em que ocorre e é o referente do pronome "se", em "Tratando-se" (l.20).

Texto 7A3CCC

O Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas (ONU) encerrou sua 36.ª sessão em Genebra, na qual adotou trinta e três resoluções, sendo vinte delas por consenso.

As resoluções abordam vários temas e situações de direitos humanos no Iêmen, no Burundi, em Mianmar, na Síria, na República Democrática do Congo, na República Centro-Africana, no Sudão, na Somália e no Camboja.

No último dia de trabalho do CDH para a sessão, o órgão adotou uma resolução prorrogando o mandato da missão internacional independente de investigação sobre Mianmar. Também foi aprovado um texto sobre a cooperação com a ONU, seus representantes e mecanismos no campo dos direitos humanos.

O CDH solicitou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que estabelecesse — até o final de 2017 — um grupo de peritos internacionais e regionais, por um período de pelo menos um ano, a fim de monitorar e relatar a situação dos direitos humanos no Iêmen e de realizar uma investigação abrangente de todas as alegações de violações e abusos de direitos humanos.

Internet: <nacoesunidas.org/> (com adaptações).

A respeito dos aspectos linguísticos do texto 7A3CCC, julgue o item a seguir.

68. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) A expressão "o órgão" (l. 6) retoma "CDH" (l.8) e exerce função de sujeito da oração em que está inserida.

Texto 4A4AAA

A linguagem — seja ela oral ou escrita, seja mímica ou semafórica — é um sistema de símbolos, signos ou signos-símbolos, voluntariamente produzidos e convencionalmente aceitos, mediante o qual o ser humano se comunica com seus semelhantes, expressando suas ideias, sentimentos ou desejos.

A linguagem ideal seria aquela em que cada palavra designasse apenas uma coisa, correspon-

desse a uma só ideia ou conceito, tivesse um só sentido. Como tal não ocorre em nenhuma língua conhecida, as palavras são, por natureza, enganosas, porque polissêmicas ou plurivalentes.

Isoladas de contexto ou situação, as palavras quase nada significam de maneira precisa, inequívoca (Ogden e Richards são radicais: "as palavras nada significam por si mesmas"): "...o que determina o valor da palavra é o contexto, o qual, a despeito da variedade de sentidos de que a palavra seja suscetível, lhe impõe um valor 'singular'; é o contexto também que a liberta de todas as representações passadas, nela acumuladas pela memória, e que lhe atribui um valor 'atual'". Assim, por mais condicionada que esteja a significação de uma palavra ao seu contexto, sempre subsiste nela, palavra, um núcleo significativo mais ou menos estável e constante, além de outros traços semânticos potenciais em condições de se evidenciarem nos contextos em que ela apareça. Se, como entendem Ogden e Richards, as palavras por si mesmas nada significassem, a cada novo contexto elas adquiririam significação diferente, o que tornaria praticamente impossível a própria intercomunicação linguística.

Othon M. Garcia. Comunicação em Prosa Moderna. 21.ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 175-6 (com adaptações).

69. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) Na oração "que lhe atribui um valor 'atual'" (l.11), o elemento "que" exerce a função de complemento direto da forma verbal "atribui".

Texto CB1A2AAA

No direito brasileiro convencional, a relação entre a espécie humana e as demais espécies animais limita-se à tutela dos animais pelo poder público em função da sua utilidade enquanto fauna brasileira intrínseca ao meio ambiente equilibrado. Alguns doutrinadores brasileiros inovadores defendem a existência de um direito animal, ou seja, de direitos garantidos aos animais não humanos como sujeitos.

A Constituição de 1988 contém uma norma que protege os animais, independentemente de sua origem ou classificação. Porém, a proteção que lhes é garantida baseia-se em um argumento puramente utilitarista: os animais são protegidos com a finalidade de garantir um hábitat saudável às atuais e futuras gerações humanas.

Desprovidos de valor próprio e de relevância jurídica no direito penal, os animais são tema de direito civil. Ainda são estudados na atualidade brasileira, sob a influência do direito romano, como simples coisas semoventes, como se desprovidos fossem da capacidade de sentir dor ou apego. Em jurisprudência majoritária, são apenas objetos que possuem a capacidade de se mover e que podem proporcionar lucros aos seus proprietários.

Nathalie Santos Caldeira Gomes. Ética e dignidade animal. Internet: (com adaptações).

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto CB1A2AAA, julgue o item seguinte.

70. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A oração "que protege os animais" (l.5) delimita o sentido do termo "norma" (l.5).

Texto 4A4AAA

A linguagem — seja ela oral ou escrita, seja mímica ou semafórica — é um sistema de símbolos, signos ou signos-símbolos, voluntariamente produzidos e convencionalmente aceitos, mediante o qual o ser humano se comunica com seus semelhantes, expressando suas ideias, sentimentos ou desejos.

A linguagem ideal seria aquela em que cada palavra designasse apenas uma coisa, correspondesse a uma só ideia ou conceito, tivesse um só sentido. Como tal não ocorre em nenhuma língua conhecida, as palavras são, por natureza, enganosas, porque polissêmicas ou plurivalentes.

Isoladas de contexto ou situação, as palavras quase nada significam de maneira precisa, inequívoca (Ogden e Richards são radicais: "as palavras nada significam por si mesmas"): "...o que determina o valor da palavra é o contexto, o qual, a despeito da variedade de sentidos de que a palavra seja suscetível, lhe impõe um valor 'singular'; é o contexto também que a liberta de todas as representações passadas, nela acumuladas pela memória, e que lhe atribui um valor 'atual'". Assim, por mais condicionada que esteja a significação de uma palavra ao seu contexto, sempre subsiste nela, palavra, um núcleo significativo mais ou menos estável e constante, além de outros traços semânticos potenciais em condições de se evidenciarem nos contextos em que ela apareça. Se, como entendem Ogden e Richards, as palavras por si mesmas nada significassem, a cada novo contexto elas adquiririam significação diferente, o que tornaria praticamente impossível a própria intercomunicação linguística.

Othon M. Garcia. Comunicação em Prosa Moderna. 21.ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 175-6 (com adaptações).

71. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) A palavra "Isoladas" (l.7) introduz uma oração reduzida que, no texto, apresenta valor condicional.

Texto CG3A1BBB

Competência é uma palavra polissêmica. Uma das razões da variabilidade de seu significado é a diversidade dos contextos e dos campos de conhecimento em que ela é usada. Em 1986, o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa apresentou o seguinte verbete para os usos correntes à época:

> Competência (do latim *competentia*) s. f. 1. Faculdade concedida por lei para um funcionário, juiz ou tribunal para apreciar e julgar certos pleitos ou questões. 2. Qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa; capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade. 3. Oposição, conflito, luta.

Os dois primeiros sentidos, transpostos para o mundo do trabalho, indicam que a palavra competência refere-se ou às atribuições do cargo ou à capacidade do trabalhador de apreciar, resolver ou fazer alguma coisa.

Posteriormente, o Dicionário Houaiss atribuiu dez significados ao termo. Os sete primeiros são especificações ou derivações dos três sentidos já registrados no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Os outros três sentidos são relacionados à gramática, à hidrografia, à linguística, à medicina e à psicologia.

Acompanhando essa tendência, a área educacional, em especial a da educação profissional, tem multiplicado os sentidos e usos da palavra competência. Por exemplo, ao se discutir uma proposta educacional baseada em competências, é importante especificar o conceito de competência adotado e a forma como ele é utilizado para se discutir o modelo pedagógico decorrente.

J. A. Külller e N. de F. Rodrigo. Metodologia de desenvolvimento de competências. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2014, p. 39 (com adaptações).

72. (2017/TRE PE/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No texto CG3A1BBB, a oração "ao se discutir uma proposta educacional baseada em competências" (l. 16 e 17) exprime, no período em que ocorre, uma ideia de

a) finalidade.

b) conclusão.

c) causa.

d) consequência.

e) tempo.

Texto CB1A1AAA

Na mídia em geral, nos discursos políticos, em mensagens publicitárias, na fala de diferentes atores sociais, enfim, nos diversos contextos em que a comunicação se faz presente, deparamo-nos repetidas vezes com a palavra cidadania. Esse largo uso, porém, não torna evidente seu significado. Ao contrário, o fato de admitir vários empregos deprecia seu valor conceitual, isto é, sua capacidade de nos fazer compreender certa ordem de eventos. Por que, então, a palavra cidadania é constantemente evocada, se o seu significado é tão pouco esclarecido?

Uma resposta possível a essa indagação começa pelo reconhecimento de que há um considerável avanço da agenda igualitária no mundo e, decorrente disso, uma valorização sem precedentes da ideia de direitos. O fenômeno é mundial, afeta, de modos e em graus distintos, todas as sociedades e aponta para uma democratização progressiva e sustentada das repúblicas. Observam-se também, nesse contexto, passagens contínuas da condição de indivíduo à de cidadão, na medida em que temas do domínio privado que, por sua incidência e relevância, passam a ser amplamente debatidos na esfera pública podem influenciar o sistema político a torná-los matéria de interesse geral e, no limite, direitos positivados.

Em suma, reconhecer a centralidade que assumiu a discussão sobre direitos ajuda a entender a atual onipresença da palavra cidadania. Mas avançar na elucidação desse fenômeno impõe perceber

que, ao lado da valorização dos direitos, se desenvolve igualmente a certeza de que o caminho para efetivá-los é a mobilização pública do sentimento de justiça, e não a ativação de métodos persona-
19 listas de acesso a eles. Em outras palavras, considera-se cada vez mais importante que os direitos estejam fortemente conectados com a plena autonomia política dos indivíduos, de modo que não sejam vividos como favores concedidos por governantes, filantropos, patronos ou equivalentes.

Maria Alice Rezende de Carvalho. Cidadania e direitos. In: André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (Orgs.). Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (com adaptações).

73. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A correção gramatical e os sentidos do texto CB1A1AAA seriam preservados caso se isolasse por vírgulas

a) o trecho "avançar na elucidação desse fenômeno" (l.16).

b) o trecho "que assumiu a discussão sobre direitos" (l.15).

c) a expressão "repetidas vezes" (l.3).

d) a palavra "sustentada" (l.10).

Texto CG1A1AAA

1 Somente em um sistema de democracia indireta ou representativa existem partidos políticos. A democracia indireta ou representativa, segundo Kelsen, é aquela em que a função legislativa é exercida por um parlamento eleito pelo povo, e as funções administrativa e judiciária são exercidas
4 por funcionários igualmente escolhidos por um eleitorado. Dessa forma, um governo é representativo quando os seus funcionários, durante a ocupação do poder, refletem a vontade do eleitorado e são responsáveis para com este.

7 Como o sistema de democracia representativa procurava representar uma unidade, os partidos políticos foram vistos com maus olhos em um primeiro momento. Em seu início, não tinham sequer o respaldo da Constituição.

10 Kelsen explica que os partidos políticos surgiram porque, em uma democracia parlamentar, o indivíduo isolado tem pouca influência sobre a criação dos órgãos legislativos e executivos. Assim, para obter influência, ele tem de se associar a outros que compartilhem as suas opiniões políticas.
13 Para o autor, o partido político é um veículo essencial para a formação da vontade pública em uma democracia parlamentar.

Ana Cláudia Santano. Os partidos políticos. Internet: <www.egov.ufsc.br> (com adaptações).

74. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No que diz respeito à pontuação, assinale a opção que apresenta proposta de reescrita que mantém a correção do segundo parágrafo do texto CG1A1AAA.

a) Como o sistema de democracia representativa procurava representar uma unidade, os partidos políticos foram vistos com maus olhos em um primeiro momento, em seu início, os partidos políticos não tinham sequer o respaldo da Constituição.

b) Como o sistema de democracia representativa procurava representar uma unidade, os partidos políticos foram vistos com maus olhos em um primeiro momento; em seu início, os partidos políticos não tinham sequer o respaldo da Constituição.

c) Como o sistema de democracia representativa procurava representar uma unidade, os partidos políticos foram vistos com maus olhos em um primeiro momento. Em seu início, os partidos políticos não tinham sequer, o respaldo da Constituição.

d) Como o sistema de democracia representativa, procurava representar uma unidade, os partidos políticos foram vistos com maus olhos em um primeiro momento. Em seu início, os partidos políticos não tinham sequer o respaldo da Constituição.

e) Como o sistema de democracia representativa procurava representar uma unidade os partidos políticos foram vistos com maus olhos em um primeiro momento. Em seu início, os partidos políticos não tinham sequer o respaldo da Constituição.

TEXTO CG2A1BBB

Informações genéricas sobre a origem do ato de votar encontram-se no campo da história política. Remonta a origem do voto aos tempos mais remotos, à escolha de chefes militares das comunidades primitivas por meio da aclamação dos guerreiros, então os únicos eleitores. Com o tempo, esses chefes tornavam-se governantes também em época de paz. Só tardiamente surgiu a necessidade de organizar disciplinadamente essa escolha.

Na Grécia, a primeira legislação eleitoral é atribuída pela tradição ao lendário Licurgo e a Sólon, que, em 594 a.C., anistiou as dívidas dos camponeses e, ao diminuir os poderes da aristocracia, reestruturou as instituições políticas e deu direito de voto aos trabalhadores livres sem bens. Em Roma, o voto advém das reformas de Sérvio Túlio, que tendem à formação de um corpo eleitoral e à fixação de processos de votação.

No início da Idade Média, as monarquias germânicas continuaram sendo teoricamente, e por vezes praticamente, eletivas, como a monarquia visigótica. No entanto, foi sobretudo no âmbito da Igreja que se utilizaram as eleições, embora com um eleitorado restrito. Eleitos também eram o imperador alemão e certos governantes italianos. E, ainda que na Inglaterra o parlamento tenha se instaurado no século XIII, somente mais tarde, com a influência da Revolução Francesa, as eleições parlamentares começaram a ser regulamentadas.

Na época moderna, as eleições estão ligadas ao sistema de governo representativo e ao preenchimento de cargos executivos. É nessa época que se fortalece a ideia de que a eleição é a forma pela qual as pessoas em uma sociedade escolhem politicamente candidatos ou partidos por meio do voto. Quer dizer: apesar de o uso do voto ser ancestral, a organização do sistema eleitoral tem origem no século XVII, com o surgimento de governos representativos na Europa e na América do Norte. É o sistema eleitoral que diz como é escolhido um representante ou decidida uma questão. Assim, o conceito de eleição implica que sejam reconhecidos os eleitores e que eles sejam contemplados com alternativas, que possam escolher uma entre várias propostas (ou representantes) designadas para resolver determinados problemas públicos. A existência de alternativas torna-se, portanto, uma condição necessária para que a eleição seja genuinamente democrática.

Origem do voto. Internet: <www.sul21.com.br> (com adaptações).

75. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A correção gramatical e o sentido original do texto CG2A1BBB seriam preservados caso fosse substituída por travessão a vírgula empregada imediatamente após

a) "ancestral" (l.20).

b) "guerreiros" (l.3).

c) "aristocracia" (l.7).

d) "teoricamente" (l.11).

e) "Francesa" (l.15).

Texto CB1A2AAA

No direito brasileiro convencional, a relação entre a espécie humana e as demais espécies animais limita-se à tutela dos animais pelo poder público em função da sua utilidade enquanto fauna brasileira intrínseca ao meio ambiente equilibrado. Alguns doutrinadores brasileiros inovadores defendem a existência de um direito animal, ou seja, de direitos garantidos aos animais não humanos como sujeitos.

A Constituição de 1988 contém uma norma que protege os animais, independentemente de sua origem ou classificação. Porém, a proteção que lhes é garantida baseia-se em um argumento puramente utilitarista: os animais são protegidos com a finalidade de garantir um hábitat saudável às atuais e futuras gerações humanas.

Desprovidos de valor próprio e de relevância jurídica no direito penal, os animais são tema de direito civil. Ainda são estudados na atualidade brasileira, sob a influência do direito romano, como simples coisas semoventes, como se desprovidos fossem da capacidade de sentir dor ou apego. Em jurisprudência majoritária, são apenas objetos que possuem a capacidade de se mover e que podem proporcionar lucros aos seus proprietários.

Nathalie Santos Caldeira Gomes. Ética e dignidade animal. Internet: (com adaptações).

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto CB1A2AAA, julgue os itens seguintes.

76. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A correção gramatical e a coerência do texto seriam mantidas caso o vocábulo "inovadores" (l.3) fosse isolado por vírgulas.

77. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Caso fosse inserida vírgula após "poder público" (l.2), a correção gramatical do texto seria mantida.

Acerca dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto CB1A2AAA, julgue os itens a seguir.

78. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A inserção de uma vírgula imediatamente após "objetos" (l.13) manteria a correção gramatical e o sentido original do período.

79. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No segundo parágrafo, o trecho que se segue aos dois-pontos descreve aquilo em que consiste o "argumento puramente utilitarista" (l. 7 e 8).

Texto 7A3AAA

Botelho conhecia as faltas de Estela como as palmas das próprias mãos. O Miranda mesmo, que o via em conta de amigo fiel, muitas e muitas vezes lhas confiara em ocasiões desesperadas de desabafo, declarando francamente o quanto no íntimo a desprezava e a razão por que não a punha na rua aos pontapés. E o Botelho dava-lhe toda a razão: entendia também que os sérios interesses comerciais estavam acima de tudo.

— Uma mulher naquelas condições, dizia ele convicto, representa nada menos que o capital, e um capital em caso nenhum a gente despreza! Agora, você o que devia era nunca chegar-se para ela...

— Ora! Explicava o marido. Eu me sirvo dela como quem se serve de uma escarradeira!

O parasita, feliz por ver quanto o amigo aviltava a mulher, concordava em tudo plenamente, dando-lhe um carinhoso abraço de admiração. Mas por outro lado, quando ouvia Estela falar do marido, com infinito desdém e até com asco, ainda mais resplandecia de contente.

Aluísio Azevedo. O cortiço. Internet: <www.dominiopublico.gov.br> (com adaptações)

No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto 7A3AAA, julgue o item a seguir.

80. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam mantidos caso fossem retiradas as vírgulas que isolam o trecho "dizia ele convicto" (l.6).

Texto 7A3BBB

O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF1) determinou a imediata paralisação das atividades de mineração do empreendimento Onça Puma, subsidiária da Vale S.A., até que seja comprovada a implantação do plano de gestão econômica e ambiental e das demais medidas compensatórias em favor das comunidades indígenas afetadas.

Os representantes das comunidades Xikrins e Kayapós defenderam a paralisação imediata das atividades de mineração do empreendimento Onça Puma sob o fundamento de que a exploração de minério em áreas próximas às terras indígenas localizadas na sub-bacia do rio Catete e do igarapé Carapanã está trazendo impactos negativos aos índios da região. Sustentaram os índios que a responsabilidade do TRF1 no julgamento da questão é muito importante.

A Vale S.A. e o estado do Pará, por intermédio de seus representantes, buscaram a rejeição dos argumentos das comunidades indígenas, a fim de permitir a continuidade das atividades. A defesa da empresa se ateve a questões processuais, enquanto o procurador do estado do Pará afirmou que a paralisação das atividades ocasionará prejuízos irreversíveis ao estado, tais como aumento do índice de desemprego e queda na arrecadação de impostos.

Internet: <portal.trf1.jus.br> (com adaptações)

Julgue o item subsequente, a respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto 7A3BBB.

81. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) A supressão das vírgulas que isolam o trecho "por intermédio dos seus representantes" (l.10) manteria a correção gramatical do texto.

Texto 4A2AAA

O espaço urbano foi organizado de sorte a favorecer as operações de circulação, compra e venda de mercadorias; e, ao mesmo tempo, nele se oferece ao consumo uma diversidade de localizações,

paisagens, topografias físicas e simbólicas que são de diferentes modos incorporadas à dinâmica mercantil. Hoje, podemos talvez acrescentar que a cidade se torna o lugar do consumismo e do consumismo de lugar. O que isso quer dizer e que implicações isso tem para o compartilhamento da cidade como espaço público?

Sabemos que a cidade é o lugar preferencial da realização do consumismo de bens. Mas, também, vale dizer que, com o advento do urbanismo competitivo, é o lugar do consumismo de lugares, por meio das dinâmicas da cidade-espetáculo, dos megaeventos e do esforço de venda de imaginadores urbanos com suas obras fundadas em um culturalismo de mercado. O planejamento estratégico do urbanismo de mercado propõe-se, na atualidade, a realizar um esforço de venda macroeconômico dos lugares, o que faz do consumismo de lugares um modo particular de articulação entre o rentismo imobiliário e a competição interurbana por capitais. Para isso concorre o consumismo publicitário privatizante dos espaços da cidade.

Por outro lado, conforme observa o economista Pierre Veltz, os novos requisitos da espacialidade das empresas nas cidades exprimem hoje "o paradoxo segundo o qual os recursos não mercantis não veem seu papel diminuir, mas, ao contrário, se afirmar e se estender nas economias avançadas e concorrenciais". Isso é exemplificado pela luta dos pescadores artesanais da Associação Homens do Mar em defesa do caráter público da Baía da Guanabara e pelas manifestações maciças de ciclistas pelo direito ao espaço público nas cidades. Tratando-se de bens não mercantis em disputa, os conflitos por apropriação dos recursos urbanos apresentam forte potencial de politização, seja na busca de acesso equânime a ambientes saudáveis, seja na eliminação de controles policiais discriminatórios.

Para Abba Lerner, Prêmio Nobel de Economia de 1954, toda transação econômica realizada é um conflito político resolvido. Inversamente, podemos sustentar que toda disputa pelos recursos não mercantis das cidades — saúde e saneamento, mobilidade, meio ambiente, segurança — não redutível a relações de compra e venda configura conflitos políticos em potencial.

Henri Acselrad. Cidade – espaço público? A economia política do consumismo nas e das cidades. In: Revista UFMG, v. 20, n.º 1, jan.–jun./2013, p. 234-247 (com adaptações).

A respeito dos aspectos linguísticos do texto 4A2AAA, julgue os itens que se seguem.

82. 2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) Na linha 2, o emprego de ponto e vírgula justifica-se porque a segunda oração do período apresenta elementos em série.

83. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) É facultativo o emprego de vírgulas para isolar a expressão 'ao contrário' (l.17).

Texto 7A3CCC

O Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas (ONU) encerrou sua 36.ª sessão em Genebra, na qual adotou trinta e três resoluções, sendo vinte delas por consenso.

As resoluções abordam vários temas e situações de direitos humanos no Iêmen, no Burundi, em Mianmar, na Síria, na República Democrática do Congo, na República Centro-Africana, no Sudão, na Somália e no Camboja.

No último dia de trabalho do CDH para a sessão, o 10 órgão adotou uma resolução prorrogando o mandato da missão internacional independente de investigação sobre Mianmar. Também foi aprovado um texto sobre a cooperação com a ONU, seus representantes e mecanismos no campo dos direitos humanos.

O CDH solicitou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que estabelecesse — até o final de 2017 — um grupo de peritos internacionais e regionais, por um período de pelo menos um ano, a fim de monitorar e relatar a situação dos direitos humanos no Iêmen e de realizar uma investigação abrangente de todas as alegações de violações e abusos de direitos humanos.

Internet: <nacoesunidas.org/> (com adaptações).

A respeito dos aspectos linguísticos do texto 7A3CCC, julgue o item a seguir.

84. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) Não haveria prejuízo gramatical para o texto se, em seu último parágrafo, os travessões fossem substituídos por vírgulas.

Texto 4A4AAA

A linguagem — seja ela oral ou escrita, seja mímica ou semafórica — é um sistema de símbolos, signos ou signos-símbolos, voluntariamente produzidos e convencionalmente aceitos, mediante o qual o ser humano se comunica com seus semelhantes, expressando suas ideias, sentimentos ou desejos.

A linguagem ideal seria aquela em que cada palavra designasse apenas uma coisa, correspondesse a uma só ideia ou conceito, tivesse um só sentido. Como tal não ocorre em nenhuma língua conhecida, as palavras são, por natureza, enganosas, porque polissêmicas ou plurivalentes.

Isoladas de contexto ou situação, as palavras quase nada significam de maneira precisa, inequívoca (Ogden e Richards são radicais: "as palavras nada significam por si mesmas"): "...o que determina o valor da palavra é o contexto, o qual, a despeito da variedade de sentidos de que a palavra seja suscetível, lhe impõe um valor 'singular'; é o contexto também que a liberta de todas as representações passadas, nela acumuladas pela memória, e que lhe atribui um valor 'atual'". Assim, por mais condicionada que esteja a significação de uma palavra ao seu contexto, sempre subsiste nela, palavra, um núcleo significativo mais ou menos estável e constante, além de outros traços semânticos potenciais em condições de se evidenciarem nos contextos em que ela apareça. Se, como entendem Ogden e Richards, as palavras por si mesmas nada significassem, a cada novo contexto elas adquiririam significação diferente, o que tornaria praticamente impossível a própria intercomunicação linguística.

Othon M. Garcia. Comunicação em Prosa Moderna. 21.ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 175-6 (com adaptações).

85. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) Na linha 12, o termo "palavra", entre vírgulas, foi empregado para deixar claro o referente do vocábulo "nela", evitando-se, assim, uma interpretação ambígua do período.

86. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA) Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, a vírgula inserida logo após "semelhantes" (l.3) poderia ser suprimida.

TEXTO IV

A classe dedicada ao comércio, marcada pela compra e venda de mercadorias ou na colocação de dinheiro, não representava, no Império, o padrão social dominante. Os comerciantes eram, em grande parte, estrangeiros; o ramo mais saliente do comércio, o ligado ao escravo, sujava as mãos dos que com ele enriqueciam. Um título de comendador ou de barão dourava o busto do empresário, mas não o nobilitava, visto que o nobre pertencia a uma camada diversa, composta, sob o ponto de vista profissional ou econômico, de letrados ou senhores de rendas. O homem que traficava — membro da classe lucrativa ou aquisitiva —, para se qualificar socialmente, embriagou-se, perdidamente, na imitação do estilo ou nos traços secundários da classe proprietária e do estamento. Elevava-se, se enriquecido — elevava-se é o termo certo — a uma categoria superior no desfrute ostentatório de rendas, transformando a natureza de seu patrimônio, ou ingressava na política e no governo, preocupado em amortecer a cintilação equívoca da origem. Era quase uma situação colonial, com a ascensão, nem sempre possível no espaço de uma geração, do albardeiro ao círculo dos fidalgos. Em meados do século XIX o velho equilíbrio se rompe, fio a fio, imperceptivelmente, na quebra de secular estrutura econômica e social. Consequência da nova dinâmica, que agita e move a sociedade, será a emancipação de uma classe inteira, até aí pejada, impedida e entorpecida em seus passos. Dentro da consciência do homem que enriqueceu no trato de mercadorias e de valores, haverá agora uma crise. O Dr. Félix (Ressurreição) ou Rubião (Quincas Borba), aquinhoados pela inesperada herança, trataram de aplicar os bens para que eles lhes proporcionassem renda segura e estável.

Outra é a conduta de Mauá, como será a de Palha (Quincas Borba), Cotrim (Memórias Póstumas) ou de Santos (Esaú e Jacó). Homens do comércio, não convertem o patrimônio em prestações de renda, mas continuam presos aos seus negócios, perseguindo o infinito, imantados por outros desígnios, alimentados por uma nova sociedade. Mas há a crise. Rubião a vive, já, no último quartel do século, em sentido contrário, atraído pelos lucros do comércio e não pelo comércio. Mauá a sentirá, no sentido autêntico: dos doze aos trinta e dois anos, vergado no balcão e sócio de comerciante, torna-se dono de respeitável fortuna. Fiel à ordem dominante, não a calcula em bons e vistosos contos de réis, mas por sua renda, que seria superior a 50 contos anuais. A renda e não o capital dava a nota de grandeza, de opulência, para encher os olhos e provocar a admiração. "Já se vê que, — confessava, aludindo ao ano de 1846 — ao engolfar-me em outra esfera de atividade, possuía eu uma fortuna satisfatória, que me convidava a desfrutá-la. Travou-se em meu espírito,

nesse momento, uma luta vivaz entre o egoísmo, que em maior ou menor dose habita o coração humano, e as ideias generosas que em grau elevado me arrastavam a outros destinos...". O egoísmo seria a fruição do capital, sem suor e angústias; o impulso contrário, a expansão da economia, que se identificaria, para a classe lucrativa, com o progresso do país. Certo de seu papel dinâmico na sociedade, criando atividades novas e aprimorando as existentes; esse estrato ganha relevo e autonomia, sem que se esconda atrás do biombo, dourado de tradição e respeitabilidade, da classe proprietária. É hostil, como conjunto, ao ócio dos homens de renda e ao prestígio do estamento político, que maneja o poder do alto e de cima, sem consultar-lhe as preferências nem lhe pedir orientação e conselho. Atente-se: a classe lucrativa tem conduta adversa ao estilo de vida da camada dirigente, não obstante a explore, e viva, em grande parte, de seus favores, numa espécie de capitalismo político, dependente e subordinado ao Estado.

Raymundo Faoro. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 225-7 (com adaptações).

Com referência ao texto IV, julgue (C ou E) o próximo item.

87. (2017/IRBR/TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA) Na linha 14, o emprego da vírgula logo após a expressão "da nova dinâmica" bem como o emprego do artigo definido em "da" indicam que a oração "que agita e move a sociedade" (l.14) não participa da construção da referência dessa expressão.

Texto CG2A1AAA

A evolução do modo de comunicação social, da antiga sociedade do face a face à moderna sociedade de massas, fez-se em função do estado da técnica. Sem a invenção dos caracteres móveis de imprensa, no século XV, seria impossível haver jornais. De modo semelhante, no século XX, a Internet inaugurou a era da comunicação global, pela utilização conjugada do telefone e do computador. As vias de comunicação evoluíram no sentido de uma conjugação de veículos e técnicas, para criar uma rede complexa e global, que congrega desde empresas de produção da comunicação (imprensa, televisão etc.) até a indústria da informática. As consequências dessa estupenda transformação técnico-econômica não foram ainda assimiladas pela teoria política.

A vida política, como todas as demais formas de relacionamento social, pressupõe a organização de um espaço próprio de comunicação. No regime democrático, esse espaço é necessariamente público, porque o poder político supremo pertence ao povo.

Na realidade, porém, a organização do espaço público de comunicação — não só em matéria política, como também econômica, cultural ou religiosa — faz-se, hoje, com o alheamento do povo. Assim, enquanto nos regimes autocráticos a comunicação social constitui monopólio dos governantes, nos países geralmente considerados democráticos o espaço de comunicação social deixa de ser público, para tornar-se, em sua maior parte, objeto de oligopólio da classe empresarial.

O verdadeiro espaço público de deliberação política passou a ser aquele oferecido pelos veículos de comunicação de massa. Nos países em que vigora claramente o regime oligárquico sob aparências democráticas, a exploração dos mais importantes órgãos de comunicação é feita por grupos empresariais privados. Nesses países, o desenrolar das eleições mais importantes faz-se sempre sob a influência decisiva da propaganda veiculada pela grande imprensa, pelo rádio e, sobretudo, pela televisão. Portanto, o debate público sobre as grandes questões da vida política e econômica dessas nações é estruturalmente falseado.

É imperioso que se retome o debate autêntico, que pressuponha a liberdade e a capacidade dos cidadãos de proporem questões a serem discutidas. Para isso, os veículos de expressão coletiva devem ser instrumentos de uso comum de todos.

Fábio Konder Comparato. A era da comunicação de massa e da privatização do espaço público. In: Revista USP, n.º 48, São Paulo, dez.-fev./2000-2001, p. 6-17 (com adaptações).

88. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Em cada uma das opções a seguir é apresentado trecho do texto CG2A1AAA entre aspas seguido de uma proposta de reescrita desse trecho. Assinale a opção em que a proposta de reescrita mantém a correção gramatical e o sentido original do texto.

a) É imperioso que se retome o debate autêntico, que pressuponha a liberdade e a capacidade dos cidadãos de proporem questões a serem discutidas (l. 24 a 25): Urge que seja retomado o debate autêntico, que tenha como pressupostos a liberdade e a capacidade de cada cidadão de apresentar questões para discussão.

b) A vida política, como todas as demais formas de relacionamento social, pressupõe a organização de um espaço próprio de comunicação (l. 9 a 10): Para o exercício da vida política, pressupõe-se locais organizados da própria comunicação, tais como os que ocorre em outras formas de relação social.

c) No regime democrático, esse espaço é necessariamente público, porque o poder político supremo pertence ao povo (l. 10 a 11): Na medida que o poder político maior é o povo quem detém, tal espaço é necessário à todos, que vivem em democracias.

d) Na realidade, porém, a organização do espaço público de comunicação não só em matéria política, como também econômica, cultural ou religiosa faz-se, hoje,

com o alheamento do povo (l. 12 a 13): Todavia, organizar realmente o espaço de comunicação pública é tarefa que efetua-se, agora, com a oposição do povo: tanto no que diz respeito a assuntos políticos e também econômicos, quanto em questões de cultura e religiosidade.

e) Portanto, o debate público sobre as grandes questões da vida política e econômica dessas nações é estruturalmente falseado (l. 22 a 23): Outrossim, nestes países, a discussão em público acerca de grandes temas políticos e econômicos tornam-se falsos, estruturalmente.

Texto CG1A1AAA

Somente em um sistema de democracia indireta ou representativa existem partidos políticos. A democracia indireta ou representativa, segundo Kelsen, é aquela em que a função legislativa é exercida por um parlamento eleito pelo povo, e as funções administrativa e judiciária são exercidas por funcionários igualmente escolhidos por um eleitorado. Dessa forma, um governo é representativo quando os seus funcionários, durante a ocupação do poder, refletem a vontade do eleitorado e são responsáveis para com este.

Como o sistema de democracia representativa procurava representar uma unidade, os partidos políticos foram vistos com maus olhos em um primeiro momento. Em seu início, não tinham sequer o respaldo da Constituição.

Kelsen explica que os partidos políticos surgiram porque, em uma democracia parlamentar, o indivíduo isolado tem pouca influência sobre a criação dos órgãos legislativos e executivos. Assim, para obter influência, ele tem de se associar a outros que compartilhem as suas opiniões políticas. Para o autor, o partido político é um veículo essencial para a formação da vontade pública em uma democracia parlamentar.

Ana Cláudia Santano. Os partidos políticos. Internet: <www.egov.ufsc.br> (com adaptações).

89. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Assinale a opção que apresenta uma proposta de reescrita que preserva o sentido original e a correção gramatical do seguinte trecho do texto CG1A1AAA: A democracia… povo (l. 2 a 3).

a) A democracia indireta ou representativa é aquela que a função legislativa é exercida por um parlamento eleito pelo povo segundo Kelsen.

b) Indireta ou representativa, a democracia, segundo Kelsen, é aquela cuja a fun-

ção legislativa é exercida por um parlamento eleito pelo povo.

c) Conforme Kelsen, a democracia indireta ou representativa é aquela na qual um parlamento eleito pelo povo exerce a função legislativa.

d) Na democracia seja ela indireta ou representativa, a função legislativa é exercida, segundo Kelsen, por um parlamento, eleito pelo povo.

e) A democracia, indireta ou representativa, segundo Kelsen, é aquela onde a função legislativa é exercida, por um parlamento eleito pelo povo.

Texto CB2A1AAA

A pergunta a respeito da exigibilidade ou não de procedimento licitatório prévio para a contratação de serviços profissionais de advocacia não comporta uma resposta genérica, seja em sentido positivo, seja em sentido negativo. Na verdade, o campo de atuação profissional do advogado é bastante amplo e compreende tanto trabalhos usuais, corriqueiros, de pequena complexidade técnica, quanto situações de extrema dificuldade, verdadeiramente polêmicas e de enorme repercussão prática, de ordem tanto econômica quanto propriamente jurídica.

O estudo desse problema exige muita ponderação, repudiando-se, de uma vez, soluções simplistas e extremadas. Nem se pode dizer que toda contratação direta de advogado pelo poder público é lícita, dado o caráter fundamentalmente intelectual e pessoal do trabalho advocatício, nem se pode afirmar que toda e qualquer contratação de advogado deve ser precedida de licitação, em face do princípio da isonomia.

Existem, no entanto, assuntos de grande repercussão política correspondentes a programas ou prioridades determinadas exatamente pela estrutura política eleita democraticamente pelo corpo social, e o tratamento de temas dessa natureza requer a seleção de assistentes jurídicos nomeados para cargos de provimento em comissão ou a contratação temporária de profissionais alheios ao corpo permanente de servidores.

Adilson Abreu Dallari. Contratação de serviços de advocacia pela administração pública. Brasília. a. 35 n. 140 out./dez. 1998. Internet: <www2.senado.leg.br> (com adaptações).

Com relação aos aspectos linguísticos do texto CB2A1AAA, julgue os próximos itens.

90. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No trecho "A pergunta a respeito da exigibilidade ou não de procedimento", a substituição da expressão "a respeito da" por a cerca da manteria a correção e o sentido do texto.

91. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No trecho "Nem se pode dizer que toda contratação direta de advogado pelo poder público é lícita... nem se pode afirmar que toda e qualquer contratação de advogado deve ser precedida de licitação", a substituição das formas verbais "é" e "deve" por seja e deva, respectivamente, não alteraria a correção gramatical do texto.

Texto CG1A1BBB

O Tocantins dá abrigo à mais completa floresta fossilizada do mundo, que viveu no Período Permiano, em uma época anterior à dos dinossauros. No final desse período, o planeta assistiu à maior extinção em massa da fauna e da flora de sua existência.

Os fósseis da floresta foram preservados graças à presença de sílica no ambiente, que se infiltrou nas plantas e conservou seus formatos, por meio do processo de permineralização celular. A infiltração e a impregnação de sílica nas células e nos espaços intercelulares formaram uma matriz inorgânica que sustentou os tecidos das plantas, preservando-os. A origem do agente da permineralização silicosa ainda permanece obscura.

O alto índice de samambaias indica que a região central do Tocantins era, então, uma planície costeira com farto sistema hídrico sob um clima tropical. E o ambiente? Há dúvidas quanto à sua caracterização, isto é, se era amazônico ou parecido com o do cerrado.

Internet: <www.florestalbrasil.com> (com adaptações).

92. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No trecho "em uma época anterior à dos dinossauros" (l.2) do texto CG1A1BBB, o emprego do sinal indicativo de crase decorre da

a) regra de acentuação de palavras monossílabas.

b) presença de expressão adverbial com nome feminino.

c) elipse do nome "época" imediatamente depois de "à" (l.2).

d) regência do adjetivo "anterior" (l.2) e presença do artigo feminino antes do termo elíptico "época".

e) regência do nome "época" (l.2).

Texto CB1A1AAA

Além de ter incorporado, no desempenho de seus cargos, conceitos como os da transparência e da impessoalidade, décadas antes de eles serem consolidados na Constituição Federal de 1988, o renomado escritor Graciliano Ramos foi um gestor em busca da eficiência e que agia com extremo zelo com os recursos públicos.

Não se trata apenas do seu combate ao patrimonialismo e ao nepotismo, mas também do que se designa, hoje, de foco no resultado com responsabilidade fiscal. Um exemplo disso é o fato de que, como prefeito de Palmeira dos Índios, município do agreste alagoano, de 1928 a 1930, ele construiu estradas gastando menos da metade do que se costumava gastar por quilômetro construído pela administração do estado.

O autor foi, também, um gestor público visionário que investia em planejamento urbano, fiscalizava obras pessoalmente e priorizava medidas preventivas para evitar desastres naturais, como enchentes.

Internet: <www.agendaa.com.br> (com adaptações).

No que se refere aos aspectos linguísticos e aos mecanismos de construção da argumentação do texto CB1A1AAA, julgue o próximo item.

93. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam mantidos caso o trecho "se designa" (l.6) fosse alterado para vem designar.

Texto CB1A1BBB

Ofereceram a meu pai o emprego de juiz substituto e ele o aceitou sem nenhum escrúpulo. Nada percebia de lei, possuía conhecimentos gerais muito precários. Mas estava aparentado com senhores de engenho, votava na chapa do governo, merecia a confiança do chefe político — e achou-se capaz de julgar.

Naquele tempo, e depois, os cargos se davam a partidários dóceis, perfeitamente cegos. Isso convinha à justiça. Era necessário absolver amigos, condenar inimigos, sem o que a máquina eleitoral emperraria.

Os magistrados de anel e carta diligenciavam acomodar-se, encolher-se, faziam vista grossa a muita bandalheira. De repente acuavam, tinham melindres que o mandão local não entendia e lançava à conta de má vontade. E lá vinham rixas, viagens rápidas, afrontas, um libelo contestado a punhal ou cacete. Enfim os bacharéis se aguentavam mal. Dispensavam-lhes obséquios, salamaleques — e desviavam-nos.

Os funcionários matutos não vacilavam: ignorando a razão de intransigências, amoleciam imperturbáveis, assinavam despachos redigidos pelo escrivão. Foi assim que meu pai recebeu um título.

Graciliano Ramos. Infância. São Paulo: Record, 2013 (com adaptações).

94. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE MEDICINA (DO TRABALHO)) Assinale a opção que apresenta uma proposta de reescrita que preserva o sentido original e a correção gramatical do seguinte período do texto CB1A1BBB: "Era necessário absolver amigos, condenar inimigos, sem o que a máquina eleitoral emperraria." (l. 6 e 7).

a) Eram necessários, com o objetivo de não atrapalhar o andamento da máquina eleitoral, a absolvição de amigos e a condenação de inimigos.

b) Para que a máquina eleitoral se mantivesse em funcionamento, era preciso absolver amigos bem como condenar inimigos.

c) Sem aquilo que a máquina eleitoral emperraria, faziam-se necessários: absolver amigos e condenar inimigos.

d) Emperraria-se a máquina eleitoral sem amigos absolvidos, nem inimigos condenados.

Texto CB1A2AAA

No direito brasileiro convencional, a relação entre a espécie humana e as demais espécies animais limita-se à tutela dos animais pelo poder público em função da sua utilidade enquanto fauna brasileira intrínseca ao meio ambiente equilibrado. Alguns doutrinadores brasileiros inovadores defendem a existência de um direito animal, ou seja, de direitos garantidos aos animais não humanos como sujeitos.

A Constituição de 1988 contém uma norma que protege os animais, independentemente de sua origem ou classificação. Porém, a proteção que lhes é garantida baseia-se em um argumento puramente utilitarista: os animais são protegidos com a finalidade de garantir um hábitat saudável às atuais e futuras gerações humanas.

Desprovidos de valor próprio e de relevância jurídica no direito penal, os animais são tema de direito civil. Ainda são estudados na atualidade brasileira, sob a influência do direito romano, como simples coisas semoventes, como se desprovidos fossem da capacidade de sentir dor ou apego. Em jurisprudência majoritária, são apenas objetos que possuem a capacidade de se mover e que podem proporcionar lucros aos seus proprietários.

Nathalie Santos Caldeira Gomes. Ética e dignidade animal. Internet: (com adaptações).

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto CB1A2AAA, julgue o item seguinte.

95. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O emprego do sinal indicativo de crase em "à tutela dos animais" (l.2) é facultativo.

Texto CB2A2AAA

O pensamento do filósofo grego Sócrates, no século V a. C., marcou uma reviravolta na história humana. Até então, a filosofia procurava explicar o mundo com base na observação das forças da natureza. A partir de Sócrates, o ser humano voltou-se para si mesmo.

A preocupação do filósofo era levar as pessoas, por meio do autoconhecimento, à sabedoria e à prática do bem. Para o filósofo grego, o papel do educador é, portanto, o de ajudar o discípulo a caminhar nesse sentido, despertando sua cooperação para que ele consiga, por si próprio, iluminar sua inteligência e sua consciência.

Assim, o verdadeiro mestre não é um provedor de conhecimentos, mas alguém que desperta os espíritos. Ele deve, segundo Sócrates, admitir a reciprocidade ao exercer sua função iluminadora, permitindo que os alunos contestem seus argumentos da mesma forma que ele contesta os argumentos dos alunos. Para esse pensador, só a troca de ideias dá liberdade ao pensamento e a sua expressão, condição imprescindível para o aperfeiçoamento do ser humano.

Sócrates. In: Coleção Grandes Pensadores. Revista Nova Escola. Ed. 179, jan.–fev./2005. Internet: (com adaptações)

A respeito das propriedades linguísticas do texto CB2A2AAA, julgue os itens subsequentes.

96. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Em "o papel do educador é, portanto, o de ajudar o discípulo a caminhar nesse sentido", a supressão do trecho "o de" não comprometeria a correção gramatical nem alteraria os sentidos do texto.

97. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No trecho "O pensamento do filósofo grego Sócrates, no século V a. C., marcou uma reviravolta na história humana. Até então, a filosofia procurava explicar", a expressão "Até então" poderia ser substituída por Até aquela época, sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto.

98. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No trecho "A preocupação do filósofo era levar as pessoas, por meio do autoconhecimento, à sabedoria e à prática do bem", o emprego do sinal indicativo de crase em "à sabedoria" e em "à prática do bem" justifica-se por serem termos regidos pela forma verbal "levar" e por estarem precedidos por artigo definido feminino.

Texto 7A1AAA

O tema relativo à economia informal ganhou destaque expressivo na mídia e na literatura especializada a partir do final do século passado. Essa denominação pode envolver fenômenos muito distintos, tais como sonegação fiscal, terceirização, atividades de microempresas, comércio de rua ou ambulante, contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes, trabalho temporário e trabalho em domicílio, entre outros.

A economia informal apresenta um denominador comum no imaginário das pessoas: envolve atividades, trabalhos e rendas que desconsideram as regras expressas em leis ou em procedimentos usuais. As recorrentes menções a esse tema refletem as dificuldades que as organizações, os indivíduos e o coletivo social vêm enfrentando para superar, com as regras legais vigentes ou com os procedimentos-padrão, as mudanças estruturais econômicas, políticas e sociais em andamento.

Se, por um lado, as diferentes situações criadas pela economia informal respondem a demandas legítimas e encaminham possíveis soluções no âmbito da nova ordem econômica e social, por outro, constituem focos de tensões e de desigualdades sociais.

Maria Cristina Cacciamali. Globalização e processo de informalidade. In: Economia e Sociedade. Campinas, (14):153-74, jun./2000 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto 7A1AAA, julgue os itens que se seguem.

99. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) A correção e a coerência do texto seriam mantidas caso a forma verbal "vêm enfrentando" (l.9) fosse substituída por têm enfrentado.

100. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) O emprego de sinal indicativo de crase em "a demandas legítimas" (l. 11 e 12) — à demandas legítimas — não prejudicaria a correção gramatical do texto.

101. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso se substituísse a palavra "economia" (l.1) por trabalho.

102. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) Haveria prejuízo gramatical para o texto caso a palavra "procedimentos-padrão" (l.10) fosse alterada para procedimentos-padrões.

Texto 7A1BBB

A classificação indicativa dos programas da televisão aberta brasileira reflete a defesa da Constituição Federal de 1988 contra os conteúdos televisivos considerados nocivos às crianças. Ela é um serviço prestado pelo Ministério da Justiça, que informa se o conteúdo dos programas televisivos é adequado ou não para o público infantojuvenil, utilizando como base a presença de cenas de sexo e violência. Esse mecanismo classifica os programas de acordo com faixas etárias e horárias.

O Brasil já teve cinco portarias para regulamentar a matéria sobre a classificação indicativa. Considerando os dispositivos constitucionais relacionados à comunicação social e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Ministério da Justiça lançou a primeira dessas portarias, a Portaria n. 773, em 19 de outubro de 1990. Na época, a constitucionalidade desse documento foi questionada.

Vanessa Flores Oliveira e Elton Somensi de Oliveira. Classificação indicativa dos programas da TV aberta brasileira: a liberdade de expressão e seus limites em casos de proteção da criança e do adolescente. In: Revista Direito & Justiça. v. 38, n. 1, p. 30-46, jan.-jun./2012 (com adaptações).

A respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto 7A1BBB, julgue os seguintes itens.

103. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) A correção e os sentidos do texto seriam preservados caso o trecho "contra os" (l.2) fosse substituído por aos.

104. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) A supressão do sinal indicativo de crase em "às crianças" (l.2) comprometeria a correção gramatical do texto.

105. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) Sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto, o trecho "O Brasil já teve cinco portarias para regulamentar a matéria sobre a classificação indicativa" (l.6) poderia ser assim reescrito: No Brasil, já houve cinco portarias para a regulamentação da matéria sobre a classificação indicativa.

106. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) Os sentidos e a correção gramatical do texto seriam preservados caso a locução verbal "foi questionada" (l.9) fosse substituída por havia sido questionada.

Texto 7A3BBB

O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF1) determinou a imediata paralisação das atividades de mineração do empreendimento Onça Puma, subsidiária da Vale S.A., até que seja comprovada a implantação do plano de gestão econômica e ambiental e das demais medidas compensatórias em favor das comunidades indígenas afetadas.

Os representantes das comunidades Xikrins e Kayapós defenderam a paralisação imediata das atividades de mineração do empreendimento Onça Puma sob o fundamento de que a exploração de minério em áreas próximas às terras indígenas localizadas na sub-bacia do rio Catete e do igarapé Carapanã está trazendo impactos negativos aos índios da região. Sustentaram os índios que a responsabilidade do TRF1 no julgamento da questão é muito importante.

A Vale S.A. e o estado do Pará, por intermédio de seus representantes, buscaram a rejeição dos argumentos das comunidades indígenas, a fim de permitir a continuidade das atividades. A defesa da empresa se ateve a questões processuais, enquanto o procurador do estado do Pará afirmou que a paralisação das atividades ocasionará prejuízos irreversíveis ao estado, tais como aumento do índice de desemprego e queda na arrecadação de impostos.

Internet: <portal.trf1.jus.br> (com adaptações)

Julgue os itens subsequentes, a respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto 7A3BBB.

107. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) No contexto em que foi empregada, a forma verbal "buscaram" (l.10) poderia ter sido flexionada no singular, buscou, sem que houvesse prejuízo para a correção gramatical do texto.

108. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) Seriam preservados o sentido e a correção gramatical do texto caso se empregasse o sinal de crase no trecho "se ateve a questões processuais" (l.12).

Texto CB1A1AAA

Na mídia em geral, nos discursos políticos, em mensagens publicitárias, na fala de diferentes atores sociais, enfim, nos diversos contextos em que a comunicação se faz presente, deparamo-nos repetidas vezes com a palavra cidadania. Esse largo uso, porém, não torna evidente seu significado. Ao contrário, o fato de admitir vários empregos deprecia seu valor conceitual, isto é, sua capacidade de nos fazer compreender certa ordem de eventos. Por que, então, a palavra cidadania é constantemente evocada, se o seu significado é tão pouco esclarecido?

Uma resposta possível a essa indagação começa pelo reconhecimento de que há um considerável avanço da agenda igualitária no mundo e, decorrente disso, uma valorização sem precedentes da ideia de direitos. O fenômeno é mundial, afeta, de modos e em graus distintos, todas as sociedades e aponta para uma democratização progressiva e sustentada das repúblicas. Observam-se também, nesse contexto, passagens contínuas da condição de indivíduo à de cidadão, na medida em que temas do domínio privado que, por sua incidência e relevância, passam a ser amplamente debatidos na esfera pública podem influenciar o sistema político a torná-los matéria de interesse geral e, no limite, direitos positivados.

Em suma, reconhecer a centralidade que assumiu a discussão sobre direitos ajuda a entender a atual onipresença da palavra cidadania. Mas avançar na elucidação desse fenômeno impõe perceber que, ao lado da valorização dos direitos, se desenvolve igualmente a certeza de que o caminho para efetivá-los é a mobilização pública do sentimento de justiça, e não a ativação de métodos personalistas de acesso a eles. Em outras palavras, considera-se cada vez mais importante que os direitos estejam fortemente conectados com a plena autonomia política dos indivíduos, de modo que não sejam vividos como favores concedidos por governantes, filantropos, patronos ou equivalentes.

Maria Alice Rezende de Carvalho. Cidadania e direitos. In: André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (Orgs.). Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (com adaptações).

109. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O texto CB1A1AAA indica como possível motivo para o uso frequente da palavra cidadania

a) a crescente relevância alcançada pelos debates públicos acerca de direitos.

b) a incipiente discussão, na esfera pública, acerca de temas do domínio privado.

c) o avanço das iniciativas individualizadas voltadas à efetivação da justiça.

d) a ampliação do acesso à informação, aos veículos de imprensa e à publicidade.

110. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Com relação às ideias do texto CB1A1AAA, julgue os seguintes itens.

I – A maior parte das pessoas emprega a palavra cidadania de modo incorreto em suas conversas informais sobre política.

II – Para que sejam efetivos, os direitos não devem ser obtidos por meio de favores concedidos, entre outros, por políticos e benfeitores.

III – A condição de cidadão é socialmente adquirida, e não herdada de forma natural.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

Texto CB3A1AAA

Um livro é como uma casa. Tem fachada, jardim, sala de visitas, quartos, dependência de empregada e até mesmo cozinha e porão. Suas páginas iniciais, como aquelas conversas cerimoniais que antigamente eram regadas a guaraná geladinho e biscoito champanhe, servem solenemente para dizer ao leitor (esse fantasma que nos chega da rua) o que se diz a uma visita de consideração: que não repare nos móveis, que o dono da morada é modesto e bem-intencionado. (...) Que vá, enfim, ficando à vontade e desculpando alguma coisa...

Assim, se o leitor quiser me acompanhar, eu lhe mostro, daqui da sala de visitas, esta minha nova casa. Diria, inicialmente, que ela começou com uma ideia, e não com um projeto bem-acabado, pois não sou engenheiro civil, mas estudante das coisas humanas. Desse modo, esta coleção de ensaios nasceu da motivação de compreender a sociedade brasileira como alguma coisa totalizada.

Pode estar seguro o meu leitor-visita de que fiz o que pude e de que tentei até mesmo lhe indicar o caminho do quintal e da cozinha. Mas, se mesmo assim tudo lhe for desagradável, se considerar a casa mal construída, se o café estiver frio e fraco, e a cerveja, muito quente, se tudo — enfim — lhe parecer errado ou ruim, então eu só lhe peço que se lembre de uma coisa: a casa, afinal de contas, é brasileira. Nela, se há regras para o anfitrião, há também normas para a visita. E, até mesmo quando não se gosta de algo, se pode dizer isso educada e generosamente. Fique à vontade...

Roberto Damatta. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 5 (com adaptações).

111. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No texto CB3A1AAA, o emprego do termo "fantasma" (l.4) sugere que o leitor é

a) um visitante inconveniente e desagradável.

b) alguém que finge ser outra pessoa.

c) alguém desconhecido, sobre quem nada se sabe.

d) uma pessoa sinistra ou assustadora.

112. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Considerando que, de acordo com seu autor, o texto CB3A1AAA é um fragmento de um livro de ensaios, assinale a opção que corresponde à seção do livro da qual faz parte o referido fragmento.

a) Um dos ensaios, já que apresenta linguagem informal, apropriada a esse gênero textual.

b) Contracapa, pois seu objetivo é convencer alguém a comprar o livro.

c) Conclusão, pois consiste em um pedido de desculpas ao leitor que, por ventura, encontrar problemas na obra.

d) Introdução, visto que convida o leitor a iniciar a leitura dos ensaios.

113. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Em cada uma das opções a seguir é apresentada uma proposta de reescrita para o seguinte período do texto CB3A1AAA: Nela, se há regras para o anfitrião, há também normas para a visita. (l.15). Assinale a opção em que a proposta apresentada preserva o sentido original e a correção gramatical do referido trecho.

a) Nela, caso existam regras para o anfitrião, deverá haver normas para a visita.

b) Nela, o anfitrião tem de seguir as mesmas regras seguidas pela visita.

c) Nela, existem regras não só para o anfitrião, mas também para a visita.

d) Nela, se houverem regras para o anfitrião, haverão normas para a visita.

114. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com o último parágrafo do texto CB3A-1AAA, seu autor

a) admite que o leitor critique seu livro, desde que o faça de modo gentil e construtivo.

b) assegura que o livro terá a aprovação do público se as regras estabelecidas por ele forem obedecidas.

c) rejeita a possibilidade de o leitor não gostar do livro, visto que se esforçou muito para escrevê-lo.

d) determina que o leitor expresse sua opinião caso não goste do livro.

Texto CB1A1AAA

Além de ter incorporado, no desempenho de seus cargos, conceitos como os da transparência e da impessoalidade, décadas antes de eles serem consolidados na Constituição Federal de 1988, o renomado escritor Graciliano Ramos foi um gestor em busca da eficiência e que agia com extremo zelo com os recursos públicos.

Não se trata apenas do seu combate ao patrimonialismo e ao nepotismo, mas também do que se designa, hoje, de foco no resultado com responsabilidade fiscal. Um exemplo disso é o fato de que, como prefeito de Palmeira dos Índios, município do agreste alagoano, de 1928 a 1930, ele construiu estradas gastando menos da metade do que se costumava gastar por quilômetro construído pela administração do estado.

O autor foi, também, um gestor público visionário que investia em planejamento urbano, fiscalizava obras pessoalmente e priorizava medidas preventivas para evitar desastres naturais, como enchentes.

Internet: <www.agendaa.com.br> (com adaptações).

A respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto CB1A1AAA, julgue os itens a seguir.

115. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Depreende-se do texto que Graciliano Ramos, além de literato, foi um administrador público cujo estilo de trabalho pode ser atualmente considerado modelo em gestão pública.

116. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O texto trata da biografia de Graciliano Ramos e informa os motivos que o levaram a abandonar o ofício de escritor para se dedicar à política.

Texto CB2A1AAA

A pergunta a respeito da exigibilidade ou não de procedimento licitatório prévio para a contratação de serviços profissionais de advocacia não comporta uma resposta genérica, seja em sentido positivo, seja em sentido negativo. Na verdade, o campo de atuação profissional do advogado é bastante amplo e compreende tanto trabalhos usuais, corriqueiros, de pequena complexidade técnica, quanto situações de extrema dificuldade, verdadeiramente polêmicas e de enorme repercussão prática, de ordem tanto econômica quanto propriamente jurídica.

O estudo desse problema exige muita ponderação, repudiando-se, de uma vez, soluções simplistas e extremadas. Nem se pode dizer que toda contratação direta de advogado pelo poder público é lícita, dado o caráter fundamentalmente intelectual e pessoal do trabalho advocatício, nem se pode afirmar que toda e qualquer contratação de advogado deve ser precedida de licitação, em face do princípio da isonomia.

Existem, no entanto, assuntos de grande repercussão política correspondentes a programas ou prioridades determinadas exatamente pela estrutura política eleita democraticamente pelo corpo social, e o tratamento de temas dessa natureza requer a seleção de assistentes jurídicos nomeados para cargos de provimento em comissão ou a contratação temporária de profissionais alheios ao corpo permanente de servidores.

Adilson Abreu Dallari. Contratação de serviços de advocacia pela administração pública. Brasília. a. 35 n. 140 out./dez. 1998.

Internet: <www2.senado.leg.br> (com adaptações).

Com relação aos sentidos do texto CB2A1AAA, julgue os itens a seguir.

117. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/1ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Depreende-se do texto que a contratação de serviços profissionais de advocacia por meio de procedimento licitatório requer a análise de profissionais da área.

118. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/1ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No início do segundo parágrafo, o termo problema faz referência à exigibilidade ou não de procedimento licitatório prévio para a contratação de serviços profissionais de advocacia (primeiro período do primeiro parágrafo).

Texto CG2A1AAA

A evolução do modo de comunicação social, da antiga sociedade do face a face à moderna sociedade de massas, fez-se em função do estado da técnica. Sem a invenção dos caracteres móveis de imprensa, no século XV, seria impossível haver jornais. De modo semelhante, no século XX, a Internet inaugurou a era da comunicação global, pela utilização conjugada do telefone e do computador. As vias de comunicação evoluíram no sentido de uma conjugação de veículos e técnicas, para criar uma rede complexa e global, que congrega desde empresas de produção da comunicação (imprensa, televisão etc.) até a indústria da informática. As consequências dessa estupenda transformação técnico-econômica não foram ainda assimiladas pela teoria política.

A vida política, como todas as demais formas de relacionamento social, pressupõe a organização de um espaço próprio de comunicação. No regime democrático, esse espaço é necessariamente público, porque o poder político supremo pertence ao povo.

Na realidade, porém, a organização do espaço público de comunicação — não só em matéria política, como também econômica, cultural ou religiosa — faz-se, hoje, com o alheamento do povo. Assim, enquanto nos regimes autocráticos a comunicação social constitui monopólio dos governantes, nos países geralmente considerados democráticos o espaço de comunicação social deixa de ser público, para tornar-se, em sua maior parte, objeto de oligopólio da classe empresarial.

O verdadeiro espaço público de deliberação política passou a ser aquele oferecido pelos veículos de comunicação de massa. Nos países em que vigora claramente o regime oligárquico sob aparências democráticas, a exploração dos mais importantes órgãos de comunicação é feita por grupos empresariais privados. Nesses países, o desenrolar das eleições mais importantes faz-se sempre sob a influência decisiva da propaganda veiculada pela grande imprensa, pelo rádio e, sobretudo, pela televisão. Portanto, o debate público sobre as grandes questões da vida política e econômica dessas nações é estruturalmente falseado.

É imperioso que se retome o debate autêntico, que pressuponha a liberdade e a capacidade dos cidadãos de proporem questões a serem discutidas. Para isso, os veículos de expressão coletiva devem ser instrumentos de uso comum de todos.

Fábio Konder Comparato. A era da comunicação de massa e da privatização do espaço público. In: Revista USP, n.º 48, São Paulo, dez.-fev./2000-2001, p. 6-17 (com adaptações).

119. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Com relação às ideias do texto CG2A1AAA, assinale a opção correta.

a) A discussão sobre o espaço público de comunicação social restringe-se, no texto, ao contexto político das democracias.

b) Em países onde a oligarquia opera sob aparência democrática, o debate público é controlado por empresas detentoras de meios de comunicação de massa.

c) Em grandes democracias, a televisão e o rádio, nessa ordem, são os veículos que mais influenciam o resultado de eleições.

d) A primeira forma de comunicação social foi o jornal, cujo desenvolvimento foi propiciado pela descoberta dos caracteres de imprensa.

e) As teorias políticas contemporâneas ignoram o efeito da técnica e da variedade de veículos de comunicação de massa na formação da opinião pública.

120. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No texto CG2A-1AAA, o vocábulo "conjugação" (l.5) está empregado com o sentido de

a) conjuração.

b) seleção.

c) segregação.

d) combinação.

e) consolidação.

Texto CG1A1CCC

A injustiça, Senhores, desanima o trabalho, a honestidade, o bem; cresta em flor os espíritos dos moços, semeia no coração das gerações que vêm nascendo a semente da podridão, habitua os homens a não acreditar senão na estrela, na fortuna, no acaso, na loteria da sorte; promove a desonestidade, a venalidade, a relaxação; insufla a cortesania, a baixeza, sob todas as suas formas.

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.

E, nessa destruição geral das nossas instituições, a maior de todas as ruínas, Senhores, é a ruína da justiça, corroborada pela ação dos homens públicos. E, nesse esboroamento da justiça, a mais grave de todas as ruínas é a falta de penalidade aos criminosos confessos, é a falta de punição quando ocorre um crime de autoria incontroversa, mas ninguém tem coragem de apontá-la à opinião pública, de modo que a justiça possa exercer a sua ação saneadora e benfazeja.

Rui Barbosa. Obras completas de Rui Barbosa. Vol. XLI. 1914. Internet: <www.casaruibarbosa.gov.br> (com adaptações)

121. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) No último parágrafo do texto CG1A1CCC, a forma pronominal "la", em "apontá-la" (l.11), retoma

a) "a ruína da justiça" (l. 8 e 9).

b) "autoria incontroversa" (l.11).

c) "ação dos homens públicos" (l.9).

d) "falta de punição" (l.10).

e) "a mais grave de todas as ruínas" (l. 9 e 10).

Texto

As últimas décadas registraram o ressurgimento do campo do conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, das regras e dos modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica surgiu nos Estados Unidos da América (EUA), em um rompimento com a tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Na Europa, a área de política pública despontou como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado: o governo, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, o surgimento da área no mundo acadêmico ocorreu sem relações com bases teóricas sobre o papel do Estado, mas com ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina, que nasceu como subárea da ciência política, abriu o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro caminho, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam nas organizações locais a virtude cívica para promover o "bom" governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para se entender como e por que os governos optam por determinadas ações.

A política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo também ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, inclusive da econometria, já bastante influente em uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que também vem recebendo influência de técnicas quantitativas. Esse seu caráter holístico não implica carência de coerência teórica e metodológica.

Desenhadas e formuladas, as políticas públicas desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Postas em ação, são implementadas, devendo ficar, então, submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Celina Souza. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias. Ano 8, n.º 16, Porto Alegre, jul. – dez./2006, p. 20-45 (com adaptações).

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto precedente, julgue o item a seguir.

122. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A introdução da preposição por imediatamente após "denominado" (l.1) manteria o sentido e a correção gramatical do texto, além de imprimir-lhe mais clareza.

Texto

O sempre surpreendente Guimarães Rosa dizia: "o animal satisfeito dorme". Por trás dessa aparente obviedade está um dos mais importantes alertas contra o risco de cairmos na monotonia existencial, na redundância afetiva e na indigência intelectual. O que o escritor tão bem percebeu é que a condição humana perde substância e energia vital toda vez que o ser humano se sente plenamente confortável com a maneira como as coisas já estão, rendendo-se à sedução do repouso e imobilizando-se na acomodação.

A advertência é preciosa: não esquecer que a satisfação conclui, encerra, termina; a satisfação não deixa margem para a continuidade, para o prosseguimento, para a persistência, para o desdobramento. A satisfação acalma, limita, amortece.

"Nascer sabendo" é uma limitação porque obriga a apenas repetir e, nunca, a criar, inovar, refazer, modificar. Quanto mais nasce pronto, mais refém alguém se torna do que já sabe e, portanto, do passado; aprender sempre é o que mais impede que nos tornemos prisioneiros de situações que, por serem inéditas, não saberíamos enfrentar.

Um bom livro não é aquele que, quando encerramos sua leitura, deixamos um pouco apoiado no colo, absortos e distantes, pensando que não queríamos que terminasse? Uma boa festa, um bom jogo, um bom passeio, uma boa cerimônia não é aquela que queremos que se prolongue?

Com a vida de cada um e de cada uma também tem de ser assim; afinal de contas, não nascemos prontos e acabados. Ainda bem, pois estar satisfeito consigo mesmo é considerar-se terminado e constrangido ao possível da condição do momento.

Diante dessa realidade, deve-se questionar a ideia de que uma pessoa, quanto mais vive, mais velha fica; para que alguém quanto mais vivesse mais velho ficasse, teria de ter nascido pronto e ir se gastando...

Isso não ocorre com gente, e, sim, com fogão, sapato, geladeira. Gente não nasce pronta e vai se gastando; gente nasce não pronta, e vai se fazendo. Eu, no ano em que estamos, sou a minha mais nova edição (revista e, às vezes, um pouco ampliada); o mais velho de mim (se é o tempo a medida) está no meu passado, e não no presente.

Demora um pouco para entender tudo isso; aliás, como falou o mesmo Guimarães, "não convém fazer escândalo de começo; só aos poucos é que o escuro é claro"...

Mario Sérgio Cortella. Não nascemos prontos! Provocações filosóficas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 11-13 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os próximos itens.

123. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) No trecho "rendendo-se" (l.5), o pronome "se" indica que o sujeito dessa forma verbal é indeterminado.

124. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A expressão "Ainda bem" (l.18) contribui para imprimir um tom formal ao parágrafo em que aparece.

Texto CB1A1BBB

A principal finalidade da investigação criminal, materializada no inquérito policial (IP), é a de reunir elementos mínimos de materialidade e autoria delitiva antes de se instaurar o processo criminal, de modo a evitarem-se, assim, ações infundadas, as quais certamente implicam grande transtorno para quem se vê acusado por um crime que não cometeu.

Modernamente, o IP deixou de ser o procedimento absolutamente inquisitorial e discricionário de outrora. A participação das partes, pessoalmente ou por seus advogados ou defensores públicos, vem ganhando espaço a cada dia, com o objetivo de garantir que o IP seja um instrumento imparcial de investigação em busca da verdade dos fatos.

Acrescente-se que o estigma provocado por uma ação penal pode perdurar por toda a vida e, por isso, para ser promovida, a acusação deve conter fundamentos fáticos e jurídicos suficientes, o que, em regra, se consegue por meio do IP.

Carlos Alberto Marchi de Queiroz (Coord.). Manual de polícia judiciária: doutrina, modelos, legislação. 6.ª ed. São Paulo: Delegacia Geral de Polícia, 2010 (com adaptações).

125. (2017/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) No texto CB1A1BBB, uma ação que se desenvolve gradualmente é introduzida pela

a) forma verbal "implicam" (l.3).

b) locução "vem ganhando" (l.7).

c) forma verbal "garantir" (l.7).

d) locução "pode perdurar" (l.9).

e) forma verbal "reunir" (l.2).

Texto 1A16AAA

Para muitos, o surgimento da civilização decorreu da renúncia social ao uso da força física como forma de reparar injustiças. Fazer justiça com as próprias mãos passou a ser considerado, assim, um ato de barbaridade.

O sentimento de justiça, muito arraigado no ser humano, aparece em diversas espécies animais, tendo origens antigas na escala evolutiva: de ratos a gorilas, punir infrações parece ser útil há muitas eras. Deslealdade e desobediência, por exemplo, despertam no ser humano o senso de certo e errado e despertam automaticamente desejos de vingança ou de reparação. Para conviver em sociedade, é necessário, entretanto, conter tais impulsos, franqueando-se ao Estado a efetivação da justiça.

Quando as pessoas reservam-se o direito de usar a força física, sob a argumentação de que estão fazendo justiça, transmitem a mensagem de que não creem mais no pacto social. Alegando a falta de ação efetiva do Estado, elas afirmam que seu senso de justiça não está satisfeito e, por isso, resolvem agir por si mesmas. Produz-se, assim, um círculo vicioso no qual as pessoas sentem-se injustiçadas, não creem na ação do Estado e, por isso, rompem o pacto social, o que gera mais injustiça.

Daniel Martins de Barros. Justiça com as próprias mãos. Internet: <www.emais.estadao.com.br> (com adaptações).

126. (2017/MPE/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO) Mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto 1A16AAA, o vocábulo "entretanto" (l.8) poderia ser substituído por

a) ainda.
b) mas.
c) sobretudo.
d) todavia.

Texto CG1A1BBB

Segundo o parágrafo único do art. 1.º da Constituição da República Federativa do Brasil, "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição." Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juízes emana do povo e em seu nome é exercido. A forma de sua investidura é legitimada pela compatibilidade com as regras do Estado de direito e eles são, assim, autênticos agentes do poder popular, que o Estado polariza e exerce. Na Itália, isso é constantemente lembrado, porque toda sentença é dedicada (intestata) ao povo italiano, em nome do qual é pronunciada.

Cândido Rangel Dinamarco. A instrumentalidade do processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p. 195 (com adaptações).

127. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) No texto CG1A1BBB, o vocábulo 'emana' (l.2) foi empregado com o sentido de

a) trata.
b) provém.
c) manifesta.
d) pertence.
e) cabe.

Texto CG1A1CCC

A injustiça, Senhores, desanima o trabalho, a honestidade, o bem; cresta em flor os espíritos dos moços, semeia no coração das gerações que vêm nascendo a semente da podridão, habitua os homens a não acreditar senão na estrela, na fortuna, no acaso, na loteria da sorte; promove a desonestidade, a venalidade, a relaxação; insufla a cortesania, a baixeza, sob todas as suas formas.

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.

E, nessa destruição geral das nossas instituições, a maior de todas as ruínas, Senhores, é a ruína da justiça, corroborada pela ação dos homens públicos. E, nesse esboroamento da justiça, a mais grave de todas as ruínas é a falta de penalidade aos criminosos confessos, é a falta de punição quando ocorre um crime de autoria incontroversa, mas ninguém tem coragem de apontá-la à opinião pública, de modo que a justiça possa exercer a sua ação saneadora e benfazeja.

Rui Barbosa. Obras completas de Rui Barbosa. Vol. XLI. 1914. Internet: <www.casaruibarbosa.gov.br> (com adaptações)

128. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) No texto CG1A1CCC, o verbo corroborar, em "corroborada pela ação dos homens públicos" (l.9), foi empregado com o sentido de

a) reforçar.

b) aplacar.

c) sanear.

d) elaborar.

e) mitigar.

Texto

As últimas décadas registraram o ressurgimento do campo do conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, das regras e dos modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica surgiu nos Estados Unidos da América (EUA), em um rompimento com a tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Na Europa, a área de política pública despontou como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado: o governo, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, o surgimento da área no mundo acadêmico ocorreu sem relações com bases teóricas sobre o papel do Estado, mas com ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina, que nasceu como subárea da ciência política, abriu o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro caminho, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam nas organizações locais a virtude cívica para promover o "bom" governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para se entender como e por que os governos optam por determinadas ações.

A política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo também ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, inclusive da econometria, já bastante influente em uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que também vem recebendo influência de técnicas quantitativas. Esse seu caráter holístico não implica carência de coerência teórica e metodológica.

Desenhadas e formuladas, as políticas públicas desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Postas em ação, são implementadas, devendo ficar, então, submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Celina Souza. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias. Ano 8, n.º 16, Porto Alegre, jul. – dez./2006, p. 20-45 (com adaptações).

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir.

129. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) O sentido original e a correção gramatical do texto seriam preservados caso o primeiro parágrafo fosse reescrito da seguinte maneira: A relevância da área de conhecimento chamado políticas públicas, bem como das instituições, regras e modelos pelo os quais são regidos sua decisão, elaboração, implementação e avaliação, teve nas últimas décadas, o registro de seu ressurgimento.

130. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Seriam mantidos o sentido original do texto e sua correção gramatical caso o trecho "a ela não se resume" (l.22) fosse substituído por não lhe resume.

Texto

O sempre surpreendente Guimarães Rosa dizia: "o animal satisfeito dorme". Por trás dessa aparente obviedade está um dos mais importantes alertas contra o risco de cairmos na monotonia existencial, na redundância afetiva e na indigência intelectual. O que o escritor tão bem percebeu é que a condição humana perde substância e energia vital toda vez que o ser humano se sente plenamente confortável com a maneira como as coisas já estão, rendendo-se à sedução do repouso e imobilizando-se na acomodação.

A advertência é preciosa: não esquecer que a satisfação conclui, encerra, termina; a satisfação não deixa margem para a continuidade, para o prosseguimento, para a persistência, para o desdobramento. A satisfação acalma, limita, amortece.

"Nascer sabendo" é uma limitação porque obriga a apenas repetir e, nunca, a criar, inovar, refazer, modificar. Quanto mais nasce pronto, mais refém alguém se torna do que já sabe e, portanto, do passado; aprender sempre é o que mais impede que nos tornemos prisioneiros de situações que, por serem inéditas, não saberíamos enfrentar.

Um bom livro não é aquele que, quando encerramos sua leitura, deixamos um pouco apoiado no colo, absortos e distantes, pensando que não queríamos que terminasse? Uma boa festa, um bom jogo, um bom passeio, uma boa cerimônia não é aquela que queremos que se prolongue?

Com a vida de cada um e de cada uma também tem de ser assim; afinal de contas, não nascemos prontos e acabados. Ainda bem, pois estar satisfeito consigo mesmo é considerar-se terminado e constrangido ao possível da condição do momento.

Diante dessa realidade, deve-se questionar a ideia de que uma pessoa, quanto mais vive, mais velha fica; para que alguém quanto mais vivesse mais velho ficasse, teria de ter nascido pronto e ir se gastando...

Isso não ocorre com gente, e, sim, com fogão, sapato, geladeira. Gente não nasce pronta e vai se gastando; gente nasce não pronta, e vai se fazendo. Eu, no ano em que estamos, sou a minha

mais nova edição (revista e, às vezes, um pouco ampliada); o mais velho de mim (se é o tempo a medida) está no meu passado, e não no presente.

Demora um pouco para entender tudo isso; aliás, como falou o mesmo Guimarães, "não convém fazer escândalo de começo; só aos poucos é que o escuro é claro"...

Mario Sérgio Cortella. Não nascemos prontos! Provocações filosóficas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 11-13 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os próximos itens.

131. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Sem prejuízo dos sentidos originais e da correção gramatical do texto, o trecho "Diante dessa realidade, deve-se questionar a ideia de que uma pessoa, quanto mais vive, mais velha fica" (l. 20 e 21) poderia ser reescrito da seguinte maneira: Frente à essa realidade, não se deve acreditar na ideia que uma pessoa vive mais à medida em que envelhece.

132. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) O sentido original do trecho "aliás, como falou o mesmo Guimarães" (l.26) seria alterado caso a palavra "mesmo" fosse deslocada para antes do vocábulo "o" — aliás, como falou mesmo o Guimarães.

Texto CB1A1AAA

O debate sobre direitos civis e regime democrático é um importante tema na agenda de construção da cidadania. Embora certas nações possuam um governo e instituições representativas, parece haver nelas um óbice na constituição de uma cidadania integral, especialmente na efetividade dos direitos civis.

A evolução dos direitos da cidadania se amparou na liberdade individual para reivindicar participação na comunidade política com o surgimento dos governos representativos. Mesmo assim, há problemas, pois, de acordo com T. H. Marshall, "os direitos civis deram poderes legais cujo uso foi drasticamente prejudicado por preconceito de classe e falta de oportunidade econômica". A estrutura social e econômica não favoreceu o exercício efetivo da igualdade formal atribuída ao cidadão. Marshall aborda essa questão enfatizando que o status de cidadão confere igualdade formal aos indivíduos, ainda que o sistema de classes sociais gere desigualdade real.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que os direitos civis igualam os indivíduos pela possibilidade legal de terem liberdades comuns. Os direitos políticos garantem aos indivíduos igualdade de participação na escolha do governo. Os direitos sociais definem um mínimo de igualdade, considerando-se a desigualdade econômica e de oportunidades. Responder a esse modelo de forma integrada e

aproximar as expectativas do cidadão da realidade social parece ser o desafio das democracias de massa para obter legitimidade.

A democracia deve gerar uma cidadania integral (civil, política e social), em que o regime eleitoral é condição fundamental, embora insuficiente. A democracia eleitoral se revela restrita ao não englobar temas como direitos sociais e econômicos.

A expansão da cidadania e a qualidade da democracia pressupõem o Estado de direito para proteger as liberdades civis e políticas da cidadania. Conforme recomendação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), deveria "existir um patamar mínimo de igualdade entre os membros da sociedade que outorgue a todos um leque razoável de opções para exercer sua capacidade de escolha e sua autonomia". A cidadania política e as regras de participação e de contestação seriam insuficientes para garantir liberdade individual. A falta dessas garantias e a violência que existe contra o cidadão em diversos países configura déficit de eficácia das instituições e do sistema legal e, por conseguinte, da credibilidade do Estado-nação. Essa situação gera uma cidadania "truncada", especialmente pela inefetividade dos direitos civis.

Eduardo José Grin. Democracia e direitos civis: um debate necessário. In: Revista Videre, Dourados, MS, ano 1, n.º 1, jan. – jun./2009. Internet: (com adaptações)

Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1AAA, julgue os próximos itens.

133. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) As expressões "cidadania integral" (l. 18) e "democracia eleitoral" (l.19) foram empregadas no texto como sinônimos.

134. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Feitas as devidas alterações de maiúsculas e minúsculas e de pontuação, a expressão uma vez que poderia ser utilizada para ligar os dois períodos que compõem o quarto parágrafo do texto, sem prejuízo para seus sentidos.

Texto 1A1AAA

Após o processo de redemocratização, com o fim da ditadura militar, em meados da década de 80 do século passado, era de se esperar que a democratização das instituições tivesse como resultado direto a consolidação da cidadania — compreendida de modo amplo, abrangendo as três categorias de direitos: civis, políticos e sociais. Sobressaem, porém, problemas que configuram mais desafios para a cidadania brasileira, como a violência urbana — que ameaça os direitos individuais — e o desemprego — que ameaça os direitos sociais. No Brasil, o crime aumentou significantemente a partir de 1980, impacto do processo de modernização pelo qual o país passou. Isso sugere que

o boom do consumo colocou em circulação bens de alto valor e, consequentemente, aumentou as oportunidades para o crime, inclusive porque a maior mobilidade de pessoas torna o espaço social mais anônimo, menos supervisionado.

Nesse contexto, justiça criminal passa a ser cada vez mais dissociada de justiça social e reconstrução da sociedade. O objetivo em relação à criminalidade torna-se bem menos ambicioso: o controle. A prisão ganha mais importância na modernidade tardia, porque satisfaz uma dupla necessidade dessa nova cultura: castigo e controle do risco. Essa postura às vezes proporciona controle, porém não segurança, pois o Estado tem o poder limitado de manter a ordem por meio da polícia, sendo necessário dividir as tarefas de controle com organizações locais e com a comunidade.

Jacqueline Carvalho da Silva. Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, ano 5, 8.ª ed., fev. – mar./2011, p. 84-5 (com adaptações).

135. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) No último parágrafo do texto 1A1AAA, a forma verbal "satisfaz" foi empregada no sentido de

a) suprimir.

b) cumprir.

c) reparar.

d) violar.

e) agradar.

Texto CB1A2AAA

O termo *nude* é do inglês e vem sendo utilizado na Internet por usuários de redes sociais para designar fotos íntimas que retratam a pessoa sem roupa. O envio e a troca de nudes são facilitados em aplicativos de celular, o que torna essa prática popular entre seus usuários, incluindo-se menores de idade, e facilita o compartilhamento das fotos.

Havendo vazamento de fotos íntimas, há violação do direito de imagem da pessoa prejudicada, que, por isso, terá amparo do Estado. A pena para o acusado de vazar as fotos ainda pode ser considerada branda, sendo um pouco mais severa quando se trata de um crime contra a infância. "Quando se trata de crianças e adolescentes, há um agravante, pois, no art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é qualificada como crime grave a divulgação de fotos, gravações ou imagens de crianças ou adolescentes, sendo prevista a pena de três a seis anos de prisão, além de pagamento de multa, para os que cometem esse crime", diz a advogada presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/AC.

Para combater o compartilhamento de fotos íntimas por terceiros, são necessárias ações preventivas, afirma a advogada. Jovens e adolescentes devem ser educados, de forma que tenham dimensão do problema que a divulgação desse tipo de imagem pode acarretar.

Internet: <https://jornaldosdez.wordpress.com> (com adaptações).

136. (2017/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) Mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto CB1A2AAA, a forma verbal "afirma" (l.14) poderia ser substituída por

a) prescreve.

b) propõe.

c) destaca.

d) participa.

e) assevera.

Texto CB1A1AAA

O debate sobre direitos civis e regime democrático é um importante tema na agenda de construção da cidadania. Embora certas nações possuam um governo e instituições representativas, parece haver nelas um óbice na constituição de uma cidadania integral, especialmente na efetividade dos direitos civis.

A evolução dos direitos da cidadania se amparou na liberdade individual para reivindicar participação na comunidade política com o surgimento dos governos representativos. Mesmo assim, há problemas, pois, de acordo com T. H. Marshall, "os direitos civis deram poderes legais cujo uso foi drasticamente prejudicado por preconceito de classe e falta de oportunidade econômica". A estrutura social e econômica não favoreceu o exercício efetivo da igualdade formal atribuída ao cidadão. Marshall aborda essa questão enfatizando que o status de cidadão confere igualdade formal aos indivíduos, ainda que o sistema de classes sociais gere desigualdade real.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que os direitos civis igualam os indivíduos pela possibilidade legal de terem liberdades comuns. Os direitos políticos garantem aos indivíduos igualdade de participação na escolha do governo. Os direitos sociais definem um mínimo de igualdade, considerando-se a desigualdade econômica e de oportunidades. Responder a esse modelo de forma integrada e aproximar as expectativas do cidadão da realidade social parece ser o desafio das democracias de massa para obter legitimidade.

A democracia deve gerar uma cidadania integral (civil, política e social), em que o regime eleitoral é condição fundamental, embora insuficiente. A democracia eleitoral se revela restrita ao não englobar temas como direitos sociais e econômicos.

A expansão da cidadania e a qualidade da democracia pressupõem o Estado de direito para proteger as liberdades civis e políticas da cidadania. Conforme recomendação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), deveria "existir um patamar mínimo de igualdade entre os membros da sociedade que outorgue a todos um leque razoável de opções para exercer sua capacidade de escolha e sua autonomia". A cidadania política e as regras de participação e de contestação seriam insuficientes para garantir liberdade individual. A falta dessas garantias e a violência que existe contra o cidadão em diversos países configura déficit de eficácia das instituições e do sistema legal e, por conseguinte, da credibilidade do Estado-nação. Essa situação gera uma cidadania "truncada", especialmente pela inefetividade dos direitos civis.

Eduardo José Grin. Democracia e direitos civis: um debate necessário. In: Revista Videre, Dourados, MS, ano 1, n.º 1, jan. – jun./2009. Internet: (com adaptações)

Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1AAA, julgue o próximo item.

137. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) O trecho 'um patamar mínimo de igualdade entre os membros da sociedade' (l. 37 e 38) exerce a função de complemento do verbo 'existir' (l.23).

Texto CB1A2AAA

O termo *nude* é do inglês e vem sendo utilizado na Internet por usuários de redes sociais para designar fotos íntimas que retratam a pessoa sem roupa. O envio e a troca de nudes são facilitados em aplicativos de celular, o que torna essa prática popular entre seus usuários, incluindo-se menores de idade, e facilita o compartilhamento das fotos.

Havendo vazamento de fotos íntimas, há violação do direito de imagem da pessoa prejudicada, que, por isso, terá amparo do Estado. A pena para o acusado de vazar as fotos ainda pode ser considerada branda, sendo um pouco mais severa quando se trata de um crime contra a infância. "Quando se trata de crianças e adolescentes, há um agravante, pois, no art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é qualificada como crime grave a divulgação de fotos, gravações ou imagens de crianças ou adolescentes, sendo prevista a pena de três a seis anos de prisão, além de pagamento de multa, para os que cometem esse crime", diz a advogada presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/AC.

Para combater o compartilhamento de fotos íntimas por terceiros, são necessárias ações preventivas, afirma a advogada. Jovens e adolescentes devem ser educados, de forma que tenham dimensão do problema que a divulgação desse tipo de imagem pode acarretar.

Internet: <https://jornaldosdez.wordpress.com> (com adaptações).

138. (2017/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) No texto CB1A2AAA, a oração "Para combater o compartilhamento de fotos íntimas por terceiros" (l.13) expressa ideia de

a) finalidade.

b) explicação.

c) consequência.

d) conformidade.

e) causa.

Texto CG1A1AAA

A valorização do direito à vida digna preserva as duas faces do homem: a do indivíduo e a do ser político; a do ser em si e a do ser com o outro. O homem é inteiro em sua dimensão plural e faz-se único em sua condição social. Igual em sua humanidade, o homem desiguala-se, singulariza-se em sua individualidade. O direito é o instrumento da fraternização racional e rigorosa.

O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia concretizável de justiça social.

Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça. Quando os descaminhos não conduzirem a isso, competirá ao homem transformar a lei na vida mais digna para que a convivência política seja mais fecunda e humana.

Cármen Lúcia Antunes Rocha. Comentário ao artigo 3.º. In: 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948-1998: conquistas e desafios. Brasília: OAB, Comissão Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 50-1 (com adaptações).

139. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) A correção e o sentido do texto CG1A1AAA seriam preservados caso se inserisse uma vírgula logo após

a) "Mais" (l.6).

b) "digna" (l.6).

c) C "homem" (l.2).

d) "Igual" (l.3).

e) "fraternização" (l.4).

Texto

As últimas décadas registraram o ressurgimento do campo do conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, das regras e dos modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica surgiu nos Estados Unidos da América (EUA), em um rompimento com a tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Na Europa, a área de política pública despontou como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado: o governo, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, o surgimento da área no mundo acadêmico ocorreu sem relações com bases teóricas sobre o papel do Estado, mas com ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina, que nasceu como subárea da ciência política, abriu o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro caminho, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam nas organizações locais a virtude cívica para promover o "bom" governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para se entender como e por que os governos optam por determinadas ações.

A política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo também ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, inclusive da econometria, já bastante influente em uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que também vem recebendo influência de técnicas quantitativas. Esse seu caráter holístico não implica carência de coerência teórica e metodológica.

Desenhadas e formuladas, as políticas públicas desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Postas em ação, são implementadas, devendo ficar, então, submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Celina Souza. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias. Ano 8, n.º 16, Porto Alegre, jul. – dez./2006, p. 20-45 (com adaptações).

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto precedente, julgue o item a seguir.

140. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Feitos os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas, a substituição do ponto final empregado logo após "pesquisas" (l.28) por ponto e vírgula manteria a correção gramatical do texto.

Texto

O sempre surpreendente Guimarães Rosa dizia: "o animal satisfeito dorme". Por trás dessa aparente obviedade está um dos mais importantes alertas contra o risco de cairmos na monotonia existencial, na redundância afetiva e na indigência intelectual. O que o escritor tão bem percebeu é que a condição humana perde substância e energia vital toda vez que o ser humano se sente plenamente confortável com a maneira como as coisas já estão, rendendo-se à sedução do repouso e imobilizando-se na acomodação.

A advertência é preciosa: não esquecer que a satisfação conclui, encerra, termina; a satisfação não deixa margem para a continuidade, para o prosseguimento, para a persistência, para o desdobramento. A satisfação acalma, limita, amortece.

"Nascer sabendo" é uma limitação porque obriga a apenas repetir e, nunca, a criar, inovar, refazer, modificar. Quanto mais nasce pronto, mais refém alguém se torna do que já sabe e, portanto, do passado; aprender sempre é o que mais impede que nos tornemos prisioneiros de situações que, por serem inéditas, não saberíamos enfrentar.

Um bom livro não é aquele que, quando encerramos sua leitura, deixamos um pouco apoiado no colo, absortos e distantes, pensando que não queríamos que terminasse? Uma boa festa, um bom jogo, um bom passeio, uma boa cerimônia não é aquela que queremos que se prolongue?

Com a vida de cada um e de cada uma também tem de ser assim; afinal de contas, não nascemos prontos e acabados. Ainda bem, pois estar satisfeito consigo mesmo é considerar-se terminado e constrangido ao possível da condição do momento.

Diante dessa realidade, deve-se questionar a ideia de que uma pessoa, quanto mais vive, mais velha fica; para que alguém quanto mais vivesse mais velho ficasse, teria de ter nascido pronto e ir se gastando...

Isso não ocorre com gente, e, sim, com fogão, sapato, geladeira. Gente não nasce pronta e vai se gastando; gente nasce não pronta, e vai se fazendo. Eu, no ano em que estamos, sou a minha mais nova edição (revista e, às vezes, um pouco ampliada); o mais velho de mim (se é o tempo a medida) está no meu passado, e não no presente.

Demora um pouco para entender tudo isso; aliás, como falou o mesmo Guimarães, "não convém fazer escândalo de começo; só aos poucos é que o escuro é claro"...

Mario Sérgio Cortella. Não nascemos prontos! Provocações filosóficas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 11-13 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o próximo item.

141. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) O ponto e vírgula empregado na linha 24 poderia ser substituído por dois- pontos, sem prejuízo para os sentidos e para a correção gramatical do texto.

Texto 1A1AAA

Após o processo de redemocratização, com o fim da ditadura militar, em meados da década de 80 do século passado, era de se esperar que a democratização das instituições tivesse como resultado direto a consolidação da cidadania — compreendida de modo amplo, abrangendo as três categorias de direitos: civis, políticos e sociais. Sobressaem, porém, problemas que configuram mais desafios para a cidadania brasileira, como a violência urbana — que ameaça os direitos individuais — e o desemprego — que ameaça os direitos sociais. No Brasil, o crime aumentou significantemente a partir de 1980, impacto do processo de modernização pelo qual o país passou. Isso sugere que o boom do consumo colocou em circulação bens de alto valor e, consequentemente, aumentou as oportunidades para o crime, inclusive porque a maior mobilidade de pessoas torna o espaço social mais anônimo, menos supervisionado.

Nesse contexto, justiça criminal passa a ser cada vez mais dissociada de justiça social e reconstrução da sociedade. O objetivo em relação à criminalidade torna-se bem menos ambicioso: o controle. A prisão ganha mais importância na modernidade tardia, porque satisfaz uma dupla necessidade dessa nova cultura: castigo e controle do risco. Essa postura às vezes proporciona controle, porém não segurança, pois o Estado tem o poder limitado de manter a ordem por meio da polícia, sendo necessário dividir as tarefas de controle com organizações locais e com a comunidade.

Jacqueline Carvalho da Silva. Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, ano 5, 8.ª ed., fev. – mar./2011, p. 84-5 (com adaptações).

142. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) No primeiro parágrafo do texto 1A1AAA, os dois-pontos introduzem

a) uma enumeração das "categorias de direitos".

b) resultados da "consolidação da cidadania".

c) um contra-argumento para a ideia de cidadania como algo "amplo".

d) uma generalização do termo "direitos".

e) objetivos do "processo de redemocratização".

Texto CB1A2AAA

O termo *nude* é do inglês e vem sendo utilizado na Internet por usuários de redes sociais para designar fotos íntimas que retratam a pessoa sem roupa. O envio e a troca de nudes são facilitados em aplicativos de celular, o que torna essa prática popular entre seus usuários, incluindo-se menores de idade, e facilita o compartilhamento das fotos.

Havendo vazamento de fotos íntimas, há violação do direito de imagem da pessoa prejudicada, que, por isso, terá amparo do Estado. A pena para o acusado de vazar as fotos ainda pode ser considerada branda, sendo um pouco mais severa quando se trata de um crime contra a infância. "Quando se trata de crianças e adolescentes, há um agravante, pois, no art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é qualificada como crime grave a divulgação de fotos, gravações ou imagens de crianças ou adolescentes, sendo prevista a pena de três a seis anos de prisão, além de pagamento de multa, para os que cometem esse crime", diz a advogada presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/AC.

Para combater o compartilhamento de fotos íntimas por terceiros, são necessárias ações preventivas, afirma a advogada. Jovens e adolescentes devem ser educados, de forma que tenham dimensão do problema que a divulgação desse tipo de imagem pode acarretar.

Internet: <https://jornaldosdez.wordpress.com> (com adaptações).

143. (2017/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) A correção gramatical e o sen-

tido original do texto CB1A2AAA seriam preservados, se, no trecho 'Quando se trata de crianças e adolescentes, há um agravante, pois, no art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é qualificada como crime grave a divulgação de fotos, gravações ou imagens de crianças ou adolescentes' (l. 8 a 10),

a) fosse inserida uma vírgula imediatamente após a expressão 'crime grave'.

b) a vírgula imediatamente após a expressão 'crianças e adolescentes' fosse eliminada.

c) o trecho 'Quando se trata (...) pois, no art. 241' fosse reescrito da seguinte forma: Há um agravante, quando se trata de crianças e adolescentes, pois, no artigo 241.

d) a vírgula imediatamente após o vocábulo 'pois' fosse eliminada.

e) o trecho 'Quando se trata (...) pois, no art. 241' fosse reescrito da seguinte forma: Há um agravante quando se trata de crianças e adolescentes. Pois, no art. 241.

Texto CG1A1AAA

A valorização do direito à vida digna preserva as duas faces do homem: a do indivíduo e a do ser político; a do ser em si e a do ser com o outro. O homem é inteiro em sua dimensão plural e faz-se único em sua condição social. Igual em sua humanidade, o homem desiguala-se, singulariza-se em sua individualidade. O direito é o instrumento da fraternização racional e rigorosa.

O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia concretizável de justiça social.

Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça. Quando os descaminhos não conduzirem a isso, competirá ao homem transformar a lei na vida mais digna para que a convivência política seja mais fecunda e humana.

Cármen Lúcia Antunes Rocha. Comentário ao artigo 3.º. In: 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948-1998: conquistas e desafios. Brasília: OAB, Comissão Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 50-1 (com adaptações).

144. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) Em cada uma das opções a seguir é apresentada uma proposta de reescrita do segundo parágrafo do texto CG1A1AAA. Assinale a opção em que a proposta de reescrita mantém o sentido e a correção gramatical do referido texto.

a) É em torno da substância que é o direito à vida que todos os direitos combinam-se, desdobram-se, somam-se para que o sistema se aproxime cada vez mais da

ideia concretizável de justiça social.

b) O direito à vida é substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para o sistema ficar cada vez mais próximo da ideia de justiça social que se concretiza.

c) O direito à vida é a substância em cujo torno todos os direitos conjugam-se, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia de justiça social concretizável.

d) É o direito à vida componente pelo qual todos os direitos são conjugados, desdobrados e somados para que o sistema fique cada dia mais aproximado da ideia de concretização da justiça social.

e) O direito à vida é a matéria em volta de quem os direitos se conjugam, desdobram-se e somam para a ideia concretizável de justiça social ficar mais próxima do sistema.

Texto CG1A1CCC

A injustiça, Senhores, desanima o trabalho, a honestidade, o bem; cresta em flor os espíritos dos moços, semeia no coração das gerações que vêm nascendo a semente da podridão, habitua os homens a não acreditar senão na estrela, na fortuna, no acaso, na loteria da sorte; promove a desonestidade, a venalidade, a relaxação; insufla a cortesania, a baixeza, sob todas as suas formas.

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.

E, nessa destruição geral das nossas instituições, a maior de todas as ruínas, Senhores, é a ruína da justiça, corroborada pela ação dos homens públicos. E, nesse esboroamento da justiça, a mais grave de todas as ruínas é a falta de penalidade aos criminosos confessos, é a falta de punição quando ocorre um crime de autoria incontroversa, mas ninguém tem coragem de apontá-la à opinião pública, de modo que a justiça possa exercer a sua ação saneadora e benfazeja.

Rui Barbosa. Obras completas de Rui Barbosa. Vol. XLI. 1914. Internet: <www.casaruibarbosa.gov.br> (com adaptações)

145. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) A correção gramatical do texto CG1A1CCC seria mantida caso

I – o termo "sob" (l.4) fosse substituído por em.

II – a forma verbal "ver", em todas as suas ocorrências no segundo parágrafo, fosse flexionada no plural — verem.

III – a forma verbal "é" (l.10) fosse suprimida.

IV – o acento indicativo de crase em "à opinião pública" (l. 11 a 12) fosse suprimido.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) II e IV.

e) I, II e III.

Texto

Comecemos pelo conceito. A democracia veio dos gregos. Democracia não é só a eleição do governo pelo povo, mas, sim, a atribuição, pelo povo, do poder — que inclui mais que o mero governo; inclui o direito de fazer leis. Na democracia antiga, direta, isso cabia ao povo reunido na praça pública.

Um grande êxito dos atenienses, se comparados aos modernos, era o amor à política. Moses Finley, um dos maiores conhecedores do tema, conta que, em Atenas, a assembleia popular se reunia cerca de quarenta vezes ao ano. Pelo menos mil pessoas costumavam comparecer, às vezes dez mil, de um total de quarenta mil possíveis (a presença não era obrigatória). Comparo esse empenho ao nosso. Quantos não resmungam para votar uma só vez a cada dois anos? Nesse período, o ateniense teria passado oitenta tardes na praça, ouvindo, votando.

Mas a "falha" dos atenienses era a inexistência de direitos humanos. Não havia proteção contra as decisões da assembleia soberana. Ela podia decretar o banimento de quem quisesse, sem se justificar: assim Temístocles foi sentenciado ao ostracismo pelo mesmo povo que ele salvara dos persas. Desde a era moderna, os direitos do homem, protegendo-o do Estado, se tornam cruciais. Estes são os grandes legados das três revoluções modernas — a inglesa, a americana e a francesa: somos protegidos não só dos desmandos do monarca absoluto, contra os quais o melhor antídoto seria a soberania popular, mas também da tirania do próprio povo e de seus eleitos.

Renato Janine Ribeiro. Os direitos humanos e a democracia. In: Valor Econômico. 7/1/2013. Internet: (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o próximo item.

146. (2017/TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Sem prejuízo da informação veiculada no texto, seria mantida sua correção gramatical se o termo proteção, em "Não havia proteção contra as decisões da assembleia soberana" (l. 11 e 12), fosse substituído por mecanismos de proteção.

Texto

O sempre surpreendente Guimarães Rosa dizia: "o animal satisfeito dorme". Por trás dessa aparente obviedade está um dos mais importantes alertas contra o risco de cairmos na monotonia existencial, na redundância afetiva e na indigência intelectual. O que o escritor tão bem percebeu é que a condição humana perde substância e energia vital toda vez que o ser humano se sente plenamente confortável com a maneira como as coisas já estão, rendendo-se à sedução do repouso e imobilizando-se na acomodação.

A advertência é preciosa: não esquecer que a satisfação conclui, encerra, termina; a satisfação não deixa margem para a continuidade, para o prosseguimento, para a persistência, para o desdobramento. A satisfação acalma, limita, amortece.

"Nascer sabendo" é uma limitação porque obriga a apenas repetir e, nunca, a criar, inovar, refazer, modificar. Quanto mais nasce pronto, mais refém alguém se torna do que já sabe e, portanto, do passado; aprender sempre é o que mais impede que nos tornemos prisioneiros de situações que, por serem inéditas, não saberíamos enfrentar.

Um bom livro não é aquele que, quando encerramos sua leitura, deixamos um pouco apoiado no colo, absortos e distantes, pensando que não queríamos que terminasse? Uma boa festa, um bom jogo, um bom passeio, uma boa cerimônia não é aquela que queremos que se prolongue?

Com a vida de cada um e de cada uma também tem de ser assim; afinal de contas, não nascemos prontos e acabados. Ainda bem, pois estar satisfeito consigo mesmo é considerar-se terminado e constrangido ao possível da condição do momento.

Diante dessa realidade, deve-se questionar a ideia de que uma pessoa, quanto mais vive, mais velha fica; para que alguém quanto mais vivesse mais velho ficasse, teria de ter nascido pronto e ir se gastando...

Isso não ocorre com gente, e, sim, com fogão, sapato, geladeira. Gente não nasce pronta e vai se gastando; gente nasce não pronta, e vai se fazendo. Eu, no ano em que estamos, sou a minha mais nova edição (revista e, às vezes, um pouco ampliada); o mais velho de mim (se é o tempo a medida) está no meu passado, e não no presente.

Demora um pouco para entender tudo isso; aliás, como falou o mesmo Guimarães, "não convém fazer escândalo de começo; só aos poucos é que o escuro é claro"...

Mario Sérgio Cortella. Não nascemos prontos! Provocações filosóficas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 11-13 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o próximo item.

147. (2017/TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) De acordo com o sexto e sétimo parágrafos do texto, só envelhece quem não se aprimora, quem se desgasta preso ao presente e às situações desconhecidas.

Texto CB1A1AAA

O debate sobre direitos civis e regime democrático é um importante tema na agenda de construção da cidadania. Embora certas nações possuam um governo e instituições representativas, parece haver nelas um óbice na constituição de uma cidadania integral, especialmente na efetividade dos direitos civis.

A evolução dos direitos da cidadania se amparou na liberdade individual para reivindicar participação na comunidade política com o surgimento dos governos representativos. Mesmo assim, há problemas, pois, de acordo com T. H. Marshall, "os direitos civis deram poderes legais cujo uso foi drasticamente prejudicado por preconceito de classe e falta de oportunidade econômica". A estrutura social e econômica não favoreceu o exercício efetivo da igualdade formal atribuída ao cidadão. Marshall aborda essa questão enfatizando que o status de cidadão confere igualdade formal aos indivíduos, ainda que o sistema de classes sociais gere desigualdade real.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que os direitos civis igualam os indivíduos pela possibilidade legal de terem liberdades comuns. Os direitos políticos garantem aos indivíduos igualdade de participação na escolha do governo. Os direitos sociais definem um mínimo de igualdade, considerando-se a desigualdade econômica e de oportunidades. Responder a esse modelo de forma integrada e aproximar as expectativas do cidadão da realidade social parece ser o desafio das democracias de massa para obter legitimidade.

A democracia deve gerar uma cidadania integral (civil, política e social), em que o regime eleitoral é condição fundamental, embora insuficiente. A democracia eleitoral se revela restrita ao não englobar temas como direitos sociais e econômicos.

A expansão da cidadania e a qualidade da democracia pressupõem o Estado de direito para proteger as liberdades civis e políticas da cidadania. Conforme recomendação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), deveria "existir um patamar mínimo de igualdade entre os membros da sociedade que outorgue a todos um leque razoável de opções para exercer sua capacidade de escolha e sua autonomia". A cidadania política e as regras de participação e de contestação seriam insuficientes para garantir liberdade individual. A falta dessas garantias e a violência que existe contra o cidadão em diversos países configura déficit de eficácia das instituições e do sistema legal e, por conseguinte, da credibilidade do Estado-nação. Essa situação gera uma cidadania "truncada", especialmente pela inefetividade dos direitos civis.

Eduardo José Grin. Democracia e direitos civis: um debate necessário. In: Revista Videre, Dourados, MS, ano 1, n.º 1, jan. – jun./2009. Internet: (com adaptações)

Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1AAA, julgue o próximo item.

148. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Seriam mantidos a correção gramatical e os sentidos do texto caso a forma verbal "terem" (l.13) fosse substituída por existirem.

Texto CB1A2AAA

O termo *nude* é do inglês e vem sendo utilizado na Internet por usuários de redes sociais para designar fotos íntimas que retratam a pessoa sem roupa. O envio e a troca de nudes são facilitados em aplicativos de celular, o que torna essa prática popular entre seus usuários, incluindo-se menores de idade, e facilita o compartilhamento das fotos.

Havendo vazamento de fotos íntimas, há violação do direito de imagem da pessoa prejudicada, que, por isso, terá amparo do Estado. A pena para o acusado de vazar as fotos ainda pode ser considerada branda, sendo um pouco mais severa quando se trata de um crime contra a infância. "Quando se trata de crianças e adolescentes, há um agravante, pois, no art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é qualificada como crime grave a divulgação de fotos, gravações ou imagens de crianças ou adolescentes, sendo prevista a pena de três a seis anos de prisão, além de pagamento de multa, para os que cometem esse crime", diz a advogada presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/AC.

Para combater o compartilhamento de fotos íntimas por terceiros, são necessárias ações preventivas, afirma a advogada. Jovens e adolescentes devem ser educados, de forma que tenham dimensão do problema que a divulgação desse tipo de imagem pode acarretar.

Internet: <https://jornaldosdez.wordpress.com> (com adaptações).

149. (2017/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita para o primeiro período do texto CB1A2AAA. Assinale a opção que apresenta proposta que mantém o sentido original e a correção gramatical do texto.

a) O termo nude é do inglês e vem sendo utilizado na Internet por usuários de redes sociais para designar fotos íntimas em que se retrata a pessoa sem roupa.

b) O termo nude é do inglês e vem sendo utilizado na Internet por usuários de redes sociais para designar fotos íntimas a qual retrata a pessoa sem roupa.

c) O termo nude vem do inglês e têm sido utilizado na Internet por usuários de redes sociais para designar fotos íntimas onde retratam a pessoa sem roupa.

d) O termo nude é do inglês e vem sendo utilizado na Internet por usuários de redes

sociais destinadas a designar fotos íntimas cuja imagem retrata a pessoa sem roupa.

e) O termo nude é proveniente do inglês e foi utilizado na Internet por usuários de redes sociais para designar fotos íntimas que aparece a pessoa sem roupa.

Texto CG1A1AAA

A valorização do direito à vida digna preserva as duas faces do homem: a do indivíduo e a do ser político; a do ser em si e a do ser com o outro. O homem é inteiro em sua dimensão plural e faz-se único em sua condição social. Igual em sua humanidade, o homem desiguala-se, singulariza-se em sua individualidade. O direito é o instrumento da fraternização racional e rigorosa.

O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia concretizável de justiça social.

Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça. Quando os descaminhos não conduzirem a isso, competirá ao homem transformar a lei na vida mais digna para que a convivência política seja mais fecunda e humana.

Cármen Lúcia Antunes Rocha. Comentário ao artigo 3.º. In: 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948-1998: conquistas e desafios. Brasília: OAB, Comissão Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 50-1 (com adaptações).

150. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) Compreende-se do texto CG1A1AAA que o ser humano tem direito

a) de agir de forma autônoma, em nome da lei da sobrevivência das espécies.

b) de ignorar o direito do outro se isso lhe for necessário para defender seus interesses.

c) de demandar ao sistema judicial a concretização de seus direitos.

d) à institucionalização do seu direito em detrimento dos direitos de outros.

e) a uma vida plena e adequada, direito esse que está na essência de todos os direitos.

151. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) No texto CG1A1AAA, o período "Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça" (l. 7 a 8) expressa

a) um pedido.

b) um anseio.

c) um compromisso.

d) uma condição.

e) uma frustração.

152. (2017/POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL/DELEGADO DE POLÍCIA) Sem prejuízo para a coerência e para a correção gramatical do texto CG1A1AAA, a conjunção "Quando" (l.8) poderia ser substituída por

a) Se.

b) Caso.

c) À medida que.

d) Mesmo se.

e) Apesar de.

Texto CG1A1BBB

Segundo o parágrafo único do art. 1.º da Constituição da República Federativa do Brasil, "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição." Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juízes emana do povo e em seu nome é exercido. A forma de sua investidura é legitimada pela compatibilidade com as regras do Estado de direito e eles são, assim, autênticos agentes do poder popular, que o Estado polariza e exerce. Na Itália, isso é constantemente lembrado, porque toda sentença é dedicada (intestata) ao povo italiano, em nome do qual é pronunciada.

Cândido Rangel Dinamarco. A instrumentalidade do processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p. 195 (com adaptações).

153. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) Conforme as ideias do texto CG1A1BBB,

a) o Poder Judiciário brasileiro desempenha seu papel com fundamento no princípio da soberania popular.

b) os magistrados do Brasil deveriam ser escolhidos pelo voto popular, como ocorre com os representantes dos demais poderes.

c) os magistrados italianos, ao contrário dos brasileiros, exercem o poder que lhes é conferido em nome de seus nacionais.

d) há incompatibilidade entre o autogoverno da magistratura e o sistema democrático.

e) os magistrados brasileiros exercem o poder constitucional que lhes é atribuído em nome do governo federal.

154. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) No texto CG1A1BBB, o termo "isso" (l.6)

retoma as ideias anteriormente expostas, especialmente a ideia de que

a) o poder popular é exercido pelos representantes eleitos pelo povo.

b) os juízes são "autênticos agentes do poder popular" (l.5).

c) o poder dos juízes é legítimo por ser compatível com "as regras do Estado de direito" (l.5).

d) os juízes italianos pronunciam a sentença em nome do povo, porque assim determina a Constituição.

e) o Estado distribui o poder popular entre os juízes.

Texto CG1A1CCC

A injustiça, Senhores, desanima o trabalho, a honestidade, o bem; cresta em flor os espíritos dos moços, semeia no coração das gerações que vêm nascendo a semente da podridão, habitua os homens a não acreditar senão na estrela, na fortuna, no acaso, na loteria da sorte; promove a desonestidade, a venalidade, a relaxação; insufla a cortesania, a baixeza, sob todas as suas formas.

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.

E, nessa destruição geral das nossas instituições, a maior de todas as ruínas, Senhores, é a ruína da justiça, corroborada pela ação dos homens públicos. E, nesse esboroamento da justiça, a mais grave de todas as ruínas é a falta de penalidade aos criminosos confessos, é a falta de punição quando ocorre um crime de autoria incontroversa, mas ninguém tem coragem de apontá-la à opinião pública, de modo que a justiça possa exercer a sua ação saneadora e benfazeja.

Rui Barbosa. Obras completas de Rui Barbosa. Vol. XLI. 1914. Internet: <www.casaruibarbosa.gov.br> (com adaptações)

155. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) Infere-se do texto CG1A1CCC que

I – a injustiça faz que as "gerações que vêm nascendo" (l.2) sejam mais desonestas e rudes que as gerações passadas.

II – a injustiça é considerada um empecilho à atuação íntegra e idônea das gerações futuras.

III – a injustiça é responsável pela degradação dos homens, que, desanimados, ficam à mercê do destino.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

156. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) No segundo parágrafo do texto CG1A1CCC, o elemento "se" foi empregado em "rir-se" (l.7) para indicar

a) realce.

b) reciprocidade.

c) apassivação.

d) reflexividade.

e) indefinição.

157. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) No que se refere ao gênero textual, o texto CG1A1CCC classifica-se como

a) resenha.

b) discurso.

c) verbete.

d) notícia.

e) relato histórico.

Texto

Comecemos pelo conceito. A democracia veio dos gregos. Democracia não é só a eleição do governo pelo povo, mas, sim, a atribuição, pelo povo, do poder — que inclui mais que o mero governo; inclui o direito de fazer leis. Na democracia antiga, direta, isso cabia ao povo reunido na praça pública.

Um grande êxito dos atenienses, se comparados aos modernos, era o amor à política. Moses Finley, um dos maiores conhecedores do tema, conta que, em Atenas, a assembleia popular se reunia cerca de quarenta vezes ao ano. Pelo menos mil pessoas costumavam comparecer, às vezes dez mil, de um total de quarenta mil possíveis (a presença não era obrigatória). Comparo esse empenho ao nosso. Quantos não resmungam para votar uma só vez a cada dois anos? Nesse período, o ateniense teria passado oitenta tardes na praça, ouvindo, votando.

Mas a "falha" dos atenienses era a inexistência de direitos humanos. Não havia proteção contra as decisões da assembleia soberana. Ela podia decretar o banimento de quem quisesse, sem se justificar: assim Temístocles foi sentenciado ao ostracismo pelo mesmo povo que ele salvara dos persas. Desde a era moderna, os direitos do homem, protegendo-o do Estado, se tornam cruciais. Estes são os grandes legados das três revoluções modernas — a inglesa, a americana e a francesa: somos protegidos não só dos desmandos do monarca absoluto, contra os quais o melhor antídoto seria a soberania popular, mas também da tirania do próprio povo e de seus eleitos.

Renato Janine Ribeiro. Os direitos humanos e a democracia. In: Valor Econômico. 7/1/2013. Internet: (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os próximos itens.

158. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Com o emprego das aspas na palavra 'falha' (l.11), o autor deixa explícita uma marca de opinião que interfere no sentido dessa palavra no texto.

159. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) De acordo com o autor, no mundo contemporâneo há proporcionalmente mais participação política do que havia na democracia ateniense.

160. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) O texto defende a ideia de que, com as revoluções modernas, aumentou a capacidade de defesa do indivíduo contra o Estado.

161. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) O autor emprega recursos do tipo textual narrativo para explicar o funcionamento da democracia direta ateniense.

162. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) As formas pronominais em "ele salvara" (l.13) e "protegendo-o" (l.14) remetem ao mesmo referente: "Temístocles" (l.13).

Texto

As últimas décadas registraram o ressurgimento do campo do conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, das regras e dos modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica surgiu nos Estados Unidos da América (EUA), em um rompimento com a tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Na Europa, a área de política pública despontou como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado: o governo, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, o surgimento da área no mundo acadêmico ocorreu sem relações com bases teóricas sobre o papel do Estado, mas com ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina, que nasceu como subárea da ciência política, abriu o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro caminho, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam nas organizações locais a virtude cívica para promover o "bom" governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para se entender como e por que os governos optam por determinadas ações.

A política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo também ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, inclusive da econometria, já bastante influente em uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que também vem recebendo influência de técnicas quantitativas. Esse seu caráter holístico não implica carência de coerência teórica e metodológica.

Desenhadas e formuladas, as políticas públicas desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Postas em ação, são implementadas, devendo ficar, então, submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Celina Souza. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias. Ano 8, n.º 16, Porto Alegre, jul. – dez./2006, p. 20-45 (com adaptações).

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir.

163. (2017/TCE/ ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) De acordo com o texto, a disciplina políticas públicas surgiu embasada na teoria de Madison, que prioriza o estudo das estruturas institucionais e das formas de controle da natureza humana.

164. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) O texto apresenta determinadas áreas de conhecimento a partir de uma relação hierárquica: a avaliação é subárea da política pública, que, por sua vez, é um ramo da ciência política.

165. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A oração "que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos" (l. 6 a 7) introduz, no período em que ocorre, além de uma explicação sobre "estudos e pesquisas nessa área" (l. 5 e 6), uma comparação.

Texto CB1A1AAA

O debate sobre direitos civis e regime democrático é um importante tema na agenda de construção da cidadania. Embora certas nações possuam um governo e instituições representativas, parece haver nelas um óbice na constituição de uma cidadania integral, especialmente na efetividade dos direitos civis.

A evolução dos direitos da cidadania se amparou na liberdade individual para reivindicar participação na comunidade política com o surgimento dos governos representativos. Mesmo assim, há problemas, pois, de acordo com T. H. Marshall, "os direitos civis deram poderes legais cujo uso foi drasticamente prejudicado por preconceito de classe e falta de oportunidade econômica". A estrutura social e econômica não favoreceu o exercício efetivo da igualdade formal atribuída ao cidadão. Marshall aborda essa questão enfatizando que o status de cidadão confere igualdade formal aos indivíduos, ainda que o sistema de classes sociais gere desigualdade real.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que os direitos civis igualam os indivíduos pela possibilidade legal de terem liberdades comuns. Os direitos políticos garantem aos indivíduos igualdade de participação na escolha do governo. Os direitos sociais definem um mínimo de igualdade, considerando-se a desigualdade econômica e de oportunidades. Responder a esse modelo de forma integrada e aproximar as expectativas do cidadão da realidade social parece ser o desafio das democracias de massa para obter legitimidade.

A democracia deve gerar uma cidadania integral (civil, política e social), em que o regime eleitoral é condição fundamental, embora insuficiente. A democracia eleitoral se revela restrita ao não englobar temas como direitos sociais e econômicos.

A expansão da cidadania e a qualidade da democracia pressupõem o Estado de direito para proteger as liberdades civis e políticas da cidadania. Conforme recomendação do Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), deveria "existir um patamar mínimo de igualdade entre os membros da sociedade que outorgue a todos um leque razoável de opções para exercer sua capacidade de escolha e sua autonomia". A cidadania política e as regras de participação e de contestação seriam insuficientes para garantir liberdade individual. A falta dessas garantias e a violência que existe contra o cidadão em diversos países configura déficit de eficácia das instituições e do sistema legal e, por conseguinte, da credibilidade do Estado-nação. Essa situação gera uma cidadania "truncada", especialmente pela inefetividade dos direitos civis.

Eduardo José Grin. Democracia e direitos civis: um debate necessário. In: Revista Videre, Dourados, MS, ano 1, n.º 1, jan. – jun./2009. Internet: (com adaptações)

Com referência às ideias do texto CB1A1AAA, julgue os itens a seguir.

166. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Conclui-se do texto que, no que se refere à democracia e à cidadania, existem um plano que se pode denominar de formal e outro que se pode conceber como real.

167. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Infere-se do texto que, para o autor, o Estado não é o necessário agente indutor de cidadania e de democracia.

168. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) A tese central do autor pode ser resumida da seguinte forma: apenas com a efetividade dos direitos civis garante-se a efetividade da democracia.

169. (2017/TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) O autor apoia sua argumentação sobre a seguinte premissa: os diversos tipos de direitos (sociais, políticos e civis) são indistintos no que se refere à promoção da igualdade.

Texto

O sempre surpreendente Guimarães Rosa dizia: "o animal satisfeito dorme". Por trás dessa aparente obviedade está um dos mais importantes alertas contra o risco de cairmos na monotonia existencial, na redundância afetiva e na indigência intelectual. O que o escritor tão bem percebeu é que a condição humana perde substância e energia vital toda vez que o ser humano se sente ple-

namente confortável com a maneira como as coisas já estão, rendendo-se à sedução do repouso e imobilizando-se na acomodação.

A advertência é preciosa: não esquecer que a satisfação conclui, encerra, termina; a satisfação não deixa margem para a continuidade, para o prosseguimento, para a persistência, para o desdobramento. A satisfação acalma, limita, amortece.

"Nascer sabendo" é uma limitação porque obriga a apenas repetir e, nunca, a criar, inovar, refazer, modificar. Quanto mais nasce pronto, mais refém alguém se torna do que já sabe e, portanto, do passado; aprender sempre é o que mais impede que nos tornemos prisioneiros de situações que, por serem inéditas, não saberíamos enfrentar.

Um bom livro não é aquele que, quando encerramos sua leitura, deixamos um pouco apoiado no colo, absortos e distantes, pensando que não queríamos que terminasse? Uma boa festa, um bom jogo, um bom passeio, uma boa cerimônia não é aquela que queremos que se prolongue?

Com a vida de cada um e de cada uma também tem de ser assim; afinal de contas, não nascemos prontos e acabados. Ainda bem, pois estar satisfeito consigo mesmo é considerar-se terminado e constrangido ao possível da condição do momento.

Diante dessa realidade, deve-se questionar a ideia de que uma pessoa, quanto mais vive, mais velha fica; para que alguém quanto mais vivesse mais velho ficasse, teria de ter nascido pronto e ir se gastando...

Isso não ocorre com gente, e, sim, com fogão, sapato, geladeira. Gente não nasce pronta e vai se gastando; gente nasce não pronta, e vai se fazendo. Eu, no ano em que estamos, sou a minha mais nova edição (revista e, às vezes, um pouco ampliada); o mais velho de mim (se é o tempo a medida) está no meu passado, e não no presente.

Demora um pouco para entender tudo isso; aliás, como falou o mesmo Guimarães, "não convém fazer escândalo de começo; só aos poucos é que o escuro é claro"...

Mario Sérgio Cortella. Não nascemos prontos! Provocações filosóficas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 11-13 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os próximos itens.

170. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) No segundo parágrafo do texto, o autor continua sua interpretação da frase de Guimarães Rosa 'o animal satisfeito dorme' (l. 1), estabelecendo um contraste entre a letargia da satisfação e noções que representam movimento e vitalidade.

171. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Apesar do uso de formas masculinas no plural, como "absortos" (l.15), são utilizados recursos linguísticos para a marcação da presença feminina no texto.

Texto CB1A1AAA

O debate sobre direitos civis e regime democrático é um importante tema na agenda de construção da cidadania. Embora certas nações possuam um governo e instituições representativas, parece haver nelas um óbice na constituição de uma cidadania integral, especialmente na efetividade dos direitos civis.

A evolução dos direitos da cidadania se amparou na liberdade individual para reivindicar participação na comunidade política com o surgimento dos governos representativos. Mesmo assim, há problemas, pois, de acordo com T. H. Marshall, "os direitos civis deram poderes legais cujo uso foi drasticamente prejudicado por preconceito de classe e falta de oportunidade econômica". A estrutura social e econômica não favoreceu o exercício efetivo da igualdade formal atribuída ao cidadão. Marshall aborda essa questão enfatizando que o status de cidadão confere igualdade formal aos indivíduos, ainda que o sistema de classes sociais gere desigualdade real.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que os direitos civis igualam os indivíduos pela possibilidade legal de terem liberdades comuns. Os direitos políticos garantem aos indivíduos igualdade de participação na escolha do governo. Os direitos sociais definem um mínimo de igualdade, considerando-se a desigualdade econômica e de oportunidades. Responder a esse modelo de forma integrada e aproximar as expectativas do cidadão da realidade social parece ser o desafio das democracias de massa para obter legitimidade.

A democracia deve gerar uma cidadania integral (civil, política e social), em que o regime eleitoral é condição fundamental, embora insuficiente. A democracia eleitoral se revela restrita ao não englobar temas como direitos sociais e econômicos.

A expansão da cidadania e a qualidade da democracia pressupõem o Estado de direito para proteger as liberdades civis e políticas da cidadania. Conforme recomendação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), deveria "existir um patamar mínimo de igualdade entre os membros da sociedade que outorgue a todos um leque razoável de opções para exercer sua capacidade de escolha e sua autonomia". A cidadania política e as regras de participação e de contestação seriam insuficientes para garantir liberdade individual. A falta dessas garantias e a violência que existe contra o cidadão em diversos países configura déficit de eficácia das instituições e do sistema legal e, por conseguinte, da credibilidade do Estado-nação. Essa situação gera uma cidadania "truncada", especialmente pela inefetividade dos direitos civis.

Eduardo José Grin. Democracia e direitos civis: um debate necessário. In: Revista Videre, Dourados, MS, ano 1, n.º 1, jan. – jun./2009. Internet: (com adaptações)

Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1AAA, julgue o próximo item.

172. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) No último período do terceiro parágrafo, o trecho "ser o desafio das democracias de massa para obter legitimidade", formado por duas orações coordenadas entre si, exerce a função sintática de sujeito da forma verbal "parece".

Texto 1A1AAA

Após o processo de redemocratização, com o fim da ditadura militar, em meados da década de 80 do século passado, era de se esperar que a democratização das instituições tivesse como resultado direto a consolidação da cidadania — compreendida de modo amplo, abrangendo as três categorias de direitos: civis, políticos e sociais. Sobressaem, porém, problemas que configuram mais desafios para a cidadania brasileira, como a violência urbana — que ameaça os direitos individuais — e o desemprego — que ameaça os direitos sociais. No Brasil, o crime aumentou significantemente a partir de 1980, impacto do processo de modernização pelo qual o país passou. Isso sugere que o boom do consumo colocou em circulação bens de alto valor e, consequentemente, aumentou as oportunidades para o crime, inclusive porque a maior mobilidade de pessoas torna o espaço social mais anônimo, menos supervisionado.

Nesse contexto, justiça criminal passa a ser cada vez mais dissociada de justiça social e reconstrução da sociedade. O objetivo em relação à criminalidade torna-se bem menos ambicioso: o controle. A prisão ganha mais importância na modernidade tardia, porque satisfaz uma dupla necessidade dessa nova cultura: castigo e controle do risco. Essa postura às vezes proporciona controle, porém não segurança, pois o Estado tem o poder limitado de manter a ordem por meio da polícia, sendo necessário dividir as tarefas de controle com organizações locais e com a comunidade.

Jacqueline Carvalho da Silva. Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, ano 5, 8.ª ed., fev. – mar./2011, p. 84-5 (com adaptações).

173. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) De acordo com o texto 1A1AAA, a restauração da democracia no Brasil evidenciou

a) a diminuição do controle social decorrente do aumento da mobilidade de pessoas.

b) o crescimento da produção de bens de alto valor decorrente do aumento do poder de consumo.

c) a existência de problemas sociais que dificultam a consolidação da cidadania.

d) a modernidade do mercado interno e das instituições públicas brasileiras.

e) o medo nas metrópoles provocado pelo aumento da violência urbana e do desemprego.

174. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) O texto 1A1AAA aponta explicitamente como aspecto que impactou no aumento da criminalidade a partir de 1980

a) o desemprego.

b) a falta de punição pela justiça criminal.

c) a circulação de bens de alto valor.

d) a democratização das instituições.

e) o aumento de prisões.

175. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) No final do segundo parágrafo do texto 1A1AAA, em relação ao termo "mais anônimo", o termo "menos supervisionado" introduz uma

a) oposição.

b) retificação.

c) condição.

d) finalidade.

e) explicação.

176. (SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIARIA) A partir das ideias do texto 1A1AAA, considere as asserções apresentadas a seguir.

I – Na modernidade tardia no Brasil, a justiça criminal é amplamente entendida como penalização do criminoso mediante a privação da sua liberdade.

II – A sociedade tem priorizado o castigo e o controle do risco em detrimento da justiça social e de um projeto de reconstrução da sociedade.

Assinale a opção correta.

a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

b) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

c) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

d) As asserções I e II são proposições falsas.

e) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

Texto 1A1BBB



Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias** – INFOPEN – jun./2014, p. 70. Internet: <www.justica.gov.br> (com adaptações).

177. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) Quanto à tipologia textual, o texto 1A1BBB classifica-se como

a) narrativo, porque expõe as ações (crimes tentados/consumados) e suas personagens (homens e mulheres privados de liberdade).

b) prescritivo, porque determina os índices de homens e mulheres presos atualmente no Brasil.

c) argumentativo, porque defende que os índices de homens e mulheres privados de liberdade são, em geral, semelhantes.

d) descritivo, porque enumera o quantitativo de homens e mulheres brasileiros que cumprem pena em regime fechado.

e) informativo, porque apresenta os índices de homens e mulheres presos conforme o crime pelo qual respondem.

178. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) A partir das informações contidas no texto 1A1BBB, julgue os seguintes itens.

I – A categoria "homicídios" não abrange pessoas condenadas por tentativa de homicídio; essas estão incluídas na categoria "outros".

II – Conclui-se dos dados que mulheres não praticam violência doméstica.

III – Conforme os dados, a maior parte da população carcerária brasileira responde por crime relacionado ao tráfico de drogas.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Texto CB1A1AAA

A diferença básica entre as polícias civil e militar é a essência de suas atividades, pois assim desenhou o constituinte original: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF), em seu art. 144, atribui à polícia federal e às polícias civis dos estados as funções de polícia judiciária — de natureza essencialmente investigatória, com vistas à colheita de provas e, assim, à viabilização do transcorrer da ação penal — e a apuração de infrações penais.

Enquanto a polícia civil descobre, apura, colhe provas de crimes, propiciando a existência do processo criminal e a eventual condenação do delinquente, a polícia militar, fardada, faz o patrulhamento ostensivo, isto é, visível, claro e perceptível pelas ruas. Atua de modo preventivo-repressivo, mas não é seu mister a investigação de crimes. Da mesma forma, não cabe ao delegado de polícia de carreira e a seus agentes sair pelas ruas ostensivamente em patrulhamento. A própria comunidade identifica na farda a polícia repressiva; quando ocorre um crime, em regra, esta é a primeira a ser

chamada. Depois, havendo prisão em flagrante, por exemplo, atinge-se a fase de persecução penal,
13 e ocorre o ingresso da polícia civil, cuja identificação não se dá necessariamente pelos trajes usados.

Guilherme de Souza Nucci. Direitos humanos versus segurança pública. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 43 (com adaptações).

179. (2017/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) Infere-se das informações do texto CB1A1AAA que

a) o uso de fardamento pela polícia militar é o que a diferencia da polícia civil, que prescinde dos trajes corporativos.

b) a essência da atividade do delegado de polícia civil reside no controle, na prevenção e na repressão de infrações penais.

c) ao delegado de polícia cabem a condução da investigação criminal e a apuração de infrações penais.

d) a tarefa precípua dos delegados de polícia civil e de seus agentes é o patrulhamento ostensivo nas ruas.

e) a função de polícia judiciária concretiza-se no policiamento ostensivo, preventivo e repressivo.

180. (2017/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) O texto CB1A1AAA é predominantemente

a) injuntivo.

b) narrativo.

c) dissertativo.

d) exortativo.

e) descritivo.

Texto CB1A1BBB

1 A principal finalidade da investigação criminal, materializada no inquérito policial (IP), é a de reunir elementos mínimos de materialidade e autoria delitiva antes de se instaurar o processo criminal, de modo a evitarem-se, assim, ações infundadas, as quais certamente implicam grande
4 transtorno para quem se vê acusado por um crime que não cometeu.

Modernamente, o IP deixou de ser o procedimento absolutamente inquisitorial e discricionário de outrora. A participação das partes, pessoalmente ou por seus advogados ou defensores públicos, vem ganhando espaço a cada dia, com o objetivo de garantir que o IP seja um instrumento imparcial de investigação em busca da verdade dos fatos.

Acrescente-se que o estigma provocado por uma ação penal pode perdurar por toda a vida e, por isso, para ser promovida, a acusação deve conter fundamentos fáticos e jurídicos suficientes, o que, em regra, se consegue por meio do IP.

Carlos Alberto Marchi de Queiroz (Coord.). Manual de polícia judiciária: doutrina, modelos, legislação. 6.ª ed. São Paulo: Delegacia Geral de Polícia, 2010 (com adaptações).

181. (2017/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) Nas orações em que ocorrem no texto CB1A1BBB, os elementos "assim" (l.3) e "por isso" (l.10) expressam, respectivamente, as ideias de

a) consequência e consequência.

b) finalidade e proporcionalidade.

c) causa e consequência.

d) conclusão e conclusão.

e) restrição e conformidade.

Texto 1A16AAA

Para muitos, o surgimento da civilização decorreu da renúncia social ao uso da força física como forma de reparar injustiças. Fazer justiça com as próprias mãos passou a ser considerado, assim, um ato de barbaridade.

O sentimento de justiça, muito arraigado no ser humano, aparece em diversas espécies animais, tendo origens antigas na escala evolutiva: de ratos a gorilas, punir infrações parece ser útil há muitas eras. Deslealdade e desobediência, por exemplo, despertam no ser humano o senso de certo e errado e despertam automaticamente desejos de vingança ou de reparação. Para conviver em sociedade, é necessário, entretanto, conter tais impulsos, franqueando-se ao Estado a efetivação da justiça.

Quando as pessoas reservam-se o direito de usar a força física, sob a argumentação de que estão fazendo justiça, transmitem a mensagem de que não creem mais no pacto social. Alegando a falta de ação efetiva do Estado, elas afirmam que seu senso de justiça não está satisfeito e, por isso, resolvem agir por si mesmas. Produz-se, assim, um círculo vicioso no qual as pessoas sentem-se injustiçadas, não creem na ação do Estado e, por isso, rompem o pacto social, o que gera mais injustiça.

Daniel Martins de Barros. Justiça com as próprias mãos. Internet: <www.emais.estadao.com.br> (com adaptações).

182. (2017/MPE/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO) Conclui-se das ideias expressas no texto 1A16AAA que a atuação do Estado na reparação de injustiças é

a) desnecessária, já que o cidadão garante a justiça pelo emprego da força física quando a ação estatal não é efetiva.

b) necessária, porque o uso da força pelo cidadão redunda em mais injustiça.

c) desnecessária, já que, a exemplo de diversas espécies animais, o ser humano é capaz de definir as condutas sociais passíveis de punição.

d) necessária, pois, anteriormente à constituição do Estado, os agrupamentos humanos eram caracterizados por uma situação de barbárie social.

183. (2017/MPE/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO) De acordo com o último parágrafo do texto 1A16AAA,

a) o direito de utilizar força física para reparar injustiças restringe-se ao Estado.

b) o poder de utilizar a força física para garantir a efetivação da justiça é atribuído ao Estado pelo pacto social.

c) os cidadãos conferem ao Estado direito de preferência para atuar na reparação de injustiças e na manutenção do pacto social.

d) o sentimento de falta de ação estatal resulta no uso da força física e no rompimento do pacto social, o que agrava a injustiça.

184. (2017/MPE/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO) Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada mantém o sentido original e a correção gramatical do período "Alegando a falta de ação efetiva do Estado, elas afirmam que seu senso de justiça não está satisfeito e, por isso, resolvem agir por si mesmas." (l. 10 a 12).

a) Devido ao fato delas alegarem a falta de ação efetiva do Estado, afirmam que seu senso de justiça não está satisfeito e, por fim, resolvem agir por si.

b) Com base na alegação de que falta ação efetiva do Estado, elas afirmam que seu senso de justiça não está satisfeito e, portanto, resolvem agir por conta própria.

c) À medida em que alegam a falta de ação efetiva do Estado, elas afirmam que seu senso de justiça está insatisfeito e, assim, resolvem agir por si.

d) Apesar de elas alegarem de que há falta de ação efetiva do Estado, afirmam que seu senso de justiça não está satisfeito e, logo resolvem agir por si próprias.

GABARITO

1. e	**27.** b	**53.** c	**79.** c
2. c	**28.** b	**54.** e	**80.** e
3. b	**29.** e	**55.** c	**81.** e
4. d	**30.** c	**56.** c	**82.** e
5. c	**31.** c	**57.** e	**83.** e
6. e	**32.** c	**58.** c	**84.** c
7. e	**33.** e	**59.** e	**85.** c
8. d	**34.** a	**60.** e	**86.** c
9. b	**35.** b	**61.** e	**87.** c
10. c	**36.** c	**62.** e	**88.** a
11. b	**37.** d	**63.** c	**89.** c
12. c	**38.** e	**64.** e	**90.** e
13. e	**39.** e	**65.** a	**91.** c
14. c	**40.** c	**66.** e	**92.** d
15. e	**41.** a	**67.** e	**93.** e
16. e	**42.** b	**68.** c	**94.** b
17. c	**43.** e	**69.** e	**95.** e
18. e	**44.** e	**70.** c	**96.** c
19. c	**45.** e	**71.** c	**97.** c
20. c	**46.** c	**72.** e	**98.** c
21. c	**47.** c	**73.** c	**99.** c
22. c	**48.** e	**74.** b	**100.** e
23. c	**49.** e	**75.** b	**101.** e
24. e	**50.** e	**76.** c	**102.** c
25. c	**51.** e	**77.** c	**103.** e
26. c	**52.** c	**78.** e	**104.** c

105.c
106.e
107.e
108.e
109.a
110.d
111.c
112.d
113.c
114.a
115.c
116.e
117.e
118.c
119.b
120.d
121.b
122.e
123.e
124.e
125.b
126.d
127.b
128.a
129.e
130.e
131.e
132.c
133.e
134.c
135.b
136.e
137.e
138.a
139.b
140.c
141.c
142.a
143.c
144.a
145.b
146.c
147.e
148.e
149.a
150.e
151.b
152.a
153.a
154.b
155.b
156.a
157.b
158.c
159.e
160.c
161.c
162.e
163.e
164.c
165.c
166.c
167.e
168.c
169.e
170.c
171.c
172.e
173.c
174.c
175.e
176.e
177.e
178.b
179.c
180.c
181.d
182.b
183.d
184.b

REDAÇÃO OFICIAL

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue os itens seguintes.

185. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) O memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão.

186. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) De acordo com o MRPR, não existe um padrão oficial de linguagem.

187. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas a um juiz de direito é Senhor, seguido do cargo: Senhor Juiz.

XXXXX n.° 134/2014/GR

Brasília, 15 de outubro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Antonio Carlos Gustavo
Ministro da Educação
Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios
70.160-900 - Brasília.DF

Assunto: Convite para Cerimônia do I Prêmio Professor Pesquisador

Senhor Ministro,

1. Com o objetivo de estimular a produção de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento, a Universidade das Garças criou, no ano de 2014, o Prêmio Professor Pesquisador.

2. A Cerimônia de Entrega das premiações da primeira edição do prêmio será às 19 h de 1.° de novembro de 2014 e terá lugar nesta Universidade.

3. Assim, gostaríamos de convidar Sua Excelência para participar da referida cerimônia entregando as premiações aos escolhidos e também proferindo breve discurso de encerramento.

Respeitosamente,

PAULO MARCOS ROBERTO
Reitor da Universidade das Garças

Considerando as características e padronização das correspondências oficiais constantes no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue os itens a seguir, pertinentes ao documento oficial hipotético anteriormente apresentado.

188. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) A fim de obedecer aos preceitos do MRPR, o

pronome de tratamento no terceiro parágrafo do texto Sua Excelência deveria ser substituído por Vossa Excelência.

189. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) O fecho da comunicação manter-se-ia adequado ao padrão preconizado pelo MRPR caso fosse substituído por Atenciosamente.

190. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) Infere-se do remetente e do destinatário constantes no texto que o documento hipotético em questão é um memorando.

191. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) O vocativo do expediente hipotético em apreço Senhor Ministro estaria em desacordo com a norma preconizada pelo MRPR caso fosse substituído pelo seguinte: Excelentíssimo Senhor Ministro.

192. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) O uso da primeira pessoa do plural no último parágrafo do documento em questão fere o princípio da impessoalidade, necessário nas comunicações oficiais.

A respeito de correspondência oficial, julgue os itens seguintes, à luz do Manual de Redação da Presidência da República.

193. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) Quanto à apresentação, nos documentos que seguem o padrão ofício, devem-se priorizar a utilização de negrito, itálico e letras maiúsculas.

194. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) No memorando, o destinatário deve ser mencionado pelo cargo que ocupa.

195. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) O vocativo a ser empregado em comunicações oficiais a um juiz é Senhor Juiz.

196. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) Decorre do princípio da moralidade a prescrição de que não deve haver impressões pessoais em textos oficiais.

197. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) A exposição de motivos apresenta duas formas básicas, de acordo com a sua finalidade.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício Sede – 4.° Andar
– Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047
900Telefone: 2022 8581 e Fax: 2022 8582
http://www.mec.gov.br

XXXXX n.° 3/2016/MEC

YYYYY

Aos Reitores dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
Assunto: Orientações sobre o pagamento de bolsas aos servidores técnico-administrativos.
Referência: Processo n.° 64.

ZZZZZ,

Em atenção à consulta realizada por esta Secretaria à Consultoria Jurídica deste Ministério sobre a extensão da impossibilidade de pagamento direto de bolsas, pelos Institutos Federais, aos servidores técnico-administrativos em educação para ações de capacitação e qualificação, segue anexo o Parecer n.° 486/2015, de junho de 2015, para conhecimento e providências cabíveis.

Atenciosamente,

FULANA DE TAL

Coordenadora-Geral de Desenvolvimento
de Pessoas da Rede Federal

Internet: <http://sei.mec.gov.br> (com adaptações)

Com referência ao documento anteriormente apresentado XXXXX n. 3/2016/MEC, julgue os itens subsequentes com base no disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

198. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MONITOR DE GESTÃO EDUCACIONAL) Infere-se das informações constantes no texto que o documento em apreço é um aviso.

199. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MONITOR DE GESTÃO EDUCACIONAL) O expediente em tela é considerado uma forma de comunicação eminentemente interna devido ao fato de o destinatário e o signatário do documento serem funcionários da esfera educacional.

200. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MONITOR DE GESTÃO EDUCACIONAL) Caso, em lugar de YYYYY, fossem inseridos o local e a data de emissão do documento, no formato Brasília, 22/2/2016, tal inserção atenderia ao disposto no MRPR.

201. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MONITOR DE GESTÃO EDUCACIONAL) De acordo com as normas estabelecidas pelo MRPR para o emprego dos pronomes de tratamento, em lugar ZZZZZ poderia constar a seguinte expressão, seguida de vírgula: Magníficos Reitores.

202. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MONITOR DE GESTÃO EDUCACIONAL) O documento em apreço não atenderia às normas constantes no MRPR para as comunicações do padrão ofício se a identificação do cargo da remetente Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Pessoas da Rede Federal fosse suprimida do texto.

Texto 11A1AAA

Ao Senhor Chefe de Departamento de Recursos Humanos

Assunto: Encerramento do período de contratações

Em 12 de novembro de 2015 Xxx 129/DCO

Senhor Chefe,

1. Em atenção às normas estabelecidas pelo Documento Geral de Regras de Contratação, informo que está encerrado nesta data o período regular para compras deste órgão.
2. Deste modo, solicito que todas as contratações não realizadas até a presente data sejam informadas ao DCO, a fim de que conjuntamente se possa estabelecer um calendário de compras exequível assim que possível for no início do próximo ano.

Respeitosamente,

Carlos Augusto Marcos
Chefe do Departamento de Compras

No que se refere ao documento oficial hipotético anteriormente apresentado texto 11A1AAA , julgue os próximos itens à luz das prescrições do Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

203. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) O vocativo Senhor Chefe poderia ser substituído pelo vocativo Excelentíssimo Senhor, mantendo-se a adequação do documento ao padrão preconizado no MRPR.

204. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) O emprego de Respeitosamente está inadequado no documento em apreço.

205. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) O pronome de tratamento adequado para as autoridades envolvidas na comunicação oficial em tela seria Vossa Senhoria.

206. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) O texto do documento apresenta marcas de subjetividade que ferem a impessoalidade requerida nos documentos oficiais.

207. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) O texto do documento em questão não atende ao princípio da formalidade das comunicações oficiais, pois não observa as normas de estrutura padrão de textos oficiais nem a civilidade no tratamento dado ao assunto.

Texto 11A1AAA

Ao Senhor Chefe de Departamento de Recursos Humanos

Assunto: Encerramento do período de contratações

Em 12 de novembro de 2015 Xxx 129/DCO

Senhor Chefe,

1. Em atenção às normas estabelecidas pelo Documento Geral de Regras de Contratação, informo que está encerrado nesta data o periodo regular para compras deste órgão.
2. Deste modo, solicito que todas as contratações não realizadas até a presente data sejam informadas ao DCO, a fim de que conjuntamente se possa estabelecer um calendário de compras exequível assim que possível for no início do próximo ano.

Respeitosamente,

Carlos Augusto Marcos
Chefe do Departamento de Compras

Com respeito à adequação do formato do documento hipotético anteriormente apresentado texto 11A1AAA ao gênero de comunicação oficial, julgue os itens seguintes conforme o MRPR.

208. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) Os parágrafos do documento estão numerados por exigência do padrão ofício.

209. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) Dadas as informações relativas ao remetente e ao destinatário, infere-se que o documento em apreço é um memorando.

210. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) No início do documento, a ordem dos tópicos assunto, destinatário, data, tipo e origem está inadequada ao padrão ofício.

211. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) O alinhamento das informações relativas a data, numeração e origem do documento conforma-se ao padrão ofício.

212. (2017/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) Para textos como o do documento em questão, dispensa-se a informação sobre o cargo do remetente conforme o padrão ofício.

GABARITO

185. c
186. c
187. c
188. c
189. e
190. e
191. c
192. e
193. e
194. c
195. c
196. e
197. c
198. e
199. e
200. e
201. c
202. c
203. e
204. c
205. c
206. e
207. e
208. c
209. c
210. c
211. e
212. e

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Texto CB1A5AAA – Proposição P

A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias, mas não apresentou os comprovantes de pagamento; o juiz julgou, pois, procedente a ação movida pelo ex-empregado.

213. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A quantidade mínima de linhas necessárias na tabela-verdade para representar todas as combinações possíveis para os valores lógicos das proposições simples que compõem a proposição P do texto CB1A5AAA é igual a

a) 32.

b) 4.

c) 8.

d) 16.

214. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Assinale a opção que apresenta uma proposição equivalente, sob o ponto de vista da lógica sentencial, à proposição P do texto CB1A5AAA.

a) A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias, mas não apresentou os comprovantes de pagamento, ou o juiz julgou procedente a ação movida pelo ex-empregado.

b) Se o juiz julgou procedente a ação movida pelo ex-empregado, então a empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias, mas não apresentou os comprovantes de pagamento.

c) Se a empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias, mas não apresentou os comprovantes de pagamento, então o juiz julgou procedente a ação movida pelo ex-empregado.

d) A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias, mas não apresentou os comprovantes de pagamento, mas o juiz julgou procedente a ação movida pelo ex-empregado.

215. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Proposição Q: A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias, mas não apresentou os comprovantes de pagamento. A proposição Q, anteriormente apresentada, está presente na proposição P do texto CB1A5AAA. A negação da proposição Q pode ser expressa por

a) A empresa não alegou ter pago suas obrigações previdenciárias ou apresentou os comprovantes de pagamento.

b) A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias ou não apresentou os comprovantes de pagamento.

c) A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias e apresentou os comprovantes de pagamento.

d) A empresa não alegou ter pago suas obrigações previdenciárias nem apresentou os comprovantes de pagamento.

Texto CB1A5BBB – Argumento formado pelas premissas (ou proposições) P1 e P2 e pela conclusão C

P1: Se eu assino o relatório, sou responsável por todo o seu conteúdo, mesmo que tenha escrito apenas uma parte.
P2: Se sou responsável pelo relatório e surge um problema em seu conteúdo, sou demitido.
C: Logo, escrevo apenas uma parte do relatório, mas sou demitido.

216. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A negação da proposição P2 do texto CB1A5BBB pode ser corretamente escrita na forma

a) Não sou responsável pelo relatório, nem surge um problema em seu conteúdo, mas sou demitido.

b) Se sou responsável pelo relatório e surge um problema em seu conteúdo, não sou demitido.

c) Se não sou responsável pelo relatório e não surge um problema em seu conteúdo, não sou demitido.

d) Sou responsável pelo relatório e surge um problema em seu conteúdo, mas não sou demitido.

217. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O argumento apresentado no texto CB1A5BBB se tornaria válido do ponto de vista da lógica sentencial, se, além das premissas P1 e P2, a ele fosse acrescentada a proposição

a) Não sou demitido ou não escrevo uma parte do relatório.

b) Sou responsável apenas pela parte que escrevi do relatório.

c) Eu escrevo apenas uma parte do relatório, assino o relatório e surge um problema em seu conteúdo.

d) Se não escrevo nenhuma parte do relatório, não sou demitido.

218. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Se, na presente prova, em que cada questão tem quatro opções de resposta, um candidato escolher ao acaso uma única resposta para cada uma das quatro primeiras questões, então a probabilidade de ele acertar exatamente duas questões será igual a

a) 1/2.

b) 9/16

c) 27/128

d) 9/256

Texto CB2A6AAA

Venho acompanhando pelo jornal um debate acalorado entre professores universitários a respeito de um tema da especialidade deles: sistemas de informação. O debate, que se iniciou com dois professores e acabou envolvendo outros mais, terminou sem que se chegasse a uma conclusão uniforme. Isso nos leva a concluir que o homem não é mesmo capaz de entrar em entendimento e que, por isso, o mundo está repleto de guerras.

José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli. **Para entender o texto**: leitura e redação. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2007, p. 211. (com adaptações).

Acerca do raciocínio analítico e da argumentação empregados no texto CB2A6AAA, julgue os itens subsecutivos.

219. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Pode-se extrair do texto a seguinte proposição categórica afirmativa particular: "Alguns professores universitários participavam de um debate".

220. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A conclusão apresentada no texto contém noções semiformalizadas.

Texto CB2A6BBB

A maior prova de honestidade que realmente posso dar neste momento é dizer que continuarei sendo o cidadão desonesto que sempre fui.

Considerando o texto CB2A6BBB, julgue os itens seguintes, concernentes à argumentação e aos tipos de argumentos.

221. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Pode-se inferir da frase que a maior parte dos cidadãos é corrupta e que, portanto, a sociedade é corrupta em sua totalidade.

222. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A partir da frase apresentada, conclui-se que, não sendo possível provar que o que é enunciado é falso, então o enunciador é, de fato, honesto.

223. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Verifica-se a ocorrência de falácia no argumento da frase.

Em uma reunião de colegiado, após a aprovação de uma matéria polêmica pelo placar de 6 votos a favor e 5 contra, um dos 11 presentes fez a seguinte afirmação: "Basta um de nós mudar de ideia e a decisão será totalmente modificada." Considerando a situação apresentada e a proposição correspondente à afirmação feita, julgue os próximos itens.

224. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A quantidade de maneiras distintas de se formar o placar de 6 votos a favor e 5 contra, na decisão do assunto polêmico pelos presentes no referido colegiado, é inferior a 500.

225. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A negação da proposição pode ser corretamente expressa por "Basta um de nós não mudar de ideia ou a decisão não será totalmente modificada".

226. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A proposição é equivalente, sob o ponto de vista da lógica sentencial, à proposição "Desde que um membro mude de ideia, a decisão será totalmente modificada".

227. A tabela-verdade da referida proposição, construída a partir dos valores lógicos das proposições simples que a compõem, tem mais de 8 linhas.

A partir da proposição P: "Quem pode mais, chora menos.", que corresponde a um ditado popular, julgue os próximos itens.

228. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A negação da proposição P pode ser expressa por "Quem pode menos, chora mais".

229. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Do ponto de vista da lógica sentencial, a proposição P é equivalente a "Se pode mais, o indivíduo chora menos".

230. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A tabela verdade da proposição P, construída a partir dos valores lógicos das proposições simples que a compõem, tem pelo menos 8 linhas.

231. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A negação da proposição P pode ser expressa por "Quem não pode mais, não chora menos".

232. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Se a proposição P for verdadeira, então o conjunto formado por indivíduos que podem mais está contido no conjunto dos indivíduos que choram menos.

233. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) Assinale a opção que corresponde a uma negativa da seguinte proposição: "Se nas cidades medievais não havia lugares próprios para o teatro e as apresentações eram realizadas em igrejas e castelos, então a maior parte da população não era excluída dos espetáculos teatrais".

a) Nas cidades medievais havia lugares próprios para o teatro ou as apresentações eram realizadas em igrejas e castelos e a maior parte da população era excluída dos espetáculos teatrais.

b) Se a maior parte da população das cidades medievais era excluída dos espetáculos teatrais, então havia lugares próprios para o teatro e as apresentações eram realizadas em igrejas e castelos.

c) Se Se a maior parte da população das cidades medievais era excluída dos espetáculos teatrais, então havia lugares próprios para o teatro e as apresentações eram realizadas em igrejas e castelos.

d) Se nas cidades medievais havia lugares próprios para o teatro ou as apresentações eram realizadas em igrejas e castelos, então a maior parte da população era excluída dos espetáculos teatrais.

e) Nas cidades medievais não havia lugares próprios para o teatro, as apresentações eram realizadas em igrejas e castelos e a maior parte da população era excluída dos espetáculos teatrais.

234. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) A partir das proposições simples P: "Sandra foi passear no centro comercial Bom Preço", Q: "As lojas do centro comercial Bom Preço estavam realizando liquidação" e R: "Sandra comprou roupas nas lojas do Bom Preço" é possível formar a proposição composta S: "Se Sandra foi passear no centro comercial Bom Preço e se as lojas desse centro estavam realizando liquidação, então Sandra comprou roupas nas lojas do Bom Preço ou Sandra foi passear no centro comercial Bom Preço". Considerando todas as possibilidades de as proposições P, Q e R serem verdadeiras (V) ou falsas (F), é possível construir a tabela-verdade da proposição S, que está iniciada na tabela mostrada a seguir.

P	Q	R			S
V	V	V			
V	V	F			
V	F	V			
V	F	F			
F	V	V			
F	V	F			
F	F	V			
F	F	F			

Completando a tabela, se necessário, assinale a opção que mostra, na ordem em que aparecem, os valores lógicos na coluna correspondente à proposição S, de cima para baixo.

a) V / V / F / F / F / F / F / F

b) V / V / F / F / F / F / F / F

c) V / V / F / V / F / F / F / V

d) V / V / V / V / V / V / V / V

e) V / V / V / F / V / V / V / F

235. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Em 2015, na cidade de São Luís, 1.560 docentes atuavam nas escolas de ensino fundamental. Entre eles, havia 450 Marias e 150 Pedros. Esses 1.560 docentes eram distribuídos, para cada escola, de forma aleatória. Nessa situação, assinale a opção que apresenta a expressão que permite determinar a quantidade de possíveis escolhas para a formação do primeiro grupo de 20 professores de maneira que, nesse grupo, não haja nenhuma Maria e nenhum Pedro.

A) $\frac{600!}{20! \times 580!}$

B) $\frac{1.560!}{600!}$

C) $\frac{300!}{20!}$

D) $\frac{960!}{600! \times 360!}$

E) $\frac{960!}{20! \times 940!}$

Texto 11A3BBB

Em um jogo de azar, dois jogadores lançam uma moeda honesta, alternadamente, até que um deles obtenha o resultado cara. O jogador que detiver esse resultado será o vencedor.

236. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Com referência à situação apresentada no texto 11A3BBB, a probabilidade de o primeiro jogador vencer o jogo em algum de seus arremessos é

a) igual a 50%.

b) superior a 50% e inferior a 55%.

c) superior a 55% e inferior a 60%.

d) superior a 60% e inferior a 65%.

e) superior a 65%.

Iniciado em 2007, o processo gradativo de substituição do sinal de TV analógico pelo digital no Brasil começou a concretizar-se em 2016. Nesse período, intensificou-se o uso da TV por assinatura, segundo dados do IBGE. A tabela a seguir mostra o percentual aproximado de domicílios brasileiros que dispunham de diferentes modalidades de acesso à TV em 2014.

zona	sinal digital de TV aberta	TV por assinatura	antena parabólica
urbana	44%	36%	32%
rural	16%	8%	79%

IBGE (com adaptações).

Considerando essas informações e o fato de que, em 2014, 86% dos domicílios brasileiros situavam-se na zona urbana, julgue os itens subsequentes.

237. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Se, no ano de referência da tabela, um domicílio entre os que possuíam TV por assinatura fosse aleatoriamente escolhido, a probabilidade de esse domicílio ser da zona urbana seria superior a 0,8.

Entre as recentes discussões a respeito da reforma da educação básica, inclui- se o debate acerca do limite da quantidade de alunos nas salas de aula. Uma proposta sugere os seguintes limites: 25 alunos por sala na pré-escola e nos dois primeiros anos do ensino fundamental; 35 alunos por sala para os demais anos do ensino fundamental e no ensino médio. Na escola Saber, que já utiliza esses limites, as quantidades de alunos matriculados em 2016, por turno e série, são apresentadas na tabela seguinte.

turno	série		
	pré-escola e 1.º e 2.º anos do ensino fundamental	demais anos do ensino fundamental	ensino médio
matutino	28	100	100
vespertino	36	100	110
noturno	0	40	70

Considerando essa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

238. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Caso se deseje formar uma comissão composta por três alunos do noturno, sendo pelo menos um deles do ensino médio e, pelo menos, um do ensino fundamental, haverá mais de 140.000 maneiras distintas de se formar essa comissão.

239. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Se um aluno de cada turno for escolhido aleatoriamente, a probabilidade de que todos os escolhidos sejam alunos do ensino médio será superior a $\frac{10}{77}^{-3}$.

Cinco mulheres e quatro homens trabalham em um escritório. De forma aleatória, uma dessas pessoas será escolhida para trabalhar no plantão de atendimento ao público no sábado. Em seguida, outra pessoa será escolhida, também aleatoriamente, para o plantão no domingo. Considerando que as duas pessoas para os plantões serão selecionadas sucessivamente, de forma aleatória e sem reposição, julgue os próximos itens.

240. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) Se uma mulher tiver sido escolhida para ser a plantonista de sábado, então a probabilidade de se escolher um homem para o plantão de domingo é igual a 0,5.

241. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) A probabilidade de os plantões serem feitos por um homem e uma mulher é igual a 5/9.

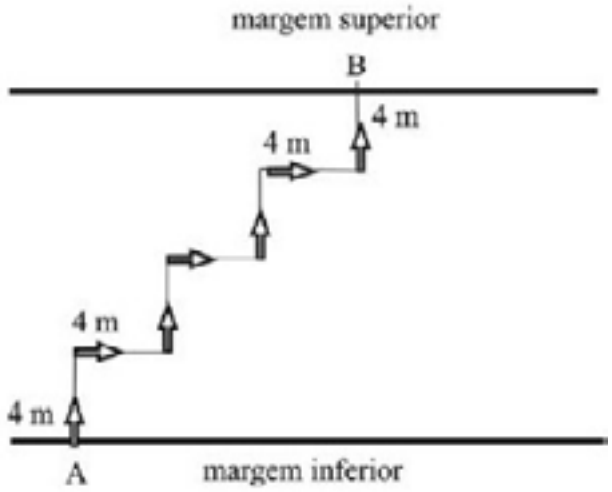
242. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) A probabilidade de os dois plantonistas serem homens é igual ou superior a 4/9.

Em uma reunião de colegiado, após a aprovação de uma matéria polêmica pelo

placar de 6 votos a favor e 5 contra, um dos 11 presentes fez a seguinte afirmação: "Basta um de nós mudar de ideia e a decisão será totalmente modificada." Considerando a situação apresentada e a proposição correspondente à afirmação feita, julgue os próximos itens.

243. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Se A for o conjunto dos presentes que votaram a favor e B for o conjunto dos presentes que votaram contra, então o conjunto diferença A\B terá exatamente um elemento.

244. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) A figura a seguir mostra o esquema utilizado por um indivíduo na travessia de um rio — de margens paralelas e com forte correnteza —, saindo do ponto A, na margem inferior, e indo ao ponto B, na margem superior.



Ele nadava por 4 m na direção perpendicular às margens e, enquanto descansava, a correnteza o levava por 4 m rio abaixo na direção paralela às margens. Fez esse esquema por três vezes e, na quarta vez que nadou perpendicularmente às margens, ele atingiu a margem superior, no ponto B. Nessa situação, a distância do ponto A ao ponto B é igual a

a) 12 m.

b) 16 m.

c) 20 m.

d) 28 m.

e) 32 m.

245. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA)

De uma urna que continha 20 bolas idênticas, identificadas por números de 1 a 20, foi extraída aleatoriamente uma bola. Esse evento define o espaço amostral $\Omega = \{1, 2, 3, \cdots, 20\}$.

Considere os seguintes eventos:

A = {a bola retirada da urna é identificada por um número múltiplo de 4};
B = {a bola retirada da urna é identificada por um número múltiplo de 5}.

A partir das probabilidades P(A), P(B) e P(A∪B) — que são, respectivamente, as probabilidades de os eventos A, B e A∪B ocorrerem —, considere o argumento formado pelas premissas P_1 e P_2 e pela conclusão C, em que

P_1: Se $P(A) = \frac{1}{4}$ e $P(B) = \frac{1}{5}$, então $P(A \cup B) = \frac{9}{20}$;

P_2: $P(A \cup B) = \frac{9}{20}$ e C: $P(A) \neq \frac{1}{4}$ ou $P(B) \neq \frac{1}{5}$.

Com base nessas informações, assinale a opção correta.

A premissa P1 é uma proposição verdadeira, e a conclusão C é uma proposição falsa.

a) A premissa P2 e a conclusão C são proposições verdadeiras.

b) A conclusão C é falsa, mas o argumento é válido.

c) A premissa P1 é falsa e o argumento não é válido.

d) A premissa P1 e a conclusão C são proposições verdadeiras e o argumento é válido.

246. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE) Um grupo de alunos de determinada universidade decidiu organizar um jantar dançante para angariar fundos em prol de uma causa social. O comitê responsável pelo evento estimou os custos para a realização do evento conforme a tabela apresentada a seguir. O comitê organizador pretende cobrar ingresso de R$ 50,00 por pessoa e estima a adesão de pelo menos quinhentas pessoas ao evento.

	valor em R$
jantar (por pessoa)	22,00
convites com o programa do evento (por pessoa)	3,00
panfletos para a divulgação do evento	500,00
atração musical	1.100,00
aluguel de espaço em um clube local	900,00
garçons e pessoal de apoio (limpeza segurança)	1.600,00
decoração do local	900,00

Nessa situação hipotética, a margem de contribuição unitária e a quantidade de ingressos que o comitê organizador deve vender para cobrir todos os gastos previstos para a realização da festa são, respectivamente,

a) R$ 15 e 200 ingressos.

b) R$ 15 e 500 ingressos.

c) R$ 25 e 100 ingressos.

d) R$ 25 e 200 ingressos.

e) R$ 28 e 200 ingressos.

247. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) O número $\frac{100 \times (\sqrt{18} + 1)}{\sqrt{2} - 1}$ é

a) superior a 1.000 e inferior a 1.500.

b) superior a 1.500 e inferior a 2.000.

c) superior a 2.000.

d) inferior a 500.

e) superior a 500 e inferior a 1.000.

248. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Os biscoitos de sal de determinada marca têm a forma de um paralelepípedo retângulo: a base é um quadrado de lados medindo 6 cm; a altura mede 0,25 cm. Os biscoitos são acondicionados em caixas com capacidade para 5.184 cm^3. Nesse caso, a quantidade de biscoitos que podem ser acondicionados em uma dessas caixas é

a) superior a 1.500.

b) inferior a 100.

c) superior a 100 e inferior a 500.

d) superior a 500 e inferior a 1.000.

e) superior a 1.000 e inferior a 1.500.

249. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) A quantidade N de pacotes de arroz distribuídos no primeiro trimestre para as 6 escolas de determinado município é um número de três algarismos que pode ser escrito na forma N = X3Y, em que X e Y são dois algarismos entre 0 e 9.

Sabe-se que cada escola recebeu a mesma quantidade de pacotes das demais e o número N é o maior possível que atende às condições descritas. Nessa situação, a quantidade de pacotes de arroz distribuídos no primeiro trimestre para as 6 escolas do município foi

a) superior a 800 e inferior a 900.

b) superior a 900.

c) inferior a 600.

d) superior a 600 e inferior a 700.

e) superior a 700 e inferior a 800.

250. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) As figuras I e II a seguir ilustram recipientes cilíndricos retos, idênticos, que contêm suco. Em cada recipiente foram feitas marcações igualmente espaçadas, mas diferentes nos recipientes I e II. Há mais suco no recipiente I que no II.

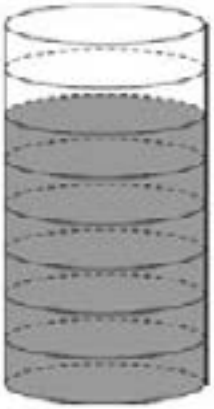


Figura I

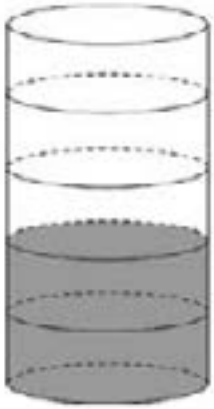


Figura II

Nessa situação, a fração do volume que o recipiente I tem a mais que o II é igual a

a) 8/15.

b) 8/13.

c) 3/10.

d) 4/3.

e) 7/20.

251. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA)

Se X_1 e X_2, em que $X_1 < X_2$, são as raízes positivas da equação $x^4 - 164x^2 + 6.400 = 0$, então a diferença $X_2 - X_1$ é igual a

a) 2.

b) 1.

c) 36.

d) 18.

e) 4.

Texto 11A1AAA

Se $x \geq 0$ representa a quantidade de quilômetros percorridos por um veículo em determinado dia, então:

- $f(x) = \frac{x}{12}$ representa a quantidade de litros de combustível consumido pelo veículo para percorrer x quilômetros;
- $g(x) = 60 - \frac{x}{12}$ representa a quantidade de litros de combustível que restam no tanque do veículo depois de percorridos x quilômetros.

252. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Tendo como referência as informações do texto 11A1AAA e considerando que o veículo tenha iniciado o percurso com o tanque de combustível cheio, se, no dia mencionado, o condutor parar o veículo para abastecer quando restarem exatamente 15 litros de combustível no tanque, então, até aquele instante, o veículo terá percorrido

a) mais de 150 km e menos de 300 km.

b) mais de 300 km e menos de 450 km.

c) mais de 450 km e menos de 600 km.

d) mais de 600 km.

e) menos de 150 km.

253. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Ainda com base no texto 11A1AAA, se m(x) = x - 240, e se a função composta Q(x) = (gBm)(x) = g(m(x)) representa a quantidade de litros de combustível que resta no tanque de um veículo depois de percorrer x quilômetros, tendo iniciado o percurso

com o tanque cheio, então o tanque de combustível desse veículo tem capacidade para

a) mais de 90 litros e menos de 95 litros.

b) mais de 95 litros.

c) 80 litros.

d) mais de 80 litros e menos de 85 litros.

e) mais de 85 litros e menos de 90 litros.

254. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA)

Se $f(x)$ e $g(x)$ são as funções definidas no texto 11A1AAA, e se $h(x) = \frac{f(x)}{g(x)}$, então a função inversa $h^{-1}(x)$ pode ser expressa por

a) $h^{-1}(x) = \frac{x+1}{x-720}$.

b) $h^{-1}(x) = -\frac{x+1}{720+x}$.

c) $h^{-1}(x) = \frac{x+1}{720x}$.

d) $h^{-1}(x) = \frac{720x}{x+1}$.

e) $h^{-1}(x) = \frac{720-x}{x+1}$.

255. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Ainda considerando as funções f(x) e g(x) definidas no texto 11A1AAA, se x é tal que $|f(x) - g(x)| \leq 5$, então

a) x > 450.

b) x < 270.

c) ≤ x < 330.

d) 330 ≤ x 390.

e) 390 < ≤450.

256. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Considerando que f(x) e g(x) sejam as funções definidas no texto 11A1AAA, assinale a opção correta a respeito do sinal da função $H(x) = \ln[\frac{f(x)}{g(x)}]$, que está definida para todo x do intervalo (0, 720), em que ln[x] é o logaritmo natural de x.

a) $H(x) \geq 0$ para todo x do intervalo (0, 720).

b) $H(x) \leq 0$ para todo x do intervalo (0, 1) e $H(x) > 0$ para todo x do intervalo (1, 720).

c) $H(x) \geq 0$ para todo x do intervalo (0, 360] e $H(x) < 0$ para todo x do intervalo (360, 720).

d) $H(x) \leq 0$ para todo x do intervalo (0, 360] e $H(x) > 0$ para todo x do intervalo (360, 720).

e) $H(x) \leq 0$ para todo x do intervalo (0, 720).

257. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Na cidade de São Luís, em 2015, havia 142 mil alunos matriculados no ensino fundamental, distribuídos nas escolas estaduais (EE), municipais (EM) e particulares (EP). A diferença entre o número de matriculados nas EM e o número de matriculados nas EP era igual à metade do número de matriculados nas EE. Além disso, o número de matriculados nas EP adicionado ao número de matriculados nas EE excedia o número de matriculados nas EM em 14 mil. Nessa situação, em 2015, o número de alunos do ensino fundamental matriculados nas EE de São Luís era

a) superior a 25 mil e inferior a 40 mil.

b) superior a 40 mil e inferior a 55 mil.

c) superior a 55 mil.

d) inferior a 10 mil.

e) superior a 10 mil e inferior a 25 mil.

258. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Um sistema linear de 4 equações e 4 incógnitas pode ser escrito na forma matricial como AX = B, em que A é a matriz, de ordem 4 × 4, dos coeficientes da equação; X é a matriz coluna, de ordem 4 × 1, das incógnitas da equação e B é a matriz coluna, de ordem 4 × 1, dos termos independentes da equação.

Com referência a essas informações, assinale a opção correta.

a) Se X1, X2 e X3 forem matrizes, de ordem 4 × 1, que são soluções distintas da referida equação matricial, então o determinante de A será igual a zero.

b) Se a matriz A tiver exatamente duas linhas iguais, então o sistema terá exatamente duas soluções distintas.

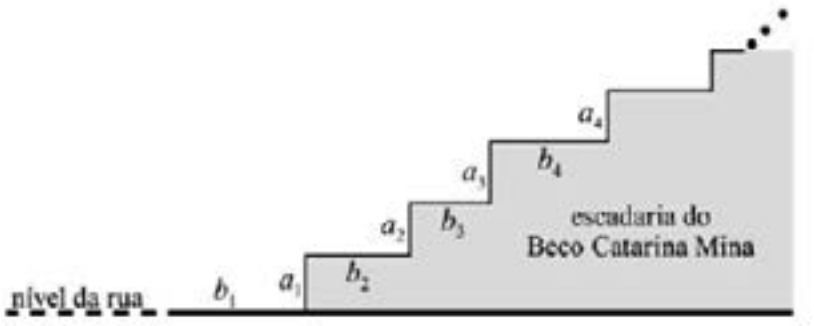
c) Se todos os elementos da matriz B forem iguais a zero e o determinante de A for igual a zero, então o sistema não terá solução.

d) Se uma matriz C, de ordem 4 × 1, possuir dois elementos positivos e dois negativos e for tal que AC = B, então o determinante de A será diferente de zero.

e) Se o determinante da matriz A for igual a zero, então A terá pelo menos duas linhas iguais.

Texto 11A2AAA

Um ponto turístico interessante da cidade de São Luís é o Beco Catarina Mina, com sua escadaria de 35 degraus em pedra de lioz, datada do século XVIII. A figura a seguir mostra uma representação dessa escadaria, em que cada degrau possui base b_j e altura a_j, com $j = 1, 2, \cdots, 35$.



259. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Com base nas informações do texto 11A2AAA, considere que a altura do primeiro degrau seja a1 = 10 cm, e que as alturas dos 7 degraus seguintes, em cm, sejam a2 = a1 + s1, a3 = a1 + s2, þ a8 = a1 + s7, em que s1 = 1, s2 = 1, s3 = 2, ... e s7 são os primeiros 7 termos de uma sequência de Fibonacci. Nesse caso, um indivíduo que estiver sobre a base do 9.º degrau — b9 — estará, em relação ao nível da rua, a uma altura

a) superior a 100 cm e inferior a 107 cm.

b) superior a 107 cm e inferior a 114 cm.

c) superior a 114 cm.

d) inferior a 93 cm.

e) superior a 93 cm e inferior a 100 cm.

260. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA)

Ainda com base nas informações do texto 11A2AAA, considere que as alturas $(a_n)_{n=1}^{35}$, em cm, dos degraus da referida escadaria seguem a seguinte lei de formação: $a_1 = 10$ e $a_j = a_{j-1} + s_j$, para $j = 2, \ldots, 35$, em que $s_j = 2$, se j for par e $s_j = -1$, se j for ímpar, ou seja, $a_2 = a_1 + s_2 = 10 + 2 = 12$, $a_3 = a_2 + s_3 = 12 - 1 = 11$, $a_4 = a_3 + s_4 = 11 + 2 = 13$ etc. Nesse caso, a altura do 26.º degrau — a_{26} —, em cm, será

a) superior a 15 e inferior a 19.

b) superior a 19 e inferior a 23.

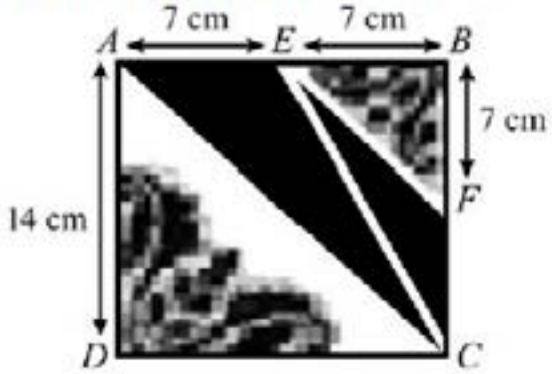
c) superior a 23 e inferior a 27.

d) superior a 27.

e) inferior a 15.

Texto 11A2BBB

A figura a seguir mostra um azulejo quadrado, que faz parte de um mosaico típico da cidade de São Luís.



261. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) No azulejo mostrado no texto 11A2BBB, a tangente do ângulo em C no triângulo BCE é igual a

a) $\frac{\sqrt{2}}{5}$.

b) $\frac{\sqrt{5}}{5}$.

c) $\frac{1}{2}$.

d) $\frac{1}{5\sqrt{5}}$.

e) $\frac{2}{3}$.

262. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Ainda com referência ao azulejo mostrado no texto 11A2BBB, a área do trapézio ACFE, em cm², é

a) superior a 75.

b) inferior a 60.

c) superior a 60 e inferior a 65.

d) superior a 65 e inferior a 70.

e) superior a 70 e inferior a 75.

Texto 11A2CCC

A tabela a seguir apresenta uma comparação entre a evolução populacional ocorrida na cidade de São Luís, no estado do Maranhão e no Brasil, a cada cinco anos, de 1985 a 2010.

ano	São Luís (em milhares)	Maranhão (em milhões)	Brasil (em milhões)
1985	640	4,3	137
1990	700	4,9	146
1995	780	5,2	156
2000	870	5,6	171
2005	960	6,1	183
2010	1.000	6,6	192

IBGE (com adaptações)

263. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Com base na tabela do texto 11A2CCC, considerando-se a sequência dos seis valores correspondentes à população de São Luís, infere-se que a mediana desses valores é igual a

a) 725.000.

b) 775.000.

c) 825.000.

d) 875.000.

e) 700.000.

264. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Se a população do Maranhão crescer a cada quinquênio, a partir de 2010, de acordo com a progressão aritmética dos três valores correspondentes aos anos de 2000, 2005 e 2010 mostrados na tabela do texto 11A2CCC, então a população do Maranhão em 2090 será

a) superior a 19,5 milhões.

b) inferior a 15 milhões.

c) superior a 15 milhões e inferior a 16,5 milhões.

d) superior a 16,5 milhões e inferior a 18 milhões.

e) superior a 18 milhões e inferior a 19,5 milhões.

265. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Ainda com base na tabela do texto 11A2CCC, o desvio padrão da sequência dos três valores correspondentes à população brasileira nos anos de 2000, 2005 e 2010 é

a) superior a 7 milhões e inferior a 9 milhões.

b) superior a 9 milhões e inferior a 11 milhões.

c) superior a 11 milhões e inferior a 13 milhões.

d) superior a 13 milhões.

e) inferior a 7 milhões.

Texto 11A3AAA

Considere os números complexos $z = 1 + 5i$ e $w = 5 + i$ e suas representações geométricas em um sistema de coordenadas cartesianas ortogonais xOy.

266. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Considerando-se o texto 11A3AAA, o polígono cujos vértices são os afixos dos números complexos z, w e z + w é um triângulo

a) isósceles, e um dos seus ângulos mede mais de 90° e menos de 180°.

b) isósceles e retângulo.

c) escaleno e retângulo.

d) equilátero.

e) isósceles, e todos os seus ângulos medem menos de 90°.

267. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Com relação ao texto 11A3AAA, é correto afirmar que, em unidades de área (u.a.), o quadrilátero que tem seus vértices na origem do sistema de coordenadas e nos afixos dos números complexos z, w e z + w tem área igual a

a) 48 u.a.

b) 6 u.a.

c) 12 u.a.

d) 24 u.a.

e) 36 u.a.

Texto 11A3BBB

Em um jogo de azar, dois jogadores lançam uma moeda honesta, alternadamente, até que um deles obtenha o resultado cara. O jogador que detiver esse resultado será o vencedor.

268. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Na situação apresentada no texto 11A3BBB, a probabilidade de o segundo jogador vencer o jogo logo em seu primeiro arremesso é igual a

a) 2/3.

b) 1/2.

c) 1/4.

d) 1/8.

e) 3/4.

Texto 11A3CCC

Em um sistema de coordenadas cartesianas ortogonais xOy, considere a função f, definida da seguinte forma:

$f(x) = x$, para $0 \leq x < 10$; e $f(x) = 8$, para $x \geq 10$.

269. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Na situação apresentada no texto 11A3CCC, se os valores de x forem superiores a 9 e se aproximarem de 10 por valores menores que 10, então os valores de f(x)

a) tenderão ao infinito.

b) se aproximarão de 8.

c) se aproximarão de 9.

d) se aproximarão de 10.

e) oscilarão entre 8 e 10.

270. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Ainda com referência ao texto 11A3CCC, a função f

a) possui uma única descontinuidade e essa descontinuidade é do tipo salto.

b) possui uma única descontinuidade e essa descontinuidade é do tipo removível.

c) é uma função contínua em todos os pontos de seu domínio.

d) é uma função descontínua em mais de um ponto de seu domínio.

e) possui uma única descontinuidade e essa descontinuidade é do tipo infinito.

271. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) A derivada, f N(x), da função f apresentada no texto 11A3CCC pode ser calculada para diversos valores x do domínio da f. Dessa forma, f N(x) será expressa por

a) f ‘(x) = 1, para 0 < x < 10; e f N(x) = 0, para x >10.

b) f 1(x) = 1, para 0 < x < 10; e f N(x) = 0, para $10.

c) f '(x) = 1, para ≤ x 10; e f N(x) = 0, para x >10.

d) f '(x) = 1, para 0 ≤ x 10; e f N(x) = 0, para x $10.

e) f '(x) = 1, para 0 # x < 10; e f N(x) = 0, para $10.

272. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Se T é um número real positivo, então a área da região limitada pelo gráfico da função f referida no texto 11A3CCC, pelo eixo Ox e pela reta vertical x = T será igual a

A) 50 + 8T, se T ≥ 10.
B) 8T - 30, se T > 10.
C) T ^2, se 0≤ T ≤ 10.
D) T^ 2 + 8T, se T≥ 10.
E) $\frac{T^2}{2} + 8T$, se $T \geq 10$.

Texto 11A3DDD

Buscando melhorar suas vendas, uma loja de materiais de construção passou a vender seus produtos pelo "valor de vitrine", por meio de cheque pré-datado para três meses a contar da data da compra. Um cliente comprou materiais que, pelo valor de vitrine, ficou em R$ 1.000, e preferiu antecipar o pagamento, pagando à vista com desconto equivalente à taxa juros simples de 2% ao mês.

273. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Na situação apresentada no texto 11A3DDD, se for utilizado o desconto comercial simples, o cliente deverá pagar, à vista, o valor de

a) R$ 980.

b) R$ 994.

c) R$ 998.

d) R$ 940.

e) R$ 960.

274. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) Ainda com referência à situação apresentada no texto 11A3DDD, se for utilizado o desconto racional simples, o cliente deverá pagar, à vista,

a) menos de R$ 920.

b) mais de R$ 920 e menos de R$ 940.

c) mais de R$ 940 e menos de R$ 960.

d) mais de R$ 960 e menos de R$ 980.

e) mais de R$ 980.

275. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA)

O sistema de numeração babilônico é conhecido por ser um sistema de números na base 60. Considerando-se o sistema de numeração de base 10, mais comumente usado, pode parecer estranho que eles utilizassem um sistema com uma base tão grande. No entanto, o sistema babilônico de numeração é ainda utilizado no cotidiano para a medida de tempo e ângulos. Um exemplo de notação moderna para um número de base 60, ou sexagesimal, é "$A,B,C;D,E,F$". Nesse exemplo, as vírgulas separam as posições sexagesimais e o ponto e vírgula separa a parte inteira do número de sua parte fracionária. Assim, a relação entre "$A,B,C;D,E,F$", na forma babilônica, e na forma decimal é:

$$A,B,C;D,E,F = A\times 60^2 + B\times 60^1 + C\times 60^0 + \frac{D}{60^1} + \frac{E}{60^2} + \frac{F}{60^3}.$$

Nesse sentido, o número sexagesimal "12,7;15,36" corresponde, na forma decimal, ao número

a) 728,86.

b) 1.288,60.

c) 727,26.

d) 128,86.

e) 43.635,60.

276. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA)

Os paradoxos de Zenon foram criados por Zenon de Eleia, na Grécia Antiga, para retratar uma oposição no pensamento da época entre as noções de infinito e contínuo e as noções de finito e discreto. Esses paradoxos incluem o conhecido paradoxo de Aquiles e da tartaruga, que descreve a corrida entre Aquiles e uma tartaruga, tendo a tartaruga recebido uma vantagem e largado na frente. Em um primeiro momento, Aquiles percorre a distância que o separava da tartaruga no início da corrida; a tartaruga avança um pouco mais da sua posição de vantagem inicial. Claramente, a distância entre eles diminui, mas a tartaruga mantém uma vantagem. No próximo momento, de forma análoga à anterior, Aquiles percorre a distância que o separava da tartaruga e novamente esta avança mais um pouco mantendo uma vantagem. Segundo o paradoxo, com o processo continuando de forma sucessiva e a tartaruga sempre mantendo vantagem com relação a Aquiles, ele nunca a ultrapassará. Sabe-se hoje, no entanto, usando-se as noções do contínuo, que é possível determinar o ponto exato em que Aquiles ultrapassa a tartaruga.

Suponha que Aquiles e a tartaruga corram em uma linha reta, cada um com velocidade constante: Aquiles corre com velocidade V e a tartaruga, com velocidade $\frac{V}{2}$.

Se Aquiles inicia a corrida na posição inicial P = 0 e a tartaruga, em vantagem, na posição P = d > 0, então Aquiles alcançará a tartaruga na posição

a) d/2.

b) d.

c) 3d/2.

d) 2d.

e) 7d/4.

277. (2017/PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR/PNS-A – ESPECIALIDADE: MATEMÁTICA) O papiro Rhind é conhecido por apresentar problemas da matemática egípcia antiga. Datado de 1650 a.C., esse documento dispõe de uma coleção de soluções de 85 problemas de diversos campos da matemática, como aritmética e geometria. Também se encontra nessas escrituras a forma que os egípcios efetuavam multiplicações. Assinale a opção correspondente à multiplicação pelo método egípcio.

a) Na multiplicação de 17 por 14, monta-se a tabela a seguir.

17	14
34	7
68	3
136	1

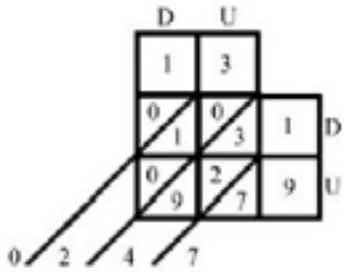
Os elementos das células da primeira coluna são duplicados, um com relação ao anterior; os elementos da segunda coluna são a metade do número da célula anterior, caso o número seja par, e, caso seja ímpar, subtrai-se uma unidade e, então, divide-se por 2. As entradas na primeira coluna que ficam ao lado de entradas ímpares da segunda coluna são somadas produzindo-se, assim, o resultado da multiplicação: 34 + 68 + 136 = 238 = 17 × 14.

b) Na multiplicação de 21 por 17, monta-se a tabela a seguir, em que ambos os fatores são escritos a partir de suas dezenas e unidades.

	20	1
10	200	10
7	140	7

As multiplicações entre todas as dezenas e unidades possíveis são realizadas, e o resultado final é a soma desses elementos, gerando-se a multiplicação desejada: 200 + 140 + 10 + 7 = 357 =
21 × 17.

c) Para multiplicar 13 por 19, organizam-se as chamadas grades, cuja quantidade depende da quantidade de dígitos que compõem os números que se deseja multiplicar, como mostrado a seguir.



Em cada quadradinho da grade, faz-se uma diagonal da direita para a esquerda formando-se as celas. Os dígitos do primeiro fator são escritos na primeira linha; e os do segundo fator, na coluna da direita, um em cada linha. Em cada cela, escreve-se o produto da multiplicação de um dígito pelo outro da seguinte forma: a diagonal de cada cela separa os dígitos que representam dezenas daqueles que representam unidades do produto obtido, por exemplo: 1 = 1 × 1 = 01; 3 = 3 × 1 = 03.

Efetuadas todas as multiplicações, somam-se os números encontrados nas diagonais, da direita para a esquerda, que corresponde à soma: 7 + 30 + 20 + 90 + 100 = 247 = 13 × 19.

d) Na multiplicação de 19 por 23, monta-se uma tabela como a seguir.

1	23
2	46
4	92
8	184
16	368

Na primeira coluna, escrevem-se as potências de 2, começando-se por 1, até a potência correspondente ao número imediatamente anterior a um dos fatores, no caso, 16 = 24 < 19 < 32 = 25. Na segunda coluna, duplica-se sucessivamente o segundo fator. Na coluna das potências de

2, identificam-se as potências que fazem parte da representação binária do primeiro fator, no caso, 19 = 1 + 2 + 16. Em seguida, somam-se as respectivas duplicações na outra coluna, encontrando-se, assim, o produto desejado: 23 + 46 + 368 = 437 = 19 × 23.

e) O método egípcio é realizado com as mãos. Em uma das mãos, abaixa-se a quantidade de dedos relativos a quanto o fator ultrapassa de 5. Na outra mão, repete-se o procedimento para o outro fator. Soma-se, assim, o número de dedos baixados, exprimindo-se a soma em dezenas. Seguidamente multiplicam- se os

números de dedos levantados, o que fornece as unidades. Em seguida, somam-se as dezenas e unidades para que seja obtido o resultado.

Iniciado em 2007, o processo gradativo de substituição do sinal de TV analógico pelo digital no Brasil começou a concretizar-se em 2016. Nesse período, intensificou-se o uso da TV por assinatura, segundo dados do IBGE. A tabela a seguir mostra o percentual aproximado de domicílios brasileiros que dispunham de diferentes modalidades de acesso à TV em 2014.

zona	sinal digital de TV aberta	TV por assinatura	antena parabólica
urbana	44%	36%	32%
rural	16%	8%	79%

IBGE (com adaptações).

Considerando essas informações e o fato de que, em 2014, 86% dos domicílios brasileiros situavam- se na zona urbana, julgue os itens subsequentes.

278. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Em 2014, a quantidade de domicílios brasileiros com antena parabólica localizados na zona urbana era superior ao dobro da quantidade de domicílios com antena parabólica situados na zona rural.

279. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Mais de 10% dos domicílios urbanos brasileiros tinham acesso à programação de TV por meio de mais de uma das modalidades que constam da tabela.

280. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Caso, em uma campanha publicitária nacional, um domicílio que, em 2014, dispunha do sinal digital de TV aberta fosse sorteado, a probabilidade de esse domicílio ser da zona rural seria superior a 0,2.

281. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Em 2014, havia acesso ao sinal digital de TV aberta em mais de 50% dos domicílios brasileiros. Julgue os itens a seguir, relativos a números naturais, números racionais e regra de três.

282. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Situação hipotética: Em uma empresa de TV a cabo, 12 técnicos que trabalham no mesmo ritmo, 6 horas por dia, atendem toda a demanda de reparo e instalação solicitada pelos clientes diariamente. Entretanto, devido a uma promoção, a demanda dobrou e a empresa passou a estipular que todos os técnicos trabalhassem por 8 horas diárias. Assertiva: Nessa situação, para atender totalmente à nova demanda, serão necessários, pelo menos, 8 novos técnicos que trabalhem no mesmo ritmo que os demais.

283. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Se uma TV digital tiver uma resolução de 1.080 pixels de largura por 720 pixels de altura, então o quociente, em pixels, da altura pela largura corresponderá a um número decimal que poderá ser representado por uma dízima periódica.

284. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Situação hipotética: Na veiculação de determinado anúncio publicitário em aparelhos de TV digital de resolução igual a 1.080 pixels × 720 pixels, a tela aparece dividida em quadrados, todos de mesma área. Assertiva: Nesse caso, a menor quantidade de quadrados possível é igual a 6.

Entre as recentes discussões a respeito da reforma da educação básica, inclui- se o debate acerca do limite da quantidade de alunos nas salas de aula. Uma proposta sugere os seguintes limites: 25 alunos por sala na pré-escola e nos dois primeiros anos do ensino fundamental; 35 alunos por sala para os demais anos do ensino fundamental e no ensino médio. Na escola Saber, que já utiliza esses limites, as quantidades de alunos matriculados em 2016, por turno e série, são apresentadas na tabela seguinte.

turno	série		
	pré-escola e 1.º e 2.º anos do ensino fundamental	demais anos do ensino fundamental	ensino médio
matutino	28	100	100
vespertino	36	100	110
noturno	0	40	70

Considerando essa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

285. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Se, em 2016, a escola Saber obedeceu aos limites propostos, então, nesse ano, ela contou com mais de 20 turmas de alunos.

286. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Situação hipotética: Dos 110 alunos do turno vespertino matriculados no ensino médio, a quantidade de alunos do segundo ano corresponde a 80% da quantidade de alunos do primeiro ano; no terceiro ano, há 7 alunos a menos que no segundo ano. Assertiva: De acordo com as informações apresentadas, há menos de 40 alunos matriculados no primeiro ano.

Considerando a matriz $A=\begin{bmatrix} 2 & 0 & 10 \\ 4 & 10 & 20 \\ 0 & 2 & 40 \end{bmatrix}$, julgue os próximos itens.

287. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA)

Se $C=[c_{ij}], 1 \le i, j \le 3$, tal que $C=A^2$, então $c_{23}-c_{22}>500$.

288. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) A matriz A é inversível.

289. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA)

Se $B=\begin{bmatrix}0 & x & -7\\ 1 & 0 & z\\ y & 10 & 0\end{bmatrix}$ e a matriz $A + B$ for simétrica,

então $x+y+z=0$.

290. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA)

Se $B=\frac{1}{2}A$, então o determinante de B é maior que 200.

A respeito de números reais e números complexos, julgue os itens subsecutivos.

291. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) O resultado da soma dos números reais a e b será um número racional se, e somente se, cada um dos números a e b for um número racional.

292. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA)

Se r for um número real positivo, então $\sqrt[3]{r} < \sqrt{r}$.

293. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Se a, b e c forem números reais não negativos, então $\sqrt{a+b+c} \leq \sqrt{a}+\sqrt{b}+\sqrt{c}$.

294. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Se z1, z2 e z3 forem as raízes cúbicas complexas de 1, então o número z1 + z2 + z3 será real.

295. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Se a parte imaginária de z for diferente de zero, então a parte imaginária de z4 também será diferente de zero.

As quantidades de telespectadores dos programas dominicais A e B são expressas, respectivamente, por $f(x) = x^3 - 65x^2 + 1.350x + 42.000$ e $g(x) = 10x^2 - 400x + 53.000$, nos quais os valores das funções f e g, em $x = 0, 1, 2, \ldots$, correspondem às quantidades de telespectadores dos programas A e B nas estreias e nos domingos seguintes ao da estreia, respectivamente.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

296. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Sabendo-se que f(11) = 50.316 e que g(11) = 49.810, é correto afirmar que existe 0 < x0 < 11 tal que f(x0) = g(x0).

297. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Entre o 12º programa e o 18º programa, a quantidade de telespectadores do programa B foi inferior a 50.000.

298. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Sabendo-se que x = 30 é uma raiz da equação f(x) = 51.000, é correto afirmar que a primeira vez em que o programa A atingiu a marca de 51.000 telespectadores foi no vigésimo programa após a estreia.

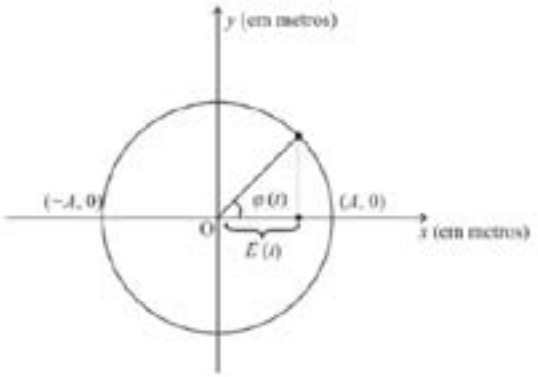
299. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) As quantidades de telespectadores do programa B nos 2.º, 4.º, 6.º, þ domingos são múltiplos de 40.

Acerca do binômio de Newton, julgue o item seguinte.

300. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA)

A soma dos coeficientes do polinômio $p(x)=(10x-11)^{85}$ é um número positivo.

301. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) A quantidade de subconjuntos diferentes, com pelo menos dois elementos cada um, que podem ser formados a partir de um conjunto com oito elementos é inferior a 250 subconjuntos.



A figura precedente, no sistema cartesiano de coordenadas ortogonais xOy, representa a trajetória de um móvel em movimento circular uniforme no sentido anti-horário, com velocidade angular constante ω, em radiano por segundo. A posição da projeção, em metros, de um ponto dessa trajetória no eixo x chama-se elongação e descreve um movimento harmônico simples. A máxima elongação (chamada de amplitude) equivale ao raio do círculo do movimento circular. A equação que associa a elongação em função do tempo é expressa por $E(t) = A\cos\varphi(t) = A\cos(\varphi_0 + \omega t)$, em que φ_0 e A são, respectivamente, a fase e a amplitude da elongação.

Tendo como referência essas informações e considerando um móvel cuja equação da elongação seja $E(t) = 6\cos(\frac{\pi}{2} + \pi t)$, julgue os itens seguintes.

302. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) A taxa de variação da elongação é sempre constante ao longo do movimento do móvel.

303. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) A velocidade da elongação, em função do tempo, é expressa por

$$v(t) = -6\text{sen}\left(\frac{\pi}{2} + \pi t\right).$$

304. A amplitude da referida elongação é igual a 3 m.

305. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) O móvel gastará 2 segundos para completar uma volta no círculo.

306. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) O máximo valor, em módulo, que a aceleração da elongação atingirá será de $6\pi^2 \frac{\text{m}}{\text{s}^2}$.

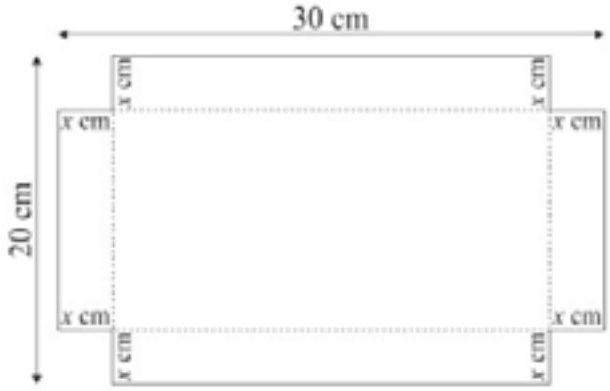


Figura I

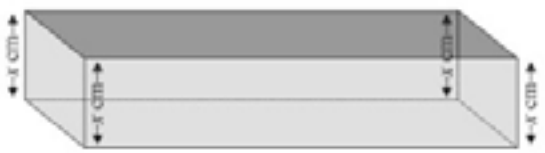


Figura II

Uma caixa retangular sem tampa será construída a partir da retirada de 4 quadrados de lado x cm de comprimento dos cantos de uma folha de papelão retangu-

lar de dimensões 30 cm × 20 cm, conforme mostra a figura I precedente. A figura II representa a caixa, após dobrarem-se as abas perpendicularmente à folha. O paralelepípedo reto (sem uma das faces) obtido tem altura de x cm. A partir dessa situação, julgue os itens a seguir.

307. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA)

A função $d(x)$ que expressa o comprimento das diagonais da caixa em termos da variável x é $d(x) = \sqrt{9x^2 - 200x + 1.300}$, em que $0 < x < 10$.

308. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) O valor de x, para que a área total retirada dos cantos da folha seja igual à área que permanece na folha, é superior a 8.

309. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Se x = 1, então o volume da caixa obtida será inferior a 0,5 L.

310. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA)

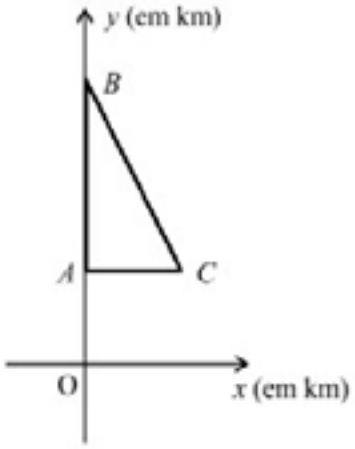
O volume da caixa obtida será máximo se $x = \frac{25+5\sqrt{7}}{3}$.

311. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA)

Se $A(x)$ é o valor da área da base da caixa (paralelepípedo), em que $A(0) = 600\ cm^2$ é o valor da área da folha antes da retirada dos quadrados, então $\int_0^3 A(x)dx > 1.400$.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito de juros, divisão proporcional e regra de três.

312. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Em uma fábrica, 10 empregados igualmente eficientes trabalham 8 horas em um dia e produzem 500 unidades de um produto. Nessa situação, para que sejam produzidas 4.000 unidades desse produto em 4 horas de trabalho em um dia, seriam necessários mais 150 funcionários com a mesma eficiência dos demais.



Um fazendeiro proprietário de 18 km2 de terras resolveu reparti-las entre seus dois filhos. Para tal, representou suas terras em um sistema cartesiano de coordenadas ortogonais xOy, em que o km é a unidade de medida em ambos os eixos. Nesse sistema de referência, a fazenda corresponde a um triângulo de vértices A(0, 9), B(0, 18) e C(4, 9), conforme apresentado na figura precedente. Para fazer a divisão, ele vai usar uma cerca que, no modelo, será paralela ao eixo y, ou seja, uma reta de equação x = k, em que k é uma constante. A respeito dessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

313. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Sabendo-se que o baricentro de um triângulo é o ponto de intersecção das medianas,

então a distância do baricentro do triângulo que representa a propriedade à origem do sistema de coordenadas é inferior a 12 km.

314. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Se f(x) for a função linear da reta que passa pelos pontos B e C, então a área da propriedade pode ser determinada por $\int_0^4 f(x)dx$.

315. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Para que cada irmão herde a mesma área de terras, será necessário que

$k = 4 - 2\sqrt{2}$.

316. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA) Se 0 < k < 4, então a fazenda será dividida em um triângulo retângulo e um trapézio.

317. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA MATEMÁTICA)

Uma estrada em linha reta que passa pelo ponto $(11, \frac{35}{2})$ e pelo ponto médio do segmento $\overline{BC}$ interceptará perpendicularmente um dos lados do triângulo que representa a fazenda.

GABARITO

213.c
214.c
215.a
216.d
217.c
218.c
219.c
220.e
221.e
222.e
223.c
224.c
225.e
226.c
227.e
228.e
229.c
230.e
231.e
232.c
233.e
234.d
235.e
236.e
237.c
238.c
239.c
240.c
241.c
242.e
243.e
244.c
245.c
246.d
247.a
248.d
249.b
250.e
251.a
252.c
253.c
254.d
255.d
256.d
257.a
258.a
259.b
260.c
261.c
262.e
263.c
264.b
265.a
266.e
267.d
268.c
269.d
270.a
271.a
272.b
273.d
274.c
275.c
276.d
277.c
278.c
279.c
280.c
281.e
282.e
283.c
284.c
285.c
286.e
287.c
288.c
289.c
290.e
291.e
292.e
293.c
294.c
295.e
296.c
297.c
298.e
299.c
300.e
301.c
302.e
303.e
304.e
305.c
306.c
307.c
308.c
309.e
310.e
311.e
312.c
313.e
314.e
315.c
316.c
317.c

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

318. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Na estrutura de diretórios do sistema operacional Linux, os diretórios /tmp e /dev são destinados, respectivamente, a

a) arquivos variáveis, ou seja, passíveis de mudanças, como arquivos de logs do sistema; e armazenamento de informações referentes aos usuários do sistema operacional.

b) arquivos temporários; e arquivos de configurações específicas de programas.

c) processos que estejam sendo executados; e arquivos de dispositivos.

d) arquivos temporários; e arquivos de dispositivos.



e-GESTÃO

Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho
Data da Última Atualização: 18/08/2017

7ª Região - CE

A - Varas do Trabalho - Fase de Conhecimento

Período de Referência: 01/07/2017 a 31/07/2017

Vara do Trabalho	Recebidos por VT			Solucionados			Baixados	Pendentes de Baixa		
	Casos Novos	Outros	Total	Sentença	Acordo	Total		Pendentes de Solução	Outros	Total
Aracati - 01a Vara	123	1	124							
Baturité - 01a Vara	214	-	214							
Caucaia - 01a Vara	91	-	91							
Fortaleza - 01a Vara	176	1	177							
Fortaleza - 02a Vara	181	-	181							

319. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Na situação apresentada na figura antecedente, que mostra

parte de uma planilha hipotética X em edição do Microsoft Excel 2013, a inserção da fórmula =’C:\Tribunal\Processos\[Solucionados.xlsx]Sentença’!C28 na célula selecionada

a) fará que seja inserido, na célula E14 da planilha X, o conteúdo da célula C28 da planilha Sentença, do arquivo Solucionados.xlsx, localizado em C:\Tribunal\Processos, desde que esse arquivo também esteja aberto.

b) não produzirá nenhum resultado, pois apresenta erro de construção, já que a aspa simples (‘) entre = e C deveria ter sido empregada também logo após 28.

c) fará que as células E14 e C28 das respectivas planilhas sejam sincronizadas e tenham seus conteúdos replicados da seguinte forma: caso se insira um valor na célula E14, a célula C28 receberá esse mesmo valor, e vice-versa.

d) fará que a célula E14 da planilha X receba o conteúdo da célula C28 da planilha Sentença, do arquivo Solucionados.xlsx, localizado em C:\Tribunal\Processos.

320. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Quando se digita chrome://downloads na barra de endereços do programa de navegação Google Chrome e se tecla  , é mostrada a página de downloads. Por meio dessa página, é possível

a) imprimir um arquivo. Para isso, o usuário deverá clicar com o botão direito do mouse sobre o arquivo e selecionar a opção Imprimir.

b) excluir todos os arquivos do histórico de downloads.

c) remover arquivos do computador. Para isso, o usuário deverá selecionar o(s) arquivo(s) que deseje remover e clicar o botão Remover (X), localizado no canto superior direito da página.

d) selecionar um arquivo específico e enviá-lo, por email, a um outro usuário.

321. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A distribuição do Linux de código aberto que se caracteriza por ser não comercial, amplamente utilizada e baseada na Debian/GNU, denomina-se

a) Linspire.

b) Fedora.

c) Slackware Linux.

d) Ubuntu.

e) Gentoo Linux.

322. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O sistema operacional Microsoft Windows disponibiliza uma pasta que contém um conjunto de ferramentas para a configuração e a personalização do ambiente, além de alguns dispositivos, como a instalação e a desinstalação de programas, a configuração de redes e Internet, a realização de becape etc. Essa pasta é conhecida como

a) Área de transferência.

b) Painel de Controle.

c) Windows Explorer.

d) Barra de tarefas.

e) Área de trabalho, ou desktop.

323. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Em documentos do Microsoft Word, para a configuração de margens, orientação de página e divisão do texto em colunas, assim como para a configuração de recuo e espaçamento de parágrafos, utilizam-se opções disponibilizadas na guia

a) Design

b) Layout da Página.

c) Página Inicial.

d) Arquivo.

e) Exibição.

324. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No ambiente BrOffice, o software apropriado para a elaboração de eslaides de apresentação, com a inserção de textos, tabelas, imagens e figuras e a inclusão de anotações em cada eslaide, denomina-se

a) Writer.

b) LibreOffice.

c) PaintBrush.

d) Impress.

e) PowerPoint.

325. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No que tange aos recursos do programa de correio eletrônico Mozilla Thunderbird, assinale a opção correta.

a) Um dos recursos relacionados à segurança da informação e muito utilizado pelos usuários do Thunderbird é o bloqueio de emails de pessoas ou domínios específicos.

b) Com o uso do referido programa de correio eletrônico, é possível enviar um e-mail para um grupo de contatos por meio de uma lista de e-mails.

c) Por ser um programa robusto e intuitivo, o Thunderbird não permite o uso de atalhos de teclado para funções de pesquisa.

d) Alterar o tamanho da fonte foi a única forma encontrada pelo Thunderbird para implementar recursos de acessibilidade. No entanto, para que esse recurso funcione adequadamente, é necessário instalar alguns complementos.

326. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Maria recebeu, por email, o arquivo convite_casamento.pdf. Após realizar o download desse arquivo para seu computador, com o sistema operacional Windows 8 instalado, ela percebeu que não possuía o programa apropriado para abri-lo e visualizar o seu conteúdo, razão por que decidiu alterar a extensão do arquivo, renomeando-o como convite_casamento.jpeg. Nessa situação hipotética,

a) para conseguir abrir o arquivo, o mais indicado é que Maria instale em seu computador um programa de edição de imagens.

b) Maria conseguirá abrir o arquivo e ter acesso a todo o seu conteúdo com o Visualizador de fotos do Windows.

c) caso tente abrir o arquivo com o programa Paint, Maria receberá uma mensagem de erro, que informa a impossibilidade de esse programa ler o arquivo.

d) Maria só conseguirá abrir o arquivo e visualizar todo o seu conteúdo se optar por usar o visualizador nativo de imagens do Windows 8: o programa Fotos.

327. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Assinale a opção que apresenta um tipo de malware capaz de registrar as teclas que são digitadas em uma estação de trabalho, fazer capturas de tela e até mesmo acessar arquivos em drives locais e(ou) compartilhados.

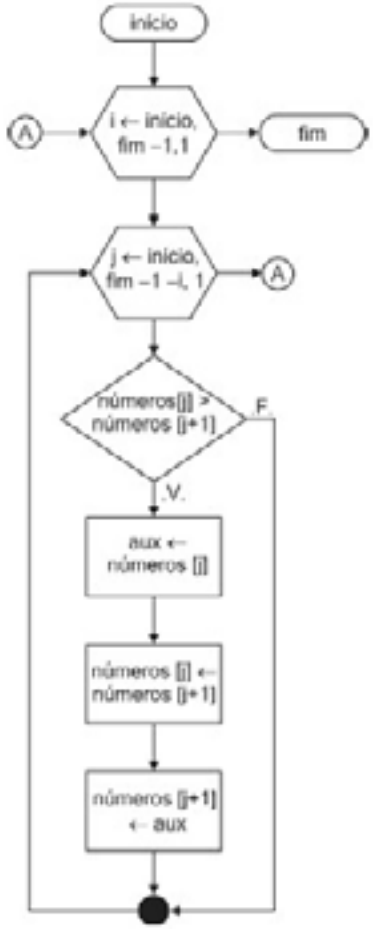
a) boot

b) cavalo de troia

c) macro

d) melissa

328. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA)



Se, no fluxograma precedente, início indica o primeiro elemento do vetor e fim, o último elemento, então, para o vetor [11,6,2,7,8,3,5], o resultado final é

a) [2,7,3,5]

b) [11,7,3,5].

c) [11,6,2,7,8,3,5]

d) [2,3,5,6,7,8,11].

e) [6,2,8,3,5].

329. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA)

```
algoritmo
   var numero: inteiro

inicio
   funcao abc(numero)
     se(numero < = 1)
       retorne numero
     senao
       retorne numero * abc(numero - 1)
     fim-se
  fim
mostre abc(4)
fim
```

Assinale a opção que apresenta o resultado final após a execução do algoritmo precedente.

a) 24

b) 0

c) 12

d) 4

e) 15

330. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA)

```
algoritmo
var numero: inteiro
inicio
numero = 12

   se (numero mod 2 = 0) entao
      escreva ("A")
   senao
      escreva ("B")
   fim-se

   se (numero > 12) entao
      escreva ("C")
   fim-se

fim
```

Assinale a opção que apresenta o resultado final após a execução do algoritmo precedente.

a) B

b) A

c) AC

d) C

e) BC

331. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA)

```
inicio
  funcao abc(n : inteiro)
  inicio
    a = 0;
    b = 1;
    c = 1;
    para i = 1 ate i < n faca
        c = a + b
        a = b
        b = c
    fim-para
    retornar c
  fim
  mostrar abc(5)
fim
```

Assinale a opção que apresenta o resultado final após a execução do algoritmo precedente.

a) 4

b) 2345

c) 1235

d) 1234

e) 5

332. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) A estrutura de dados que consiste no armazenamento de cada elemento em um endereço calculado a partir da aplicação de uma função sobre a chave de busca denomina-se

a) lista.

b) tabela hashing.

c) deque.

d) fila.

e) árvore binária balanceada.

333. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) A estrutura de dados formada por conjuntos de pontos (nós ou vértices) em um conjunto de linhas (arestas e arcos) que conectam vários pontos é denominada

a) lista encadeada.

b) fila circular.

c) grafo.

d) árvore.

e) pilha.

334. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Assinale a opção que apresenta a atividade que consiste na entrega de cópias de uma aplicação para outra(s) máquina(s) a fim de que a aplicação seja executada em um novo ambiente.

a) validação

b) compactação

c) deploy

d) teste

e) becape

335. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) O conjunto de práticas e princípios que tem como objetivo compilar, testar e liberar software de forma mais rápida e frequente integra a técnica

a) changelog.

b) entrega contínua.

c) compilação.

d) interpretação.

e) build.

336. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Assinale a opção que apresenta o mecanismo a partir do qual os detalhes da implementação dos métodos de uma classe são ocultos dos usuários da classe.

a) herança múltipla

b) especialização

c) herança simples

d) classe abstrata

e) encapsulamento

337. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Na orientação a objetos, a alteração do comportamento dos métodos herdados das superclasses para um comportamento mais específico nas subclasses, de forma a se criar um novo método na classe filha que contém a mesma assinatura e o mesmo tipo de retorno, relaciona-se a

a) sobrecarga.

b) overloading.

c) portabilidade.

d) abstração.

e) sobrescrita.

338. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) A respeito da arquitetura de três esquemas para banco de dados, assinale a opção correta.

a) Uma das desvantagens da arquitetura de três esquemas é a impossibilidade de aplicar a independência de dados.

b) Um dos objetivos da arquitetura de três esquemas é aproximar o banco de dados físico das aplicações.

c) O nível conceitual serve para descrever a estrutura do banco de dados para um conjunto de usuários.

d) Mapeamentos são as transformações que dados brutos armazenados sofrem para se tornar informações inteligíveis.

e) O nível interno inclui uma série de visões do usuário utilizadas para descrever partes do banco de dados.

339. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) A respeito das características de um sistema gerenciador de banco de dados (SGBD), julgue os itens a seguir.

I – Reduz o tempo de desenvolvimento de uma aplicação, uma vez que não é necessário escrever o código para acessar os dados.

II – Permite retornar os dados para um estado íntegro após uma falha.

III – Permite um acesso aos dados mais eficiente, por meio da criação de índices e visões.

IV – Possui limitações de dados conforme sua tipologia (numérico e alfanumérico).

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

340. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Com relação aos diagramas de casos de uso, assinale a opção correta.

a) Quando um caso de uso representa uma tarefa intangível na vida real, ele é chamado de caso de uso abstrato.

b) A figura do ator representa o usuário do caso de uso, que pode ser outro sistema informatizado.

c) A ligação entre um caso de uso e seu respectivo ator é uma seta indicando o sentido do fluxo da informação.

d) A relação de hierarquia de generalização/especialização entre atores é representada por uma seta apontada para o filho.

e) O diagrama de casos de uso de um software pode ser decomposto em no máximo cinco níveis, cada nível com seu respectivo diagrama de casos de uso.

341. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) A respeito de UML, assinale a opção correta.

a) Quando o nome de uma classe é apresentado na forma completa, ele deve estar separado do nome do pacote pela string – (traço).

b) O diagrama de sequência mostra o conjunto de objetos intervenientes, sem se preocupar em apresentar uma linha do tempo.

c) Em um diagrama de estados, a tomada de decisão ocorre antes da execução da atividade corrente, para demonstrar como se chega a essa atividade.

d) O diagrama de estados é utilizado para modelar o comportamento interno de determinado objeto.

e) Em uma classe, os seus atributos são apresentados em uma seção de um retângulo, porém sem demonstrar sua visibilidade ou outra qualificação.

342. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Acerca de projeto de sistemas, assinale a opção correta.

a) A abstração procedural é aplicada para representar atividades necessárias ao projeto de um sistema, mas sem representação no mundo físico.

b) Quanto à arquitetura, um projeto de sistemas é definido como um conjunto de propriedades estruturais, funcionais e não funcionais.

c) Um projeto de sistemas deve abordar os requisitos explícitos e implícitos, apresentados ou desejados pelos interessados.

d) A metodologia divide-to-conquer é aplicada para facilitar a solução de um problema por meio de sua divisão em problemas menores.

e) O mapeamento dos requisitos de um projeto de sistema é embasado na FURPS (functionality, usability, reliability, performance, suportability).

343. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Assinale a opção correta, a respeito de modelagem de dados.

a) Na notação original do diagrama entidade relacionamento, a cardinalidade mínima obrigatória é representada por uma linha dupla no relacionamento.

b) O objetivo do diagrama entidade relacionamento é apresentar uma das visões dos dados de um sistema.

c) Em uma entidade, quando dois ou mais atributos são agrupados para compor a chave primária, eles são chamados de atributos conjugadores.

d) A cardinalidade máxima, ou dependência de existência, informa o número máximo de ocorrências de uma entidade em relação a outra.

e) Os relacionamentos com cardinalidade 1:1 são também conhecidos como relacionamentos unários.

344. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) A respeito de modelagem de dados, assinale a opção correta.

a) Herança múltipla ocorre quando uma entidade mãe transmite seus atributos e relacionamentos para duas ou mais entidades filhas.

b) O diagrama entidade relacionamento permite o relacionamento entre entidades e também entre outros relacionamentos.

c) Na notação CrowsFoot, a não obrigatoriedade em um relacionamento é representada por um traço junto à entidade considerada opcional.

d) No conceito de generalização, que é top-down, a entidade filha herda os atributos e relacionamentos da entidade mãe.

e) O mapeamento objeto-relacional é utilizado para facilitar a utilização de banco de dados relacionais pela programação orientada a objetos.

345. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) A respeito de SQL e Oracle PL/SQL, assinale a opção correta.

a) PL/SQL é uma linguagem de programação otimizada para acessar SGBDs Oracle.

b) Os comandos de INSERT e UPDATE fazem parte do DTL (Data Transaction Language), subconjunto do SQL.

c) As cláusulas AND e OR são utilizadas para combinar condições do tipo E lógico ou OU lógico, respectivamente.

d) As funções de agregação são utilizadas em substituição ao comando SELECT para retornar um único valor que se aplica a um grupo de registros da tabela.

e) A instrução 'SELECT DISTINCT A, B, C' tem como objetivo apresentar os valores não repetidos, em conjunto, das colunas A, B e C da tabela.

346. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) A respeito da modelagem de dados, julgue os próximos itens.

I – Uma tabela está na 3FN quando todos seus atributos são mutuamente independentes.

II – Para que um campo seja FK em uma tabela, é necessário que o mesmo atributo seja PK na tabela de origem.

III – III. O modelo lógico do banco de dados é representado pelo diagrama entidade relacionamento.

IV – A primeira etapa da modelagem de dados é a obtenção e análise dos requisitos.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

347. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Acerca de análise, projeto e desenvolvimentos de sistemas, assinale a opção correta.

a) Os requisitos esperados são levantados na fase de análise e refletem os objetivos e metas solicitados pelo cliente.

b) O projeto de interface de um sistema divide-se em interface de usuário (UI) e interface de máquina (MI).

c) A definição de como o sistema será alocado no ambiente computacional físico faz parte do projeto de homologação do sistema.

d) Durante a fase de análise, devem ser levantadas e consideradas as condições de infraestrutura do sistema.

e) Na análise de domínio de um sistema, são identificados os requisitos comuns a um campo de aplicação no qual o sistema está inserido.

348. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Os métodos ágeis possibilitam que um software seja desenvolvido rapidamente e têm como princípio

a) usar frameworks.

b) envolver o cliente.

c) prescrever os processos.

d) entender o software por completo.

e) evitar mudanças.

349. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Em projetos de desenvolvimento de software, a extreme programming (XP) é um método ágil que usa a prática de

a) projetos com planejamento completo sem incrementos.

b) grandes releases.

c) grande quantidade de horas extras.

d) trabalho em pares de desenvolvedores.

e) integrações após a entrega do software completo.

350. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Para apoiar a automação de testes em um workbench de testes de software, utiliza-se a ferramenta de

a) construção de aplicação low code.

b) orquestração de contêiner.

c) comparação de arquivos.

d) cache HTTP.

e) interface para desenvolvimento de software.

351. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA)

```
<?php
  $numero = 17;
    //entrará na estrutura de decisão
  if($numero < 50) {
    echo 'numero menor que 50!';
  } else {
    echo "numero maior que 50";
  }
?>
```

O código fonte precedente não executará porque

a) há erro no comentário, na terceira linha.

b) há erro no comando na sétima linha, dentro do else.

c) o encerramento do código está errado.

d) a identação está errada.

e) há erro no comando if, na quarta linha.

352. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Utilizado com o Javascript, o AJAX proporciona novos usos a padrões já existentes e tem a capacidade de

a) liberar o navegador web para outras operações enquanto atende outras requisições.

b) instalar uma extensão no navegador web.

c) empregar aplicativos síncronos para fazer solicitações usando um objeto Javascript.

d) manipular as solicitações e as respostas com o código Javascript, sem processar dados no navegador web.

e) usar processamento do lado servidor.

353. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Assinale a opção que apresenta um recurso da metodologia ágil Scrum utilizado para representar o progresso diário de um projeto.

a) sprint retrospective

b) burndown chart

c) método de Monte Carlo

d) gantt chart

e) sprint review meeting

354. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Considerando um programa em linguagem Java, assinale a opção que apresenta o comando do versionador Git que permite criar uma branch de nome new_branch e mudar para essa branch ao mesmo tempo.

a) git log new_branch

b) git clone new_branch

c) git checkout -b new_branch

d) git init new_branch

e) git commit -m ‘new_branch’

355. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) O TDD (Test-Driven Development), que vem sendo adotado para testar os projetos de software,

a) utiliza os testes de caixa preta antes da entrega do software.

b) agiliza os testes por amostragem sem compatibilidade retroativa.

c) cobre amplamente os testes unitários.

d) escreve o teste antes da codificação do software.

e) realiza refactoring antes de escrever a aplicação a ser testada.

356. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) O Spring MVC (Model-View-Controller) pertence ao Spring Framework e tem a função de aumentar a produtividade no desenvolvimento de aplicações web com a linguagem Java. Assinale a opção que apresenta uma característica do padrão de projeto MVC utilizando o Spring Framework.

a) As classes da aplicação devem ter contato com classes da biblioteca.

b) A classe DispatcherServlet é um front controller e estende HttpServlet.

c) O gerenciamento de segurança da informação requer recursos de integração com linguagens adicionais.

d) O gerenciamento de transações não é nativo do framework, sendo necessário o uso de bibliotecas externas via API (application programming interface).

e) A escalabilidade é maior sem reutilização de código.

357. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Assinale a opção que apresenta uma tag utilizada pelo CSS (cascading style sheets) para definir uma correspondência entre um documento e um recurso externo.

a) border

b) head

c) link

d) style

e) padding

358. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Em testes de software, a divisão do domínio de entrada de um módulo em um conjunto de estados válidos ou inválidos das condições de entrada é realizada por meio de

a) teste de caminho básico/lógico.

b) particionamento de equivalência.

c) análise de valor limite.

d) teste funcional sistemático.

e) teste de fluxo de dados.

359. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Na organização dos computadores digitais, a busca por instruções na memória principal e a determinação de seu tipo é uma responsabilidade

a) dos registradores.

b) dos dispositivos de entrada e saída.

c) do barramento.

d) da unidade de controle.

e) da unidade de aritmética e lógica.

360. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Na organização de uma unidade central de processamento, a divisão da execução das instruções em vários estágios, a fim de que novas entradas de instruções ocorram sem que instruções anteriores tenham sido finalizadas, é denominada

a) processamento vetorial.

b) ciclo do caminho de dados.

c) operação superescalar.

d) pipeline de instruções.

e) multiprocessamento.

361. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Uma nova política de becape está sendo elaborada para uma organização na qual a ocupação total de armazenamento para becape tem-se mantido estável em torno de 6%. Nos períodos de maior pico, a rede usada para becape atinge 9% da banda reservada. Pela natureza dos serviços online oferecidos pela organização, espera-se que o tempo de recuperação de becape seja mínimo, a fim de garantir a maior disponibilidade possível dos serviços. Nessa situação hipotética, a política mais eficiente e adequada às necessidades apresentadas, bem como aos recursos disponíveis, consiste em realizar becape full

a) semanalmente, pois oferece recuperação mais rápida, além de realizar, diariamente, becape diferencial, que é de recuperação mais simples e mais rápida que os becapes incrementais.

b) trimestralmente, pois oferece recuperação mais rápida, além de realizar, diariamente, becape incremental, que é o mais rápido, requer menor espaço de armazenamento e não admite duplicidade de arquivos.

c) trimestralmente, pois oferece recuperação mais rápida, além de realizar, diariamente, becape incremental, que é o mais rápido, requer menor espaço de armazenamento e não admite duplicidade de arquivos.

d) mensalmente, pois oferece recuperação mais rápida, além de realizar, semanalmente, becape incremental, que requer menos espaço de armazenamento e é o mais rápido.

e) anualmente, embora seja o mais demorado e o que requer maior espaço de armazenamento, além de realizar, diariamente, becape diferencial, que é mais rápido do que o becape full.

362. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Considerando o contexto de gerenciamento de processos dos sistemas operacionais, assinale a opção que apresenta a estrutura de dados responsável por habilitar o sistema operacional a localizar e acessar rapidamente o bloco de controle de processo (PCB) de um processo.

a) árvore de processos.

b) lista de bloqueados.

c) tabela de processo.

d) região de pilha.

e) lista de prontos.

363. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) No monitor de recursos do Windows 7, realiza-se o monitoramento do uso de CPU, de memória e de rede para cada

a) unidade de armazenamento.

b) módulo de memória.

c) interface de rede.

d) processador.

e) processo.

364. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Redes de comunicação que apresentam tecnologias diferentes, como, por exemplo, diferentes esquemas de endereçamento, são interconectadas por meio do elemento de rede denominado

a) firewall.

b) switch.

c) roteador.

d) access point.

e) repetidor.

365. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA)



Na situação de configuração de DNS Caching precedente, o resultado de uma consulta de nome a servidores DNS de mais alto nível, respondida como positiva ao servidor DNS local, será

a) armazenado no arquivo hosts do servidor DNS local e mantido até que seja possível liberar espaço de armazenamento na tabela de cache.

b) armazenado em cache e mantido por um tempo determinado por configuração no servidor DNS local.

c) encaminhado para o serviço solicitante e armazenado no servidor raiz da hierarquia DNS.

d) armazenado em cache na máquina da aplicação solicitante e descartado quando o endereço consultado deixar de responder a pacotes ICMP.

e) encaminhado para armazenamento em cache do servidor de alto nível raiz e imediatamente descartado do servidor DNS local.

366. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) O malware que, por meio de criptografia, torna inacessíveis os dados armazenados em um equipamento e exige pagamento de resgate para restabelecer o acesso ao usuário é do tipo

a) ransomware.

b) backdoor.

c) cavalo de troia.

d) spyware.

e) Rootkit.

Julgue os próximos itens, relativos a conceitos de informática e ao sistema operacional Windows 8.

367. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) No Windows 8, apenas os arquivos localizados nas pastas Documentos, Músicas, Imagens, Vídeos e Área de Trabalho e os arquivos do OneDrive disponíveis offline no computador podem ser copiados pelo Histórico de Arquivos.

368. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) Para fechar um aplicativo no Windows 8, é suficiente utilizar o atalho constituído pelas teclas Ctrl e F4.

369. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) Em um sistema de computação, um bite é composto de oito baites e corresponde à menor unidade utilizada para representar os dados e informações.

Acerca da edição de textos, planilhas e apresentações no ambiente Microsoft Office 2013, julgue os itens subsequentes.

370. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) No Excel 2013, a fórmula =RAIZ(SOMA(C5:C15)) apresenta um erro de recursividade, ou seja, uma função não pode ser adicionada dentro de outra função.

371. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) No Word 2013, as barras de ferramentas, que foram projetadas para ajudar o usuário a encontrar rapidamente os comandos necessários para o cumprimento de sua tarefa, podem permanecer de forma oculta, dependendo da configuração do aplicativo.

372. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) Em uma tabela produzida no Word 2013, por meio do botão Bordas, localizado na guia Design, em Ferramentas de Tabela, é possível inserir diversos tipos de bordas, como, por exemplo, borda inferior, borda superior e borda diagonal, desde que o texto esteja selecionado.

373. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) No Excel 2013, as células, assim como as planilhas, podem receber nomes, que poderão ser utilizados durante a referenciação.

374. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) No PowerPoint 2013, é possível salvar um arquivo no formato de Apresentação de Slides do PowerPoint, o qual possuirá a extensão ppsx.

375. (2017/SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) Determinado usuário, que dispõe de um arquivo Excel com as planilhas Plan1, Plan2 e Plan3, deseja realizar, na Plan1, um cálculo na célula A1, cujo resultado deve ser a soma dos valores presentes na célula A1, da Plan2, e na célula A1, da Plan3. O usuário

a) poderá realizar o cálculo desejado com a digitação da fórmula =Soma(Plan2.A1,Plan3.A1) na célula A1 da Plan1. Caso os valores na célula A1 da Plan2 e(ou) na célula A1 da Plan3 sejam alterados, será atualizado o valor na célula A1 da Plan1.

b) poderá realizar o cálculo desejado com a digitação da fórmula =Plan2!A1+Plan3!A1 na célula A1 da Plan1. Caso os valores na célula A1 da Plan2 e(ou) na célula A1 da Plan3 sejam alterados, será atualizado o valor na célula A1 da Plan1.

c) poderá realizar o cálculo desejado com a digitação da fórmula =A1(Plan2)+A1(Plan3) na célula A1 da Plan1. Caso os valores na célula A1 da Plan2 e(ou) na célula A1 da Plan3 sejam alterados, o valor na célula A1 da Plan1 será atualizado.

d) não poderá realizar o cálculo desejado, já que, por questão de segurança, é vedada a referência entre planilhas. Ademais, no Excel, alterações de valores em células de origem não permitem que os valores sejam atualizados na célula que contém a fórmula.

e) não poderá realizar o cálculo desejado, uma vez que, no Excel, é vedado o uso de endereços de outras planilhas em fórmulas. Para solucionar o problema, o usuário deverá copiar os dados das planilhas Plan2 e Plan3 para a planilha Plan1 e, em seguida, realizar o cálculo.

376. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) Praga virtual que informa, por meio de mensagem, que o usuário está impossibilitado de acessar arquivos de determinado equipamento porque tais arquivos foram criptografados e somente poderão ser recuperados mediante pagamento de resgate denomina-se

a) ransomware.

b) trojan.

c) spyware.

d) backdoor.

e) vírus.

377. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA)



Tendo como referência a imagem precedente, que ilustra uma tela do Windows Explorer, assinale a opção correspondente ao local apropriado para o usuário criar atalhos ou armazenar livremente arquivos de uso corrente ou a que deseje ter acesso mais facilmente.

a) Bibliotecas

b) Área de Trabalho

c) Locais

d) Downloads

e) Favoritos

378. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O procedimento utilizado para atribuir integridade e confidencialidade à informação, de modo que mensagens e arquivos trocados entre dois ou mais destinatários sejam descaracterizados, sendo impedidos leitura ou acesso ao seu conteúdo por outras pessoas, é denominado

a) criptografia.

b) engenharia social.

c) antivírus.

d) firewall.

e) becape.

379. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Para responder uma mensagem de correio eletrônico e, simultaneamente, encaminhá-la para todos os endereços de email constantes no campo Para: (ou To) e no campo Cópia: (ou Copy) no cabeçalho da mensagem recebida, o usuário deve utilizar a opção

a) encaminhar mensagem.

b) encaminhar mensagem para todos os destinatários.

c) responder para todos.

d) responder para o remetente.

e) responder com cópia oculta.

380. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Assinale a opção que apresenta a solução que permite filtrar tentativas de acessos não autorizados oriundos de outros ambientes e redes externas, contribuindo para a melhora do estado de segurança da informação de ambientes computacionais.

a) certificado digital

b) chave de criptografia

c) rootkits

d) firewall

e) antivírus

381. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Em uma unidade central de processamento, o registrador cuja função precípua é indicar a próxima instrução a ser buscada para execução é denominado

a) registrador de instrução (IR).

b) acumulador (AX).

c) registrador de base (BX).

d) registrador de contadores (CX).

e) contador de programa (PC).

382. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/BAHIA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) No que se refere à hierarquia de memória tradicional, assinale a opção que relaciona os tipos de memória em ordem crescente do parâmetro velocidade de acesso.

a) memória cache, registradores, memória principal, memória secundária

b) memória principal, memória secundária, memória cache, registradores

c) memória secundária, memória principal, memória cache, registradores

d) registradores, memória principal, memória secundária, memória cache

e) memória principal, registradores, memória secundária, memória cache

383. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/BAHIA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Na primeira passagem de um assembler de duas passagens, as definições de rótulos e valores, entre outras, são coletadas e armazenadas em uma estrutura denominada tabela de

a) pseudoinstruções.

b) opcodes

c) literais.

d) módulos objeto.

e) Símbolos.

384. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/BAHIA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Em uma arquitetura usual de seis níveis, as funcionalidades do serviço de memória virtual estão incluídas no nível

a) da máquina de sistema operacional.

b) da linguagem de montagem.

c) da microarquitetura.

d) de arquitetura do conjunto de instrução.

e) lógico digital.

385. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/BAHIA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) No sistema numérico de base 16, o resultado da operação (3567)8 + (101001011001)2 é igual a

a) (7B8D)16.

b) (6216)16

c) (3FC0)16.

d) (8150)16.

e) (11D0)16.

386. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Na estrutura de confinamento hierárquica do serviço de diretório Active Directory, o componente que funciona como um limite de segurança para uma organização e define o escopo de autoridade para os administradores é denominado

a) esquema.

b) floresta.

c) domínio.

d) unidade organizacional.

e) catálogo global.

387. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) No Windows Server 2012, o acesso sem fio autenticado padrão IEEE 802.1X é viabilizado pela inclusão do protocolo

a) RADIUS.

b) WPA2-Enterprise.

c) AES.

d) IEEE 802.11g.

e) EAP-TTLS.

388. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) No processo de inicialização dos sistemas Linux, após a descompactação e a inicialização do kernel, a verificação e enumeração dos dispositivos de hardware anexados e a montagem do dispositivo raiz são realizadas pelo

a) loader de boot de primeiro estágio.

b) primeiro programa de espaço de usuário.

c) loader de boot de segundo estágio.

d) monitor de boot.

e) sistema básico de entrada/saída.

389. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) No Windows 7, o usuário estará apto a excluir subpastas e arquivos caso tenha a permissão de acesso especial de NTFS

I – Modificar.

II – Leitura.

III – Ler & Executar.

IV – Gravação.

V – Controle Total.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I, III e V estão certos.

b) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

c) Apenas os itens I e IV estão certos.

d) Apenas o item III está certo.

e) Apenas o item V está certo.

390. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Acerca de manutenção de contas e senhas no Windows Server 2012, assinale a opção correspondente a uma política de senhas predefinida e automaticamente configurada quando um servidor é promovido a controlador de domínio.

a) frequência de reutilização de senha igual a trinta

b) exigência de caracteres maiúsculos, minúsculos, numéricos e especiais concomitantes na composição da senha

c) tempo de vida máximo da senha igual a sessenta dias

d) tempo de vida mínimo da senha igual a um dia

e) comprimento mínimo da senha igual a oito caracteres

391. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA)

```
var a = 0, b = 1, f = 1;
    for (var i = 2; i <= 6; i++) {
       f = a + b;
       a = b;
       b = f;
    document.write (b);
    }
```

Assinale a opção que apresenta a saída resultante da execução do algoritmo antecedente.

a) 123456

b) 12121

c) 12345

d) 0112

e) 12358

392. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA)

```
var i = 0;
while (i < 5) {
   i++;
   if (i == 3) {
       continue;
    }
document.write(i);
}
```

Assinale a opção que apresenta a saída resultante da execução do algoritmo antecedente.

a) 12345

b) 1245

c) 3

d) 0124

e) 1234

393. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) A partir de uma classe derivada de uma superclasse, podem-se invocar métodos que tenham a mesma assinatura, mas comportamentos distintos, ou seja, em que haja alteração do funcionamento interno de um método herdado de um objeto pai. Na orientação a objetos, isso é possível por meio de

a) polimorfismo.

b) abstração.

c) encapsulamento.

d) namespaces.

e) atributos.

394. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA)

```
1 class abc {
2  String nome;
3  String cpf;
4  double salario;
5  int senha;
6 }
7 class xyz extends abc {
8  int numerodeImoveis;
9 }
```

No trecho de código antecedente, é correto apenas o que se afirma na(s)

a) linhas 7 e 8, pois há a especificação de sobrecarga.

b) linhas 7 e 8, pois há a especificação de sobrescrita.

c) linha 8, pois há especificação de uma variável privada que somente pode ser acessada pela classe xyz.

d) linha 7, pois há uma especificação de herança entre xyz e abc.

e) linha 8, porque há um erro material, pois não pode haver novos atributos nesse tipo de especificação.

395. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) A reunião de planejamento da sprint do Scrum é o evento em que

a) é definida a equipe scrum e são cancelados os itens da sprint anterior que não tenham sido entregues e os que tenham sido entregues, mas tenham sido rejeitados pelo usuário.

b) são escritas as histórias dos usuários por meio do planning poker.

c) é definida a meta da sprint e são selecionados os itens do product backlog que comporão a sprint.

d) é decidido pelo PO (product owner) se haverá o cancelamento ou não da sprint em curso.

e) participam exclusivamente o PO (product owner) e o SM (scrum master), que, por meio do planning poker, priorizaram os itens do backlog.

396. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Considerando uma situação hipotética com o uso da XP (eXtreme Programming) concomitante com Scrum em um projeto de desenvolvimento de software em uma organização, julgue os seguintes itens.

I – É viável a utilização do TDD (Test Driven Development) na fase de sprint, de modo que se escreva o teste automático antes da codificação.

II – O princípio da integração contínua da XP deve ser utilizado especificamente na retrospectiva da sprint com vistas a integrar a equipe scrum.

III – Integrantes da equipe scrum podem realizar a programação do código em pares, o que proporciona, entre outras vantagens, o nivelamento de conhecimento da equipe.

IV – O conceito de requisito "pronto" continuaria válido, contudo, inviabilizaria o refactoring, pois é proibitivo inserir o mesmo item (requisito) em várias sprints.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

397. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Entre os métodos e técnicas ágeis, a técnica que utiliza a linguagem ubíqua, visando, entre outras coisas, a integração de regras de negócios com linguagem de programação, com foco no comportamento do software, e na qual os testes orientam o desenvolvimento, ou seja, primeiro se escreve o teste e depois o código, é a

a) BDD (Behavior Driven Development).

b) Kanban.

c) automação de builds.

d) automação de testes.

e) TDD (Test Driven Development).

398. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Um gestor de desenvolvimento de software ficou responsável por avaliar a qualidade de determinado software. Nessa avaliação, ele utilizou atributos categorizados em características, como, por exemplo, a funcionalidade. Para essa característica — funcionalidade —, o usuário do software pode utilizar como métricas as subcaracterísticas

a) eficiência e interoperabilidade.

b) manutenibilidade e portabilidade.

c) adequação e acurácia.

d) maturidade e confiabilidade.

e) inteligibilidade e usabilidade.

399. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Um usuário avaliou um software sob o ponto de vista da qualidade em uso, em complemento à medição de qualidade interna e externa do referido software. O produto, sob a perspectiva do usuário, falhou em lhe permitir o atingimento das metas especificadas com acurácia e completude em um contexto de uso especificado. Nessa situação, o software avaliado falhou no atributo

a) segurança.

b) eficácia.

c) satisfação.

d) analisabilidade.

e) produtividade.

400. 2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Na modelagem de dados, a capacidade de modificar a definição dos esquemas em determinado nível, sem afetar o esquema do nível superior, é denominada

a) integridade de domínio.

b) esquema.

c) especialização total.

d) independência de dados.

e) cardinalidade.

401. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Sistemas de banco de dados estão sujeitos a falhas como falta de energia, erros de software ou mesmo sabotagem dos dados. O sistema de recuperação é responsável pela restauração do banco para um estado consistente que havia antes da ocorrência da falha. Para precaver-se de tais falhas, devem-se preservar as propriedades de

a) consistência e durabilidade.

b) isolamento e consistência.

c) atomicidade e durabilidade.

d) durabilidade e isolamento.

e) atomicidade e isolamento.

402. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) As redes sem fio, também conhecidas como wi-fi, utilizam diferentes frequências para a transmissão dos dados. O padrão 802.11ac, que opera com velocidades de até 1.300 Mbps, utiliza a(s) faixa(s) de frequência de

a) 2,4 GHz e 5 GHz.

b) 5 GHz.

c) 5 GHz e 60 GHz.

d) 60 GHz.

e) 2,4 GHz.

403. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) O DNS (domain name system) possui vários registros de recursos com diferentes funcionalidades. Na configuração das entradas DNS de uma organização, os principais registros usados para o serviço de email são

a) HINFO, MX e NS.

b) PTR, LOC e TXT.

c) MX, PTR e TXT.

d) SOA, NS e MX.

e) A, MX e CNAME.

404. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Os switches são equipamentos de rede que interconectam dispositivos e usam o conceito de comutação de pacotes para receber, processar e encaminhar dados na rede. O método de encaminhamento em que o switch verifica o campo endereço de destino e os primeiros bites são encaminhados para a porta sem que o quadro inteiro tenha sido recebido é denominado

a) multilayer.

b) store and forward.

c) cut-through.

d) fragment free.

e) adaptive switching.

405. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) A figura a seguir mostra um exemplo de saída de um servidor Web Apache.

```
HTTP/1.1 301 Moved Permanently
Date: Sun, 9 Jul 2017 16:30:17 GMT
Server: Apache/2.4.17 (Unix)
Last-modified: Thu, 15 Mar 2012 07:35:25 GMT
Accept-Ranges: bytes
Content-Length: 15
Connection: close
Content-Type: text/html

Teste enviado.
```

Considerando o código de resposta do exemplo apresentado, assinale a opção correta.

a) O recurso não foi modificado desde o último pedido.

b) A referida solicitação e todas as solicitações futuras devem ser direcionadas para a nova URL.

c) A solicitação é maior que a disposição ou a capacidade do servidor para processar.

d) O pedido foi aceito para processamento, mas o tratamento não foi concluído.

e) O servidor processou a solicitação com sucesso, mas não foi necessário emitir nenhuma resposta.

406. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Tendo em vista que o SMTP é o protocolo padrão para o envio de emails, assinale a opção que apresenta a sequência correta, em ordem de acontecimento, das fases do processo de transferência de mensagens sob esse protocolo.

a) estabelecimento de conexão, transferência de mensagens e encerramento de conexão

b) autenticação, identificação e transferência de mensagens

c) identificação, estabelecimento de conexão e transferência de mensagens

d) estabelecimento de conexão, autenticação e transferência de mensagens

e) autenticação, transferência de mensagens e encerramento de conexão

407. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Em um projeto de cabeamento estruturado, a área que deve abrigar todos os equipamentos ativos, como switches, roteadores, firewalls, servidores etc., é o(a)

a) armário de telecomunicações.

b) sala de entrada de telecomunicações.

c) sala de servidores.

d) sala de equipamentos.

e) sala de telecomunicações.

408. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Na pilha de protocolos TCP/IP, a camada responsável pelo envio de pacotes individuais de um nó origem a um nó destino é a camada

a) de enlace.

b) de aplicação.

c) de rede.

d) de transporte.

e) Física.

409. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) O dispositivo de rede que opera nas camadas física, de enlace e de rede e que altera os endereços físicos em um pacote é denominado

a) amplificador.

b) repetidor.

c) bridge.

d) hub.

e) roteador.

410. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Acerca de modelagem de sistemas que utilizem os diagramas da UML 2, assinale a opção correta.

a) Excetuando-se o aspecto temporal, o diagrama de sequência demonstra o comportamento de um elemento por meio de um conjunto finito de transições.

b) O diagrama de classes determina os componentes de hardware do sistema e as suas características físicas, como topologias, servidores, estações de trabalho e protocolos de comunicação.

c) Assim como o diagrama de estados, alguns diagramas da UML fornecem uma visão externa e mais geral do sistema a ser desenvolvido.

d) O diagrama de classes, em que são estabelecidas as formas sobre como as classes se relacionam e trocam informações entre si, serve de apoio para os demais diagramas.

e) Uma vez que objetiva ser geral e representar como o sistema se comportará, o diagrama de casos de uso é produzido após a fase de levantamento e análise de requisitos do sistema.

411. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Assinale a opção correta a respeito do diagrama de sequência.

a) O referido diagrama não representa a chamada de métodos disparados por mensagens entre objetos.

b) O diagrama de sequência é um diagrama comportamental que se pauta na ordem temporal em que as mensagens são trocadas entre os objetos envolvidos em determinado processo.

c) O diagrama em questão contém as chamadas transições internas, que não produzem modificações no estado de um objeto ou de um ator.

d) Os objetos instanciados nesse tipo de diagrama podem ser representados por intermédio de uma associação de dependência junto com o estereótipo

e) Nesse tipo de diagrama, as ligações entre os objetos chamados e os atores envolvidos no processo que se busque sequenciar são denominadas associações, de forma similar ao que ocorre com o diagrama de classes.

412. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Com referência às arquiteturas multicamadas de aplicações para o ambiente web, assinale a opção correta.

a) Se, na camada de dados, for realizada uma alteração no banco de dados, o restante das camadas também será afetado.

b) O modelo de três camadas recebe essa denominação caso um sistema cliente-servidor seja desenvolvido mantendo-se a camada de negócio do lado do cliente e as camadas de apresentação e dados no lado do servidor.

c) Cada camada é normalmente mantida em um servidor específico para tornar-se o mais escalonável e independente possível em relação a outras camadas, estando entre as suas principais características o eficiente armazenamento e a reutilização de recursos.

d) O objetivo das arquiteturas multicamadas consiste na junção de responsabilidades entre os componentes das aplicações web, de modo a atender aos requisitos funcionais e não funcionais esperados pela aplicação.

e) Na arquitetura de duas camadas — apresentação e armazenamento —, o computador que contiver a base de dados terá de ficar junto com os computadores que executarem as aplicações.

413. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) A respeito da JSP (JavaServer Pages), assinale a opção correta.

a) As páginas JSP compiladas não precisam ser executadas em uma máquina virtual Java (JVM).

b) O scriptlet é o conteúdo integral de um trecho de código Java que esteja dentro das tags <script>código</script>.

c) O comando <c:out value=”conteúdo”/> avalia uma expressão e insere o seu resultado na saída, podendo o conteúdo do atributo value ser dinâmico como um texto literal ou uma expressão escrita.

d) O método POST do HTML não pode ser utilizado para enviar ou receber dados.

e) Uma página criada com a tecnologia JSP, depois de instalada em um servidor de aplicação compatível, estará pronta para ser executada, não havendo a necessidade de ela ser transformada em um Servlet.

414. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) No que se refere a web services, assinale a opção correta.

a) As solicitações e respostas XML trafegam no protocolo HTTP, não sendo possível utilizá-las nos protocolos FTP e SMTP.

b) Um dos componentes de um web service SOAP (simple object access protocol) é a UDDI (universal description, discovery and integration), a qual é um arquivo do tipo XML que descreve detalhadamente um web service, especificando como deve ser o formato de entrada e saída de cada operação.

c) As duas formas de envio de mensagem para que um cliente possa efetuar solicitações a um web service são one-way messaging e request-response messaging.

d) O WSDL (web services description language) é uma linguagem para o desenvolvimento de web services similar ao XML.

e) Os web services permitem a integração de sistemas, todavia dependem da linguagem de programação sob a qual tenham sido desenvolvidos e do sistema operacional do computador onde esses sistemas forem executados.

415. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Entre os novos elementos do HTML5, o elemento

a) <mark> é o ponto de parada do cursor em qualquer parte da página HTML.

b) <progress> define o progresso de uma tarefa.

c) <meter> interpreta medições meteorológicas.

d) <figcaption> captura figuras.

e) <main> define a estrutura principal da linguagem C dentro da página HTML.

416. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Assinale a opção correta a respeito do CSS (cascading style sheets).

a) O comando <CSS src=”estilo.css”/> indica o caminho para a obtenção do arquivo CSS.

b) Em um arquivo CSS, é proibido o uso de classes e indicadores.

c) Com o CSS, é possível mudar rapidamente a formatação de várias páginas HTML.

d) Para a utilização de recursos CSS, deve-se criar um arquivo e referenciá-lo sempre que necessário, não sendo possível utilizar comandos CSS diretamente dentro da página HTML.

e) Enquanto o HTML formata o conteúdo de uma página, o CSS descreve esse conteúdo.

417. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Em JavaScript, a função

a) max adiciona zeros à frente do número informado até o tamanho do campo.

b) prompt acessa o ambiente de comando do banco de dados para digitar.

c) eval interpreta e executa strings com código JavaScript embutido.

d) string converte em número uma string informada.

e) parseInt converte um número inteiro em uma string.

418. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) A respeito da declaração de variáveis na linguagem de programação PHP, assinale a opção correta.

a) Uma variável é composta pelo nome dessa variável seguido do sinal $ no final.

b) Um nome de variável pode começar com um número.

c) Os tipos de variáveis existentes são somente local e global.

d) Diferentemente das linguagens em que o programador deve declarar o nome e o tipo da variável antes de usá-la, o PHP converte automaticamente a variável para o tipo de dado correto.

e) Os nomes das variáveis no PHP não diferenciam maiúsculas de minúsculas, ou seja, eles são case insentivive.

419. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Em relação ao XML/XSD, assinale a opção correta.

a) Apenas os caracteres <, > e % são estritamente proibidos em XML.

b) Utilizando-se algumas linhas de código JavaScript, pode-se ler um arquivo XML e atualizar o conteúdo de dados de qualquer página HTML.

c) Grupos de modelo de um documento XSD permitem que elementos sejam especificados dentro de um arquivo de texto ou de dados, todavia sem obedecer a uma ordem ou escolha específica por meio de conectores.

d) Os atributos minOccurs e maxOccurs são tipos de dados do XML Schema de um arquivo XSD.

e) O XML usa tags predefinidas e não armazena dados, só os transporta.

420. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA SERVIÇOS GERAIS – ESPECIALIDADE: SEGURANÇA JUDICIÁRIA) Ao receber um arquivo criptografado com triple-des (3DES), um agente público se deparou com a impossibilidade de abri-lo, pois não lhe havia sido informada a senha para decifrá-lo. Nesse caso, a propriedade de segurança da informação que corresponde ao uso da criptografia é

a) message-digest.

b) não repúdio.

c) integridade.

d) confidencialidade.

e) disponibilidade.

421. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Em relação a filtros de pacotes, assinale a opção correta.

a) O filtro tradicional permite que, em um roteador localizado dentro da rede interna da organização, seja possível rastrear a conexão TCP de entrada do início ao fim em uma conexão.

b) Caso se opte pelo filtro tradicional, é conveniente instalá-lo dentro da DMZ (zona desmilitarizada), ainda que esse tipo de filtro não permita criar regras distintas para datagramas que entrem e saiam da rede.

c) Caso se opte pelo filtro tradicional, é conveniente instalá-lo dentro da DMZ (zona desmilitarizada), ainda que esse tipo de filtro não permita criar regras distintas para datagramas que entrem e saiam da rede.

d) A filtragem de pacotes pode ser fundamentada no tipo de protocolo do datagrama IP e deve ser aplicada no roteador por onde sai e entra todo o tráfego de rede.

e) O filtro de pacotes deve ser necessariamente instalado dentro de uma DMZ (zona desmilitarizada).

422. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Acerca de firewall em uma rede organizacional, assinale a opção correta.

a) Apesar de serem importantes aliados da segurança, os roteadores com listas de controle de acesso são incompatíveis com a execução de regras do firewall.

b) Devido ao fato de demandarem configurações dinâmicas, os firewalls restringem-se ao formato de software; ou seja, eles não podem ser um hardware.

c) Para que a proteção proporcionada pelo firewall seja mais eficaz, convém que todo tráfego de fora para dentro e vice-versa seja analisado por ele.

d) Uma Para que a proteção proporcionada pelo firewall seja mais eficaz, convém que todo tráfego de fora para dentro e vice-versa seja analisado por ele.

e) Embora seja componente imprescindível para a segurança de rede, um firewall não alcança a análise e(ou) a configuração por meio de bites de flag do TCP (SYN ou ACK).

423. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Um técnico recebeu a incumbência de implantar uma rede virtual privativa (VPN) entre a filial e a matriz de sua organização. Para tal, ele dispõe da Internet pública e dos datagramas IPv4 e IPSec. Nessa situação hipotética,

a) é inviável instalar a VPN, pois não se pode utilizar criptografia e enviá-la por meio da Internet pública.

b) é possível implementar a VPN em questão, porque os recursos disponíveis permitem prover a segurança necessária.

c) não há como instalar a VPN, pois, para esse fim, em lugar da Internet pública, deveria haver uma rede particular entre a matriz e a filial.

d) o técnico não poderá implantar a VPN, devido ao fato de o IPv4 ser incompatível com o modo túnel.

e) só seria possível implantar a referida rede se, em lugar do IPv4, tanto o hospedeiro quanto os servidores utilizassem o IPv6, uma vez que o IPv4 não implementa criptografia.

424. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Foi solicitada a um técnico a implementação de dois proxies na rede de sua organização com os seguintes requisitos: um proxy de email (servidor SMTP) configurado com antispam; um proxy de HTTP configurado como bridge (ponte). Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Não é possível atender à solicitação, pois proxy de email analisa apenas o cabeçalho SMTP, e, para ser configurado como antispam, o proxy tem de analisar o corpo do email.

b) Será possível atender à solicitação, mas, como não pode haver dois servidores proxies na mesma rede, só se atenderá aos referidos requisitos se os dois proxies ficarem no mesmo servidor/serviço.

c) Não é possível fazer a implementação em questão, porque não existe proxy de email, uma vez que o proxy só funciona sob o protocolo HTTP.

d) O técnico não deverá atender à solicitação, pois um proxy HTTP não pode ser configurado como bridge.

e) É possível implementar os dois proxies, uma vez que o proxy funciona sobre os protocolos de aplicação e pode ser configurado como bridge.

425. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Um técnico deve configurar/instalar uma aplicação Java no Tomcat 8 e, para isso, ele distribuiu os arquivos de acordo com a tabela a seguir.

diretório	arquivo(s)
/WEB-INF/classes	*.jar
/WEB-INF/lib	web.xml
/WEB-INF/htdocs	*.jsp, *.html

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com as diretivas e os diretórios- padrão pertinentes.

a) Os arquivos *.html estão no diretório correto; contudo, o Tomcat não reconhece arquivos *.jsp.

b) O arquivo web.xml deveria localizar-se, por padrão, na raiz do diretório: /WEB-INF/.

c) Os arquivos *.jar estão no diretório correto e, por padrão, não são visíveis por outras aplicações.

d) Conforme o padrão, o arquivo web.xml está no diretório correto.

e) Os arquivos *.jar deveriam, por padrão, estar no diretório /WEB-INF/jar.

426. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Foi solicitado a um técnico que configurasse um plugin nativo do JBoss 7 para realizar deploy e undeploy ou executar aplicativos. Esse técnico informou que há plugin nativo para atender a esses três requisitos. Nessa situação hipotética, a informação do técnico está

a) errada, pois a execução ou deploy de aplicações no Jboss só pode ser feita por meio do core do Jboss, e não de plugins.

b) certa, pois o JBoss 7 possui plugin Jboss AMQ, que, além de atender aos três requisitos referidos, permite sincronizar versões de aplicativos.

c) certa, pois o JBoss 7 possui o Jboss-as-maven-plugin, que é capaz de atender aos três requisitos referidos.

d) parcialmente certa, pois, embora haja plugin nativo no Jboss7 para executar a aplicação, não existe plugin para fazer deploy.

e) errada, pois, por questão de segurança, é impossível realizar undeploy de aplicações.

427. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) A política atual de becape de determinada organização consiste em um becape completo feito todos os domingos; e becapes incrementais realizados de segunda a sábado. Considerando que, todos os dias, haja entrada de novos dados e que, também todos os dias, seja efetuado becape, assinale a opção correta acerca dessa situação hipotética.

a) Se o becape incremental for substituído pelo becape diferencial, passar-se-á a ocupar menos espaço de memória a cada becape diário, mas o tempo de execução do restore será aumentado.

b) Sob a referida política atual de becape, para a garantia da totalidade e da integridade dos arquivos em eventual operação de restauração, será obrigatório acrescentar à rotina um becape diferencial para cada becape incremental.

c) Se o becape incremental fosse substituído pelo becape completo, além da ocupação de menor espaço de memória a cada becape diário, a execução do restore seria mais rápida.

d) Caso, em determinada semana, seja necessário restaurar o becape até quinta-feira, será suficiente o becape da sexta-feira dessa mesma semana.

e) Caso se tivesse optado pelo becape diferencial em lugar do becape incremental e, nesse novo cenário hipotético, houvesse a necessidade de restaurar o becape até sexta-feira, bastaria, para isso, dispor dos arquivos completos e do dessa sexta-feira.

428. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Um técnico pretende implantar a seguinte política de becape para sua organização: • becape no servidor de banco de dados, a ser realizado todas as noites, diretamente em um HD externo conectado ao servidor via porta USB; • becape no servidor de arquivos, a ser realizado a cada dois dias, diretamente em um SSD instalado em outro servidor. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A política do servidor de arquivos poderia ser alterada para ser realizada todos os dias, mesmo que a mídia de destino esteja em outro servidor.

b) A execução do becape no servidor de arquivos será mais rápida caso se opte pela utilização de DVD em lugar de SSD.

c) Relativamente ao servidor de arquivos, a política em apreço é inexequível, visto que só é possível utilizar dispositivos SSD como mídias de becape se eles estiverem instalados localmente, ou seja, diretamente à placa-mãe da máquina.

d) Caso se queira reduzir a periodicidade mínima dos becapes do servidor de banco de dados, deve-se levar em conta o fato de que a opção por um HD externo conectado ao servidor via porta USB requer que essa periodicidade seja de, no mínimo, seis horas.

e) Relativamente ao servidor de banco de dados, a política em questão é inexequível, pois só é possível usar HD externo para esse fim mediante conexão desse dispositivo diretamente à placa-mãe.

429. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) A tecnologia na qual uma rotina de becape permite segmentar o fluxo de dados de entrada, atribuindo-se identificadores exclusivos a segmentos de dados e comparando-se esses segmentos aos dados armazenados anteriormente, de maneira a atribuir uma referenciação ao que já foi armazenado e, com isso, evitar seu rearmazenamento é conhecida como

a) tierização.

b) RAID 1.

c) LUN (logical unit number).

d) compressão in-line.

e) deduplicação.

430. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES) Foi solicitado a um técnico que configurasse o servidor Apache HTTP 2.4 para permitir acesso às portas 80 e 8443 para todas as interfaces IP existentes na máquina, quais sejam: 10.10.1.1, 10.10.1.2 e 10.10.1.3. O técnico informou que isso não seria possível, pois, no Apache, cada interface somente pode responder por uma porta, e uma porta é exclusiva, ou seja, somente pode ser usada por uma única interface. Nessa situação hipotética, a informação do técnico está

a) certa quanto ao fato de a porta ser exclusiva para o servidor, mas errada quanto ao fato de a interface aceitar somente uma porta.

b) certa, pois as portas em um servidor têm uso exclusivo por VirtualHost, logo, para serem usadas duas portas distintas, uma das interfaces IP não poderá ser utilizada.

c) errada, pois o que foi solicitado pode ser executado por meio do uso da configuração do parâmetro VirtualHost.

d) errada, pois a execução do que foi solicitado é possível por meio da configuração listen.

e) certa em relação ao fato de a interface responder somente por uma determinada porta, mas errada em relação ao fato de uma porta ser exclusiva.

431. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Ao criar um novo projeto padrão por meio do Android Studio, o programador poderá desenvolver sua APP para diversos dispositivos. Nesse sentido, com o objetivo de criar um jogo para smartphones, os arquivos de som deverão ser armazenados dentro da estrutura padrão do diretório

a) manifest.

b) layout.

c) menu.

d) res.

e) Java.

432. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Na linguagem Swift do IOS, ao se declarar o código var fruta=[“maça“, “banana“, “abacaxi“], a linguagem automaticamente entenderá que fruta é array de

a) integer.

b) floatings.

c) strings.

d) imutáveis.

e) double.

433. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Durante o planejamento de um projeto e a elaboração dos casos de uso, foram incluídos diversos componentes para cálculos de tributos e da quantidade de recursos orçamentários alocados. De acordo com os níveis de testes existentes, o resultado de um dos componentes em questão poderá ser validado por meio do teste

a) unitário

b) de sistema.

c) de aceitação.

d) de codificação.

e) de integração.

434. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) O gestor possui um sistema já implantado e entregue com testes e documentação. Com o passar do tempo, foi identificada uma manutenção evolutiva do workflow de acompanhamento de demandas que interfere no pagamento de fornecedores. Nessa situação hipotética, o gerente de teste e sua equipe são responsáveis pela

a) determinação do que o sistema não deve fazer.

b) definição dos requisitos do sistema.

c) elaboração do roteiro de testes.

d) configuração do ambiente de testes.

e) elaboração do caminho feliz do sistema.

435. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Um APP que for desenvolvido de forma híbrida, para funcionar no IOS e Android, além de agilizar e baratear o processo de desenvolvimento, também

a) será mais leve que o normal, pois possuirá menos código trafegando pela web.

b) será uma aplicação web convertida para rodar nas referidas plataformas.

c) será compilado de forma nativa no IOS e depois no Android.

d) acessará todas as bibliotecas nativas dos dispositivos.

e) será dependente das atualizações do sistema operacional.

436. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Para que o leiaute de uma aplicação web responsiva se adapte aos diversos formatos de tela dos dispositivos em que ela será rodada, o desenvolvedor dessa aplicação deverá criar

a) páginas JSP.

b) páginas XML.

c) arquivos PNG escaláveis.

d) folha de estilo CSS.

e) código Javascript.

437. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMA) Uma empresa criou um banco de dados Oracle para pagamento de pró- labore até o último dia do mês. Para evitar que o registro do pagamento seja gravado no banco de dados após essa data, o administrador do referido banco de dados deverá usar um(a)

a) update.

b) delete.

c) view.

d) trigger.

e) insert.

GABARITO

318. d
319. d
320. b
321. d
322. b
323. b
324. d
325. b
326. c
327. b
328. d
329. a
330. b
331. e
332. b
333. c
334. c
335. b
336. e
337. e
338. c
339. a
340. b
341. d
342. c
343. a
344. e
345. e
346. d
347. e
348. b
349. d
350. c
351. b
352. a
353. b
354. c
355. d
356. b
357. c
358. b
359. d
360. d
361. a
362. c
363. e
364. c
365. b
366. a
367. c
368. e
369. e
370. e
371. c
372. e
373. c
374. c
375. b
376. a
377. b
378. a
379. c
380. d
381. e
382. c
383. e
384. a
385. e
386. b
387. e
388. c
389. e
390. d
391. e
392. b
393. a
394. d
395. c
396. b
397. a
398. c
399. b
400. d
401. c
402. b
403. c
404. c
405. b
406. a
407. d
408.c
409. e
410. d
411. b
412. c
413. c
414. c
415. b
416. c
417. c
418.d
419. b
420. d
421. d

422. c

423. b

424. e

425. b

426. c

427. e

428. a

429. e

430. d

431. d

432. c

433. a

434. c

435. b

436. d

437. d

ARQUIVOLOGIA

438. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA SERVIÇOS GERAIS – ESPECIALIDADE: SEGURANÇA JUDICIÁRIA) A respeito do grau de sigilo e do tempo para desclassificação das informações de documentos sigilosos, assinale a opção que, de acordo com a legislação pertinente, apresenta a associação correta entre o grau de sigilo de um documento e o prazo máximo para a desclassificação desse grau.

a) ultrassecreto – setenta e cinco anos

b) secreto – trinta anos

c) reservado – cinco anos

d) secreto – trinta e cinco anos

e) reservado – doze anos

A respeito dos conceitos fundamentais de arquivologia, julgue os itens a seguir.

439. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) A capacidade de provar fatos ocorridos é uma das utilidades dos documentos de arquivo.

440. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) O documento de arquivo é considerado único se produzido em uma única via e múltiplo se, embora seu conteúdo seja único, é remetido a diferentes destinatários.

441. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) Para que o documento seja considerado arquivístico, seu valor deve ultrapassar os objetivos para o qual ele tiver sido criado.

Julgue os próximos itens, relativos ao gerenciamento da informação e à gestão de documentos.

442. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) Um documento que passou pela atividade de recolhimento não pode mais ser eliminado.

443. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) O inventário, instrumento que descreve a documentação a ser descartada e auxilia a realização do processo de avaliação para reduzir a massa documental produzida, é utilizado para preservar apenas a documentação essencial e indispensável para a entidade produtora.

444. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) Um dos objetivos da gestão de documentos é garantir, por meio da preservação do acervo, que a documentação produzida esteja acessível em longo prazo.

445. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) Deve-se organizar a documentação arquivística nas fases intermediária e permanente, para evitar o tratamento de informação que pode ter sido descartada na fase corrente.

446. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) As atividades de protocolo se desenvolvem na fase do arquivo intermediário.

A respeito da microfilmagem de documentos de arquivo, julgue os itens subsequentes.

447. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) A liberação do espaço ocupado anteriormente por documentos em suporte papel é o objetivo primordial da microfilmagem.

448. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) Após a microfilmagem, os documentos de arquivo podem ser eliminados, salvo os de valor permanente.

449. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) A eliminação de microfilmes deve ser feita por meio da destruição mecânica, devendo a incineração ser descartada para evitar que o material do microfilme polua o ambiente.

Acerca de princípios e conceitos arquivísticos, julgue os itens que se seguem.

450. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) A aplicação do princípio da proveniência à classificação e ao agrupamento de documentos tem como principal consequência prática o surgimento do fundo de arquivo.

451. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Na ordenação interna do fundo de arquivo, aplica-se o princípio da reversibilidade.

452. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) O agrupamento dos documentos pela proveniência evita que eles sejam agrupados tematicamente.

453. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Para garantir o vínculo arquivístico entre documentos oriundos da mesma atividade, é necessário adotar o princípio da pertinência na classificação desses documentos.

454. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) A existência jurídica resultante de lei, decreto ou resolução, a subordinação firmada por lei, a chefia com poder de decisão e a organização interna fixa da Secretaria de Estado de Educação do DF (SEE/DF) caracterizam esse órgão como detentor de um fundo de arquivo.

No que se refere a preservação, conservação e restauração de documentos, julgue os itens seguintes.

455. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) O material utilizado na confecção das caixas que acondicionam documentos de arquivo é irrelevante na preservação documental.

456. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) A incidência direta de luz solar sobre os documentos deve ser evitada.

457. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) Recomenda-se que sejam deixados espaços vazios nas caixas onde os documentos estejam armazenados, para evitar danos aos documentos quando de sua retirada das caixas.

458. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA SECRETÁRIO ESCOLAR) Caso a área de armazenamento de documentos seja inundada, devem-se recolher os documentos que estejam flutuando na água utilizando-se uma peneira de pedreiro.

Julgue os itens subsequentes, relativos à legislação arquivística e a sistemas de arquivo.

459. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público e por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos não são considerados arquivos públicos.

460. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Em razão do aumento da massa documental acumulada pela SEE/DF, é permitida a digitalização de todos os seus documentos e a eliminação dos originais, principalmente aqueles considerados de valor permanente.

Em relação aos conceitos e princípios da arquivística, julgue os itens a seguir.

461. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) De acordo com a teoria das três idades, arquivos podem ser correntes, intermediários ou permanentes.

462. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) O princípio da procedência, também chamado de princípio do respeito aos fundos, dispõe que tudo o que for produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos fundos de outras entidades produtoras.

Em relação à gestão de documentos e a ações do protocolo, julgue os itens subsequentes.

463. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) Autuação, distribuição e descarte são responsabilidades do protocolo.

Com relação à gestão de documentos, julgue os próximos itens.

464. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) O programa de gestão de documentos surgiu em razão da necessidade de redução dos espaços destinados aos documentos de arquivo; por isso, a avaliação passou a ser realizada no momento de transferência dos documentos aos arquivos permanentes.

465. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) O conceito de records continuum estrutura e fundamenta a gestão de documentos, além de definir as fases e os procedimentos a serem adotados em sua implementação.

466. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) As principais atividades da gestão de documentos são realizadas no arquivo permanente.

467. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) A definição da criação de documentos essenciais à administração é feita na fase de utilização de documentos de arquivo, do programa de gestão de documentos.

Produção e avaliação documental são operações técnicas referentes à gestão de documentos.

468. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) A classificação define a organização física dos documentos arquivados.

469. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) Ordenação é uma fase posterior à classificação de documentos.

Com relação à tabela de temporalidade de documentos de arquivo, bem como à triagem e eliminação de documentos e processos, julgue os itens subsecutivos.

470. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) Todo documento que tenha esgotado seu valor primário pode ser eliminado.

471. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) Nos processos de depuração de massa documental arquivística, o conceito de triagem se confunde com o de avaliação.

472. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) A tabela de temporalidade é um instrumento resultante do processo de avaliação.

473. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) Documentos referentes a movimentos reivindicatórios de servidores possuem valor secundário.

Julgue os seguintes itens, relativos à análise tipológica dos documentos de arquivo.

474. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) A análise tipológica é feita a partir da aplicação do princípio da territorialidade.

475. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Um dos itens considerados na análise tipológica é a atividade que gera o tipo documental.

476. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Para se proceder à análise tipológica do acervo de documentos de uma entidade, é fundamental que se tenha conhecimento prévio da estrutura organizacional dessa entidade e de suas sucessivas alterações.

477. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Relatórios de atividades, processos de compra de material de consumo e formulário de solicitação de férias são exemplos de tipos documentais.

478. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Um dos objetivos da análise tipológica é reconhecer a veracidade e a pertinência da finalidade do documento.

No que se refere à digitalização de documentos arquivísticos, julgue os itens seguintes.

479. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) Entre os fatores que determinam a qualidade da imagem digital incluem-se as características dos equipamentos, o nível de compressão e a resolução óptica adotada no escaneamento.

480. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) A digitalização é vantajosa porque permite a redução do manuseio de originais que estejam em suportes não digitais.

481. (2017/SEE/TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA APOIO ADMINISTRATIVO) Documento resultante do processo de digitalização deve ser considerado como documento original.

Acerca das políticas de acesso aos documentos de arquivo, pautadas pela Lei de Acesso à Informação, julgue os itens subsecutivos.

482. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) O documento acessível é aquele classificado, avaliado e descrito de acordo com o plano ou código de classificação, a tabela de temporalidade e o instrumento de pesquisa.

A respeito dos sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, julgue os itens seguintes.

483. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Um documento arquivístico digital é aquele que tem a informação resultante das atividades de pessoas físicas ou jurídicas registrada em dígitos binários, acessível em sistemas computacionais gerenciados.

484. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) A técnica da microfilmagem tem como limitação a dificuldade de acesso múltiplo, uma das vantagens da digitalização de documentos.

485. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Os requisitos necessários para se identificar um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos são: autenticidade, confiabilidade, rastreabilidade e originalidade.

486. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) O sistema informatizado de gestão arquivística de documentos (SIGAD) é aplicado em ambientes digitais, com repositórios digitais.

Julgue os próximos itens, relativos aos protocolos documentais e à realidade arquivística brasileira.

487. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Cabe ao setor de recebimento informar a localização dos antecedentes de um documento que não estiverem no arquivo.

488. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Anotações referentes a procedência, espécie, código e resumo do assunto são procedimentos adotados na fase de registro de um documento.

489. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) O registro do novo destino de um documento deve ser anotado na etapa de expedição desse documento.

490. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) O encaminhamento de papéis ao setor de registro e movimentação é uma etapa precedente ao recebimento de um documento para arquivo.

491. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) No contexto da arquivística brasileira, a classificação de documentos deve ser realizada de maneira uniforme para instituições pertencentes ao mesmo ramo de atividade.

Com relação às funções arquivísticas de criação, classificação e avaliação de documentos, julgue os itens seguintes.

492. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Documentos de um acervo que podem ser amplamente divulgados à sociedade são considerados ostensivos quanto à natureza do assunto.

493. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Na avalição documental, os documentos fisicamente deteriorados devem ter redução do prazo de arquivamento.

494. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Documentos de pesquisas acadêmicas, que são essenciais para a evolução de projetos científicos, devem ser avaliados como documentos permanentes vitais.

495. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) A definição de procedimentos que garantam a autenticidade de documentos digitais mantidos em arquivo ocorre na fase de criação de documentos.

496. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) A gestão de formulários e a padronização de modelos são atributos da função avaliação de documentos.

497. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Documentos informáticos, filmográficos e sonoros são modalidades de classificação quanto à natureza do assunto.

498. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) As plantas arquitetônicas de um edifício mantidas em arquivo são consideradas documentos cartográficos de acordo com a classificação quanto ao gênero.

Julgue os itens a seguir, relativos às funções arquivísticas de difusão, descrição e preservação documental.

499. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) A descrição documental tem por finalidade criar critérios para definir os tipos de documentos que devem ser mantidos nos arquivos correntes, intermediários e permanentes.

500. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) A danificação de arquivos digitais devido à exposição à umidade caracteriza uma falha de conservação quanto à forma de armazenamento.

501. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) A divulgação dos procedimentos de acesso a um arquivo na intranet de uma instituição viabiliza a difusão de um acervo.

502. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Em relação à estrutura, são procedimentos de descrição documental: a indicação das datas dos documentos, dos seus tipos físicos e de suas quantidades.

503. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ARQUIVOLOGIA) Para zelar pela preservação das informações, a manutenção de arquivos digitais deve seguir as mesmas condições de arquivamento dos documentos em papel.

GABARITO

438. c
439. c
440. e
441. c
442. c
443. e
444. c
445. e
446. e
447. e
448. c
449. e
450. c
451. e
452. c
453. e
454. c
455. e
456. c
457. e
458. c
459. e
460. e
461. c
462. e
463. e
464. e
465. e
466. e
467. c
468. c
469. c
470. e
471. c
472. c
473. c
474. e
475. c
476. c
477. c
478. e
479. c
480. c
481. e
482. c
483. c
484. c
485. e
486. e
487. e
488. c
489. e
490. c
491. e
492. c
493. e
494. c
495. c
496. e
497. e
498. c
499. e
500. c
501. c
502. c
503.e

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A respeito dos fundamentos da gestão financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

504. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Órgão público que pretenda destinar parte de seu orçamento à geração de bens e serviços públicos voltados para uma demanda específica da sociedade deverá fazê-lo, obrigatoriamente, mediante a inclusão de um projeto.

505. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) O caixa único do Tesouro Nacional destina-se a efetivar o princípio orçamentário da unidade.

506. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A elaboração do projeto de lei orçamentária é condicionada à aprovação do plano plurianual do exercício de referência.

Com relação aos métodos de classificação e outros conceitos técnicos da administração orçamentária, julgue os itens que se seguem.

507. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) A parcela da dívida flutuante que não for paga até o final do exercício financeiro será obrigatoriamente inscrita em restos a pagar.

508. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Para identificar a origem de determinada receita pública de acordo com o acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos, utiliza-se a classificação por natureza de receita.

509. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Os códigos de identificação dos planos orçamentários podem ser modificados por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

510. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) A inscrição de crédito em dívida ativa corresponde à representação contábil de um fato permutativo resultante da transferência de valor não recebido no prazo estabelecido, dentro do próprio ativo.

Acerca dos mecanismos necessários à execução do orçamento, julgue os itens que se seguem.

511. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Crédito adicional aberto com base em autorização dada pela lei orçamentária anual corresponde a um crédito suplementar.

512. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Uma descentralização orçamentária é pré-requisito indispensável para a execução de uma descentralização financeira.

513. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A classificação da receita orçamentária é de utilização obrigatória por todos os entes da Federação.

514. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) O empenho de despesa impõe ao Estado uma obrigação de pagamento, ainda que o bem correspondente não tenha sido fornecido ou o serviço correspondente não tenha sido prestado.

515. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Somente despesas que contribuam para manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo podem ser incluídas na lei orçamentária.

Acerca do orçamento participativo, da transparência na administração pública, da gestão por resultados e do neocorporativismo, julgue os próximos itens.

516. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) O orçamento participativo é uma técnica orçamentária caracterizada pela participação da sociedade, em substituição ao poder público, como agente elaborador da proposta orçamentária que é posteriormente enviada ao Poder Legislativo.

517. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Entre os dados de despesas efetuadas por órgãos e entidades da administração pública federal disponibilizados no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal não se incluem aqueles relativos aos repasses de recursos federais para os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Julgue os próximos itens, relativos às receitas e às despesas públicas.

518. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) A entrada de recurso decorrente da venda, em leilões, de automóveis usados que integrem o patrimônio público é classificada como receitas de capital.

519. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Os gastos com a construção de um hospital público e com a aquisição de móveis usados são considerados despesas de capital, ao passo que a compra de papel para impressão e a quitação de juros da dívida pública se enquadram como despesas correntes.

520. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ENGENHARIA ELÉTRICA) Acerca de orçamento público, julgue os itens a seguir.

I – Os princípios orçamentários visam estabelecer regras básicas que norteiem os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

II – Os princípios orçamentários são válidos para todos os poderes e para todos os entes federativos.

III – O orçamento deve ser preferencialmente uno, o que não impede que cada ente governamental elabore mais de um orçamento. Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Acerca do orçamento público, julgue os itens seguintes.

521. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) Com a finalidade de evitar a existência de orçamentos paralelos no âmbito da mesma pessoa política, foi criado o princípio orçamentário da exclusividade, o qual determina a realização de um único orçamento. Assim, conforme esse princípio, o orçamento deve ser uno para cada ente federado, não cabendo a existência de múltiplos orçamentos para o mesmo ente.

522. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) O ciclo orçamentário é um processo contínuo, dinâmico e flexível, em que são avaliados os aspectos físicos e financeiros dos programas do setor público.

523. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) Criado no Brasil pelo Decreto-lei n.º 200/1967, o orçamento-programa foi concebido como instrumento de planejamento, de gerenciamento e de controle dos recursos da administração pública, de forma a aperfeiçoar o cumprimento dos objetivos previamente estabelecidos. Nesse sentido, as necessidades financeiras das unidades organizacionais deverão ser priorizadas na elaboração do orçamento.

524. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) No tocante à conceituação e à classificação da receita pública, as receitas tributária e patrimonial são classificadas como receitas de capital.

525. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) Inversão financeira corresponde ao gasto público utilizado para a execução de obras.

No mês de novembro de 2016, fortes chuvas e ventanias assolaram uma região administrativa do DF. O fato de terem causado danos a casas e aparelhos públicos possibilitou a caracterização de calamidade pública, e não havia, na Lei de Orçamento de 2016, dotação orçamentária específica para a sua recuperação. Com referência a essa situação hipotética, julgue o próximo item.

526. (2017/SEE/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) Nesse caso, para o reparo das casas, o GDF deverá utilizar-se da abertura de crédito extraordinário.

A respeito do orçamento público, julgue os itens a seguir.

527. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) Segundo o princípio da exclusividade, o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento para determinado exercício financeiro.

528. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) As diretrizes orçamentárias buscam sintonizar a lei orçamentária anual com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública, estabelecidas no plano plurianual.

529. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) As etapas que compõem o processo orçamentário no DF incluem a elaboração da proposta orçamentária pela Câmara Legislativa e a aprovação pelo governador do DF.

530. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) A técnica do orçamento-programa é aquela cuja ênfase reside no controle contábil do gasto em si, não se preocupando com os objetivos econômicos e sociais do gasto público.

531. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) O lançamento tributário, um dos estágios da receita pública, compreende os procedimentos de determinação da matéria tributável, cálculo do imposto, identificação do sujeito passivo e notificação.

No exercício de 2016, uma escola pública do DF recebeu dotação orçamentária para a execução do programa de merenda escolar. A dotação previa dispêndio com despesas correntes para a aquisição de gêneros alimentícios necessários à elaboração das refeições a serem servidas aos alunos daquela escola. A SEE/DF providenciou licitação para a escolha da empresa que irá fornecer os gêneros. Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

532. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) No caso de o valor empenhado ser insuficiente para atender as despesas com a merenda escolar, o executor de despesas deverá providenciar a anulação total do empenho e elaborar outro empenho no valor adequado.

533. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) Considere que, em 31/12/2016, o executor de despesas tenha verificado que uma fatura da empresa, no valor de R$ 10 mil, relativa ao fornecimento de gêneros alimentícios consumidos na escola, foi liquidada, mas não foi paga.

Nesse caso, como o exercício financeiro se encerrou, o procedimento correto anteriores no orçamento de 2017.

534. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA ADMINISTRAÇÃO) A primeira providência que o executor de despesas terá de tomar será solicitar ao setor financeiro o empenho estimativo considerando o total da despesa com gêneros necessária a abastecer a escola com merenda durante o ano letivo.

GABARITO

504. e
505. e
506. e
507. e
508. c
509. c
510. c
511. c
512. e
513. c
514. c
515. e
516. e
517. e
518. c
519. c
520. a
521. e
522. c
523. e
524. e
525. e
526. c
527. e
528. c
529. e
530. e
531. c
532. e
533. e
534. c

DIREITO ADMINISTRATIVO

535. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Com relação à administração indireta, assinale a opção correta.

a) O consórcio público poderá ter personalidade jurídica de direito público ou privado, sendo que, em ambas as formas, terão de ser observadas as mesmas normas de direito público para o regime de pessoal.

b) É possível criar uma empresa pública com capital minoritário de sociedade de economia mista, desde que a maioria do capital daquela pertença ao ente federativo que a instituir.

c) Na contratação de parceria público-privada, a administração pública pode assumir a titularidade da maioria do capital com direito a voto das sociedades de propósito específico.

d) Salvo os documentos e informações classificados como sigilosos pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, os órgãos de controle externo têm direito ao acesso irrestrito aos dados mantidos por aquelas entidades.

e) As normas gerais sobre licitações e contratos administrativos devem ser aplicadas primariamente às empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos.

536. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) À luz do entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta no que tange à disciplina normativa sobre os direitos e deveres dos servidores e empregados públicos, inclusive quanto ao regime previdenciário.

a) A contratação temporária de pessoal por tempo determinado é possível, desde que sejam demonstrados o interesse público profissional e a imprescindibilidade da contratação, ainda que a excepcionalidade dos casos não esteja prevista em lei.

b) Norma estadual que preveja a redução de vencimentos de servidores públicos afastados de suas funções enquanto estes responderem a processo criminal não violará a cláusula constitucional de irredutibilidade de vencimentos.

c) Ocorre, em cinco anos, a prescrição do fundo do direito quanto à pretensão do servidor público de pleitear a cobrança de remuneração não paga pelo poder público.

d) O candidato aprovado em concurso público cuja classificação entre as vagas oferecidas no edital se der em razão da desistência de candidatos mais bem classificados no certame não terá direito subjetivo à nomeação.

e) A percepção do adicional de periculosidade por servidor público não constitui elemento suficiente para o reconhecimento do direito a aposentadoria especial.

537. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) À luz da doutrina e da jurisprudência sobre a intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

a) Situação hipotética: Determinada propriedade rural é produtiva e cumpre sua função social em metade de sua extensão, ao passo que, na outra metade, são cultivadas plantas psicotrópicas ilegais. Assertiva: Nessa situação, eventual desapropriação recairá somente sobre a metade que se destina ao cultivo de plantas psicotrópicas ilegais.

b) Situação hipotética: Um estado emitiu decreto expropriatório para a construção de um hospital. Após a execução do ato expropriatório, a região foi acometida por fortes chuvas, que destruíram um grande número de escolas. Assertiva: Nessa situação, se determinar a alteração da destinação do bem para a construção de escolas, o estado não terá obrigação de garantir ao ex- proprietário o direito de retrocessão.

c) Situação hipotética: Maria adquiriu um apartamento na cobertura de um edifício. Após a aquisição do imóvel, com a averbação do registro, Maria pleiteou indenização contra o estado, considerando a prévia existência de linha de transmissão em

sua propriedade. Assertiva: Nessa situação, Maria terá direito a indenização, desde que o prejuízo alegado não recaia também sobre as demais unidades do edifício.

d) Situação hipotética: Um imóvel com área efetivamente registrada equivalente a 90% da sua área real, de propriedade de Pedro, foi objeto de desapropriação direta. Assertiva: Nessa situação, o pagamento de indenização a Pedro deverá recair sobre a totalidade da área real do referido imóvel.Situação hipotética: Um imóvel com área efetivamente registrada equivalente a 90% da sua área real, de propriedade de Pedro, foi objeto de desapropriação direta. Assertiva: Nessa situação, o pagamento de indenização a Pedro deverá recair sobre a totalidade da área real do referido imóvel.

e) Um imóvel rural produtivo, mas que não cumpre a sua função social, poderá ser desapropriado para fins de reforma agrária, segundo a CF.

538. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) A prefeitura de determinado município concedeu licença a um comerciante para que o restaurante dele funcionasse em determinado imóvel. Alguns meses após a concessão da licença, o comerciante decidiu transformar seu restaurante em uma boate. Considerando-se essa situação hipotética, a administração municipal deverá proceder à

a) revogação da licença.

b) cassação da licença.

c) rescisão unilateral da licença.

d) invalidação da licença.

e) anulação da licença.

539. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Caio, detento em unidade prisional do estado de Alagoas, cometeu suicídio no interior de uma das celas, tendo se enforcado com um lençol. Os companheiros de cela de Caio declararam que,

mesmo diante de seus apelos, nada foi feito pelos agentes penitenciários em serviço para evitar o ato. A família de Caio procurou a Defensoria Pública a fim de obter esclarecimentos quanto à possibilidade de receber indenização do Estado. Nessa situação hipotética, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o defensor público responsável pelo atendimento deverá informar a família de Caio de que

a) será necessário, para o ajuizamento de ação de reparação de danos morais, provar que as condições de cumprimento de pena eram desumanas.

b) é cabível o ajuizamento de ação de reparação de danos morais em face do estado de Alagoas.

c) não houve omissão estatal, pois o suicídio configura ato exclusivo da vítima.

d) houve fato exclusivo de terceiro, pois o dever de evitar o ato cabia aos agentes penitenciários em serviço no momento.

e) não cabe direito a reparação de qualquer natureza, por não ser possível comprovar nexo causal entre a morte do detento e a conduta estatal.

540. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Assinale a opção que apresenta a entidade da administração pública indireta que deve obrigatoriamente ser constituída com personalidade jurídica de direito público.

a) sociedade de economia mista

b) serviços sociais autônomos

c) autarquia

d) fundação pública

e) empresa pública

541. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Com o intuito de dar apoio logístico à obra de construção de um hospital municipal, o prefeito de determinada cidade exarou ato declaratório informando a necessidade de utilização, por tempo determina-

do, de um imóvel particular vizinho à obra, o qual serviria como estacionamento para as máquinas e como local de armazenamento de materiais. Nessa situação hipotética, a modalidade de intervenção do ente público na propriedade denomina-se

a) ocupação temporária.

b) desapropriação.

c) requisição administrativa.

d) servidão administrativa.

e) limitação administrativa.

542. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Por imperícia, um policial militar disparou, acidentalmente, sua arma de fogo, ao manuseá-la em via pública, ferindo um transeunte. No que tange à responsabilidade civil do Estado nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A responsabilidade civil do Estado independe da análise da culpa da conduta estatal.

b) A responsabilidade civil do Estado independe da análise da culpa da conduta estatal.

c) A responsabilidade do Estado é subjetiva, e há litisconsórcio facultativo.

d) Não há responsabilidade civil do Estado, visto que o policial agiu com culpa, devendo, por isso, responder pessoalmente.

e) O Estado responde civilmente em razão da conduta culposa de seu agente, fixando-se a responsabilidade civil subjetiva estatal.

543. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Determinado município notificou uma concessionária de transporte público municipal por inadequação do serviço prestado e por paralisação do serviço sem justa causa, dando prazo para que as irregularidades fossem sanadas.

Diante da inércia da concessionária, foi instaurado procedimento administrativo, com direito a ampla defesa, para a extinção do contrato administrativo de concessão. Nessa situação hipotética, o contrato de concessão deverá ser

a) extinto por caducidade, e o ente municipal deverá indenizar o concessionário proporcionalmente aos bens usados na prestação de serviço, descontados multa e eventuais danos causados.

b) rescindido, de forma unilateral, pelo ente municipal, não sendo cabível indenização para o concessionário.

c) extinto por encampação, e o ente municipal deverá indenizar o concessionário proporcionalmente aos bens usados na prestação de serviço, descontados multa e eventuais danos causados.

d) extinto por caducidade, não cabendo indenização a ser paga ao concessionário.

e) extinto por encampação, em razão do inadimplemento do concessionário.

544. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Os serviços sociais autônomos

a) são beneficiados pelos privilégios processuais de dilação de prazo recursal.

b) devem ser criados mediante autorização por lei.

c) são alcançados pelos sistemas de precatórios.

d) possuem personalidade jurídica de direito público.

e) estão obrigados a realizar procedimentos licitatórios.

545. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Aparelho de ressonância magnética adquirido pela prefeitura de determinado município e localizado em hospital de mesma municipalidade classifica-se, quanto à sua destinação, como bem público

a) dominical.

b) desafetado.

c) de uso especial.

d) municipal.

e) de uso comum do povo.

546. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE MEDICINA (DO TRABALHO)) A administração pública pode executar diretamente seus atos administrativos, até mesmo pelo uso da força, sem a necessidade da intervenção do Poder Judiciário. Essa prerrogativa corresponde ao atributo da

a) autoexecutoriedade.

b) tipicidade.

c) presunção de legitimidade.

d) discricionariedade.

547. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE MEDICINA (DO TRABALHO)) Para garantir maior segurança à coletividade, foi determinada restrição do acesso a certa área pública, que era utilizada livremente por todos. Nessa situação, com base nos poderes administrativos, essa determinação é

a) irregular, porque extrapola o poder hierárquico exercido pela administração pública em desfavor do particular.

b) irregular, tendo em vista que a administração não pode restringir o acesso a bens públicos por configurar isso abuso de poder.

c) válida, em decorrência do poder regulamentar conferido ao ente público.

d) válida, em decorrência do poder de polícia que visa ao interesse da coletividade.

548. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE MEDICINA (DO TRABALHO)) Após colisão entre dois automóveis — um, da administração pública, dirigido por servidor público efetivo; e outro, particular —, ficou comprovada a culpa exclusiva do particular. Nessa situação hipotética, arcará com o dano causado

a) cada um dos envolvidos com seu respectivo prejuízo.

b) o servidor público subsidiariamente à administração pública.

c) o particular, por ser essa situação uma hipótese de causa excludente da responsabilidade do ente público.

d) a administração pública, em decorrência da responsabilidade objetiva.

549. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE MEDICINA (DO TRABALHO)) O princípio que rege a administração pública, expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, e que exige dos agentes públicos a busca dos melhores resultados e um menor custo possível, é o da

a) moralidade.

b) eficiência.

c) legalidade.

d) impessoalidade.

550. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE MEDICINA (DO TRABALHO)) Após a extinção de seu cargo, João, servidor público estável, passou a perceber remuneração proporcional ao seu tempo de serviço, assegurada até o seu adequado aproveitamento em outro cargo público. Nessa situação hipotética, João ficará na condição de

a) transposição.

b) vacância.

c) readaptação.

d) disponibilidade.

551. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O secretário de segurança pública de determinado município brasileiro editou portaria proibindo a venda de bebidas alcoólicas no dia do pleito eleitoral. Nessa situação hipotética, o ato do secretário tem como fundamento o

a) poder disciplinar, sendo a justiça eleitoral o juízo competente para processar e julgar mandado de segurança que questione a sua legitimidade.

b) poder de polícia, sendo a justiça estadual o juízo competente para processar e julgar mandado de segurança que questione a sua legitimidade.

c) poder de polícia, sendo a justiça eleitoral o juízo competente para processar e julgar mandado de segurança que questione a sua legitimidade.

d) poder regulamentar, sendo a justiça estadual o juízo competente para processar e julgar mandado de segurança que questione a sua legitimidade.

e) poder regulamentar, sendo a justiça eleitoral o juízo competente para processar e julgar mandado de segurança que questione a sua legitimidade.

552. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A respeito da organização administrativa, das organizações sociais e das organizações da sociedade civil de interesse público, julgue os seguintes itens.

I – Pessoa que tenha atuado, nos últimos trinta e seis meses, em trabalho vinculado a organização e realização de campanha eleitoral não poderá ser indicado como administrador de empresa pública e sociedade de economia mista.

II – Caso determinado tribunal regional eleitoral pretenda firmar termo de parceria com entidade privada sem fins lucrativos destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a promoção do voluntariado no período eleitoral, deverá fazê-lo com organização social.

III – Caso uma entidade privada sem fins lucrativos receba a qualificação do poder público de organização da sociedade civil de interesse público, passará a integrar a administração pública indireta.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

553. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Consideram-se entes da administração direta

a) as entidades vinculadas ao ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

b) as entidades da sociedade civil qualificadas como organização social.

c) as autarquias.

d) os serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios.

e) as fundações públicas.

554. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Assinale a opção que apresenta espécie de ato administrativo vinculado quanto ao conteúdo.

a) circular

b) permissão

c) despacho

d) portaria

e) licença

555. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Com relação à classificação dos atos administrativos, assinale a opção correta.

a) Configura ato simples aquele que necessariamente resulta da manifestação de órgão singular.

b) Configura ato composto aquele que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único.

c) Configura espécie de ato individual aquele que têm efeito prático imediato, como, por exemplo, as portarias administrativas.

d) Configura espécie de ato geral aquele que produz efeitos no caso concreto, como, por exemplo, o tombamento.

e) Configura ato complexo o decreto assinado pelo chefe do Executivo e referendado por ministro de Estado.

556. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No exercício de suas obrigações, a administração pública detém a prerrogativa de limitar o exercício de direitos individuais, desde que isto atenda ao interesse público. Essa prerrogativa

a) pode incluir medidas de coação direta como a aplicação de multa e a impossibilidade de licenciamento do veículo enquanto não forem pagas as multas de trânsito.

b) possui o condão de autoexecutoriedade, em todas as suas medidas.

c) pode contemplar o cumprimento de medidas de apreensão de mercadorias previstas em lei.

d) é claramente uma atuação de caráter discricionário, a exemplo da outorga de licença para dirigir veículos.

e) pode ser delegada às pessoas jurídicas de direito privado, desde que haja previsão legal e autorização expressa do ente delegante.

557. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No que se refere aos vícios de competência na administração pública, assinale a opção correta.

a) A remoção de ofício de servidor caracteriza abuso de poder.

b) Quando o vício de competência não pode ser convalidado, caracteriza-se hipótese de nulidade absoluta.

c) A convalidação é o ato administrativo pelo qual é suprido o vício existente em um ato ilegal, operando efeitos posteriores.

d) A usurpação de poder ocorre quando um servidor público exerce a função de outro servidor na mesma repartição.

e) Ocorre desvio de poder quando a autoridade policial se excede no uso da força para praticar ato de sua competência.

558. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Ocorre desvio de poder quando a autoridade policial se excede no uso da força para praticar ato de sua competência.

a) multa pode ser aplicada cumulativamente com a advertência, mas não com a suspensão temporária de participação em licitação.

b) multa, aplicada após regular processo administrativo, não será descontada da garantia do respectivo contratado.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração não pode ultrapassar o prazo de três anos.

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração não pode ultrapassar o prazo de três anos.

e) declaração de idoneidade para licitar pode ser aplicada a profissional que tenha praticado ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação.

559. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) Em março de 2017, o governo de determinado estado da Federação declarou nulo ato que, de boa-fé, havia concedido vantagem pecuniária indevida aos ocupantes de determinado cargo a partir de janeiro de 2011. Nessa situação hipotética,

a) o ato de anulação do ato que havia concedido vantagem pecuniária ofendeu diretamente o princípio da proporcionalidade.

b) o ato de anulação foi legal, pois atendeu a todos os preceitos legais e jurisprudenciais sobre a extinção dos atos administrativos.

c) o correto seria a revogação do ato, e não a sua anulação.

d) a declaração de nulidade do ato é nula de pleno direito, pois ocorreu a decadência do direito.

e) o princípio da autotutela da administração pública protege o ato de anulação determinado pelo governo.

560. (2017/POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL/DELEGADO DE POLÍCIA) A administração pública de determinado município brasileiro constatou o funcionamento irregular de um estabelecimento que comercializava refeições. Nessa hipótese,

I – se houver tentativa do proprietário para impedir o fechamento do estabelecimento, a administração poderá utilizar-se da força pública, independentemente de decisão liminar.

II – a administração, com a utilização de seus próprios meios, poderá impedir o funcionamento do estabelecimento.

III – a administração estará impedida de utilizar o critério da discricionariedade para impedir o funcionamento do estabelecimento.

IV – a administração deverá utilizar a polícia judiciária para executar o ato de impedir o funcionamento do estabelecimento.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) III e IV.

d) I, II e IV.

e) II, III e IV.

561. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) O prédio onde funciona a delegacia de polícia de determinado município é de propriedade do respectivo estado da Federação. Nessa situação hipotética,

a) a desafetação do prédio resultará em sua reversão para bem de uso comum.

b) se for abandonado, o prédio poderá ser objeto de usucapião, desde que pro misero.

c) o prédio poderá ser adquirido por terceiros.

d) o prédio poderá ser objeto de hipoteca legal.

e) o prédio está na categoria de bem dominical.

562. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) O delegado de polícia de determinado município solicitou o aditamento do valor, a ampliação do objeto e a prorrogação de contrato administrativo regulado pela Lei de Licitações e Contratos que tem por objeto a prestação de serviços educacionais a serem executados de forma contínua: curso de língua inglesa ministrado aos policiais lotados na sua delegacia. Nessa situação hipotética,

a) a possibilidade de prorrogação do contrato administrativo dependerá de seu tempo de vigência.

b) se a vigência do contrato estiver encerrada, a sua prorrogação, nos termos requeridos pelo delegado de polícia, será considerada um novo contrato.

c) se ficar comprovada a economicidade, a ampliação do objeto poderá incluir outras línguas estrangeiras.

d) ficará dispensada a análise de condições mais vantajosas do ponto de vista econômico, por já ter sido feita essa análise na etapa da licitação.

e) se o aditamento do valor ultrapassar o limite legal, o contrato de prestação de serviços será considerado um novo contrato.

563. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) A fiscalização exercida pelo TCU na prestação de contas de convênio celebrado entre a União e determinado município, com o objetivo de apoiar projeto de educação sexual voltada para o adolescente, insere-se no âmbito do controle

a) provocado.

b) meritório.

c) subordinado.

d) prévio.

e) vinculado.

564. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) Um delegado de polícia, ao tentar evitar ato de violência contra um idoso, disparou, contra o ofensor, vários tiros com revólver de propriedade da polícia. Por erro de mira, o delegado causou a morte de um transeunte. Nessa situação hipotética, a responsabilidade civil do Estado

a) dependerá da prova de culpa in eligendo.

b) dependerá de o delegado estar, no momento da ocorrência, de serviço.

c) dependerá da prova de ter havido excesso por parte do delegado.

d) existirá se ficar provado o nexo de causalidade entre o dano e a ação.

e) será excluída se o idoso tiver dado causa ao crime.

565. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) Enquanto uma rodovia municipal era reformada, o município responsável utilizou, como meio de apoio à execução das obras, parte de um terreno de particular. Nessa hipótese, houve o que se denomina

a) servidão administrativa.

b) limitação administrativa.

c) intervenção administrativa supressiva.

d) ocupação temporária.

e) requisição administrativa.

566. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Ao transferir, por contrato, a execução de atividade administrativa para uma pessoa jurídica de direito privado, a União se utiliza do instituto da

a) desconcentração.

b) outorga.

c) descentralização.

d) concentração.

567. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A União, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego, pretende criar uma autarquia para a execução de determinadas atividades administrativas típicas. Nessa situação hipotética, a autarquia deverá ser criada por

a) lei complementar.

b) portaria ministerial.

c) decreto presidencial.

d) lei ordinária específica.

568. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito do regime jurídico das empresas públicas e das sociedades de economia mista federais, assinale a opção correta.

a) As empresas públicas somente poderão adotar a forma de sociedade anônima.

b) As causas em que as empresas públicas figurarem como autoras serão processadas na justiça comum do estado da Federação onde estiverem sediadas.

c) Os empregados dessas empresas ou dessas sociedades não poderão cumular seus empregos com outros empregos, cargos e funções públicas, a não ser nas hipóteses constitucionalmente previstas.

d) Tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime falimentar.

569. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Define-se concessão administrativa como

a) parceria público-privada em que a remuneração do parceiro privado é realizada pelo Estado e por tarifa paga pelos usuários do serviço.

b) concessão de serviço público essencial.

c) parceria público-privada que tem a administração pública como usuária direta ou indireta, sem pagamento de tarifas pelos usuários particulares.

d) concessão de serviço público a entidade da administração pública indireta.

570. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O poder público municipal apossou-se de imóvel de particular para a construção de uma quadra poliesportiva de uso comunitário. O prefeito do município ordenou a derrubada de uma cerca e o imediato início das obras, sem qualquer notificação prévia ao proprietário. Considerando-se o modo como os fatos ocorreram, é correto afirmar que houve, na situação descrita,

a) apossamento administrativo, caso em que cabe a revisão imediata pelo Poder Judiciário.

b) ocupação temporária, caso em que cabe ao particular proprietário indenização pelos eventuais danos comprovados.

c) requisição administrativa, caso em que o particular proprietário pode discutir a intervenção estatal em juízo.

d) desapropriação indireta, caso em que resta ao particular proprietário do imóvel pleitear perdas e danos.

571. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Prestes a ser morto por dois indivíduos que tentavam subtrair a sua arma, um policial militar em serviço efetuou contra eles disparo de arma de fogo.

Embora o policial tenha conseguido repelir a injusta agressão, o disparo atingiu um pedestre que passava pelo local levando-o à morte. Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) O Estado não responde civilmente, pois houve o rompimento do nexo causal por fato exclusivo de terceiro.

b) O Estado responde objetivamente pelos danos causados à família do pedestre, ainda que o policial militar tenha agido em legítima defesa.

c) A ocorrência de legítima defesa por parte do policial militar afasta a responsabilidade civil do Estado.

d) O Estado responde subjetivamente pelos danos, já que deve haver prova de falha no treinamento do policial.

572. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) As esferas penal e administrativa são independentes para apurar a responsabilidade de servidor público. Contudo, o procedimento criminal vincula o procedimento administrativo quando conclui que

a) há insuficiência de provas quanto à existência do fato imputado ao servidor.

b) o servidor não foi o autor da conduta a ele imputada.

c) há insuficiência de provas quanto à autoria do fato.

d) o fato não constitui infração penal.

573. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A extinção do contrato de concessão de serviço público, por razão de interesse público, durante o prazo de concessão e sem que o concessionário esteja inadimplente, com a consequente retomada do serviço pelo poder concedente, denomina-se

a) encampação.

b) reversão.

c) anulação.

d) caducidade.

574. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) As características das agências reguladoras incluem

a) relações de trabalho regulamentadas pela CLT.

b) personalidade jurídica de direito privado.

c) discricionariedade técnica no exercício do poder normativo.

d) livre exoneração de seus dirigentes.

575. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O controle judicial da administração poderá ser realizado por meio do instrumento denominado

a) habeas data.

b) pedido de reconsideração administrativo.

c) pedido de revisão.

d) direito de petição.

576. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Se um ministro de Estado, após editar e publicar ato administrativo que conceda benefícios aos servidores públicos, resolver anulá-lo, por entender ser o ato ilegal, esse ministro terá praticado conduta com base no princípio da

a) autotutela.

b) moralidade.

c) indisponibilidade.

d) supremacia do interesse público.

577. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Acerca do ato administrativo de concessão de aposentadoria, assinale a opção correta de acordo com o entendimento do STF.

a) Em nome da segurança jurídica, a não observância do prazo de cinco anos para o exame de legalidade do ato inicial concessivo de aposentadoria resulta na convalidação de eventual nulidade existente.

b) Trata-se de ato administrativo simples, cujos efeitos se produzem a partir da sua concessão pelo órgão de origem do servidor, sujeitando-se a controle a posteriori pelo tribunal de contas competente.

c) Trata-se de ato administrativo complexo, que somente se aperfeiçoa com o exame de sua legalidade e consequente registro no tribunal de contas competente.

d) O exame de legalidade da concessão de aposentadoria, por ser este um ato administrativo concessivo de direitos ao destinatário, submete-se ao prazo decadencial de cinco anos, contado a partir da sua concessão, salvo comprovada má-fé.

e) Em razão do devido processo legal, o exame de legalidade e registro do referido ato junto ao tribunal de contas necessita, impreterivelmente, da observância do contraditório e da ampla defesa do servidor público interessado.

578. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) A estrutura hierárquica da administração pública permite a

a) delegação da competência para aplicação de sanções em sede de poder de polícia administrativa à pessoa jurídica de direito privado.

b) revisão por agente de nível hierárquico superior de ato administrativo ou processo administrativo que contiver vício de legalidade.

c) delegação de órgão superior a órgão inferior da atribuição para a edição de atos administrativos de caráter normativo.

d) delegação a órgão diverso da competência para a decisão de recurso administrativo.

e) avocação por órgão superior, em caráter ordinário e por tempo indeterminado, de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

579. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Após prévia notificação pela empresa concessionária do serviço de fornecimento de energia elétrica, foi suspenso o fornecimento de luz na residência de Pedro, em consequência do não pagamento dos débitos contraídos pelo usuário anterior do imóvel. Com relação à situação hipotética apresentada, é correto afirmar, com fundamento na jurisprudência do STJ, que a empresa prestadora do serviço público procedeu

a) corretamente, pois o corte no fornecimento de serviço público essencial respeitou a necessidade de prévia notificação de Pedro.

b) corretamente, pois os débitos têm natureza propter rem, sendo de responsabilidade de Pedro quando passou a ser usuário do imóvel.

c) incorretamente, pois, como os referidos débitos têm natureza pessoal, não poderia Pedro ser responsabilizado pela dívida contraída pelo usuário anterior do imóvel.

d) incorretamente, pois, por ser o fornecimento de energia elétrica serviço essencial, não é permitido o corte desse serviço por motivo de não pagamento.

e) incorretamente, pois, por ser o fornecimento de energia elétrica serviço público essencial, o corte desse fornecimento somente poderia decorrer de determinação judicial.

580. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Acerca dos serviços sociais autônomos, julgue os itens a seguir.

I – As entidades de cooperação governamental, às quais são destinados recursos oriundos de contribuições parafiscais, têm por finalidade desenvolver atividade social que represente a prestação de serviço de utilidade pública em benefício de certos grupamentos sociais ou profissionais.

II – As entidades de cooperação governamental não integram a estrutura da administração pública indireta, e, dada a natureza jurídica de direito privado que ostentam, não se submetem ao controle do tribunal de contas.

III – Conforme entendimento do STF, as entidades de serviços sociais autônomos integrantes do sistema "S" não se submetem à exigência do concurso público para a contratação de pessoal.

IV – As entidades de serviços sociais autônomos submetem-se a licitações para a realização de contratações, em cumprimento aos estritos termos da Lei n. 8.666/1993.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

a) II, III e IV.

581. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) A respeito do princípio da supremacia do interesse público no que tange a contratos administrativos, constitui prerrogativa da administração pública

a) fiscalizar a execução do contrato e impor sanções motivadas, desde que previstas no instrumento contratual, pela inexecução total ou parcial do ajuste.

b) obrigar o contratado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo que se fizer em obras, serviços ou compras, até 50% do valor inicial atualizado do contrato.

c) exigir o cumprimento do contrato administrativo pelos preços inicialmente contratados, ainda que posterior criação ou aumento de tributos venha a repercutir no equilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

d) modificar, unilateralmente, por imposição de circunstâncias supervenientes, a forma de pagamento ou a garantia de execução contratual.

e) econômico-financeiro do pactuado. D modificar, unilateralmente, por imposição de circunstâncias supervenientes, a forma de pagamento ou a garantia de execução contratual.

582. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Em razão da prática de infração disciplinar tipificada como crime, foi instaurado procedimento administrativo disciplinar em desfavor de determinado servidor público, o qual já responde à ação penal relacionada aos mesmos fatos. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores sobre o assunto.

a) A independência das esferas administrativa e criminal não permite que a efetivação de penalidade de demissão imposta em sede administrativa ocorra anteriormente ao trânsito em julgado da ação penal.

b) É aceita a utilização de prova emprestada no procedimento administrativo disciplinar em curso, desde que autorizada pelo juiz criminal e respeitados o contraditório e a ampla defesa.

c) A absolvição criminal fundada na inocorrência de crime impede a imposição de penalidade em sede do procedimento administrativo disciplinar.

d) A condenação criminal impõe a aplicação da penalidade administrativa em sede de procedimento disciplinar, independentemente da regularidade do procedimento administrativo instaurado.

e) A fim de serem evitadas decisões contraditórias nas instâncias administrativa e penal, impõe-se o sobrestamento do procedimento administrativo disciplinar até o julgamento final da ação penal em tramitação.

583. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Para preservar área de proteção ambiental permanente, uma lei municipal determinou recuo obrigatório de construção em propriedades situadas em localidade de certo município. Nessa situação hipotética, ocorre restrição ao direito de propriedade denominada

a) servidão administrativa.

b) tombamento.

c) apossamento administrativo.

d) desapropriação por utilidade pública.

e) limitação administrativa.

584. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Após falecimento de Pedro, vítima de atropelamento em linha férrea, seus herdeiros compareceram à DP para que fosse ajuizada ação indenizatória por danos morais contra a empresa concessionária responsável pela ferrovia onde havia acontecido o acidente, localizada em área urbana. Na ocasião, seus parentes informaram que, apesar de Pedro ter atravessado a ferrovia em local inadequado, inexistia cerca na linha férrea ou sinalização adequada. Com base nessa situação hipotética e no entendimento dos tribunais superiores acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

a) O poder público concedente tem responsabilidade solidária para reparar os danos decorrentes do acidente, devendo vir a figurar no polo passivo da ação indenizatória.

b) A responsabilização do agente responsável pela falha ao deixar de cercar ou sinalizar o local do acidente exigirá a denunciação da lide nos autos da ação indenizatória.

c) A responsabilização civil da empresa concessionária independerá da demonstração da falha na prestação do serviço pela empresa, ante o risco inerente à atividade econômica desenvolvida.

d) A conduta de Pedro, que atravessou a ferrovia em local inadequado, afastará a responsabilização civil da empresa concessionária, ainda que fique demonstrada a falha no isolamento por cerca ou na sinalização do local do acidente.

e) A demonstração da omissão no isolamento por cerca ou na sinalização do local do acidente acarretará a responsabilização civil da empresa concessionária, embora possa haver redução da indenização dada a conduta imprudente de Pedro.

No que se refere à teoria do direito administrativo, julgue os itens a seguir, considerando o posicionamento majoritário da doutrina.

585. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A administração pública, em seu sentido material, compreende as pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes que exercem função administrativa. Por outro lado, em seu sentido formal, designa a natureza da atividade exercida por esses entes.

586. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A autotutela é entendida como a possibilidade de a administração pública revogar atos ilegais e anular atos inconvenientes e inoportunos sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

587. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A escola da puissance publique distingue-se da escola do serviço público por conceituar o direito administrativo pela coerção e pelas prerrogativas inerentes aos atos de império, diferenciando-os dos atos de gestão.

Tendo como referência a doutrina jurídica majoritária, julgue os itens a seguir, a respeito de conceitos, princípios e classificações do Direito Administrativo.

588. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Segundo a escola da puissance publique, as prerrogativas e os privilégios que o Estado possui frente ao particular constituem um critério definidor do direito administrativo.

589. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Para os autores que defendem o princípio da subsidiariedade, a atividade pública tem primazia sobre a iniciativa privada, devendo o ente particular se abster de exercer atividades que o Estado tenha condições de exercer por sua própria iniciativa e com seus próprios recursos.

A respeito da organização do Estado e da administração pública, julgue os itens a seguir.

590. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) São exemplos de entidades paraestatais os serviços sociais autônomos, como o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

591. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O principal critério de distinção entre empresa pública e sociedade de economia mista é que esta integra a administração indireta, enquanto aquela integra a administração direta.

Com referência aos poderes administrativos, julgue os itens subsecutivos.

592. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/1ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Em regra, o poder regulamentar é dotado de originariedade e, por conseguinte, cria situações jurídicas novas, não se restringindo apenas a explicitar ou complementar o sentido de leis já existentes.

593. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/1ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Como todo ato administrativo, o poder de polícia encontra limites na lei: por exemplo, no que se refere a sua finalidade, se o poder de polícia violar o princípio da predominância do interesse público sobre o particular, o ato poderá ser anulado, ensejando a responsabilização da autoridade no âmbito civil, penal e administrativo.

A respeito dos atos administrativos, julgue os itens seguintes, considerando o posicionamento da doutrina majoritária.

594. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Ato administrativo praticado por autoridade incompetente e que apresente defeito não pode ser convalidado.

595. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Pessoa jurídica da administração indireta criada por lei específica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, e que realiza apenas atividades de interesse público denomina-se

a) empresa pública.

b) sociedade de economia mista.

c) fundação pública.

d) autarquia.

596. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A anulação de um ato administrativo, seja pela própria administração pública, seja pelo Poder Judiciário, se dá por motivos de legitimidade ou

a) interesse.

b) conveniência.

c) legalidade.

d) oportunidade.

Conforme o que a doutrina majoritária e a legislação vigente estabelecem acerca de desapropriação e de serviços públicos, julgue os itens seguintes.

597. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A autorização de serviço público classifica-se como um ato unilateral, discricionário e precário.

598. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A União tem permissão para desapropriar bens de domínio dos estados e dos municípios mediante declaração de utilidade pública e autorização legislativa.

599. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/5ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Acerca da administração indireta, das formas de intervenção do Estado e do direito administrativo econômico, assinale a opção correta.

a) Segundo o STF, o tratamento constitucional favorecido para empresas de pequeno porte resguarda o acesso aos programas de benefícios fiscais mesmo a empresas de pequeno porte que tenham débitos fiscais.

b) Situação hipotética: A autarquia X, vinculada ao Ministério Y, foi instituída para fiscalizar as atividades desenvolvidas pelo setor Z. Assertiva: Nessa situação, a transferência de recursos do ente instituidor é vedada à autarquia X, visto que esta possui personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira.

c) Situação hipotética: Em razão de grave crise hídrica que assola o estado X, o governo local instituiu empresa subsidiária da empresa de abastecimento primária para atuar nos problemas emergenciais de abastecimento de água. Assertiva: Nessa situação, houve descentralização do serviço por delegação, sendo legal a instituição de subsidiária da empresa de abastecimento.

d) Situação hipotética: Com base em competência constitucional, o Ministério X proibiu, por meio de portaria, a venda de combustíveis para transportadoras e revendedoras do tipo Y, com o objetivo de combater o transporte clandestino de combustíveis e regulamentar o mercado em defesa do consumidor. Assertiva: Conforme entendimento do STF, a referida portaria é inconstitucional, por ofensa ao princípio da livre iniciativa.

e) Conforme o STJ, embora seja permitido o exercício do poder de polícia fiscalizatório por sociedade de economia mista, é vedada a possibilidade de aplicação de sanções pecuniárias derivadas da coercitividade presente no referido poder.

600. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Em cada uma das opções a seguir é apresentada uma situação hipotética acerca das formas de intervenção do Estado na propriedade, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção correspondente à assertiva correta.

a) O comprador de um imóvel com restrição pretende ser indenizado por ter sofrido limitação administrativa preexistente constante em nota non aedificandi — proibição de construir — referente a parte do imóvel, em razão de normas ambientais. Nesse caso, é indevida a indenização pretendida, pois não há perda da propriedade, mas apenas restrições de uso.

b) Um imóvel de propriedade privada situado às margens de um rio navegável que atravessa todo o estado foi objeto de decreto expropriatório. Nessa situação, é devida ao proprietário a indenização de toda a propriedade, incluindo-se a área situada às margens do rio.

c) Uma propriedade particular foi objeto de decreto expropriatório para a construção de um parque público no local. No entanto, o desabamento de uma escola pública situada em área de risco levou o estado a construir emergencialmente uma escola na referida propriedade. Nessa situação, o particular cujo bem foi expropria-

do poderá utilizar-se da retrocessão para readquirir a sua propriedade, considerando-se a alteração da finalidade do decreto expropriatório.

d) Decreto do presidente da República instituiu estado de defesa em determinado estado da Federação, em razão de fortes chuvas que causaram destruição e fizeram muitos habitantes desabrigados em determinada região. Em virtude do decreto, foi possível a ocupação temporária de uma propriedade privada próxima ao local mais afetado. Nessa situação, considerando-se a relevância do interesse público e a urgência da situação, a União não responderá pelos custos decorrentes da ocupação temporária.

e) Um imóvel de propriedade da União situa-se no centro histórico de um município e conserva todas as características históricas e arquitetônicas da época colonial. Nesse caso, o município é impedido de efetuar o tombamento desse imóvel, pois, apesar de se tratar de hipótese de exercício de competência concorrente, incide o princípio da hierarquia federativa.

601. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Acerca da responsabilidade civil, assinale a opção correta de acordo com a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) Situação hipotética: Uma autarquia federal, por meio de processo licitatório, celebrou contrato com empresa para a prestação de serviços de limpeza em sua sede. A referida empresa não honrou com as obrigações trabalhistas com os seus empregados, que realizavam os serviços na sede do ente público. Assertiva: Nessa situação, incide a responsabilidade objetiva extracontratual da União, nos termos do entendimento do STF.

b) Situação hipotética: Lei de determinado estado da Federação estabeleceu a responsabilidade do estado durante a realização de evento internacional na capital dessa unidade federativa: o estado assumiria os efeitos da responsabilidade civil perante os organizadores do evento, por todo e qualquer dano resultante ou que surgisse em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado ao

referido evento, exceto na situação em que organizadores ou vítimas concorressem para a ocorrência do dano. Assertiva: Conforme entendimento do STF, a referida lei estadual é constitucional, pois a Constituição Federal de 1988 não esgota matéria relacionada à responsabilidade civil.

c) Situação hipotética: Um professor de escola pública foi agredido por um aluno em sala de aula, tendo sido atingido por disparo de arma de fogo. Assertiva: Nessa situação, incide a responsabilidade subjetiva estatal devido à conduta omissiva do Estado pelo não oferecimento de segurança adequada aos seus servidores.

d) Em caso de dano causado por servidor público, o Estado tem o dever de indenizar a vítima, independentemente da licitude da conduta, cabendo, ainda, ação regressiva contra o servidor, fundada na responsabilidade objetiva e em razão da teoria do risco administrativo.

e) Particular que tenha sofrido danos materiais e morais provocados por servidor público no exercício de suas atribuições poderá ingressar com ação diretamente contra o servidor na busca de reparo pelos prejuízos sofridos, aplicando-se a teoria da imputação volitiva com incidência da responsabilidade objetiva no tocante à comprovação do dano.

602. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) A respeito de agentes públicos, assinale a opção correta.

a) Conforme entendimento do STF, para a concessão de licença prêmio na forma de indenização a servidor público, deverá ser considerada a remuneração bruta do servidor, sem a limitação constitucional do teto, em razão do seu caráter indenizatório.

b) Caso um ente público com participação em determinada sociedade de economia mista não aporte, para a sociedade, recursos para despesas de pessoal ou custeio em geral, será legítimo que os diretores dessa sociedade percebam remuneração além do teto constitucional.

c) Servidor público federal que ingresse no serviço público após a instituição da previdência complementar no âmbito da União deverá, obrigatoriamente, aderir ao regime de previdência privada.

d) Situação hipotética: Empregado público ingressou no quadro de servidores de determinada empresa estatal, sem concurso público, seis anos antes do advento da Constituição Federal de 1988. Assertiva: Nesse caso, ele adquiriu a estabilidade excepcional garantida por artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no entanto a efetividade no cargo só será obtida por concurso público.

e) Servidor público que tenha aderido a plano de previdência complementar administrado por entidade fechada de previdência complementar e que deseje contribuir com 10% acima do valor estabelecido pela entidade administradora do plano somente poderá fazê-lo se a contribuição do ente público ao qual esteja vinculado for também suplementada, a fim de atender ao princípio constitucional da paridade contributiva.

603. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Acerca dos atos administrativos, do poder regulamentar e do poder de polícia, assinale a opção correta.

a) Para o STJ, as balanças de pesagem corporal oferecidas gratuitamente a clientes por farmácias são passíveis de fiscalização pelo INMETRO, a fim de preservar as relações de consumo, sendo, portanto, legítima a cobrança de taxa decorrente do poder de polícia no exercício da atividade de fiscalização.

b) Situação hipotética: Um servidor público efetivo indicado para cargo em comissão foi exonerado ad nutum sob a justificativa de haver cometido assédio moral no exercício da função. Posteriormente, a administração reconheceu a inexistência da prática do assédio, mas persistiu a exoneração do servidor, por se tratar de ato administrativo discricionário. Assertiva: Nessa situação, o ato de exoneração é válido por não se aplicar a teoria dos motivos determinantes.

c) Conforme o STF, o Poder Judiciário não detém competência para substituir banca examinadora de concurso público para reexaminar o conteúdo das questões e os critérios de correção utilizados, admitindo-se, no entanto, o controle do conteúdo das provas ante os limites expressos no edital.

d) A homologação é um ato administrativo unilateral vinculado ao exame de legalidade e conveniência pela autoridade homologante, sendo o ato a ser homologado passível de alteração, em virtude do princípio da hierarquia presente no exercício da atividade administrativa.

e) Situação hipotética: Lei ordinária instituiu a criação de autarquia federal vinculada ao Ministério X, com o objetivo de atuar na fiscalização e no fomento de determinado setor. Publicada a referida lei, o ministro expediu decreto estabelecendo a estrutura organizacional e o funcionamento administrativo da nova autarquia. Assertiva: Esse caso ilustra a constitucionalidade do decreto regulamentar por delegação do presidente da República.

604. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Os comitês de bacias hidrográficas são

a) competentes para implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens.

b) competentes para outorgar o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, mediante permissão.

c) incompetentes para aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia.

d) incompetentes para arbitrar administrativamente conflitos relacionados a recursos hídricos.

e) incompetentes para o exercício do poder de polícia.

Acerca de delegação de serviço público, formalização de contrato administrativo e proteção ao patrimônio histórico e artístico, julgue os itens subsequentes, tendo como referência a legislação vigente acerca dessas matérias.

605. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) No âmbito dos contratos administrativos, o seguro-garantia e a fiança bancária são modalidades válidas de garantia.

606. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Para se construir na vizinhança de bem público tombado pelo patrimônio histórico, se a obra for reduzir a visibilidade do bem tombado, será necessária a prévia autorização do órgão público competente.

607. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A concessão de serviço público pode ser feita a pessoa física ou jurídica, desde que mediante licitação.

Julgue os próximos itens, relativos ao tombamento administrativo e à responsabilidade civil do Estado.

608. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) De acordo com a teoria da culpa do serviço, a responsabilidade do Estado depende da demonstração de culpa do agente público, aspecto esse que a distingue da teoria do risco administrativo.

609. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/1ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Obras históricas ou artísticas tombadas são inalienáveis, independentemente da titularidade de sua propriedade.

610. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE) Acerca da extinção de ato administrativo, assinale a opção correta.

a) Exoneração de funcionário público efetivo é ato administrativo que ocorre quando o cargo por si ocupado for extinto pelo chefe do poder a que está vinculado.

b) O direito de a administração anular ato administrativo favorável ao destinatário decai em dez anos, exceto se for comprovada má-fé.

c) Certidão negativa de débito trabalhista emitida por tribunal pode ser revogada a qualquer momento devido à discricionariedade da administração.

d) A confirmação, que somente é possível quando não há prejuízo para terceiros, implica a renúncia da administração ao poder de anular ato ilegal.

611. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE) A respeito dos atributos de ato administrativo, assinale a opção correta.

a) A imperatividade está presente em todo ato administrativo, diferentemente do que ocorre com os atos de direito privado.

b) Intervenção judicial provocada por terceiro prejudicado por ato administrativo é exceção ao princípio da autoexecutoriedade.

c) A tipicidade não impede que a administração pratique ato dotado de imperatividade e executoriedade.

d) A presunção de veracidade importa, necessariamente, na inversão do ônus da prova.

612. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE) Hermes, servidor público efetivo de determinado tribunal, foi cedido à Caixa Econômica Federal. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá modificar a lotação de Hermes, desde que a Caixa Econômica Federal autorize.

b) A cessão de Hermes far-se-á mediante despacho publicado no Diário Oficial da União.

c) Caso Hermes opte pela remuneração do cargo efetivo, a entidade cessionária efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem.

d) Se Hermes for requisitado pela União, o ônus da remuneração será do órgão ou da entidade cedente.

613. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE) A respeito da responsabilidade do Estado, assinale a opção correta.

a) O Estado pode ser responsabilizado pela morte do detento que cometeu suicídio.

b) Ação por dano causado por agente público deve ser proposta, em litisconsórcio, contra a pessoa jurídica de direito público e o agente público.

c) Na época dos Estados absolutos, reinava a doutrina denominada teoria da irresponsabilidade: quem, irresponsavelmente, fosse ensejador de dano a terceiro, por ação ou omissão, seria obrigado a reparar o dano, inclusive o Estado.

d) Caso fortuito consiste em acontecimento imprevisível, inevitável e estranho à vontade das partes, excludente da responsabilidade do Estado.

Com referência à organização administrativa, ao controle dos atos da administração pública e ao entendimento jurisprudencial acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

614. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) É objetiva a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos em relação a terceiros, usuários ou não do serviço, podendo, ainda, o poder concedente responder subsidiariamente quando o concessionário causar prejuízos e não possuir meios de arcar com indenizações.

615. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Como decorrência da hierarquia existente no âmbito da administração pública, o órgão superior detém o poder de avocar atribuições de competência exclusiva de órgão a ele subordinado.

616. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) O controle judicial dos atos administrativos discricionários restringe-se ao aspecto da legalidade, estando, portanto, impedido o Poder Judiciário de apreciar motivação declinada expressamente pela autoridade administrativa.

Com relação à administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue os itens a seguir.

617. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, um órgão classificado como autarquia em regime especial, integra a administração indireta da União.

618. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) Administração direta remete à ideia de administração centralizada, ao passo que administração indireta se relaciona à noção de administração descentralizada.

No que diz respeito a organização administrativa, julgue os itens que se seguem.

619. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) A administração pública, em seu sentido subjetivo, compreende o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas incumbidos de executar as atividades administrativas, distinguindo-se de seu sentido objetivo, que se relaciona ao exercício da própria atividade administrativa.

620. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) Órgão público é ente despersonalizado, razão por que lhe é defeso, em qualquer hipótese, ser parte em processo judicial, ainda que a sua atuação seja indispensável à defesa de suas prerrogativas institucionais.

Jorge, servidor público federal ocupante de cargo de determinada carreira, foi, por meio administrativo, transferido para cargo de carreira diversa. Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes à luz do entendimento dos tribunais superiores.

621. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) O direito da administração pública de anular o referido ato administrativo se sujeita ao prazo decadencial de cinco anos.

622. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) A forma de provimento do cargo público na referida situação transferência para cargo de carreira diversa foi inconstitucional, por violar o princípio do concurso público; cabe à administração pública, no exercício do poder de autotutela, anular o ato ilegal, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Alguns meses após a assinatura de contrato de concessão de geração e transmissão de energia elétrica, a falta de chuvas comprometeu o nível dos reservatórios, o que deteriorou as condições de geração de energia, elevando os custos da concessionária. A agência reguladora promoveu, então, alterações tarifárias visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro firmado no contrato. Todavia, sem que houvesse culpa ou dolo da concessionária, o fornecimento do serviço passou a ser intermitente, o que provocou danos em eletrodomésticos de usuários de energia elétrica. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

623. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/1ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: INFORMÁTICA) A alteração tarifária promovida pela agência reguladora é exemplo de exercício do poder hierárquico da agência sobre as concessionárias.

624. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: INFORMÁTICA) A agência reguladora agiu ilegalmente: a falta de chuvas não constitui evento extraordinário ou imprevisível a ensejar o reequilíbrio econômico- financeiro firmado no contrato.

625. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: INFORMÁTICA) A concessionária deverá ser responsabilizada pelos danos causados a usuários.

Com referência aos poderes administrativos, julgue os itens subsecutivos. 105 Em regra,

626. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) Em regra, o poder regulamentar é dotado de originariedade e, por conseguinte, cria situações jurídicas novas, não se restringindo apenas a explicitar ou complementar o sentido de leis já existentes.

627. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) Como todo ato administrativo, o poder de polícia encontra limites na lei: por exemplo, no que se refere a sua finalidade, se o poder de polícia violar o princípio da predominância do interesse público sobre o particular, o ato poderá ser anulado, ensejando a responsabilização da autoridade no âmbito civil, penal e administrativo.

Em cada um dos itens seguintes é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada considerando-se os princípios que regem o direito administrativo e o regime jurídico das entidades paraestatais e do terceiro setor.

628. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: INFORMÁTICA) Sérgio foi reprovado em concurso público, mas, por força de decisão liminar obteve sua nomeação e tomou posse no cargo pretendido. Seis anos depois, a medida foi revogada por decisão judicial definitiva e Sérgio foi exonerado pela administração. Nessa situação, ao exonerar Sérgio a administração violou o princípio da proteção da confiança legítima.

629. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: INFORMÁTICA) André integra a diretoria de uma organização de sociedade civil de interesse público e foi nomeado para ocupar cargo público efetivo. Nessa situação, de acordo com a legislação vigente, André poderá continuar integrando a diretoria da entidade mesmo após tomar posse no cargo público.

Com relação ao controle e à responsabilização da administração, julgue os itens seguintes.

630. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) O direito fundamental de petição, estabelecido expressamente na Constituição Federal, é um instrumento de controle administrativo: ele assegura aos indivíduos o direito de expor e requerer junto aos órgãos públicos.

Julgue os itens que se seguem, referentes à intervenção do Estado na propriedade.

631. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Na desapropriação indireta, por força da afetação do bem ao domínio público, ao proprie-

tário prejudicado só resta pleitear indenização pelos prejuízos advindos da perda da propriedade, acrescidos de juros moratórios e compensatórios, incidindo os últimos a partir da data da efetiva ocupação do bem.

Em relação à eficácia das normas constitucionais, aos direitos e garantias fundamentais e às disposições gerais constitucionais sobre os servidores públicos, julgue os itens a seguir.

632. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: INFORMÁTICA) Servidor público poderá acumular o seu cargo público com emprego público remunerado vinculado a sociedade de economia mista.

A respeito dos agentes públicos, julgue o item seguinte.

633. 2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE – TAQUIGRAFIA) Para que pessoas físicas que colaboram com o poder público sejam consideradas agentes públicos é necessário que elas, obrigatoriamente, tenham vínculo empregatício com a administração pública e sejam por esta remuneradas, como ocorre, por exemplo, com os leiloeiros, tradutores e intérpretes públicos.

A respeito do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue os itens que se seguem.

634. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: INFORMÁTICA) O ato de vitaliciamento de membro do Ministério Público, por ter natureza de ato administrativo, está sujeito ao controle de legalidade pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

A respeito das formas de controle interno e externo, julgue os itens seguintes.

635. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) O controle político exercido pelas comissões parlamentares de in-

quérito é uma espécie de controle externo de competência do Poder Legislativo.

636. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Se o estado de Pernambuco tomar empréstimo de banco federal para a realização de uma grande obra, o controle interno dessa operação será realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, ao passo que o controle externo será realizado pelo Tribunal de Contas da União.

637. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) O controle interno pode, por orientação do órgão controlado, deixar de avaliar a adequação dos atos da administração pública ao princípio da eficiência.

A respeito de controle na administração pública, julgue os itens a seguir.

638. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) O controle externo é exercido pelo Poder Legislativo com auxílio dos tribunais de contas.

639. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) O controle interno, ao qual compete a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e operacional, bem como o apoio ao controle externo, não se caracteriza como controle de mérito.

No que se refere ao controle administrativo, julgue os itens que se seguem.

640. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) O controle exercido pela administração sobre seus próprios atos pode ser realizado de ofício quando a autoridade competente constatar ilegalidade.

641. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A fiscalização hierárquica poderá ser realizada a qualquer tempo, desde que haja provocação da administração ou de órgão a ela vinculado.

A respeito do controle da administração pública exercido pelos tribunais de contas, julgue os itens subsequentes, com base na Constituição Federal de 1988.

642. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A fiscalização de recursos repassados pela União para município mediante convênio não será objeto de controle externo pela câmara municipal com o auxílio do tribunal de contas do respectivo estado.

643. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Cabe aos responsáveis pelo controle interno dar ciência ao respectivo tribunal de contas de qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tenham conhecimento, sob pena de responsabilidade solidária.

A respeito do controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro, julgue os itens a seguir.

644. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) A despeito de ser um tribunal, uma corte de contas não produz coisa julgada material, de modo que suas decisões podem ser revistas pelo Poder Judiciário.

Acerca das agências reguladoras e da construção de agendas de políticas públicas, julgue os itens a seguir.

645. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Para que as agências reguladoras atuem de maneira eficiente e efetiva, de modo a atender interesses e direitos dos usuários, é fundamental a sua independência.
A respeito de serviços públicos, processo administrativo, controle externo, licitações e concessões, julgue os itens a seguir.

646. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CON-

TAS PÚBLICAS) A contratação de serviço de operação de equipamentos de inspeção eletrônica de pessoas poderá ocorrer por meio do sistema de registro de preços, ainda que não seja para atender a mais de um órgão.

Considerando os conceitos da administração pública, o direito administrativo brasileiro e o regime jurídico de direito público, julgue os seguintes itens.

647. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) O direito administrativo e os ramos do direito privado podem apresentar soluções diversas para situações aparentemente semelhantes.

648. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Em sentido subjetivo, a administração pública compreende órgãos e agentes públicos e pessoas jurídicas públicas e privadas encarregadas de exercer a função administrativa da atividade estatal.

649. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) O regime de direito público é regido pela autonomia na escolha dos valores a realizar e pela disponibilidade dos interesses em conflito.

A respeito do regime jurídico dos agentes públicos, julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei Estadual n. 6.123/1968, de Pernambuco, e a Constituição Federal de 1988 (CF).

650. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Os termos agente público e empregado público são espécies do gênero servidor público.

Com relação a agentes públicos, atos administrativos, poderes da administração

pública e responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsequentes.

651. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Fundamentada no poder de autotutela, desde que não esteja configurada a decadência do direito, poderá a administração anular atos sob o argumento de estes terem sido praticados com base em interpretação errônea verificada posteriormente.

652. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Caso se verificasse a promoção indevida de servidor do TCE/PE, o ato administrativo pertinente deveria ser anulado, e o servidor teria de restituir os valores percebidos a mais.

653. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Concedida aposentadoria a servidor público, o prazo decadencial para a administração rever o ato concessivo terá início somente a partir da manifestação do tribunal de contas sobre o benefício.

654. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Ainda que a lei ofereça ao agente público mais de uma alternativa para o exercício do poder de polícia, a autoridade terá limitações quanto ao meio de ação.

GABARITO

535. b
536. e
537. b
538. b
539. b
540. c
541. a
542. a
543. a
544. b
545. c
546. a
547. d
548. c
549. b
550. d
551. b
552. a
553. d
554. e
555. e
556. c
557. b
558. e
559. d
560. a
561. c
562. a
563. e
564. d
565. d
566. c
567. d
568. c
569. c
570. d
571. b
572. b
573. a
574. c
575. a
576. a
577. c
578. b
579. c
580. b
581. e
582. b
583. e
584. e
585. e
586. e
587. c
588. c
589. e
590. c
591. e
592. e
593. c
594. e
595. c
596. c
597. c
598. c
599. e
600. a
601. b
602. b
603. c
604. e
605. c
606. c
607. e
608. e
609. e
610. d
611. b
612. c
613. a
614. c
615. e
616. e
617. e
618. c
619. c
620. e
621. e
622. c
623. e
624. e
625. c
626. e
627. c
628. e
629. c
630. c
631. c
632. e
633. e
634. c
635. c
636. e
637. e
638. c

639. e

640. c

641. e

642. e

643. c

644. c

645. c

646. c

647. c

648. c

649. e

650. e

651. e

652. e

653. c

654. c

DIREITO CONSTITUCIONAL

655. (2017/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/PROCURADOR DO ESTADO) Considerando os princípios constitucionais e legais, implícitos e explícitos, que regem a atividade da administração pública, assinale a opção correta.

a) Os princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público guiam a atuação do administrador, de modo que apenas o juízo discricionário excepciona-se ao controle judicial.

b) Em decorrência do princípio da reserva legal, a administração pública está autorizada a fazer apenas aquilo que não seja legalmente proibido.

c) De acordo com o STJ, o princípio da continuidade dos serviços públicos não impede a interrupção do fornecimento de energia elétrica para município inadimplente, ainda que o valor cobrado esteja sob questionamento em sede administrativa.

d) Em virtude dos princípios da proteção à confiança e da segurança jurídica, entende o STF que podem ser considerados válidos os atos praticados por agente público ilegalmente investido.

e) Por ser um princípio estruturante implícito da atuação da administração pública, na prática, a supremacia do interesse público é um conceito jurídico indeterminável.

656. (2017/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/PROCURADOR DO ESTADO) Com referência às formas de limitação da propriedade, à proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural e à desapropriação, assinale a opção correta.

a) Após o prazo fixado na lei que define a área sujeita ao direito de preempção, não viola o direito de preferência a venda de imóvel a particular mediante proposta diferente da apresentada ao poder público, ainda que sem previamente consultá-lo.

b) Em virtude da aplicação do princípio da isonomia, incide o prazo prescricional de três anos à pretensão do proprietário para a reparação de prejuízos decorrentes da requisição.

c) Enquanto a requisição administrativa pode ser gratuita ou remunerada, a ocupação temporária, devido ao seu caráter precário, será sempre gratuita.

d) Admite-se a instituição de servidão administrativa de bem da União por município, desde que declarada a utilidade pública e observado o procedimento da desapropriação.

e) Segundo o STJ, não incide o princípio da hierarquia federativa no exercício da competência concorrente para o tombamento de bens públicos, o que autoriza um município a tombar bens do respectivo estado.

657. (2017/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/PROCURADOR DO ESTADO) Considerando o entendimento jurisprudencial e a legislação pertinentes a agentes públicos, assinale a opção correta.

a) Decreto estadual que autorizar a criação de novos cargos públicos para a função de médico plantonista na rede pública de saúde deverá ser declarado inconstitucional.

b) A nomeação, por governador, de um irmão dele para o cargo de secretário de Estado de turismo tipificaria caso de nepotismo e violaria a CF.

c) Conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe, um servidor em estágio probatório, ocupante de cargo efetivo nesse estado, poderá ser redistribuído para uma autarquia estadual.

d) Procurador do estado de Sergipe poderá exercer cargo de professor em instituição estadual, respeitados os requisitos constitucionais tanto de cumulatividade quanto o de teto para a soma das remunerações percebidas pelo exercício dos dois cargos.

e) Segundo o atual entendimento do STF, a admissão de empregados públicos será considerada constitucional se for feita por órgão da administração direta.

658. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/5ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Foi proposta, por um terço das assembleias legislativas das unidades da Federação, emenda constitucional com o objetivo de alterar dispositivo referente à Defensoria Pública, visando-se aprimorar a estrutura orgânico-institucional desse órgão. Votada em dois turnos nas duas casas do Congresso Nacional, a emenda foi aprovada mediante três quintos dos votos dos membros de cada uma delas. Nesta situação hipotética, a referida proposta deve ser considerada

a) constitucional, pois o tema tratado na emenda respeita as limitações formais e materiais ao poder constituinte derivado reformador.

b) inconstitucional, já que a emenda fere limitação formal ao poder constituinte derivado reformador.

c) inconstitucional, pois a emenda fere cláusula pétrea da separação dos poderes.

d) inconstitucional, uma vez que a emenda fere cláusula de reserva de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

e) constitucional, porquanto o poder constituinte derivado é ilimitado.

659. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/5ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) A Constituição Federal de 1988 veda a instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços relacionados às finalidades essenciais dos partidos políticos, dos sindicatos e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei. De acordo com a classificação tradicional da eficácia das normas constitucionais, tal norma é de aplicabilidade

a) imediata, embora de eficácia contida.

b) diferida, pois de eficácia limitada.

c) diferida, pois de eficácia contida.

d) imediata, pois de eficácia plena.

e) imediata, embora de eficácia limitada.

660. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/5ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) À luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue os seguintes itens, acerca do controle incidental de constitucionalidade.

Admite-se o controle difuso de constitucionalidade em ação civil pública, desde que a alegação de inconstitucionalidade não se confunda com o pedido principal da causa.

Não se admite a modulação temporal de efeitos em controle difuso de constitucionalidade.

A cláusula de reserva de plenário se aplica às turmas recursais dos juizados especiais.

A regra da reserva de plenário não se aplica a julgamento de competência singular, podendo o juiz, mesmo de ofício, deixar de aplicar preceitos normativos que considere contrários ao texto constitucional.

Estão certos apenas os itens.

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e III.

d) II e IV.

e) I, III e IV.

661. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/5ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) A retirada compulsória de estrangeiro do território nacional, efetuada pelo Estado brasileiro em razão de delito cometido no Brasil decorrente de conduta nociva ou incompatível com os interesses nacionais, constitui

a) expulsão.

b) deportação.

c) asilo político.

d) banimento.

e) extradição.

662. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/5ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Pagamentos devidos pela fazenda pública federal, estadual, distrital e municipal em virtude de sentença judiciária deverão ser feitos exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios. Conforme o entendimento do STF, é aplicável o regime de precatório apenas à

a) União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas e às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado.

b) União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e aos conselhos profissionais.

c) União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

d) União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios, às autarquias e às fundações públicas.

e) União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios, às autarquias, às fundações públicas e aos conselhos profissionais.

663. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/5ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Estado-membro editou lei instituindo requisito novo de habilitação, não previsto na lei federal de licitações e contratos administrativos, o qual passou a ser exigido aos interessados em participar nas licitações estaduais. Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento do STF acerca do tema, a referida lei deverá ser julgada

a) constitucional, porque a matéria é de competência concorrente da União e dos estados.

b) constitucional, pois compete aos estados suplementar a legislação federal por meio de normas específicas, de acordo com as suas particularidades.

c) inconstitucional, já que é exclusiva da União a competência para legislar sobre licitação.

d) inconstitucional, pois é privativa da União a competência para legislar sobre normas gerais de licitação.

e) constitucional, já que estados podem legislar sobre assuntos de interesse local.

664. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/5ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Um juiz federal determinou que a União implantasse determinado direito do autor de ação judicial. A União, após ser intimada da decisão por meio do advogado da União, não cumpriu a determinação judicial. Nessa situação, o advogado da União, atuando no exercício de suas funções,

a) não poderá ser responsabilizado administrativamente, juntamente com a autoridade pública, pelo descumprimento de determinação judicial, mas poderá ser preso.

b) deverá ser preso pelo descumprimento de determinação judicial.

c) deverá ser responsabilizado judicialmente pelo descumprimento de determinação judicial.

d) deverá ser responsabilizado judicialmente, juntamente com a autoridade pública competente, pelo descumprimento de determinação judicial.

e) não poderá ser responsabilizado judicialmente pelo descumprimento de determinação judicial nem poderá ser preso.

665. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/5ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO)

Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

Constituição Federal, art. 62, § 6.º.

Considerando o artigo referido e interpretando o limite do sobrestamento das deliberações legislativas, o STF fixou entendimento de que o sobrestamento alcança projetos de

a) lei ordinária sobre temas passíveis de regramento por medida provisória.

b) decreto legislativo da casa em que estiver tramitando a medida provisória.

c) lei complementar e de lei ordinária que tratem de temas não incluídos no âmbito de incidência das medidas provisórias.

d) emenda constitucional e lei complementar.

e) resolução e emenda constitucional.

666. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/5ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) De acordo com o STF, eventual ajuizamento de ação judicial proposta em razão da demora na expedição de diploma de conclusão de curso em instituição privada de ensino superior deverá ser processada e julgada pela justiça

a) estadual, se a instituição for mantida por pessoas de direito privado.

b) estadual, porquanto não há interesse da União.

c) federal, ainda que a instituição seja privada.

d) federal, desde que haja repasse de verba federal para a instituição.

e) estadual, se a instituição for administrada por pessoas de direito privado.

667. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/5ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Assinale a opção que apresenta princípios que devem ser observados pelas leis penais por expressa previsão constitucional.

a) legalidade, irretroatividade, responsabilidade pessoal, economicidade, individualização da pena.

b) legalidade, irretroatividade, responsabilidade pessoal, presunção da inocência, eficiência da pena.

c) legalidade, irretroatividade, responsabilidade pessoal, presunção da inocência, eficiência da pena.

d) legalidade, irretroatividade, moralidade, presunção da inocência, individualização da pena.

e) legalidade, impessoalidade, irretroatividade, presunção da inocência, individualização da pena.

668. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/5ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Compete à justiça federal processar e julgar

a) prática, por militar do Exército da ativa, de crime previsto na Lei n.º 8.666/1993 Lei de Licitações e Contratos, praticado contra a administração militar.

b) crime de furto praticado em agência do Banco Postal.

c) crime de estelionato praticado em prejuízo do Banco do Brasil.

d) crimes de divulgação pornográfica de adolescentes nas redes sociais.

e) queixa-crime proposta por particular contra particular, quando este prestar depoimento na sede do Ministério Público do Trabalho.

669. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/5ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Julgue os itens a seguir, acerca dos princípios constitucionais relativos à atividade econômica.

Agente privado poderá instituir empresa que explore pesquisas sobre nanotecnologia, independentemente de autorização de órgãos públicos, desde que atenda às exigências de planificação estatal para o setor.

O aproveitamento dos potenciais de energia elétrica será realizado por brasileiros ou por empresa constituída sob as leis brasileiras com sede e administração no país.

Estatuto jurídico de sociedade de economia mista que explore atividade econômica de prestação de serviços, além de estar sujeito ao regime jurídico próprio das empresas privadas, deverá dispor, entre outros, sobre as formas de fiscalização pela sociedade.

É vedada a concessão de benefício fiscal a empresas do ramo de reciclagem, para coibir tratamento jurídico e econômico diferenciado e garantir a aplicação do princípio da isonomia.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) I e IV.

d) II e III.

e) III e IV.

670. (2017/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/PROCURADOR DO ESTADO)

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Art. 37. (...)
I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

Art. 216. (...)
§ 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Constituição da República Federativa do Brasil

Quanto ao grau de eficácia, as regras constitucionais anteriormente apresentadas classificam-se, respectivamente, como regras de eficácia

a) plena, limitada e contida.

b) limitada, contida e programática.

c) contida, plena e limitada.

d) plena, contida e limitada.

e) plena, programática e contida.

671. (2017/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/PROCURADOR DO ESTADO) Quanto à forma, o Estado brasileiro é classificado como

a) democrático, embasado no princípio da igualdade.

b) republicano, fundamentado na alternância do poder.

c) republicano, sendo essa forma protegida como cláusula pétrea.

d) Estado democrático de direito.

e) federativo, sujeito ao princípio da indissolubilidade.

672. (2017/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/PROCURADOR DO ESTADO) De acordo com as súmulas vinculantes do STF, será constitucional lei estadual que disponha sobre o(a)

a) utilização de índice federal de correção monetária para reajustar vencimentos de servidores estaduais.

b) valor de depósito prévio para admissibilidade de recurso em ente público estadual.

c) vedação do pagamento de auxílio-alimentação aos servidores estaduais inativos.

d) estabelecimento de bingos e loterias no âmbito estadual.

e) horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

673. (2017/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/PROCURADOR DO ESTADO) De acordo com a CF e a jurisprudência do STF, o procurador-geral de estado

a) perderá o cargo efetivo apenas em virtude de sentença judicial transitada em julgado, caso seja integrante da carreira de procurador estadual.

b) deve, necessariamente, ter sido aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, caso seja integrante da carreira de procurador estadual.

c) goza da garantia de inamovibilidade.

d) ocupa cargo comissionado de livre nomeação e exoneração pelo governador do estado.

e) tem competência para a iniciativa de lei ordinária sobre a organização da procuradoria-geral do estado.

674. (2017/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/PROCURADOR DO ESTADO) À luz da disciplina estabelecida na CF, poderá ocorrer intervenção dos estados em seus municípios

a) se não houver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção da segurança pública.

b) para manter a integridade nacional.

c) caso as receitas tributárias constitucionalmente previstas deixem de ser entregues aos estados.

d) caso deixe de ser paga, por dois anos consecutivos e sem motivo de força maior, a dívida fundada.

e) para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

675. (2017/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/PROCURADOR DO ESTADO) Em determinado estado, o governador enviou à assembleia legislativa um projeto de lei sobre a criação de cargos na administração direta estadual, bem como sobre a remuneração desses cargos. Os parlamentares apresentaram emendas a esse projeto, e seu conteúdo foi posteriormente sancionado pelo governador. Nessa situação hipotética, a lei originada será considerada

a) formalmente constitucional, desde que as emendas não tenham gerado aumento de despesa.

b) formalmente constitucional, desde que, caso tenha havido emendas incrementadoras do dispêndio, elas tenham indicado as fontes de seus recursos.

c) inconstitucional, por vício de iniciativa.

d) formalmente inconstitucional, pois as referidas emendas parlamentares são inadmissíveis.

e) formalmente constitucional, pois a sanção do governador acarretou a convalidação das referidas emendas.

676. (2017/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/PROCURADOR DO ESTADO) Determinada demanda judicial, em que são partes um estrangeiro residente no Brasil e um estado da Federação, prolonga-se por vinte e cinco anos. Nesse caso, à luz da legislação e da doutrina constitucional, o direito à razoável duração do processo

a) é norma programática e não gera efeitos individuais imediatos no caso concreto.

b) é aplicável em favor do estrangeiro na esfera judicial, mas não o seria no âmbito administrativo.

c) pode amparar ambas as partes e ter efeitos imediatos sobre a situação individual cogitada.

d) não ampara o estado da Federação, por se tratar de direito individual oponível contra o Estado.

e) não ampara o estrangeiro, por ausência de previsão no texto constitucional.

677. (2017/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/PROCURADOR DO ESTADO) Embora o sistema brasileiro não admita o controle jurisdicional da constitucionalidade material dos projetos de lei, a jurisprudência do STF reconhece, excepcionalmente, que tem legitimidade para impetrar mandado de segurança

a) o parlamentar ou o MP, em se tratando de proposta de emenda à CF ou projeto de lei tendente a abolir cláusula pétrea.

b) qualquer cidadão ou o MP, se o projeto de lei tender a abolir cláusula pétrea.

c) apenas o MP, caso se trate exclusivamente de proposta de emenda à CF tendente a abolir cláusula pétrea.

d) o parlamentar, para impugnar inconstitucionalidade formal no processo legislativo ou proposição tendente a abolir cláusulas pétreas.

e) a mesa de qualquer uma das casas legislativas, para impugnar inconstitucionalidade formal no processo legislativo ou proposta de emenda à CF tendente a abolir cláusulas pétreas.

678. (2017/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/PROCURADOR DO ESTADO) O CNJ, órgão do Poder Judiciário que possui somente atribuições de natureza administrativa,

a) poderá, apenas por provocação, rever processos disciplinares de membros de tribunais, sem nenhum limite temporal.

b) não terá competência para zelar pela autonomia do Poder Judiciário.

c) é composto por membros com mandato de quatro anos, admitindo-se uma reeleição.

d) é presidido pelo presidente do STF ou, na sua ausência, pelo presidente do STJ.

e) poderá, de ofício, rever processos disciplinares de juízes julgados há menos de um ano.

679. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE MEDICINA (DO TRABALHO)) De acordo com a teoria constitucional majoritária, a constituição é classificada como

a) consuetudinária, se fundamentada em documentos formais, rejeitando a possibilidade de as regras serem embasadas nos costumes constitucionais.

b) rígida, se for passível de alterações por meio de um processo legislativo mais restrito do que o previsto para a edição de leis ordinárias.

c) cesarista, se promulgada sem nenhuma submissão à ratificação popular.

d) material, se for escrita e representada por meio de um único documento solene.

680. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE MEDICINA (DO TRABALHO)) Em conformidade com os direitos políticos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta a respeito do alistamento eleitoral.

a) Durante o período do serviço militar obrigatório, o alistamento eleitoral é facultativo para os conscritos.

b) O alistamento eleitoral é obrigatório para todos os brasileiros natos maiores de dezoito anos de idade, independentemente da escolaridade.

c) Um cidadão pode preencher os requisitos para o alistamento eleitoral e ser inelegível como candidato.

d) O alistamento eleitoral é facultativo para os estrangeiros residentes no Brasil.

681. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE MEDICINA (DO TRABALHO)) Assinale a opção correta acerca do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de acordo com o texto constitucional.

a) Como um órgão autônomo vinculado ao Poder Legislativo, compete ao CNJ o controle do cumprimento dos deveres dos juízes.

b) O CNJ é um órgão autônomo responsável por proceder à revisão do conteúdo de ato jurisdicional.

c) Entre as competências do CNJ, órgão do Poder Judiciário, inclui-se o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.

d) O CNJ, que é um órgão do Poder Judiciário, responde pela uniformização das decisões judiciais dos tribunais nacionais.

682. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE MEDICINA (DO TRABALHO)) Em relação às competências constitucionais do Congresso Nacional, assinale a opção correta.

a) Não formam um rol específico, uma vez que a CF atribuiu competências específicas somente ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados.

b) Não incluem a competência para a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, a qual é exclusiva do Tribunal de Contas da União.

c) O Congresso Nacional possui um rol de competências exclusivas; dessa forma, não se confundem com as competências do Senado Federal e as da Câmara dos Deputados.

d) São idênticas às do Poder Legislativo, englobando as competências do Senado Federal e as da Câmara dos Deputados.

683. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Um dos efeitos adversos da popularização da Internet e das redes sociais virtuais é a superexposição da vida pessoal de usuários, a qual pode levar a situações de constrangimento e de risco à segurança individual. Com isso, tem- se tornado cada dia mais premente a necessidade de se criarem estratégias pessoais e ferramentas jurídicas que garantam o

a) acesso irrestrito às ferramentas digitais.

b) direito à intimidade e à vida privada.

c) exercício pleno da liberdade de expressão.

d) anonimato de todos os usuários.

684. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE MEDICINA (DO TRABALHO)) A defensoria pública ajuizou ação para proteger interesses individuais homogêneos de pessoas com deficiência, mas, ao fim do processo, a sentença declarou improcedente o pedido objeto da ação. Nessa situação hipotética,

a) o efeito da sentença será erga omnes, se a improcedência for por falta de provas.

b) somente o Ministério Público poderá recorrer.

c) a sentença gerará efeitos imediatos assim que for publicada.

d) qualquer legitimado ativo poderá recorrer.

685. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A respeito das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

As normas de eficácia absoluta, assim como as cláusulas pétreas, são normas constitucionais intangíveis.

As normas de eficácia plena têm aplicabilidade mediata, porque seus efeitos podem ser postergados.

As normas de eficácia relativa restringível ou de eficácia contida têm aplicabilidade imediata, embora sua eficácia possa ser reduzida conforme estabelecer a lei.

As normas de eficácia relativa complementável têm produção mediata de efeitos, ou seja, enquanto não for promulgada a legislação regulamentadora, não produzirão efeitos positivos, além de terem eficácia paralisante de efeitos nas normas anteriores incompatíveis.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

686. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No que se refere ao Tribunal de Contas da União (TCU), assinale a opção correta.

a) Os ministros do TCU têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

b) O TCU é composto por nove ministros; todos, auditores de carreira do tribunal, entre os quais um terço é escolhido pelo presidente da República e dois terços, pelo Congresso Nacional.

c) Ao TCU compete julgar as contas dos administradores e de demais responsáveis por valores públicos da administração direta e indireta.

d) O ato de sustação de contrato será adotado diretamente pelo TCU, que solicitará ao Executivo as medidas cabíveis.

e) Ao TCU cabe o julgamento da legalidade de demissão de pessoal da administração direta e indireta.

687. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Acerca da Defensoria Pública, assinale a opção correta.

a) É de responsabilidade da União organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

b) Os servidores das Defensorias Públicas devem ser remunerados na forma de salários, observado o teto constitucional.

c) À Defensoria Pública da União é assegurada a iniciativa de sua proposta orçamentária.

d) São princípios institucionais da Defensoria Pública a inamovibilidade, a vitaliciedade e a independência funcional.

e) A Defensoria Pública é uma instituição essencial à orientação jurídica e à defesa do Estado, em todos os graus.

688. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O poder público municipal, mediante lei específica para terreno incluído no plano diretor do município, pode, nos termos da lei federal, exigir

a) a concessão de instrumentos creditícios e fiscais para a política agrícola de terras devolutas.

b) a desapropriação com pagamento por meio de título da dívida agrária, desde que previamente aprovada pela Câmara Legislativa do respectivo estado.

c) o adequado aproveitamento do solo pelo proprietário quando subutilizado ou não utilizado.

d) a alteração do plano diretor da cidade com base em decreto executivo.

e) a desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária.

689. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE)

> A relação entre a Constituição e as normas jurídicas (constitucionais ou infraconstitucionais) anteriores não pode ser reduzida a um único fenômeno, além de implicar diferenciados efeitos. Há de se levar em conta o fato de se tratar tanto de uma nova ordem constitucional quanto de uma reforma constitucional que venha a se manifestar em relação ao direito constitucional originário ou mesmo em relação à legislação infraconstitucional.
>
> Ingo Sarlet, *et al*. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 187 (com adaptações).

Entre as situações que podem ocorrer no contexto descrito pelo texto, o Supremo Tribunal Federal (STF) admite a

a) recepção de lei anterior, desde que materialmente compatível com a nova Constituição.

b) constitucionalidade superveniente de lei ordinária originalmente inconstitucional, por meio de emenda constitucional posterior.

c) manutenção de status constitucional de norma constitucional anterior, ainda que a nova Constituição seja omissa sobre o assunto.

d) inconstitucionalidade superveniente de lei anterior em relação a Constituição posterior, para fins de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade.

e) desconstitucionalização de norma constitucional anterior, ainda que não haja previsão expressa sobre o assunto na nova Constituição.

690. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Caracterizará exercício do controle abstrato de constitucionalidade

a) decisão do STF que julgue procedente mandado de injunção no caso de omissão legislativa que torne inviável o exercício do direito de greve.

b) incidente de inconstitucionalidade julgado pelo órgão especial dos tribunais de justiça mediante a observância da cláusula de reserva de plenário.

c) a suspensão, pelo Senado Federal, da execução de lei declarada inconstitucional pelo STF.

d) a concessão de medida liminar pelo STF, no âmbito de arguição de descumprimento de preceito fundamental, para suspender os efeitos de lei federal já revogada, em razão da verificação de lesão a preceito fundamental.

e) a apreciação da constitucionalidade das leis e atos normativos do poder público pelos tribunais de contas, desde que no exercício de suas atribuições.

691. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Acerca do movimento da constitucionalização do direito, julgue os itens a seguir.

I – Uma das consequências da constitucionalização do direito é a chamada eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

II – No contexto do Estado constitucional, são legítimos a atuação discricionária do juiz e o controle judicial dos critérios de oportunidade e conveniência do gestor público.

III – O aumento da importância das Constituições democráticas, com a irradiação de suas normas para todo o ordenamento jurídico, ampliou a liberdade de conformação do legislador.

IV – A constitucionalização do direito engloba a constitucionalização-inclusão e a constitucionalização-releitura.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) I e IV.

d) II e III.

e) III e IV.

692. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) O instituto da medida provisória pode ser utilizado pelo presidente da República para

a) criar novas condições de inelegibilidade, a fim de proteger a probidade administrativa.

b) abrir crédito extraordinário para atender a despesa imprevisível e urgente, como as decorrentes de calamidade pública.

c) regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

d) estabelecer normas gerais de organização das Defensorias Públicas estaduais.

e) aumentar a pena de determinado tipo penal.

693. Considerando-se as normas constitucionais e a jurisprudência do STF, compete

a) aos municípios legislar sobre o horário de funcionamento de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas.

b) ao Distrito Federal organizar e manter a polícia civil distrital.

c) aos estados legislar sobre normas de processo e julgamento dos crimes de responsabilidade praticados por governadores.

d) privativamente aos estados-membros promover políticas públicas voltadas à saúde e à assistência pública das pessoas com deficiência.

e) ao Distrito Federal legislar de forma concorrente sobre sistemas de sorteios, como bingos e loterias.

694. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE)

> Em relação à instituição, a Lei Maior assegurou uma série de garantias e prerrogativas (...), de modo a evitar pressões e interferências de ordem externa. No tocante aos seus membros, assegurou a liberdade para o exercício de suas funções, impedindo uma subordinação que não seja à Constituição, às leis ou à sua própria consciência.
>
> Marcelo Novelino. **Direito Constitucional** 6.ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012, p. 974-5 (com adaptações).

O princípio institucional referido no texto, aplicável ao Ministério Público e às Defensorias Públicas, é o princípio da

a) independência funcional.

b) autonomia administrativa.

c) unidade.

d) indivisibilidade.

e) subordinação legal.

695. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Julgue os itens a seguir, com base na jurisprudência do STF.

I – Independentemente da natureza do cargo, é inconstitucional a exigência de idade mínima nos concursos públicos na administração pública direta e indireta.

II – Para que sejam cumpridos, os mandatos constitucionais de criminalização previstos no art. 5.º da CF impõem ao legislador o dever de observar o princípio da proporcionalidade, como proibição de excesso e proibição de proteção insuficiente.

III – O direito à liberdade de expressão abrange o denominado discurso de ódio.

IV – É possível utilizar, em processo administrativo disciplinar, provas emprestadas, incluindo-se interceptações telefônicas autorizadas judicialmente para fins de investigação criminal, desde que respeitados a ampla defesa e o contraditório.

Estão certos apenas os itens.

a) I e II.

b) I e III.

c) I e IV.

d) II e III.

e) II e IV.

696. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Com o intuito de exercer o controle popular das contas públicas, determinado cidadão solicitou, com base no seu direito constitucional à informação, cópias de documentos relacionados à execução de convênio celebrado entre determinado estado e uma associação, referente à capacitação dos professores da rede estadual de ensino. Ao analisar o requerimento, o secretário de Educação indeferiu o pedido, alegando que as informações requeridas eram sigilosas. Com base nessa situação hipotética e nas normas constitucionais, o indeferimento do pedido

a) poderá ser questionado por meio da ação constitucional de habeas data.

b) foi correto, pois o direito à petição aos poderes públicos não abrange a defesa de informações de interesse público.

c) poderá ser questionado por meio de mandado de segurança, pois configura ato estatal ilegal violador de direito líquido e certo.

d) baseou-se em motivo impertinente, uma vez que a Constituição não admite a atribuição de sigilo a documentos públicos.

e) não violou o princípio da publicidade, pois as informações requeridas só poderiam ser divulgadas após a aprovação das contas do convênio.

697. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Após o devido processo legislativo, o prefeito de um município promulgou lei reduzindo direitos fundamentais trabalhistas, com o objetivo de aumentar o número de empregos na localidade. Considerando-se essa situação hipotética e tomando-se como parâmetro do controle de constitucionalidade a Constituição Federal de 1988, é possível questionar a referida lei municipal por meio de

a) ação declaratória de constitucionalidade ajuizada no tribunal de justiça, desde que haja previsão na constituição estadual.

b) arguição de descumprimento de preceito fundamental ajuizada no STF.

c) ação direta de inconstitucionalidade ajuizada no STF.

d) mandado de segurança impetrado no juízo de primeira instância.

e) ação direta de inconstitucionalidade ajuizada no tribunal de justiça respectivo, independentemente de a matéria ser de reprodução obrigatória na constituição estadual.

698. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Devido à ocorrência de calamidade natural de grandes proporções em determinado município, o presidente da República, após consultar exclusivamente o Conselho da República e o Conselho Nacional, decretou o estado de defesa naquela localidade. Com base nessa situação hipotética e considerando as normas previstas na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

a) As medidas coercitivas previstas na CF para aplicação em casos como esse incluem a ocupação e o uso temporário de bens e serviços.

b) O tempo de duração do estado de defesa não poderá ser superior a noventa dias, sendo vedada a sua prorrogação.

c) Se houver fatos que comprovem a ineficácia das medidas tomadas durante o estado de defesa, este será automaticamente convertido em estado de sítio.

d) Durante o estado de defesa, o controle das prisões será político, exercido pelo Congresso Nacional, e judicial, exercido pelo STF.

e) O decreto presidencial é inconstitucional, uma vez que não houve autorização prévia do Congresso Nacional.

699. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir. IA concretização dos direitos sociais previstos na CF, dada a natureza prestacional desses direitos, submete-se aos limites do financeiramente possível. II Direitos e garantias previstos em normas e tratados internacionais sobre direitos humanos assumem estatuto de norma constitucional automaticamente, no momento da sua assinatura pelo Brasil. III Em decorrência do princípio da máxima efetividade, as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais possuem, em quaisquer hipóteses, eficácia plena e imediata. Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Nenhum item está certo.

700. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Assinale a opção correta, conforme as disposições constitucionais acerca do processo legislativo.

a) A rejeição de projeto de lei impede que a matéria seja objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, salvo mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

b) O silêncio do presidente da República quanto a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e encaminhado a ele para veto ou sanção importará em veto ao texto.

c) A iniciativa de lei que trate do regime jurídico dos servidores do Poder Executivo, do Ministério Público e da Defensoria Pública é privativa do presidente da República.

d) A discussão sobre projeto de lei de iniciativa do presidente da República ou do Supremo Tribunal Federal (STF) terá início ordinariamente no Senado Federal.

701. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Pedro, juiz do trabalho substituto de determinado tribunal regional do trabalho (TRT), responde a processo criminal pela prática de delito funcional. Nessa situação hipotética, o processamento e o julgamento do habeas corpus impetrado em favor de Pedro com vistas ao trancamento da ação penal contra si ajuizada competem ao

a) Tribunal Superior do Trabalho.

b) próprio TRT.

c) Tribunal Regional Federal.

d) Superior Tribunal de Justiça.

702. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Tendo como referência as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) a respeito da defesa do estado e das instituições democráticas, em especial a respeito das recentes alterações no regramento constitucional da segurança pública, assinale a opção correta.

a) Para o Supremo Tribunal Federal (STF), é constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício do poder de polícia de trânsito, inclusive no que se refere à imposição de sanções administrativas legalmente previstas.

b) Os municípios podem constituir guardas municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações públicas em geral.

c) A partir da Emenda Constitucional n.º 82/2014, a atividade de segurança viária passa a integrar expressamente o texto da CF, com vistas à preservação da ordem social e da incolumidade patrimonial nas vias urbanas.

d) Nos termos da CF, tanto no âmbito da União quanto no dos demais entes federados, a segurança viária compete aos respectivos órgãos e seus agentes de trânsito, estruturados em carreira, na forma da lei.

703. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Considerando os dispositivos constitucionais a respeito dos órgãos do Poder Judiciário, da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Defensoria Pública, assinale a opção correta.

a) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, devendo o número de defensores públicos na unidade jurisdicional ser proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população.

b) Na AGU, instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, o ingresso na carreira se dá mediante concurso público de provas e títulos, devendo a OAB participar obrigatoriamente em todas as suas fases.

c) Tanto a Defensoria Pública da União como as dos estados e do DF devem ser organizadas por lei complementar, devendo o ingresso no cargo de defensor público dar-se mediante concurso público de provas e títulos.

d) Os vinte e sete ministros que compõem o Tribunal Superior do Trabalho (TST) devem ser brasileiros natos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, e sua escolha depende de nomeação pelo presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

704. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) De acordo com os dispositivos constitucionais sobre finanças públicas, ordem econômica e financeira, devem ser disciplinadas por lei complementar matérias como a

a) remessa de lucros ao exterior por empresas de capital estrangeiro.

b) repressão ao abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados.

c) concessão de garantias pelas entidades públicas.

d) emissão de moeda pelo Banco Central do Brasil.

705. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A respeito das concepções e classificações das constituições, assinale a opção correta.

a) Conforme o critério ontológico, as constituições podem ser normativas (ou dogmáticas), nominalistas ou semânticas.

b) Na classificação tradicional, que considera o conteúdo, uma constituição pode ser material (ou estável) ou formal (ou analítica).

c) Segundo o critério político, a validade de uma constituição não se apoia na justiça de suas normas, mas na decisão política que lhe dá existência.

d) Na concepção sociológica, constituição consiste no somatório dos fatores reais de poder em uma sociedade, sendo consideradas sinônimas a constituição real e efetiva e a constituição jurídica.

706. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A respeito das características do poder constituinte e de sua configuração em originário ou derivado, assinale a opção correta.

a) A criação de novos territórios federais é exemplo do exercício do poder constituinte derivado decorrente.

b) A outorga e a convenção são formas de expressão do poder constituinte originário.

c) A tese da existência de hierarquia entre normas constitucionais decorrentes do exercício do poder constituinte originário é aceita pelo STF.

d) O sistema constitucional brasileiro admite a teoria da dupla revisão.

707. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Acerca dos princípios, direitos e garantias fundamentais previstos na CF, assinale opção correta.

a) Conforme entendimento do STF, o direito fundamental à liberdade de pensamento e de livre expressão da atividade intelectual, independentemente de censura, deve ser interpretado à luz do mandamento constitucional que prevê a preservação da vida privada e da imagem da pessoa, de modo a ser exigível o consentimento do interessado no caso de publicação de biografia que possa causar sério agravo à intimidade.

b) As relações internacionais da República Federativa do Brasil são regidas pelos princípios da prevalência da ordem democrática e do respeito à separação dos poderes.

c) Ao julgar ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei de Biossegurança, o STF firmou entendimento acerca do descabimento de pesquisa com células-tronco embrionárias, como decorrência do direito à vida.

d) Não cabe habeas corpus para o trancamento de processo por crime de responsabilidade atribuído ao presidente da República, uma vez que as sanções para tal espécie de infração são de índole político-administrativa.

708. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A respeito do regime constitucional aplicável aos servidores públicos e ao Poder Legislativo, assinale a opção correta.

a) É automática, segundo o STF, a perda do mandato de parlamentar que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

b) Comissões parlamentares de inquérito, seja em nível federal, seja em nível estadual ou municipal, não podem, por si, determinar a quebra de sigilo bancário de investigado, já que tal informação está sujeita à cláusula constitucional de reserva de jurisdição, conforme o entendimento do STF.

c) À servidora ocupante de cargo público é assegurada a proteção ao mercado de trabalho, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

d) Os servidores públicos serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos setenta anos de idade ou aos setenta e cinco anos de idade, na forma de lei específica.

709. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A respeito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assinale a opção correta.

a) O Conselho da República é composto por seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, todos eleitos para mandato de três anos, permitindo-se uma única recondução.

b) Não se prevê a iniciativa do Tribunal de Contas da União para propor projeto de lei ao Congresso Nacional.

c) Os ministros de Estado devem ser escolhidos entre brasileiros maiores de trinta e cinco anos de idade e no pleno exercício dos direitos políticos.

d) O TST tem competência para processar e julgar, de forma originária, reclamação que garanta a autoridade de suas decisões e preserve a sua competência.

710. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No que se refere ao controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

a) A cláusula de reserva de plenário exige que somente pela maioria absoluta de seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público; a mesma cláusula aplica-se também às turmas recursais dos juizados especiais, por serem órgãos colegiados.

b) Ao declarar a inconstitucionalidade ou a não recepção de lei, no âmbito de controle concentrado ou difuso, o STF poderá, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos dessa declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou, ainda, em outro momento que venha a ser fixado.

c) Ao apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, o STF deverá citar, previamente, o advogado-geral da União, que necessariamente defenderá o ato ou texto impugnado.

d) A Constituição da República de 1891 foi a primeira a prever a possibilidade de controle difuso de constitucionalidade, de forma incidental, trazendo também importante inovação referente à denominada cláusula de reserva de plenário.

711. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O princípio que determina que os serviços públicos sejam remunerados por valor acessível ao usuário é denominado princípio da

a) modicidade.

b) continuidade do serviço público.

c) eficiência.

d) economicidade.

712. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Acerca do instituto da revisão anual da remuneração e do subsídio dos servidores públicos, assinale a opção correta.

a) O texto constitucional estabelece limites máximos para a referida revisão.

b) Tal revisão caracteriza-se como direito público subjetivo.

c) Admitem-se índices diversos de atualização anual da remuneração, conforme as categorias de servidores.

d) A referida revisão deverá ser instituída por meio de ato infralegal.

713. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A Constituição Federal de 1988 estabelece condições para a aquisição de estabilidade funcional de servidores públicos. Essas condições incluem

I – nomeação para cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público.

II – cumprimento de três anos de efetivo exercício no cargo.

III – aprovação em avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e III estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Todos os itens estão certos.

714. (2017/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO/7ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Caso determinado cargo público seja extinto, o servidor estável ocupante desse cargo ficará em disponibilidade

a) com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até serem preenchidas as condições necessárias para o seu adequado aproveitamento em outro cargo.

b) com remuneração integral, até serem preenchidas as condições necessárias para a sua aposentadoria.

c) com remuneração integral, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.

d) sem remuneração, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.

715. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Em determinado seminário sobre os rumos jurídicos e políticos do Oriente Médio, dois professores debateram intensamente sobre a atual situação política da Síria. Hugo, professor de relações internacionais, defendeu que o Brasil deveria realizar uma intervenção militar com fins humanitários. José, professor de direito constitucional, argumentou que essa ação não seria possível conforme os princípios constitucionais que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil. Nessa situação hipotética, com base na Constituição Federal de 1988 (CF),

a) Hugo está correto, pois a intervenção humanitária é um dos princípios constitucionais que rege as relações internacionais do Brasil.

b) José está correto, pois a não intervenção e a solução pacífica dos conflitos são princípios constitucionais que orientam as relações internacionais do Brasil.

c) Hugo está errado, pois a defesa da paz e dos direitos humanos não são princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Brasil.

d) Hugo está correto, pois a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos constitucionais do estado brasileiro e uma das causas que autorizam a intervenção militar do Brasil em outros Estados soberanos.

e) José está errado, pois a declaração de guerra é ato político discricionário e unilateral do presidente da República, não estando sujeito a limites jurídicos.

716. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com a CF, compete à Advocacia-Geral da União

a) defender a validade de lei federal no âmbito de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada no STF.

b) realizar atividades de consultoria e assessoramento jurídico dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

c) executar a dívida ativa dos entes federativos.

d) ingressar, em nome próprio, com ação direta de inconstitucionalidade contra lei federal no STF.

e) conceder anistia se houver delegação de competência do presidente da República ao advogado-geral da União.

717. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os itens a seguir, de acordo com a CF.

I – O direito à liberdade de reunião é garantido pela CF, desde que exercido de forma pacífica, sem armas, em locais abertos ao público e mediante prévia autorização do poder público.

II – As atividades das associações podem ser suspensas por decisão judicial, mesmo que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado.

III – A pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, usufrui de impenhorabilidade no que se refere ao pagamento dos débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

IV – O brasileiro naturalizado não poderá ser extraditado, ainda que tenha cometido crime comum antes de ter adquirido a nacionalidade brasileira.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

718. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O art. 5.º da CF estabelece que não haverá juízo ou tribunal de exceção (inciso XXXVII) e ninguém será sentenciado senão pela autoridade competente (inciso LIII). Essas disposições constitucionais expressam o princípio

a) da independência judicial.

b) do contraditório.

c) do juiz natural.

d) do promotor natural.

e) da competência legal.

719. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Jonas, servidor público federal, respondeu a processo administrativo disciplinar e, ao final, foi absolvido das acusações. No entanto, por um equívoco, no seu assentamento funcional passou a constar a informação de que ele havia sido condenado. Ao saber do erro, Jonas solicitou a retificação dos dados, mas o seu pedido foi indeferido. Nessa situação hipotética, a ação cabível, de acordo com a CF, é

a) a ação direta de inconstitucionalidade.

b) a ação popular.

c) o habeas corpus.

d) o mandado de injunção.

e) o habeas data.

720. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com a CF, os partidos políticos

a) podem ter caráter regional ou estadual.

b) têm autonomia para definir o regime de suas coligações eleitorais, não sendo obrigatória a vinculação entre as candidaturas nacionais, estaduais e municipais.

c) adquirem personalidade jurídica somente após o registro dos seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

d) têm direito a recursos do fundo partidário e acesso pago à televisão.

e) podem constituir e utilizar organizações paramilitares, desde que para fins eleitorais.

721. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Determinado deputado estadual apresentou projeto de lei com o objetivo de estabelecer regras relativas ao domicílio eleitoral nas eleições para governador a serem realizadas no próximo ano. Após o respectivo processo legislativo, a lei foi devidamente promulgada pelo chefe do Poder Executivo estadual. De acordo com as normas da CF, a referida lei deve ser considerada

a) constitucional, pois é da competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios organizar as respectivas eleições.

b) constitucional, pois compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito eleitoral.

c) inconstitucional, pois as leis relativas a direito eleitoral são de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

d) constitucional, pois observou o princípio da anterioridade eleitoral.

e) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre direito eleitoral.

722. (2017/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TOCANTINS/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com a CF, o sistema proporcional é utilizado para eleger

a) deputados federais.

b) presidente da República.

c) senadores.

d) governadores.

e) prefeitos.

723. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com o art. 97 da CF, "somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público". Essa regra, que é aplicável ao controle de constitucionalidade realizado no âmbito dos tribunais, denomina-se

a) cláusula de reserva de plenário.

b) quórum de inconstitucionalidade.

c) princípio da presunção de constitucionalidade das leis.

d) controle difuso de constitucionalidade.

e) princípio da maioria absoluta.

724. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) São considerados direitos decorrentes de origem comum os direitos

a) indivisíveis.

b) coletivos.

c) individuais homogêneos.

d) difusos.

e) transindividuais.

A respeito dos direitos da pessoa portadora de deficiência, julgue os itens a seguir, considerando a legislação pertinente.

725. (2017/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL/1ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) É dever estatal, explícito na Constituição Federal, a instituição de programas de prevenção e atendimento especializado para portadores de deficiência física, sensorial ou mental.

726. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) O método de interpretação da Constituição que, por considerá-la um sistema aberto de regras e princípios, propõe que se deva encontrar a solução mais razoável para determinado caso jurídico partindo-se da situação concreta para a norma, é denominado método

a) hermenêutico clássico.

b) científico-espiritual.

c) tópico-problemático.

d) normativo-estruturante.

e) hermenêutico concretizador.

727. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) Uma proposta de emenda constitucional tramita em uma das casas do Congresso Nacional, mas determinados atos do seu processo de tramitação estão incompatíveis com as disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo. Nessa situação hipotética, segundo o entendimento do STF, terá legitimidade para impetrar mandado de segurança a fim de coibir os referidos atos

a) partido político.

b) governador de qualquer estado da Federação, desde que este seja afetado pela matéria da referida emenda.

c) o Conselho Federal da OAB.

d) o procurador-geral da República.

e) parlamentar federal.

728. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) Em determinado estado da Federação, um juiz de direito estadual, um promotor de justiça estadual e um procurador do estado cometeram, em momentos distintos, crimes comuns dolosos contra a vida. Não há conexão entre esses crimes. Sabe-se que a Constituição do referido estado prevê que crimes comuns praticados por essas autoridades sejam processados e julgados pelo respectivo tribunal de justiça. Nessa situação hipotética, segundo o entendimento do STF, será do tribunal do júri a competência para processar e julgar somente o

a) promotor de justiça.

b) juiz de direito.

c) procurador do estado e o promotor de justiça.

d) promotor de justiça e o juiz de direito.

e) procurador do estado.

729. (2017/POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL/DELEGADO DE POLÍCIA) Aprovada pela assembleia legislativa de um estado da Federação, determinada lei conferiu aos delegados de polícia desse estado a prerrogativa de ajustar com o juiz ou a autoridade competente a data, a hora e o local em que estes serão ouvidos como testemunha ou ofendido em processos e inquéritos. Nessa situação hipotética, a lei é

a) constitucional, pois, apesar de tratar de matéria de competência privativa da União, o estado legislou sobre procedimentos de âmbito estadual.

b) constitucional, pois trata de matéria de competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios.

c) constitucional, pois trata de matéria de competência concorrente da União, dos estados e do DF.

d) inconstitucional, pois o estado legislou sobre direito processual, que é matéria de competência privativa da União.

e) inconstitucional, pois o estado legislou sobre normas gerais de matéria de competência concorrente da União, dos estados e do DF.

730. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) No estado de Mato Grosso, Pedro cometeu crime contra a economia popular; Lucas cometeu crime de caráter transnacional contra animal silvestre ameaçado de extinção; e Raí, um agricultor, cometeu crime comum contra índio, no interior de reserva indígena, motivado por disputa sobre direitos indígenas. Nessa situação hipotética, a justiça comum estadual será competente para processar e julgar

a) somente Pedro e Raí.

b) somente Lucas e Raí.

c) Pedro, Lucas e Raí.

d) somente Pedro.

e) somente Pedro e Lucas.

731. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) O boliviano Juan e a argentina Margarita são casados e residiram, por alguns anos, em território brasileiro. Durante esse período, nasceu, em território nacional, Pablo, o filho deles. Nessa situação hipotética, de acordo com a CF, Pablo será considerado brasileiro

a) naturalizado, não podendo vir a ser ministro de Estado da Justiça.

b) nato e poderá vir a ser ministro de Estado da Defesa.

c) nato, mas não poderá vir a ser presidente do Senado Federal.

d) naturalizado, não podendo vir a ser presidente da Câmara dos Deputados.

e) naturalizado e poderá vir a ocupar cargo da carreira diplomática.

732. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, a condenação criminal de um parlamentar federal em sua sentença transitada em julgado resultará na

a) perda de seus direitos políticos, cabendo à casa legislativa a decisão acerca da manutenção de seu mandato legislativo.

b) suspensão de seus direitos políticos, mas a perda de seu mandato legislativo dependerá de decisão da Câmara dos Deputados.

c) suspensão de seus direitos políticos, com a consequente perda automática de seu mandato.

d) cassação de seus direitos políticos, o que levará também à perda automática de seu mandato legislativo.

e) perda de seus direitos políticos, o que acarretará a perda automática de seu mandato legislativo.

733. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, lei municipal que impedir a instalação de mais de um estabelecimento comercial do mesmo ramo em determinada área do município será considerada

a) inconstitucional, por ofender o princípio da livre concorrência.

b) inconstitucional, por ofender o princípio da busca do pleno emprego.

c) constitucional, por versar sobre assunto de interesse exclusivamente local.

d) constitucional, por não ofender o princípio da defesa do consumidor.

e) inconstitucional, por ofender o princípio da propriedade privada.

734. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Classifica-se a Constituição Federal de 1988 (CF) como

a) histórica, pelo critério do modo de elaboração.

b) cesarista e outorgada, pelo critério de origem.

c) eclética e ortodoxa, pelo critério da dogmática.

d) prolixa, pelo critério da extensão das matérias contempladas no texto constitucional.

735. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Quanto à geração ou à dimensão dos direitos fundamentais, os direitos sociais são considerados de

a) quarta geração ou dimensão.

b) primeira geração ou dimensão.

c) segunda geração ou dimensão.

d) terceira geração ou dimensão.

736. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Assinale a opção correspondente a previsão contida na CF a respeito da associação profissional ou sindical.

a) Qualquer sindicalizado tem competência para defender os direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria.

b) O aposentado filiado tem direito a votar, mas não pode ser eleito para cargos nas organizações sindicais.

c) A participação dos sindicatos é obrigatória nas negociações coletivas de trabalho.

d) A filiação a sindicato profissional será obrigatória se prevista em contrato, escrito ou verbal.

737. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Conforme a CF, os municípios são

a) dotados de soberania no âmbito nacional.

b) regidos por constituição municipal.

c) idos por constituição municipal.

d) dotados de soberania no âmbito municipal.

738. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Assinale a opção que apresenta disposição constante na CF sobre os servidores públicos.

a) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo em comissão.

b) A promoção na carreira independe da participação em curso de formação e aperfeiçoamento.

c) O salário do servidor público poderá ser reduzido em caso de contenção de gastos pelo governo.

d) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

739. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Assinale a opção que apresenta competência exclusiva do Congresso Nacional que independe de sanção do presidente da República.

a) conceder anistia.

b) dispor sobre moeda e seus limites de emissão.

c) sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.

d) dispor sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.

740. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito da composição e competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue os itens a seguir.

I – O Estatuto da Magistratura pode ampliar o rol de competências do CNJ previsto na CF, uma vez que esse rol é exemplificativo.

II – Ao CNJ, como órgão do Poder Judiciário, é permitido apreciar a constitucionalidade e a legalidade dos atos administrativos.

III – No exercício de seu poder disciplinar, o CNJ pode proceder a investigação sobre faltas disciplinares dos magistrados, desde que por avocação de processos disciplinares já findos nos tribunais, na medida em que sua competência é subsidiária.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Todos os itens estão certos.

741. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Pedro, brasileiro, ajuizou duas demandas contra seu empregador, a XWZ Ltda., sociedade privada, com fins lucrativos. Em ambas, Pedro postulou a condenação do empregador em danos morais e materiais. Na primeira demanda, a pretensão deduzida decorre do tratamento dado a Pedro por sócio administrador, que, rotineiramente, utilizava apelido depreciativo para se referir a Pedro — em razão de sua baixa produtividade —, inclusive na presença de outros trabalhadores e até de clientes, causando-lhe constrangimento. Em decorrência das reiteradas condutas do empregador, aquele apelido consolidou-se até mesmo entre seus amigos, embora sempre tenha sido refutado com veemência por Pedro. Na segunda demanda, a pretensão decorre da mutilação de uma de suas mãos, ocorrida durante o uso de uma máquina cortante em sua rotina laboral, o que culminou em sua aposentadoria por invalidez. Nessa situação hipotética, o processamento e julgamento das ações é da competência da justiça

a) comum estadual, para a primeira causa, e da justiça do trabalho, para a segunda.

b) do trabalho, para a primeira causa, e da justiça comum estadual, para a segunda.

c) comum estadual para ambas as causas.

d) do trabalho para ambas as causas.

742. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) A mutação constitucional

a) é fenômeno reconhecido apenas pela doutrina, uma vez que o STF evita aplicá-la.

b) ocorre em razão da natureza monossêmica do texto constitucional.

c) acarreta a alteração da configuração verbal do texto constitucional.

d) decorre da técnica de declaração de nulidade de dispositivos legais pelo controle concentrado.

e) é justificada pelas modificações na realidade fática e na percepção do direito.

743. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) O controle abstrato de constitucionalidade de determinado dispositivo da lei orgânica de Rio Branco em face da CF deverá ser provocado pela

a) propositura de ADI junto ao TJ/AC.

b) interposição de recurso extraordinário para julgamento pelo STF.

c) impetração de mandado de segurança para julgamento pelo TJ/AC.

d) propositura de ADPF junto ao STF.

e) propositura de ADI junto ao STF.

744. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Com base na CF, na Constituição Estadual do Acre e na jurisprudência do STF sobre a DP, julgue os itens a seguir.

I – As DP estaduais têm a prerrogativa de formular sua própria proposta orçamentária.

II – Em razão da incompatibilidade do exercício do cargo de DP com a prática da advocacia privada, não se exige do candidato à inscrição na OAB.

III – A DP tem legitimidade para ajuizar ação civil pública que vise à proteção de direitos difusos e coletivos de pessoas necessitadas.

IV – Dado o caráter essencial das funções exercidas pela DP, é possível, em situação excepcional, a contratação temporária de advogado para exercer atribuições de DP.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

745. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) O orçamento moderno, diferentemente do orçamento tradicional, é instrumento de planejamento governamental e necessário para a consecução das políticas públicas. A respeito desse assunto, que envolve o conceito de orçamento e princípios orçamentários, assinale a opção correta.

a) O orçamento moderno trabalha com a ideia central de que os recursos a serem arrecadados devem servir à aquisição de meios para fazer face exclusivamente às despesas contingenciais.

b) O orçamento público é um instrumento que confere ao Poder Executivo poder discricionário para a reformulação de políticas públicas, sem a necessidade de autorização legislativa para tanto.

c) O orçamento público moderno deve garantir o equilíbrio fiscal, por meio do cumprimento das metas de resultados fiscais estipuladas.

d) O orçamento moderno, assim como o tradicional, exige que as receitas sejam matematicamente iguais às despesas.

e) A concepção moderna de orçamento público enfatiza seu aspecto contábil e gerencial, distanciando-se da avaliação de eficiência e efetividade.

746. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) A respeito dos princípios orçamentários, assinale a opção correta.

a) O princípio do equilíbrio orçamentário foi alterado para considerar a possibilidade da previsão de déficit nas contas públicas, desde que mantido em níveis controláveis e nos parâmetros impostos pela legislação.

b) O princípio da transparência orçamentária diz respeito à necessidade de divulgação anual do orçamento para conhecimento, pelos cidadãos, da estimação de receita e despesa.

c) O princípio da não afetação refere-se à impossibilidade de vinculação de impostos a determinadas despesas, salvo se a vinculação se referir exclusivamente ao pagamento de dívida pública.

d) O princípio da especialidade ou especificação do orçamento define que somente o orçamento pode tratar de matéria orçamentária, podendo conter autorização para a abertura de créditos suplementares e operações de crédito.

e) O princípio participativo orçamentário refere-se à possibilidade de o cidadão fazer representações perante os órgãos de controle interno e externo e de fiscalização para a apuração de fatos relacionados ao cumprimento do orçamento.

747. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE) É vedado à União

a) instituir imposto sobre a fabricação e comercialização de papel, independentemente da sua destinação.

b) elevar a alíquota do imposto de importação sem expressa autorização legal.

c) cobrar taxa de avaliação de instituição de educação de âmbito estadual.

d) instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional.

e) cobrar taxa de fiscalização de vigilância sanitária de determinado templo religioso.

748. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No que diz respeito às funções essenciais à justiça insertas na CF, julgue os itens subsequentes.

I – É vedada a recondução de membro nomeado pelo presidente da República para o Conselho Nacional do Ministério Público.

II – A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais da defensoria pública.

III – O advogado é indispensável à administração pública, sendo, em qualquer circunstância, inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Todos os itens estão certos.

749. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A CF dispõe que um quinto (regra do quinto constitucional) ou um terço (regra de um terço) dos membros de alguns tribunais serão, obrigatoriamente, oriundos do Ministério Público e da advocacia. A partir dessa informação, assinale a opção em que o primeiro tribunal deve respeitar a regra do quinto constitucional para a sua composição, e o segundo, deve respeitar a regra de um terço.

a) tribunal regional federal / tribunal de justiça de estado

b) STJ / TSE

c) tribunal regional federal / STF

d) Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios / STJ

750. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Ao presidente da República cabe I a chefia de Estado e a de governo. II manter relações com Estados estrangeiros, bem como acreditar seus representantes diplomáticos. III permitir que forças estrangeiras transitem em território nacional ou nele permaneçam. Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Todos os itens estão certos.

751. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) À luz da CF, do entendimento consolidado pelo STF e pela doutrina pertinente, a intervenção federal será decretada quando

a) houver ameaça de perturbação da ordem pública.

b) o estado-membro, em qualquer hipótese, desrespeitar lei federal.

c) o estado-membro, ainda que não intencionalmente, deixar de pagar precatórios expedidos contra a fazenda pública.

d) o estado-membro, sem motivo de força maior, deixar de pagar sua dívida fundada por mais de dois anos consecutivos.

e) ocorrer invasão estrangeira, desde que o estado-membro invadido tenho sido conivente com o ato.

752. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Assinale a opção que, segundo o entendimento do STF, representa respeito à independência dos Três Poderes.

a) Proibição, por lei municipal, de cobrança de tarifa de assinatura básica no que concerne aos serviços de água e gás.

b) Decisão judicial que se imiscui nos critérios utilizados na convocação de sessão extraordinária em câmara de vereadores.

c) Criação, por constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros poderes ou entidades.

d) Imposição pelo Poder Judiciário à administração pública de obrigação de fazer, visando à execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais.

e) Criação de lei estadual que confere à Assembleia Legislativa a atribuição de demitir dirigentes de agência reguladora.

753. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Com base nas disposições constitucionais e na jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir, a respeito de concursos públicos.

I – Existindo previsão em edital, as provas de títulos poderão ter natureza eliminatória ou classificatória.

II – Candidato condenado em ação penal, ainda que não transitada em julgado, poderá ser excluído do certame na fase de investigação social.

III – O exame psicotécnico deverá ser previsto em lei e basear-se em critérios objetivos de reconhecido caráter científico.

IV – Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo em razão de conteúdo que afronte valores constitucionais.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

754. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Em matéria tributária, é facultado à lei ordinária

a) alterar a base de cálculo de tributos.

b) majorar a alíquota de impostos, desde que observados os limites legais.

c) definir tratamento favorecido para as microempresas.

d) instituir empréstimos compulsórios, desde que observados os requisitos constitucionais.

e) dispor sobre conflito de competência entre os entes tributantes.

755. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Segundo a CF, o Estado proverá a educação mediante, entre outras, a oferta de

a) atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, preferencialmente em rede especial de ensino.

b) educação básica obrigatória e gratuita dos quatro anos de idade aos dezessete anos de idade, sendo facultativa a oferta gratuita àqueles que a ela não tenham tido acesso na idade adequada.

c) ensino fundamental ministrado no idioma vernáculo, sendo assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas.

d) ensino religioso, de matrícula facultativa, fora do horário regular das escolas públicas de ensino fundamental.

e) pós-graduação lato sensu gratuita nas universidades públicas.

756. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) O Conselho de Defesa Nacional

a) tem como atribuição opinar sobre questões relevantes quanto à estabilidade das instituições democráticas.

b) é composto, entre outros membros, pelos líderes da maioria e da minoria no Senado Federal.

c) é composto, entre outros membros, pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados.

d) é órgão superior de consulta do presidente da República e do Ministério da Defesa.

e) é órgão de consulta para assuntos relacionados à soberania nacional.

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

757. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Brasileiro naturalizado que tiver praticado crime comum antes da sua naturalização poderá ser extraditado.

758. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Os partidos políticos possuem autonomia para definir sua estrutura interna, sua organização e seu funcionamento, sendo-lhes facultada a vinculação entre candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

759. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Entidade estatal que editar determinada lei poderá invocar a garantia da irretroatividade para assegurar que a referida norma não prejudique ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada.

760. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Cônjuge de governador de determinado estado será inelegível nesse mesmo estado, salvo se a sociedade ou o vínculo conjugal se dissolver no decorrer do mandato.

Acerca do Poder Judiciário, julgue os itens que se seguem.

761. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A propositura de ação direta de inconstitucionalidade caracteriza o sistema concreto de controle de constitucionalidade.

762. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) No exercício do controle difuso de constitucionalidade, o tribunal que, em decisão de órgão fracionário, afastar a incidência, em parte, de ato normativo do poder público, sem declarar expressamente a sua inconstitucionalidade, violará cláusula de reserva de plenário.

763. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) À luz do princípio da simetria, por determinação de constituição estadual, é constitucional a criação de órgão de controle administrativo local do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros poderes ou de entidades, à semelhança do Conselho Nacional de Justiça.

764. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O STF poderá aprovar, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, súmulas com efeito vinculante, sendo estas passíveis de revisão mediante provocação de legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.

A respeito da organização dos poderes da República, julgue os itens que se seguem.

765. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Ato do presidente da República que atente contra a probidade na administração pública configurará crime de responsabilidade, cujas normas de processo e de julgamento são de competência legislativa privativa da União.

766. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do presidente da República nos assuntos relacionados à soberania e à defesa do Estado democrático, sendo sua competência opinar sobre a decretação de estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal.

767. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional processar e julgar o presidente e o vice-presidente da República caso estes cometam crimes de responsabilidade.

768. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O Tribunal de Contas da União, órgão que auxilia o Congresso Nacional no controle externo, tem a iniciativa para propor ao Poder Legislativo a criação de cargos, a remuneração de seus servidores e a fixação de subsídios dos seus membros.

Acerca da organização do Estado e da competência legislativa, julgue os itens subsecutivos.

769. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) As peculiaridades de cada cidade determinam a competência dos municípios para fixar horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais e bancários.

770. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Compete exclusivamente à União legislar sobre normas de processo e de julgamento de crimes de responsabilidade.

771. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Compete concorrentemente à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios legislar sobre direito tributário, financeiro, urbanístico e eleitoral.

Acerca das funções essenciais à justiça, julgue os próximos itens.

772. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) São princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública, enquanto funções essenciais à justiça, a indivisibilidade, a unidade e a independência funcional.

773. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional cujo rol de funções previsto pela Constituição Federal de 1988 é não exaustivo e inclui a titularidade para promover ação penal pública e ação direta de inconstitucionalidade.

A respeito do controle de constitucionalidade no Brasil e das competências do Supremo Tribunal Federal, julgue os seguintes itens.

774. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente os governadores dos estados e do Distrito Federal nos casos de crimes comuns e os ministros de Estado nos casos de crimes de responsabilidade.

GABARITO

655. d	**681.** c	**707.** d	**733.** a
656. e	**682.** c	**708.** c	**734.** d
657. a	**683.** b	**709.** d	**735.** c
658. b	**684.** d	**710.** b	**736.** c
659. a	**685.** d	**711.** a	**737.** c
660. b	**686.** c	**712.** b	**738.** d
661. a	**687.** c	**713.** d	**739.** c
662. a	**688.** c	**714.** a	**740.** a
663. d	**689.** a	**715.** b	**741.** b
664. e	**690.** d	**716.** a	**742.** e
665. a	**691.** c	**717.** c	**743.** d
666. c	**692.** b	**718.** c	**744.** b
667. c	**693.** a	**719.** e	**745.** c
668. a	**694.** a	**720.** b	**746.** a
669. d	**695.** e	**721.** e	**747.** d
670. d	**696.** c	**722.** a	**748.** b
671. e	**697.** b	**723.** a	**749.** d
672. c	**698.** a	**724.** c	**750.** d
673. d	**699.** a	**725.** c	**751.** d
674. d	**700.** a	**726.** c	**752.** d
675. a	**701.** d	**727.** e	**753.** e
676. c	**702.** a	**728.** e	**754.** b
677. d	**703.** a	**729.** d	**755.** c
678. e	**704.** c	**730.** d	**756.** e
679. b	**705.** c	**731.** b	**757.** c
680. c	**706.** b	**732.** b	**758.** c

759. e

760. e

761. e

762. c

763. e

764. c

765. c

766. c

767. e

768. c

769. e

770. e

771. e

772. c

773. c

774. e

DIREITO PENAL

775. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) No que concerne ao crime de apropriação indébita previdenciária previsto no Código Penal (CP), assinale a opção correta.

a) As figuras assemelhadas à apropriação indébita previdenciária constantes do CP são todas condutas omissivas relacionadas à ausência de recolhimento ou repasse de importâncias relacionadas à previdência social.

b) A ação penal relativa a esse crime é pública incondicionada e a competência para processá-la e julgá-la é da justiça federal, ainda que inexista lesão à previdência social, como no caso de falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias.

c) Em relação a esse crime, a legislação penal prevê causa especial de extinção da punibilidade, subordinada ao cumprimento de alguns requisitos pelo agente de forma espontânea, mesmo que já tenha sido iniciada a ação fiscal.

d) Para a consumação desse crime, exige-se a omissão de repasse das contribuições recolhidas à previdência social acrescida do ânimo de assenhorar-se daquelas contribuições, sendo o tipo penal apropriação indébita previdenciária uma modalidade de apropriação indébita.

e) Por estar a consumação desse crime subordinada ao prazo e à forma legal ou convencional para o repasse das contribuições à previdência social, trata-se de exemplo de norma penal incompleta.

776. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Acerca das penas restritivas de direitos, assinale a opção correta.

a) Constituem penas de interdição temporária de direitos a proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo, a proibição

do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público e a proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.

b) As penas restritivas de direitos são prestação pecuniária, perda de bens e valores, recolhimento domiciliar, prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana.

c) Sendo a condenação inferior a seis meses, o juiz pode substituir a pena privativa de liberdade por advertência — que consistirá em admoestação verbal ao condenado — ou por compromisso de frequência a curso ou submissão a tratamento, durante o tempo da pena aplicada.

d) O recolhimento domiciliar baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado, de modo que o condenado deve permanecer recolhido nos dias ou horários de folga do trabalho, em residência ou qualquer local destinado à sua moradia habitual, sem vigilância.

e) A pena privativa de liberdade superior a um ano pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos, ainda que o condenado seja reincidente em virtude da prática do mesmo crime, desde que não seja doloso.

777. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Acerca dos aspectos penais do tráfico interno e internacional de pessoas, assinale a opção correta.

a) O Brasil vem se empenhando em adotar todas as medidas necessárias ao combate ao tráfico de pessoas, tendo tipificado todas as condutas definidas no Protocolo de Palermo desde sua assinatura.

b) O crime de tráfico de pessoas previsto no CP atende aos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito internacional, uma vez que as condutas passíveis de punição são significativamente restritas no código.

c) O CP prevê que são puníveis as condutas consistentes em agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de adoção ilegal ou exploração sexual.

d) O consentimento de pessoa brasileira, maior de idade, para ser levada ao exterior com a finalidade de se prostituir basta para excluir o crime de tráfico de pessoas, uma vez que ela tem consciência do trabalho e de suas condições.

e) O tráfico de pessoas é equiparado aos crimes hediondos, de forma que a concessão do livramento condicional a acusados desse crime deve obedecer aos rigores da respectiva legislação.

778. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Um estrangeiro foi preso sob a acusação de compartilhar arquivos contendo pornografia infantil na chamada deep Web (Internet Profunda), cujo conteúdo não é de fácil acesso para a maioria dos internautas. Segundo a polícia, o estrangeiro é acusado da prática reiterada do crime de pedofilia e estupro de vulnerável. As investigações concluíram que o material pornográfico foi produzido pelo agente no exterior e divulgado — inicialmente, já que, posteriormente houve repasse do material por terceiros — somente por uma troca de email entre o acusado, que residia no Brasil, e um brasileiro também residente no país. Constatou-se, ainda, que ele próprio praticava as cenas de sexo explícito com as vítimas. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Verificada a conexão entre o estupro de vulnerável e a produção e a divulgação do material pornográfico, as penas deverão ser aplicadas considerando-se as regras do concurso material de crimes.

b) O local da prática deve ser considerado o território nacional, em razão do princípio da territorialidade.

c) Como o agente é estrangeiro e a produção do material ocorreu no exterior, ele não poderá ser julgado por autoridades brasileiras pela produção do material.

d) Mesmo em relação à divulgação do material prevalece o caráter de internacionalidade do crime, dada a utilização da Internet.

e) Deverá ser aplicado o princípio da consunção ou da absorção, uma vez que as condutas de produzir e armazenar são atos preparatórios para a transmissão via Internet.

779. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) João foi flagrado pela fiscalização, em determinada estação ecológica que proíbe a pesca, portando vara de pescar e com um espécime de peixe ainda vivo. A equipe de fiscalização então devolveu o peixe ao rio no qual ele havia sido pescado. João argumentou que não sabia que era proibido pescar ali e não resistiu à ação da fiscalização. Nessa situação hipotética, configura-se

a) desistência voluntária e arrependimento eficaz.

b) crime tentado.

c) erro sobre a ilicitude do fato.

d) crime consumado, mas penalmente irrelevante.

e) crime impossível.

780. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Julgue os itens a seguir, a respeito do crime de contrabando e de descaminho.

I – A importação de colete à prova de balas sem a prévia autorização do órgão público competente configura crime de contrabando.

II – É inadmissível a aplicação do princípio da insignificância para o crime de contrabando, uma vez que o bem jurídico tutelado não possui caráter exclusivamente patrimonial, mas envolve a vontade estatal de controlar a entrada de determinado produto em prol da segurança e da saúde públicas.

III – Comete o crime de contrabando quem, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial realizada em residência, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no Brasil.

IV – Como os cigarros estrangeiros são produtos liberados para a comercialização no Brasil — desde que previamente analisados e registrados no país pelos órgãos competentes —, a pessoa que os importa sem autorização comete o crime de descaminho.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

781. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Acerca da extinção da punibilidade, assinale a opção correta.

a) Transitada em julgado a sentença condenatória, a prescrição corre também durante o tempo em que o condenado estiver preso por outro motivo, salvo se a pena estiver sendo cumprida no estrangeiro.

b) A extinção da punibilidade de crime que seja pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro crime não se estende a este e, tratando-se de crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

c) Para fins de prescrição, tratando-se de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente, sendo considerada para efeitos de reincidência a sentença que conceder o perdão judicial.

d) Após o trânsito em julgado da sentença condenatória, a prescrição regula-se pela pena aplicada e, se o crime for hediondo, os prazos aumentam em um terço, ainda que o condenado não seja reincidente.

e) Após o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação ou após o não provimento de seu recurso, a prescrição regula-se pela pena aplicada, podendo o termo inicial ser a data anterior à da denúncia ou à da queixa.

782. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O atendente que, sem justo motivo, retarde o atendimento ambulatorial de um deficiente físico de dezessete anos de idade que tenha procurado o hospital poderá responder por crime, sujeito à pena de

a) detenção, agravada pelo fato de o atendimento ser ambulatorial.

b) detenção, agravada pelo fato de a vítima ser deficiente.

c) reclusão, agravada pela idade da vítima.

d) prisão simples, agravada pelo fato de o atendimento ser ambulatorial.

783. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) No que tange à classificação dos delitos,

a) os crimes de mão própria possuem uma prévia limitação, de natureza normativa, quanto à possibilidade de autoria de indivíduos não contemplados pelo tipo penal.

b) o crime de favorecimento à prostituição é classificado como crime instantâneo de habitualidade preexistente.

c) o agente responderá, no tipo misto alternativo, por todos os crimes que sua conduta alcançar, atingindo mais de um núcleo enunciado na norma.

d) o crime de prevaricação é classificado como delito especial próprio e, quando praticado por agente estranho à administração pública, encontra correlação com outra conduta tipificada em dispositivo penal diverso.

e) a multiplicidade de condutas por parte do agente, uma vez que existe mais de um núcleo, torna-se obrigatória no tipo misto cumulativo, para que o delito seja consumado.

784. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) A codelinquência será configurada quando houver

a) reconhecimento da prática da mesma infração por todos os agentes.

b) ajuste prévio, na fase preparatória do crime, entre todos os agentes em concurso.

c) concurso necessário, nas infrações penais, de agentes capazes.

d) exteriorização da vontade de fazer parte da conduta e consciência da ação de outrem.

e) prática dos mesmos atos executivos por todos os agentes.

785. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) No caso de pluralidade delitiva, deve-se adotar, na determinação da pena,

a) o sistema de cúmulo jurídico, somando-se as penas aplicadas a cada um dos crimes.

b) o sistema da exasperação, quando se tratar de casos de concurso formal imperfeito.

c) o sistema da exasperação, quando se tratar de concurso material heterogêneo, para evitar que a pena ultrapasse o limite legal de cumprimento.

d) o sistema da exasperação, que considera tão somente o número de crimes consumados para definição da pena.

e) o sistema do cúmulo material, quando se tratar de pena pecuniária, independentemente das demais sanções aplicadas, ressalvado o crime.

786. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) São efeitos da reincidência

I – o aumento do prazo da prescrição executória.

II – o impedimento da concessão do livramento condicional em razão da prática de crime de qualquer natureza.

III – o impedimento do início de cumprimento da pena em regime aberto ou semiaberto para crimes de qualquer natureza.

IV – a interrupção do curso da prescrição.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

787. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) De acordo com a legislação vigente e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta, com relação ao crime de injúria.

a) A ação penal no caso de injúria discriminatória é pública incondicionada, uma vez que o bem jurídico tutelado ultrapassa os limites subjetivos.

b) A injúria racial é crime instantâneo, ao passo que a consumação ocorre no momento em que terceiros tomam conhecimento do teor da ofensa.

c) A exceção da verdade é admitida apenas para alguns dos elementos tutelados pela norma penal e exclui a tipicidade quando a ofensa é irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.

d) A injúria racial é um delito inserido no panorama constitucional do crime de racismo, sendo considerado imprescritível, inafiançável e sujeito à pena de reclusão.

e) No crime de injúria, admite-se a retratação desde que se faça antes da sentença, por escrito, de forma completa, abrangendo tudo o que o ofensor disse.

Um agricultor autuado por infração ambiental solicitou auxílio da DP. No auto de infração, constam: a conduta de impedir a regeneração natural de floresta localizada em APP, por manter a área como pasto; a indicação da pena de multa em razão da ilegalidade. Segundo o agricultor, na verificação, os agentes públicos federais afirmaram ser possível a responsabilização nas esferas administrativa, criminal e civil. Ele argumentou, por fim, que comprou a propriedade já no estado atual e que desconhecia as supostas ilegalidades.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

788. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Se ficar constatado que a área degradada pode ser recuperada por simples regeneração natural, a pena de multa indicada no auto de infração não poderá ser convertida em reparação de danos.

789. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) O argumento de desconhecimento da ilegalidade poderá ser eficiente para afastar eventual condenação criminal, mas não evitará a responsabilização civil.

790. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Um elemento que integra o conceito de culpabilidade aplicado ao direito brasileiro é o(a)

a) obediência hierárquica.

b) dolo.

c) real consciência da ilicitude.

d) nexo causal.

e) exigibilidade de conduta diversa.

791. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Com referência ao arrependimento posterior, assinale a opção correta.

a) O arrependimento posterior é causa obrigatória de diminuição de pena, admitindo-se a reparação do dano ou a restituição da coisa até o trânsito em julgado da ação penal.

b) O autor da infração, ao arrepender-se, deverá, para que sua pena seja reduzida, reparar voluntariamente danos ou restituir a coisa subtraída, até o recebimento da queixa ou da denúncia.

c) O arrependimento posterior incide exclusivamente nos crimes contra o patrimônio e impõe a restituição espontânea e integral da coisa até o recebimento da denúncia ou da queixa.

d) Intervenção de terceiros na reparação do dano ou na restituição da coisa, desde que ocorra antes do julgamento, não afastará o reconhecimento de arrependimento posterior.

e) Para que sua pena seja reduzida, o agente deverá, espontaneamente, logo após a consumação do crime, minorar as consequências dele e, até a data do julgamento, reparar danos.

792. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Francisco foi acusado de prevaricação por ter deixado de praticar ato legal com a finalidade de satisfazer interesse pessoal. Em sentença, o juiz absolveu Francisco, sob o fundamento de que não ficou demonstrado o interesse pessoal perseguido, e julgou atípica a conduta do funcionário público. Nessa situação hipotética,

a) o crime do qual Francisco fora acusado é punível na modalidade culposa.

b) a absolvição penal impede a propositura de ação cível de reparação de danos promovida pelo ente público contra Francisco.

c) seria cabível a prisão temporária de Francisco, dado o crime pelo qual ele fora acusado.

d) a sentença foi acertada porque o crime exige, para sua configuração, dolo específico consubstanciado na satisfação do interesse ou sentimento pessoal.

e) a sentença pode ser questionada por meio de recurso em sentido estrito, a ser aviado pelo MP.

793. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) De acordo com o entendimento do STF, a aplicação do princípio da insignificância pressupõe a constatação de certos vetores para se caracterizar a atipicidade material do delito. Tais vetores incluem o(a)

a) reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento.

b) desvalor relevante da conduta e do resultado.

c) mínima periculosidade social da ação.

d) relevante ofensividade da conduta do agente.

e) expressiva lesão jurídica provocada.

794. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) A respeito de crimes de mesma espécie, nas mesmas condições de tempo, lugar e forma de execução, com vínculo subjetivo entre os eventos, assinale a opção correta considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) A lei penal mais grave aplicar-se-á ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência for posterior à cessação da continuidade delitiva ou da permanência.

b) Admite-se a continuidade delitiva entre os crimes de roubo e de latrocínio.

c) A continuidade delitiva pode ser reconhecida quando se tratar de delitos de mesma espécie ocorridos em comarcas limítrofes ou próximas.

d) Nos crimes dolosos contra vítimas diferentes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, o aumento da pena pelo crime continuado encontra fundamento na gravidade do delito.

e) O prazo prescricional será regulado pela pena imposta na sentença, com o acréscimo decorrente da continuidade delitiva.

795. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Um açougueiro de uma rede de supermercados subtraiu duas peças de carne avaliadas em R$ 78,93 e ocultou-as nas vestes, mas a sua ação que foi observada por outro empregado, que comunicou ao chefe da segurança, e este, por sua vez, acionou a polícia. O agente foi preso em flagrante e a res furtiva foi restituída. O agente, de cinquenta

e cinco anos de idade, tinha registro de outra ocorrência de furto praticado havia mais de cinco anos, sem que o inquérito policial tivesse sido concluído. Nessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a legislação pertinente e o entendimento dos tribunais superiores.

a) A reincidência do agente afasta o furto privilegiado.

b) Houve arrependimento eficaz com a restituição da res furtiva.

c) O agente deverá ser absolvido em razão do princípio da insignificância.

d) Trata-se de crime impossível por ineficácia absoluta do meio.

e) A hipótese configura tentativa de furto simples.

796. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Chegando ao local de onde partira pedido de socorro de uma mulher, os policiais encontraram o ex-marido tentando arrombar a porta da casa e ameaçando-a de morte caso ela não abrisse a porta. Revistado o agressor, os policiais encontraram com ele um revólver calibre 38, municiado, que portava sem autorização. Ele disse que a arma era de um amigo, que havia lhe emprestado pouco antes, sem mencionar a intenção exclusiva de matar a ex-mulher. Vizinhos viram os policiais prendendo o agressor que gritava, exaltado, palavras ofensivas e injuriosas aos policiais. Com relação à conduta do agressor nessa situação hipotética, julgue os seguintes itens, de acordo com a legislação pertinente e o entendimento dos tribunais superiores.

I – Configuraram-se os crimes de ameaça, tentativa de invasão de domicílio, porte de arma de fogo e desacato.

II – Configuraram-se os crimes de ameaça, tentativa de homicídio, porte de arma de fogo e de desacato.

III – Ao injuriar os policiais, o agente apenas manifestou a sua liberdade de expressão, assegurada pela convenção americana sobre direitos humanos, não se configurando o desacato.

IV – Se fosse consumado o intuito de matar, o delito de porte de arma poderia ser absorvido pelo homicídio, de acordo com a teoria da consunção.

Estão certos apenas os itens

a) I e IV.

b) II e III.

c) II e IV.

d) I, II e III.

e) I, III e IV.

797. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A respeito de crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta, à luz do entendimento dos tribunais superiores.

a) A regra do furto privilegiado não se aplica ao crime qualificado por ruptura de obstáculo.

b) A extorsão é crime material, e a sua consumação exige a concretização da vantagem econômica exigida pelo agente.

c) O pagamento, antes da sentença, de cheque emitido sem provisão de fundos implica a extinção da punibilidade.

d) O reconhecimento da atipicidade material do furto pelo princípio da insignificância depende exclusivamente da inexpressividade do valor res furtiva.

e) No furto de água ou de energia elétrica, o pagamento do débito à companhia fornecedora antes de recebida a denúncia implica a extinção da punibilidade.

798. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Acerca de crime, imputabilidade penal e concurso de pessoas, assinale a opção correta.

a) As circunstâncias e as condições de caráter pessoal sempre se comunicam entre todos que concorrem para o crime.

b) A utilização da mesma fundamentação para dosar a pena aos corréus, com análise conjunta das circunstâncias judiciais, por violar a individualização da pena, não pode ser admitida.

c) O uso de cerca elétrica nos muros das residências constitui espécie de legítima defesa putativa.

d) A ofensa irrogada na discussão da causa pela parte ou por seu procurador configura causa excludente de ilicitude.

e) O trote acadêmico em que o calouro é obrigado a ingerir álcool não configura embriaguez por força maior, não afastando a imputabilidade do agente.

799. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A respeito das penas e das medidas de segurança, assinale a opção correta.

a) A atenuante da confissão espontânea é preponderante em relação à reincidência, impossibilitando a compensação plena entre uma e outra na segunda fase da dosimetria.

b) São espécies de penas privativas de liberdade a reclusão, a detenção, a prisão simples e a prisão especial.

c) São espécies de penas restritivas de direitos a prestação de serviços à comunidade, a interdição temporária de direitos e a obrigação de reparar o dano causado pelo crime.

d) São princípios constitucionais aplicáveis à pena a personalidade ou responsabilidade pessoal, a legalidade, a inderrogabilidade, a proporcionalidade, a individualização e a humanização.

e) A duração da medida de segurança é por tempo indeterminado, e o condenado só será liberado depois que perícia médica atestar a cessação de sua periculosidade.

800. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Considerando-se o entendimento dos tribunais superiores, em caso de furto de energia elétrica, o pagamento integral do débito, desde que efetuado em momento anterior ao recebimento da peça acusatória, configura

a) escusa absolutória relativa.

b) circunstância atenuante, apenas.

c) arrependimento eficaz.

d) causa supralegal de justificação.

e) causa extintiva da punibilidade.

801. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Jonas descobriu, na mesma semana, que era portador de doença venérea grave e que sua esposa, Priscila, planejava pedir o divórcio. Inconformado com a intenção da companheira, Jonas manteve relações sexuais com ela, com o objetivo de lhe transmitir a doença. Ao descobrir o propósito de Jonas, Priscila foi à delegacia e relatou o ocorrido. No curso da apuração preliminar, constatou-se que ela já estava contaminada da mesma moléstia desde antes da conduta de Jonas, fato que ela desconhecia. Nessa situação hipotética, considerando-se as normas relativas a crimes contra a pessoa, a conduta perpetrada por Jonas constitui

a) tentativa de perigo de contágio venéreo.

b) crime impossível, em razão do contágio anterior.

c) delito putativo de contágio por moléstia grave.

d) perigo de contágio por moléstia grave consumado.

e) tentativa de lesão corporal, devido ao perigo de contágio venéreo.

802. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) A respeito dos crimes de denunciação caluniosa e comunicação falsa de crime, assinale a opção correta.

a) Em relação a ambos os crimes, admite-se que o agente seja autoridade pública encarregada da persecução criminal.

b) Em relação a ambos os crimes, a instauração da investigação configura elemento normativo dos tipos suficiente para configurar consumação.

c) Exige-se, como elemento normativo dos tipos desses crimes, a indicação de pessoa certa e determinada.

d) Em relação a ambos os crimes, impõe-se ao agente saber da inocência da pessoa a quem se imputa o crime ou infração.

e) A consumação desses crimes se dá desde que o agente, ao comunicar o crime, tenha consciência atual de que inexiste a infração por ele imputada.

803. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) No que tange aos crimes contra o sentimento religioso, assinale a opção correta.

a) Para que configure crime, a prática do escárnio deve expressar o fim específico de ofender o sentimento religioso de um indivíduo, como elemento subjetivo do injusto.

b) A caracterização desse tipo de crime exige que a prática de escárnio seja efetuada na presença do sujeito passivo.

c) Em caso de escárnio por motivo religioso acompanhado de ofensa a honra individual, o agente responderá em concurso formal de crimes.

d) Em se tratando de escárnio por motivo religioso, a pena será acrescida de um terço caso se verifique o exercício de violência, desde que voltada contra objetos e esculturas sagradas.

e) Constitui infração penal o ato de escarnecer, em público, um grupo religioso.

804. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Deverá responder por crime de assédio sexual o

a) líder religioso que, no ambiente ecumênico, por reiteradas vezes, importunar fiel para que realize ato de natureza sexual.

b) agente que, se valendo de lotação elevada em veículo de transporte público, praticar ato libidinoso sem o consentimento da vítima.

c) indivíduo que constranger a vítima, em ambiente virtual, a se expor ou a praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal.

d) sujeito que praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal com vítima alcoolizada incapaz de manifestar livremente sua vontade.

e) empregador que, fora do ambiente laboral, constranger funcionário a conceder favorecimento sexual, valendo-se de sua condição hierárquica.

805. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Assinale a opção que apresenta causa que acarreta a extinção da punibilidade, extensível aos coautores e partícipes.

a) morte do agente.

b) perempção.

c) perdão judicial.

d) retração do querelado na calúnia.

e) prescrição ao agente menor de vinte e um anos.

806. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Constitui efeito extrapenal secundário específico da condenação a

a) proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, licença ou autorização do poder público.

b) declaração de incapacidade para o exercício do pátrio poder, em caso de crime doloso sujeito à pena de reclusão cometido contra filho.

c) suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso, pelo tempo da pena imposta.

d) proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.

e) proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo, nos casos de crimes praticados com violação de dever funcional.

807. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Quanto às circunstâncias agravantes e às atenuantes, assinale a opção correta.

a) Quanto às circunstâncias agravantes e às atenuantes, assinale a opção correta.

b) Inexiste, nas agravantes e atenuantes genéricas, previsão legal taxativa acerca do quantum a ser aplicado, cabendo ao juiz defini-lo.

c) As circunstâncias agravantes incidem apenas sobre os crimes dolosos.

d) A circunstância atenuante referente à senilidade é definida pelo Estatuto do Idoso.

e) A clemência incide em circunstâncias anteriores à prática do crime, nas hipóteses previstas expressamente no CP.

808. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Com relação à ilicitude e às causas de exclusão, julgue os itens a seguir.

I – As causas de exclusão de antijuridicidade previstas no CP são taxativas.

II – As fontes das causas de justificação são a lei, a necessidade e a falta de interesse.

III – Os efeitos das causas excludentes de antijuridicidade se estendem à esfera extrapenal.

IV – O consentimento do ofendido é causa de exclusão de ilicitude expressa no CP.

Estão certos apenas os itens

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

Cada um dos itens a seguir, a respeito de crimes contra o patrimônio, apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada à luz da doutrina e da jurisprudência pertinentes.

809. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Caio, com dezoito anos de idade, reside com seu pai, de cinquenta e oito anos de idade, e com seu tio, de sessenta e um anos de idade. Sem dinheiro para sair com os amigos, Caio subtraiu dinheiro de seu pai e, ainda, o aparelho celular do tio. Nessa situação, Caio será processado, mediante ação penal pública, por apenas um crime de furto.

810. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Maria não informou ao INSS o óbito de sua genitora e continuou a utilizar o cartão de benefício de titularidade da falecida pelo período de dez meses. Nessa situação, Maria praticou estelionato de natureza previdenciária, classificado, em decorrência de sua conduta, como crime permanente, de acordo com o entendimento do STJ.

811. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Em se tratando de crimes contra a dignidade sexual, a ação penal

I – se processa exclusivamente mediante ação penal privada.

II – pode ser pública incondicionada ou condicionada à representação, conforme a idade da vítima.

III – pode ser iniciada a qualquer tempo, desde que o fato seja comunicado à polícia ou ao Ministério Público.

IV – será pública incondicionada nas situações em que a vítima tiver menos de quatorze anos, padecer de doença mental incapacitante ou não puder oferecer resistência.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II e IV.

e) I, III e IV.

Acerca dos institutos penais da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, julgue os itens a seguir.

812. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) É admissível a incidência do arrependimento eficaz nos crimes perpetrados com violência ou grave ameaça.

813. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Veda-se a redução de pena em caso de arrependimento posterior nos crimes culposos.

814. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) De modo geral, a doutrina indica a aplicação da fórmula de Frank quando o objetivo for estabelecer a distinção entre desistência voluntária e tentativa.

Em sete de janeiro de 2017, João praticou conduta que, à época, configurava crime punível com prisão. O resultado desejado pelo autor, no entanto, foi alcançado somente dois meses depois, ou seja, em sete de março do mesmo ano, momento no qual a conduta criminosa tinha previsão de ser punida com pena menos grave, de restrição de direitos. Nessa situação hipotética, de acordo com a lei penal,

815. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) João não poderá ser condenado com a pena de prisão em razão da retroatividade da lei mais benéfica.

816. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) considera-se praticado o crime somente em sete de março de 2017, momento em que se alcançou o resultado desejado.

Antônio, renomado cientista, ao desenvolver uma atividade habitual, em razão da pressa para entregar determinado produto, foi omisso ao não tomar todas as precauções no preparo de uma fase do procedimento laboratorial, o que acabou ocasionando dano à integridade física de uma pessoa. Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

817. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Embora não tenha desejado o resultado danoso, Antônio poderá ser punido devido à imperícia na execução do procedimento laboratorial.

818. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A omissão de Antônio é penalmente relevante porque foi esse comportamento que criou o risco de ocorrência do resultado danoso à integridade física.

Julgue os próximos itens, relativos ao instituto da tentativa.

819. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Crime culposo não admite tentativa.

820. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No que concerne à punibilidade da tentativa, o Código Penal adota a teoria objetiva.

Julgue os itens seguintes, acerca do tratamento do sigilo e do segredo no direito penal no âmbito dos crimes contra a administração pública.

821. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Servidor público que tenha revelado fato do qual teve conhecimento em razão do cargo que exerce e que deveria permanecer em segredo terá cometido crime de divulgação de segredo.

822. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O empréstimo de senha entre servidores de uma mesma repartição para acesso a banco de dados ou a sistema de informações da administração pública comum aos usuários caracteriza crime contra a administração pública.

José, com vinte anos de idade, e seu primo, Pedro, de quinze anos de idade, saíram para conversar em um bar. José, que estava ingerindo bebida alcoólica, ficou muito bêbado rapidamente em razão do efeito colateral provocado por medicamento de que fazia uso. Pedro, percebendo o estado de embriaguez do primo, fez que este praticasse um ato que sabia ser tipificado como delituoso. A respeito dessa situação hipotética e considerando o concurso de pessoas e a imputabilidade penal, julgue os itens que se seguem.

823. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) José não poderá ser punido pelo crime que cometeu porque se encontrava em estado em embriaguez decorrente de caso fortuito, hipótese de isenção de pena.

824. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) José e Pedro cometeram crime em concurso de pessoas, e, haja vista que Pedro foi o mentor, a ele deverá ser imputada punição mais grave que a de José.

No que se refere aos crimes contra a administração da justiça, julgue os itens seguintes.

825. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Situação hipotética: Jonas usou de grave ameaça contra perito com o objetivo de favorecer os interesses da empresa onde trabalha, que está envolvida em contenda submetida ao juízo arbitral. Assertiva: Nessa situação, o crime cometido por Jonas é tipificado como coação no curso do processo.

826. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) As condutas subornar testemunha, coagir no curso do processo e fraudar o processo, caso tenham por escopo obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, configuram causas de aumento de pena.

827. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O crime de suborno de testemunha só será consumado com a efetiva realização de depoimento em juízo, no qual sejam feitas afirmações falsas ou seja negada ou silenciada a verdade.

828. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O crime de fraude processual, que consiste na inovação artificiosa do estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o objetivo de induzir o julgador a erro, tem incidência em demandas que tramitam junto a juízo arbitral.

Julgue os itens subsequentes, relativos a crimes contra a administração pública.

829. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A distinção fundamental entre os tipos penais tráfico de influência e exploração de prestígio diz respeito à pessoa sobre a qual recairá a suposta prática delitiva.

830. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Situação hipotética: Enquanto aguardava a audiência de custódia, um indivíduo preso em flagrante pelo delito de tráfico internacional de drogas pediu para ir ao banheiro. Por descuido dos agentes, quebrou uma janela e, mediante grave ameaça, conseguiu fugir. Assertiva: Nessa situação, a evasão do preso é considerada atípica, pois ocorreu violência apenas contra a coisa.

831. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O crime de tergiversação é caracterizado pela conduta do advogado que, após ter sido dispensado por uma das partes, tiver assumido a defesa da parte contrária na mesma causa. A sua consumação exige a prática de ato processual, não bastando a simples outorga de procuração.

Julgue os próximos itens, acerca da ação penal e da extinção de punibilidade.

832. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Em caso de morte do agente, extingue-se a punibilidade, não podendo a pena alcançar os herdeiros do agente, salvo quanto à obrigação de reparação de dano, no limite do patrimônio herdado.

833. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O cumprimento de pena no estrangeiro é causa interruptiva de prescrição, assim como a reincidência.

Acerca da antijuridicidade e das causas de exclusão no direito penal, julgue os itens subsequentes.

834. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O consentimento do ofendido é uma excludente de antijuridicidade e poderá ser manifestado antes, durante ou depois da conduta do agente.

835. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O oficial de justiça encontra-se em exercício regular de direito ao cumprir mandado de reintegração de posse de bem imóvel de propriedade de banco público, com ordem de arrombamento, desocupação e imissão de posse.

836. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Segundo o Código Penal, o agente que tenha cometido excesso quando da análise das excludentes de ilicitudes será punido apenas se o tiver cometido dolosamente.

O canadense Michael, após cumprir pena no Brasil por tráfico internacional de drogas, teve decretada sua expulsão do país. No entanto, quando foi determinada a execução da medida compulsória de sua retirada, Michael não foi localizado, permanecendo no Brasil. No ano seguinte ao ato executório, ele foi detido em região de fronteira, em território brasileiro, com mercadoria nacional, destinada à exportação. Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

837. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Michael praticou o crime de reingresso de estrangeiro expulso: a sua permanência em território nacional, de acordo com o Código Penal, é equiparada a reingresso.

No que se refere aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, julgue os seguintes itens.

838. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Praticará o crime de corrupção passiva o médico — seja ele servidor público ou não — que, em atendimento pelo Sistema Único de Saúde, exigir do segurado quantia em dinheiro para a realização de consulta.

839. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) O vereador que, em razão do seu cargo, solicitar parte do salário de seus assessores em benefício próprio praticará o crime de concussão.

Julgue os próximos itens, referentes a crimes de falsidade documental.

840. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) A omissão involuntária de despesas de campanha eleitoral quando da prestação de contas afasta a eventual incidência do crime de falsidade ideológica.

841. (2017/TCE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS) Será considerada atípica, por inexistência de ofensa à fé pública nacional, a conduta do estrangeiro que, para tentar sair irregularmente do Brasil, apresentar à Polícia Federal passaporte falso expedido por outro país.

842. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) Entre janeiro e agosto de 2012, três amigos, unidos de modo estável e permanente, com o propósito comum de praticar crimes, assaltaram cinco residências em ocasiões diversas. Os três agiram sempre na mesma região e de igual forma: a vítima era abordada na garagem, ao chegar a casa, depois das 18 horas, e ameaçada com revólveres; em seguida, eles entravam na casa, amarravam, amordaçavam e trancavam as pessoas presentes em um cômodo; feito isso, recolhiam as coisas de valor e fugiam no carro da família. Nessa situação hipotética, os agentes devem ser punidos por

a) roubo e constrangimento ilegal.

b) roubo e ameaça.

c) roubo e sequestro.

d) roubo circunstanciado.

e) roubo e violação de domicílio.

843. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) Um indivíduo, sem antecedentes criminais, pagou, com cheque personalizado em nome de terceiro, mercadorias, no valor de R$ 2.300, compradas em determinado supermercado. Para tanto, apresentou cédula de identidade falsificada com sua fotografia, tendo induzido em erro a pessoa responsável pelo caixa do supermercado. Consumada a ação, tal indivíduo, arrependido, rasgou e destruiu o talão de cheques e a identidade falsificada, inutilizando-os definitivamente. Nessa situação hipotética, o juiz responsável pelo julgamento do referido indivíduo deveria

a) condená-lo por falsificação e uso de documento público em concurso material com estelionato.

b) condená-lo por falsificação e uso de documento público mais estelionato, em continuidade delitiva.

c) condená-lo apenas pelo estelionato, aplicando a consunção em relação ao crime de falsificação.

d) absolvê-lo por atipicidade de conduta, aplicando o princípio da insignificância.

e) absolvê-lo, com reconhecimento do arrependimento posterior.

844. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) Um indivíduo, sem antecedentes criminais, que, consertando e vendendo telefones celulares novos e usados, exercia comércio clandestino no quintal de casa, expôs à venda, em certa ocasião, um celular roubado avaliado em R$ 3.000. Ao ser indagado sobre a procedência do bem, o comerciante alegou que o comprara de um desconhecido, sem recibo ou nota fiscal. Embora não tenha ficado esclarecido como o celular chegara às suas mãos ou quem o subtraíra, é inquestionável a procedência criminosa, já que a vítima, quando do roubo, havia registrado na delegacia a ocorrência do fato, o qual fora confirmado por testemunhas oculares.Nessa situação hipotética, tal indivíduo responderá pela prática de crime de receptação

a) preterdolosa, por ter agido com dolo na conduta e culpa no resultado.

b) qualificada, mesmo que a autoria do crime anterior não seja apurada, por tratar-se de crime parasitário ou acessório.

c) culposa, já que agiu com imprudência ao comprar produtos sem exigir recibo ou nota fiscal.

d) simples, porque não explorava comércio regular.

e) dolosa com forma privilegiada, por ser primário e ter bons antecedentes.

845. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) Um indivíduo negro, síndico do edifício onde morava, ao flagrar um morador na piscina do bloco com um recipiente de isopor cheio de bebidas alcoólicas — atitude que afronta a norma regimental proibitiva do condomínio —, recriminou-o, dizendo simplesmente: "– você não pode fazer isso!". Enfurecido, o morador retrucou a admoestação, proferindo ofensas relativas à raça e à cor do síndico, com a seguinte frase: "– Negro safado e fedido, volte para a África, que é seu lugar!". A ofensa foi proferida em voz alta, na presença de vários condôminos que usufruíam da área de lazer. Nessa situação, a conduta do morador configura hipótese de

a) injúria qualificada por conotação racial.

b) crime contra a honra sujeito a ação penal pública incondicionada.

c) crime contra a honra sujeito à exceção da verdade.

d) difamação, razão por que ele estará isento de pena caso se retrate antes de proferida a sentença.

e) retorsão imediata, razão por que ele não poderá ser punido.

846. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) Maria, que trabalhava havia anos em serviço terceirizado de limpeza, aproveitando-se de que o delegado-chefe da delegacia de polícia de Recife, onde trabalhava à época, estava ausente, entrou em sua sala e subtraiu para si um telefone celular que estava sobre a mesa. O delegado tinha total confiança em Maria, tanto que muitas vezes deixava bens públicos e privados sob seus cuidados. O bem subtraído foi avaliado em R$ 3.000. Nessa situação hipotética, Maria responderá por

a) furto qualificado por abuso de confiança.

b) furto privilegiado.

c) peculato.

d) apropriação indébita.

e) Extravio.

847. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) Antônio, junto com comparsa, abordou dois rapazes que caminhavam na rua e os ameaçou com um revólver de brinquedo, subtraindo do primeiro R$ 20 e do segundo um isqueiro no valor de R$ 8. Notificados da ocorrência, os componentes de uma guarnição da Polícia Militar de Pernambuco, ao final de rápida diligência, os localizaram e prenderam em situação de flagrância, já que estavam na posse da res furtiva. Durante a lavratura do flagrante, Antônio identificou-se com nome fictício, para esconder seus antecedentes criminais, não tendo exibido documento de identidade. Nessa situação hipotética, Antônio responderá pela prática de

a) roubos em concurso formal mais falsidade ideológica.

b) roubo impróprio.

c) roubos em concurso formal mais falsa identidade em concurso material.

d) roubo com majorante de uso de arma.

e) roubo continuado.

848. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) No que se refere aos crimes contra a fé pública e outras falsidades, julgue os itens a seguir.

I – Os crimes contra a fé pública são crimes materiais, exigindo a produção de um resultado danoso à sociedade.

II – Dada a relevância do objeto jurídico tutelado, não se admite o princípio da insignificância nos crimes contra a fé pública.

III – Atribuir-se nome falso com o propósito de praticar estelionato implica o concurso material entre dois crimes.

IV – Alterar a numeração da placa de veículo com fita adesiva preta, embora seja falsificação grosseira, configura adulteração de sinal identificador de veículo.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

849. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) No que diz respeito a concurso de pessoas, assinale a opção correta de acordo com a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) A cooperação dolosamente distinta não permite a aplicação diferenciada de penas para aqueles que participam do crime.

b) Só o servidor público pratica peculato, não podendo responder pelo crime o partícipe que não tenha a mesma condição pessoal.

c) É absolutamente impossível o concurso de pessoas nos crimes culposos.

d) Na sentença condenatória, o juiz deve sempre aplicar penas iguais para o autor, o coautor e o partícipe.

e) O crime de rixa, por ser plurissubjetivo, só se realiza com a participação de três ou mais pessoas.

850. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Pedro, José e Alfredo integram uma organização criminosa que opera com tráfico de drogas e comete vários crimes na periferia de uma grande cidade brasileira. José ocupa uma posição mais alta na organização, sendo responsável por punir quem não correspondesse às expectativas do grupo. Certo dia, tendo Alfredo falhado na cobrança de uma dívida do tráfico, José, com a ajuda de Pedro, deu-lhe uma surra. Com o objetivo de se vingar de ambos, Alfredo armou um plano para acabar com a vida de José e atribuir a responsabilidade a Pedro. Assim, durante um tiroteio entre integrantes da organização criminosa e policiais, Alfredo, apontando na direção de José, que estava atrás de um arbusto, orientou Pedro a atirar nele, sob a alegação de que se tratava de um policial. O tiro atingiu José e Alfredo fugiu. Tendo percebido o erro, Pedro levou José ao hospital, o que evitou sua morte. Considerando que, conforme o Código Penal, o crime de homicídio consiste em matar alguém e o crime de lesão corporal em ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem, assinale a opção correta a respeito da responsabilização de Alfredo e Pedro na situação hipotética apresentada.

a) Pedro não será responsabilizado pela prática de crime, em razão do erro sobre pessoa, e Alfredo responderá por tentativa de homicídio.

b) Alfredo será responsabilizado por tentativa de homicídio e Pedro por lesão corporal.

c) Nem Alfredo nem Pedro serão responsabilizados pela prática de crime, já que Pedro impediu a morte de José.

d) Tanto Pedro quanto Alfredo responderão por tentativa de homicídio.

e) Pedro não será responsabilizado pela prática de crime, por estar configurada discriminante putativa, e Alfredo responderá por lesão corporal.

851. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Considera-se inimputável aquele que comete crime

a) antes de completar dezoito anos de idade.

b) em estado de embriaguez preordenada.

c) agindo em legítima defesa, o que o isenta de pena.

d) sem ser inteiramente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, o que o isenta de pena.

e) sob forte emoção ou paixão.

852. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito de penas, julgue os itens a seguir.

I – O trabalho externo é admissível no regime fechado.

II – Em se tratando de reincidentes em crimes dolosos, as penas restritivas de direitos não podem ser autônomas.

III – São penas restritivas de direitos: interdição temporária de direitos e pagamento de multa.

IV – A limitação de final de semana é uma das penas restritivas de direitos e consiste em permanecer em casa de albergado por cinco horas aos finais de semana.

Estão certos apenas os itens

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

853. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A pedido de Ronaldo, um amigo portador de doença congênita cardiovascular, a médica Joana emitiu atestado médico afirmando que ele estava apto a praticar, sem prejuízos para

sua saúde, esportes como a corrida. Ronaldo, então, utilizou o atestado como instrumento de prova para um concurso público para a polícia civil. Uma semana depois de assumir o cargo, Ronaldo passou mal, e o atestado foi colocado à prova, tendo passado a ser objeto de investigação criminal. O perito escalado para contestar ou reafirmar o atestado concedido pela médica protegeu a colega de profissão e atestou que o problema cardíaco de Ronaldo, embora congênito, pode ser de difícil diagnóstico, o que justificaria suposta falha de Joana. Ronaldo, entretanto, em sede de inquérito, confessou que havia pedido o atestado à médica. O perito voltou atrás e retratou-se, tendo afirmado que seria impossível a médica não ter verificado a doença. A respeito das condutas de Ronaldo, de Joana e do perito, assinale a opção correta.

a) Ronaldo não cometeu crime, configurando arrependimento eficaz o fato de ele ter confessado em sede de inquérito.

b) A conduta de Joana configura crime contra a administração pública.

c) O perito não cometeu crime, cabendo-lhe apenas punição administrativa.

d) Joana cometeu crime de certidão ou atestado ideologicamente falso.

e) A conduta de Joana configura crime de falsidade de atestado médico.

854. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Marcos estava sendo acusado de roubo. Preocupado com o futuro de Marcos, que havia recentemente sido aprovado em um concurso para a carreira policial, Carlos, pai de Marcos, comunicou à autoridade ser o autor do roubo e assumiu, em juízo, a prática do crime. Nessa situação hipotética, caso seja descoberta a mentira, Carlos responderá pela prática do crime de

a) falso testemunho.

b) fraude processual.

c) autoacusação falsa.

d) denunciação caluniosa.

e) comunicação falsa de crime.

855. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Um indivíduo de dezenove anos de idade, livre, consciente e capaz, dirigiu-se a uma joalheria com a intenção de praticar furto. Na loja, passou-se por cliente e pediu a uma vendedora para ver algumas peças. Enquanto via as joias, aproveitando-se de um descuido da vendedora, o indivíduo colocou um colar de ouro em seu bolso e, em seguida, saiu da loja, sem nada ter comprado. Trinta minutos depois, ele retornou à loja e devolveu a joia, incentivado por sua mãe. Apesar disso, o gerente, representando a joalheria, decidiu registrar boletim de ocorrência sobre o fato em uma delegacia de polícia, e o homem foi indiciado por furto simples. Após o término do inquérito policial, o Ministério Público denunciou o acusado por furto simples. A denúncia foi recebida pelo juízo competente quatro anos e seis meses depois da prática do delito, com a determinação da citação do acusado. Nesse caso, é possível o reconhecimento de

a) arrependimento eficaz.

b) desistência voluntária.

c) prescrição da pretensão punitiva.

d) tentativa de furto.

e) crime oco.

856. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Depois de finalizado o devido processo legal, um indivíduo foi condenado à pena concreta mínima de um ano de reclusão e de dez dias-multa por ter praticado crime de estelionato. De acordo com o Código Penal e com o entendimento dos tribunais superiores, nesse caso é permitido ao juiz, na sentença condenatória,

a) converter a pena de reclusão aplicada em duas penas restritivas de direitos, sendo uma de prestação de serviços comunitários e outra de prestação pecuniária.

b) estabelecer prestação de serviços comunitários como condição do regime aberto.

c) aplicar o regime aberto, ainda que o condenado seja reincidente.

d) estabelecer regime mais severo que o permitido em lei, ainda que a pena base tenha se mantido no mínimo legal.

e) converter a pena de reclusão aplicada em uma pena de multa.

857. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Acerca do crime de estelionato, julgue os seguintes itens.

I – Em se tratando de crime de estelionato cometido contra a administração pública, não se aplica o princípio da insignificância, pois a conduta que ofende o patrimônio público, a moral administrativa e a fé pública possui elevado grau de reprovabilidade.

II – Aplica-se a regra do concurso material de delitos a crime de estelionato previdenciário cometido por um só agente após o óbito do segurado, tendo esse agente efetuado saques mensais de prestações previdenciárias por meio de cartão magnético.

III – Extingue-se a punibilidade do delito de estelionato previdenciário se o agente devolver a vantagem ilícita recebida à Previdência Social antes do recebimento da denúncia.

Com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.
b) Apenas o item II está certo.
c) Apenas os itens I e III estão certos.
d) Apenas os itens I e III estão certos.
e) Todos os itens estão certos.

858. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No exercício de suas atribuições, um funcionário público prestava atendimento a um cidadão quando necessitou buscar, no interior da repartição, um documento para concluir um procedimento. Por descuido do funcionário, um laptop da instituição, que estava sendo utilizado por ele, ficou desvigiado, às vistas do cidadão que recebia o atendimento. Quando o funcionário retornou, não encontrou o cidadão e observou que o laptop havia sumido. Posteriormente, as investigações policiais concluíram que aquele cidadão havia furtado o laptop, que não foi recuperado.

Nesse caso, o funcionário público

a) não praticou crime, uma vez que não anuiu à conduta delituosa.

b) foi partícipe do crime de furto praticado e, por isso, será condenado às penas cominadas para esse crime, na medida de sua culpabilidade.

c) praticou peculato culposo, podendo a punibilidade ser extinta caso ele repare o dano ao órgão até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

d) cometeu crime de peculato-furto, pois concorreu para a realização do furto, podendo ser reconhecida a atipicidade do fato pelo princípio da insignificância.

e) responderá por peculato impróprio desde que o cidadão seja condenado por furto.

859. (2017/TRE BA/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA SERVIÇOS GERAIS – ESPECIALIDADE: SEGURANÇA JUDICIÁRIA) O diretor de uma empresa multinacional dirigiu-se a sua seção eleitoral a fim de solicitar a emissão da segunda via de seu título de eleitor. Ao chegar à seção, foi informado por um técnico judiciário de que o expediente havia se encerrado e de que, por isso, os funcionários não poderiam mais recebê-lo naquele dia. Descontente, o empresário exigiu ser atendido, afirmando ocupar posição social superior à do técnico e submetendo-o a tratamento vexatório, com o uso de palavras insultuosas. Nessa situação hipotética, o empresário praticou crime tipificado como

a) resultante de preconceito.

b) desacato.

c) abuso de autoridade.

d) desobediência.

e) resistência.

860. (2017/PROCURADOR MUNICIPAL) Acerca da aplicação e da execução da pena, assinale a opção correta, conforme o entendimento do STJ.

a) De acordo com o entendimento jurisprudencial, o tempo da internação para o cumprimento de medida de segurança é indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada a cessação da periculosidade.

b) No momento da aplicação da pena, o juiz pode compensar a atenuante da confissão espontânea com a agravante da promessa de recompensa.

c) É vedada a concessão de trabalho externo a apenado em empresa familiar em que um dos sócios seja seu irmão.

d) Confissão ocorrida na delegacia de polícia e não confirmada em juízo não pode ser utilizada como atenuante, mesmo que o juiz a utilize para fundamentar o seu convencimento.

861. (2017/PROCURADOR MUNICIPAL) Com relação aos crimes em espécie previstos no CP, assinale a opção correta, considerando o entendimento jurisprudencial do STJ.

a) O indivíduo que, ao ser preso em flagrante, informa nome falso com o objetivo de esconder seus maus antecedentes pratica o crime de falsa identidade, não sendo cabível a alegação do direito à autodefesa e à não autoincriminação.

b) Para a configuração do crime de descaminho, é necessária a constituição definitiva do crédito tributário por processo administrativo-fiscal.

c) Em se tratando de crime de concussão, a situação de flagrante se configura com a entrega da vantagem indevida.

d) O crime de sonegação fiscal não absorve o crime de falsidade ideológica, mesmo que seja praticado unicamente para assegurar a evasão fiscal.

862. (2017/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) Álvaro e Samuel assaltaram um banco utilizando arma de fogo. Sem ter ferido ninguém, Álvaro conseguiu fugir. Samuel, nervoso por ter ficado para trás, atirou para cima e acabou atingindo uma cliente, que faleceu. Dias depois, enquanto caminhava sozinho pela rua, Álvaro encontrou um dos funcionários do banco e, tendo sido por ele reconhecido como um dos assaltantes, matou-o e escondeu seu corpo. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Álvaro cometeu os crimes de roubo qualificado e homicídio simples.

b) Samuel cometeu os crimes de roubo simples e homicídio culposo.

c) Álvaro cometeu os crimes de roubo e homicídio qualificados.

d) Álvaro cometeu o crime de homicídio qualificado e será responsabilizado pelo resultado morte ocorrido durante o roubo.

e) Álvaro e Samuel cometeram o crime de roubo qualificado pelo resultado morte.

863. (2017/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) Assinale a opção correta, acerca de extinção da punibilidade.

a) Uma lei de anistia pode ser revogada por lei posterior, diante de mudança de opinião do Congresso Nacional a respeito da extinção de punibilidade concedida.

b) Graça e indulto somente podem ser concedidos pelo presidente da República, uma vez que tais prerrogativas são insuscetíveis de delegação.

c) A punibilidade de qualquer crime pode ser extinta por meio de graça e indulto.

d) O instituto da prescrição atinge a pretensão de punir ou de executar a pena.

e) A anistia ou abolitio criminis é causa extintiva de punibilidade discutida no âmbito do Poder Legislativo.

864. (2017/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) O porte ou a posse simultânea de duas ou mais armas de fogo de uso restrito ou proibido não configura concurso formal, mas crime único, pois a situação de perigo é uma só.

a) Em processo de tráfico internacional de drogas, basta a primariedade para a aplicação da redução da pena.

b) Dado o instituto da delação premiada previsto nessa lei, ao acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial podem ser concedidos os benefícios da redução de pena, do perdão judicial ou da aplicação de regime penitenciário mais brando.

c) É vedada à autoridade policial a destruição de plantações ilícitas de substâncias entorpecentes antes da realização de laudo pericial definitivo, por perito oficial, no local do plantio.

d) Para a configuração da transnacionalidade do delito de tráfico ilícito de drogas, não se exige a efetiva transposição de fronteiras nem efetiva coautoria ou participação de agentes de estados diversos.

e) O crime de associação para o tráfico se consuma com a mera união dos envolvidos, ainda que de forma individual e ocasional.

865. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) Considerando a jurisprudência do STJ a respeito dos crimes patrimoniais, assinale a opção correta.

a) Constitui crime impossível a tentativa de furto em loja comercial dotada de sistema de monitoramento por câmeras de vídeo, por impossibilidade de sua consumação.

b) A prisão em flagrante do suspeito de crime de receptação na posse da res furtiva, com registro de furto ou de roubo, comprova a materialidade do delito.

c) A utilização de arma de fogo desmuniciada para intimidar a vítima caracteriza a elementar "grave ameaça" e acarreta a aplicação da majorante prevista na lei.

d) Os crimes de furto e de roubo só se consumam quando o agente detém a posse tranquila do bem subtraído.

866. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) Considerando a jurisprudência do STF e do STJ sobre os princípios informativos do direito penal e da teoria geral da pena, assinale a opção correta.

a) Se a natureza e a quantidade da droga apreendida repercutirem na fixação da pena, não poderá esse mesmo parâmetro ser usado para definir o regime inicial de cumprimento dessa pena.

b) A irretroatividade da lei penal mais gravosa é sempre aplicável, inclusive nos crimes permanentes e nas hipóteses de continuidade delitiva.

c) Devido ao fato de o crime de lavagem de capitais ser de caráter acessório, a participação do agente no crime antecedente é indispensável à configuração daquele crime.

d) A prática sequenciada de atos libidinosos e conjunção carnal contra a mesma pessoa, dentro do mesmo contexto fático, configura crime único.

867. (2017/MPE/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO) No direito penal, o princípio da

a) fragmentariedade informa que o direito penal é autônomo e cuida das condutas tidas por ilícitas penalmente, sendo aplicável a lei penal independentemente da solução do problema por outros ramos do direito.

b) irretroatividade da lei se aplica absolutamente.

c) insignificância, segundo o entendimento do STF, pressupõe apenas três requisitos para a sua configuração: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social e reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento.

d) proporcionalidade fundamenta a declaração de inconstitucionalidade de parte do art. 44 da Lei Antidrogas, que veda a concessão de liberdade provisória em crimes relacionados às drogas.

868. (2017/MPE/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO) De acordo com o entendimento do STF a respeito de assuntos afetos ao direito penal, assinale a opção correta.

a) No latrocínio — roubo seguido de morte —, responderá apenas pelo roubo o autor que não estiver fisicamente no ambiente em que ocorrer a morte, por não provocá-la diretamente e por sua participação ser considerada de menor importância.

b) É hediondo o tráfico privilegiado de drogas, ainda que sujeito à redução de pena, conforme disposições da Lei Antidrogas, razão por que seu autor tem de atender a requisitos mais severos para o livramento condicional, não lhe sendo permitida a progressão de regime.

c) O inadimplemento da pena de multa imposta ao sentenciado impede a sua progressão de regime, salvo se ele comprovar absoluta impossibilidade econômica.

d) À prática clandestina de atividade de telecomunicação consistente em manutenção de rádio comunitária não se aplica o princípio da insignificância, independentemente do grau de interferência do sinal e mesmo que presente a boa-fé do infrator.

869. (2017/MPE/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO) Assinale a opção correta a respeito da dosimetria da pena segundo o entendimento do STJ.

a) É possível a aplicação de pena inferior à mínima na segunda fase da dosimetria da pena.

b) Apenas à confissão qualificada se impõe a incidência de atenuante na segunda fase da dosimetria da pena.

c) Natureza e quantidade de droga não podem ser utilizadas, concomitantemente, na primeira e na terceira fase da dosimetria da pena, sob pena de bis in idem.

d) Não se admite compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência.

870. (2017/TRE PE/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Caracteriza crime de falsidade ideológica a conduta consistente em

a) omitir que está empregado ao preencher cadastro público para obtenção de benefício social.

b) trocar a foto do documento de identificação por outra, própria, mais recente.

c) fingir que é outra pessoa para obter algum benefício, como o ingresso em evento privado.

d) utilizar o título de eleitor do irmão que se encontre em viagem para votar em seu lugar.

e) alterar por conta própria o nome que consta na carteira nacional de habilitação.

871. (2017/TRE PE/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Antônio e mais três pessoas, todas desempregadas, reuniram-se no intuito de planejar e executar crimes de roubos armados a carros-fortes. Nessa situação hipotética, a conduta de Antônio

a) não caracteriza crime de associação criminosa, pois, havendo mais de três agentes, caracteriza-se a organização criminosa, dado o princípio da especialidade.

b) só poderá ser caracterizada como crime de organização criminosa se a pena máxima prevista pelos delitos praticados for igual ou superior a quatro anos e se estes tiverem caráter transnacional.

c) configura crime de roubo em concurso de pessoas, em face da associação transitória dos agentes, já que não houve divisão de tarefas nem hierarquia entre eles.

d) só poderá ser caracterizada como crime de associação criminosa se os outros agentes forem maiores de idade ou praticarem pelo menos um roubo.

e) configura crime de associação criminosa, ainda que os agentes sejam quatro e a pena máxima prevista para a prática do crime de roubo seja superior a quatro anos.

872. (2017/TRE PE/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) De acordo com os principais teóricos do direito penal, a teoria da imputação objetiva se refere especificamente à

a) culpabilidade.

b) antijuridicidade.

c) tipicidade material.

d) relação de causalidade.

e) punibilidade.

873. (2017/TRE PE/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Um dos elementos da culpabilidade, a imputabilidade será excluída no caso de o agente atuar sob o estado de embriaguez completa

a) intencional.

b) fortuita.

c) culposa.

d) preordenada.

e) voluntária.

874. (2017/TRE PE/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Acerca do crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura, assinale a opção correta.

a) Tal crime classifica-se como crime de mão própria, exigindo-se, para sua tipificação, atuação pessoal e direta do agente, razão pela qual não se admite coautoria ou participação.

b) É típica a conduta do agente que autoriza a assunção de obrigação nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, ainda que haja contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.

c) O sujeito ativo desse crime é o funcionário público competente para ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, podendo ser inclusive diretor de fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

d) O tipo penal em questão prevê as modalidades dolosa e culposa, podendo o comportamento do agente ser comissivo, omissivo próprio ou impróprio.

e) Por se tratar de crime de menor potencial ofensivo, admite-se a transação penal, mas, como a conduta do agente ofende a moralidade e a probidade administrativa, há vedação expressa à concessão de suspensão condicional da pena.

875. (2017/MPE/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO) À luz do entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito dos processos em espécie.

a) A ameaça sofrida pela mulher no contexto doméstico é crime de natureza pública incondicionada.

b) Caberá transação penal de contravenção penal praticada contra a mulher no contexto doméstico.

c) O descumprimento de medida protetiva de urgência não configura o crime de desobediência.

d) Caberá suspensão condicional do processo em denúncia oferecida contra o marido que, no ambiente doméstico, causar lesões corporais à esposa.

876. (2017/TRE PE/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O prazo prescricional da pretensão punitiva

a) será calculado sobre o total da pena aplicada a todos os crimes praticados após a incidência do acréscimo, se se tratar de concurso formal imperfeito.

b) será calculado sobre o total correspondente à soma das penas de todos os crimes praticados, se se tratar de crime continuado.

c) será calculado sobre o total correspondente à soma de todas as penas dos crimes praticados, se se tratar de concurso material.

d) será calculado isoladamente em cada crime praticado, desconsiderando-se o acréscimo decorrente do concurso, se se tratar de concurso formal perfeito.

e) será calculado isoladamente em cada um dos crimes praticados, computando-se o acréscimo decorrente da continuidade, se se tratar de crime continuado.

O prefeito de determinado município utilizou recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para pagamento de professores e para a compra de medicamentos e insumos hospitalares destinados à assistência médico- odontológica das crianças em idade escolar do município. Mauro, chefe do setor de aquisições da prefeitura, propositalmente permitia que o estoque de medicamentos e insumos hospitalares chegasse a zero para justificar situação emergencial e dispensar indevidamente a licitação, adquirindo os produtos, a preços superfaturados, da empresa Y, pertencente a sua sobrinha, que desconhecia o esquema fraudulento. A respeito da situação hipotética apresentada e de aspectos legais e doutrinários a ela relacionados, julgue os itens a seguir.

877. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA DIREITO E LEGISLAÇÃO) O prefeito agiu em desconformidade com a lei ao usar verbas do FUNDEB para compra de insumos hospitalares destinados à assistência médico- odontológica das crianças.

878. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA DIREITO E LEGISLAÇÃO) A sobrinha de Mauro poderá ser responsabilizada criminalmente.

879. (2017/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) Durante a instrução de determinado processo judicial, foi comprovada falsificação da escrituração em um dos livros comerciais de uma sociedade limitada, em decorrência da criação do chamado "caixa dois". A sentença proferida condenou pelo crime apenas o sócio com poderes de gerência. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A conduta praticada pelo sócio constitui crime falimentar.

b) Na situação, configura-se crime de falsificação de documento público.

c) Sendo o diário e o livro de registro de atas de assembleia livros obrigatórios da sociedade citada, a referida falsificação pode ter ocorrido em qualquer um deles.

d) Em decorrência da condenação criminal, o sócio-gerente deverá ser excluído definitivamente da sociedade.

e) O nome do condenado não pode ser excluído da firma social, que deve conter o nome de todos os sócios, seguido da palavra "limitada".

GABARITO

775.a **776.**a **777.**c **778.**a **779.**d **780.**a **781.**b **782.**c **783.**e **784.**a **785.**e **786.**b **787.**d **788.**c **789.**c **790.**e **791.**b **792.**d **793.**a **794.**c **795.**c **796.**a **797.**e **798.**d **799.**d **800.**e **801.**b **802.**a **803.**a **804.**e **805.**b **806.**b **807.**b **808.**c **809.**c **810.**e **811.**d **812.**c **813.**e **814.**c **815.**c **816.**e **817.**e **818.**c **819.**c **820.**c **821.**e **822.**e **823.**c **824.**e **825.**c **826.**e **827.**e **828.**e **829.**c **830.**c **831.**c **832.**c **833.**e **834.**e **835.**e **836.**e **837.**e **838.**e **839.**e **840.**c **841.**e **842.**d **843.**c **844.**b **845.**a **846.**a **847.**c **848.**d **849.**e **850.**b **851.**a **852.**b **853.**e **854.**c **855.**c **856.**e **857.**a **858.**c **859.**b **860.**b **861.**a **862.**d **863.**d **864.**d **865.**b **866.**d **867.**d **868.**c **869.**c **870.**a **871.**e **872.**d **873.**b **874.**c **875.**c **876.**d **877.**c **878.**e **879.**b

DIREITO PROCESSUAL PENAL

880. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Em razão de não ser localizado para a citação pessoal, o réu foi citado por edital e constituiu advogado nos autos, fazendo o processo transcorrer normalmente. Um mês após ser constituído, o advogado renunciou ao mandado outorgado; o juiz intimou novamente o réu por edital para que comparecesse em juízo e constituísse novo advogado. O acusado permaneceu silente. Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça, o juiz deverá

a) declarar o réu revel e dar continuidade ao processo, nomeando defensor público ou dativo.

b) intimar o acusado por hora certa.

c) suspender o processo e a prescrição penal com efeito retroativo à citação editalícia.

d) suspender o processo e manter o trâmite regular da prescrição.

e) suspender o processo e a prescrição penal a partir do término do prazo transcorrido da nova intimação por edital.

881. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Acerca da coleta de material genético para fins processuais penais, assinale a opção correta.

a) O réu preso em flagrante pela prática de crime de roubo deve se sujeitar à coleta de material genético para inclusão em banco de dados, mesmo que confesse a conduta e forneça sua identidade civil.

b) Caso seja essencial para as investigações policiais, o preso em flagrante poderá ser obrigado a se sujeitar à coleta de material genético, mediante despacho da autoridade judiciária competente, mesmo que forneça a sua identidade civil.

c) As informações genéticas contidas nos bancos de dados de perfis genéticos poderão revelar traços somáticos ou comportamentais das pessoas.

d) Quando a pena do crime a ser apurado for de detenção, a autoridade policial não poderá colher material genético do preso, mesmo com o consentimento dele.

e) A coleta obrigatória de material genético, à qual são submetidos os condenados por crimes hediondos, é inconstitucional por ofender o princípio de que ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo.

882. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) O recurso cabível da decisão que revoga medida cautelar diversa da prisão é

a) o agravo de instrumento.

b) a carta testemunhável.

c) o agravo interno.

d) a apelação.

e) o recurso em sentido estrito.

883. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) É considerada prova lícita

a) os dados obtidos pela Receita Federal mediante requisição direta às instituições bancárias em processo administrativo fiscal sem prévia autorização judicial.

b) a gravação de conversa informal entre policial e indiciado durante a lavratura do auto de prisão em flagrante, sem a prévia comunicação de que o indiciado tem o direito de permanecer em silêncio.

c) a gravação ambiental clandestina realizada pela própria vítima do estelionato com o seu advogado.

d) o diálogo obtido pela polícia por meio da extração de mensagens de WhatsApp registradas em telefone celular apreendido na prisão em flagrante, sem a prévia autorização judicial.

e) a interceptação telefônica realizada sem prévia autorização judicial, desde que haja posterior consentimento de um dos interlocutores.

884. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Antônio foi preso em flagrante pelo crime de descaminho, cuja pena é de um a quatro anos de reclusão. Ele possui diversas passagens na Vara da Infância e Juventude, sem, contudo, ter qualquer condenação criminal por ato praticado depois de alcançada a maioridade penal. Considerando essa situação hipotética, na audiência de custódia o juiz poderá

a) relaxar a prisão de Antônio em razão da falta dos requisitos para a decretação da prisão preventiva.

b) decretar a prisão preventiva de Antônio em razão das diversas passagens na Vara da Infância e Juventude e do processo atual.

c) conceder liberdade provisória a Antônio, já que é ilegal a conversão da prisão em flagrante em preventiva com base em registros infracionais praticados antes de o indivíduo ter alcançado a maioridade.

d) decretar prisão temporária de Antônio, caso haja pedido do Ministério Público.

e) conceder a Antônio liberdade provisória com medida cautelar diversa da prisão, haja vista o não cabimento da prisão preventiva.

Um agricultor autuado por infração ambiental solicitou auxílio da DP. No auto de infração, constam: a conduta de impedir a regeneração natural de floresta localizada em APP, por manter a área como pasto; a indicação da pena de multa em razão da ilegalidade. Segundo o agricultor, na verificação, os agentes públicos federais afirmaram ser possível a responsabilização nas esferas administrativa, criminal e civil. Ele argumentou, por fim, que comprou a propriedade já no estado atual e que desconhecia as supostas ilegalidades.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

885. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) O auto de infração em apreço só terá legalidade se tiver sido lavrado por autoridade policial e contiver o valor da multa, cujo pagamento, entretanto, só deverá ser feito após o julgamento administrativo, já que depende de confirmação de incidência.

886. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Julgue os itens a seguir, relativos à audiência de custódia.

I – Segundo entendimento majoritário do STJ, a não realização de audiência de custódia não enseja a nulidade da prisão preventiva em que posteriormente seja convertida a custódia, se forem observadas as demais garantias processuais e constitucionais.

II – As audiências de custódia são uma garantia de preservação pessoal assumida pelo Brasil em compromissos internacionais, como a Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

III – Segundo entendimento do STF, a realização de audiência de apresentação é de observância obrigatória, mas a sua não realização é vício que pode ser suprido pela conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva.

IV – As audiências de custódia tornam viável ao magistrado a constatação direta das condições físicas do preso e das circunstâncias de sua prisão.

Estão certos apenas os itens

a) I e III.

b) II e IV.

c) III e IV.

d) I, II e III.

e) I, II e IV.

887. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Conforme o entendimento do STJ, a prisão preventiva

a) não pode ser decretada, se presentes condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, mesmo quando identificados os requisitos legais da cautela.

b) não pode se decretada ou mantida na sentença condenatória, caso o réu seja condenado a pena que deva ser cumprida em regime inicial diverso do fechado.

c) pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do réu, ainda que seja uma medida de natureza cautelar.

d) é um instituto que fere o princípio constitucional da presunção de inocência, pois permite que o Estado trate como culpado aquele que não sofreu condenação penal transitada em julgado.

e) não pode ser decretada com base em atos infracionais graves cometidos durante a menoridade do acusado, visto que a manutenção da custódia constituiria constrangimento ilegal.

888. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Acerca da quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal, assinale a opção correta à luz do entendimento dos tribunais superiores.

a) É imprescindível a prévia instauração de inquérito policial para que seja autorizada a medida cautelar de interceptação telefônica.

b) A quebra do sigilo de comunicações telefônicas não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo, sendo vedadas sucessivas prorrogações.

c) A atuação da Receita Federal no exercício de suas atribuições configura quebra de sigilo fiscal, razão pela qual ela necessita de autorização judicial para tal exercício.

d) Ainda que as condutas imputadas ao investigado não guardem relação direta com aquelas que originaram a quebra do sigilo bancário, mostra-se legítima a utilização da referida medida cautelar preparatória, se, por meio dela, se tiver descoberto fortuitamente a prática de outros delitos.

e) É necessária a degravação da íntegra dos diálogos objeto de interceptação telefônica, visto que é insuficiente a transcrição exclusiva dos trechos que digam respeito ao investigado.

889. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) De acordo com o entendimento do STF sobre os meios de prova e seu acesso pela DP,

a) o direito ao acesso amplo aos elementos de prova engloba a possibilidade de obtenção de cópias, por quaisquer meios, de todos os elementos de prova já documentados, inclusive mídias que contenham gravação de depoimentos em formato audiovisual.

b) é permitida a obtenção de informações concernentes à realização das diligências investigatórias pendentes, até mesmo as que se refiram a terceiros envolvidos.

c) é obrigatória a disponibilização ao DP de cópia de tudo que tiver sido registrado, no curso do processo, em audiências realizadas, o que inclui a degravação feita por meio audiovisual.

d) o direito ao amplo acesso aos elementos de prova pelo DP alcança procedimentos de natureza cível ou administrativa.

e) o DP pode ter acesso às diligências que estejam em andamento e ainda não tenham sido documentadas.

890. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) Com referência ao habeas corpus e ao mandado de segurança, julgue os itens seguintes, de acordo com o entendimento do STF.

I – Não caberá habeas corpus nem contra decisão que condene a multa nem em processo penal em curso no qual a pena pecuniária seja a única imposta ao infrator.

II – O habeas corpus é o remédio processual adequado para garantir a proteção do direito de visita a menor cuja guarda se encontre sob disputa judicial.

III – Nos casos em que a pena privativa de liberdade já estiver extinta, não será possível ajuizar ação de habeas corpus.

IV – O mandado de segurança impetrado por entidade de classe não terá legitimidade se a pretensão nele veiculada interessar a apenas parte dos membros da categoria profissional representada por essa entidade.

Estão certos apenas os itens.

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

891. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) José, cidadão comum, julgando obter sucesso em suas investidas amorosas, começa a se passar por agente da Polícia Federal, até mesmo utilizando uma sirene em seu veículo com o objetivo de dar credibilidade à sua atuação. Nessa situação hipotética,

a) a conduta de José deve ser considerada atípica, visto que o decreto-lei que regulamenta as contravenções penais não foi recepcionado pela CF.

b) a prisão em flagrante de José é cabível, uma vez que a conduta praticada por ele é de natureza permanente.

c) a competência para julgar a referida contravenção penal é da justiça estadual.

d) a ação penal nas contravenções deverá ser iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.

e) é cabível a prisão preventiva de José, mesmo que seja primário, em razão não somente da periculosidade de sua conduta, mas também da garantia da ordem pública.

892. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) A respeito de inquérito policial, assinale a opção correta.

a) O arquivamento desse tipo de investigação criminal nunca faz coisa julgada material, podendo a investigação ser desarquivada a qualquer tempo, se surgirem novas provas.

b) A prorrogação de prazo em inquéritos policiais para ulteriores diligências é possível quando o fato for de difícil elucidação, ainda que o indiciado esteja preso.

c) O arquivamento desse conjunto de atos e diligências pode ser determinado, de ofício, pelo magistrado.

d) O inquérito policial, por ser uma peça investigatória obrigatória, não pode ser dispensado quando da propositura da ação penal.

e) O inquérito policial pode ser instaurado com base em denúncia anônima, desde que comprovada por elementos informativos prévios que denotem a verossimilhança da comunicação.

893. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Ainda com relação ao inquérito policial, assinale a opção correta.

a) Poderá ser decretada pelo magistrado a prisão preventiva fundamentada exclusivamente no clamor social provocado pelo indiciado.

b) É vedado à autoridade policial o prosseguimento das investigações após o início do processo criminal.

c) A vítima, em decorrência do seu direito líquido e certo, pode, na ação penal pública, impetrar mandado de segurança contra o arquivamento do inquérito.

d) O indiciamento pode ser determinado pelo membro do MP quando a autoridade policial se recusar a fazê-lo.

e) É cabível o trancamento de inquérito policial quando sua duração for desarrazoadamente excessiva, o que permite a reabertura, caso surjam novas provas.

894. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) A propositura de ação na esfera cível ou administrativa é impedida por

a) sentença que entenda atípica a conduta praticada pelo réu.

b) sentença que verifique a inexistência material do fato.

c) sentença que absolva o acusado por não haver provas da sua coparticipação na infração penal.

d) despacho que determine o arquivamento do inquérito policial.

e) sentença que absolva o réu por ausência de provas.

895. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) De acordo com a doutrina e o entendimento jurisprudencial dominantes, no processo penal, constitui causa de nulidade relativa

a) a decisão proferida por juiz incompetente em razão do lugar.

b) a ausência de fundamentação no despacho que receba a acusação nos procedimentos que preveem defesa preliminar.

c) o exercício da jurisdição pelo juiz que tiver funcionado no mesmo processo em outra instância.

d) a decisão proferida por juiz incompetente em razão da matéria.

e) o oferecimento de denúncia pelo MP em crime de ação penal privada.

896. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Após a tempestiva interposição pelo réu de recurso de apelação, por termo nos autos, contra sentença condenatória por crime de estelionato, procedeu-se ao oferecimento das razões do recurso fora do prazo estipulado no CPP. Em decorrência do ocorrido nessa situação hipotética, a atitude a ser tomada será

a) o não conhecimento, por deserção, da apelação pelo tribunal.

b) o não conhecimento da apelação pelo tribunal em razão da extemporaneidade.

c) o conhecimento da apelação pelo tribunal, pois a apresentação extemporânea das razões constitui mera irregularidade.

d) o conhecimento da apelação pelo tribunal, bem como a abertura de prazo em dobro para o oferecimento de contrarrazões.

e) o não recebimento da apelação pelo juízo de admissibilidade.

897. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) É cabível habeas corpus

a) contra decisão que condene, unicamente, a pena pecuniária.

b) contra decisão que tenha indeferido liminar em outro habeas corpus.

c) caso se busque o reconhecimento da decadência.

d) quando já extinta a pena privativa de liberdade.

e) contra decisão ofensiva à legislação federal nos fundamentos da condenação criminal com pena privativa de liberdade.

898. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O inquérito policial

a) pode ser desarquivado com base em novas provas quando o arquivamento estiver fundado na atipicidade da conduta.

b) deve ser substituído por termo circunstanciado nos crimes praticados no contexto de violência doméstica contra a mulher cuja pena máxima não seja superior a dois anos.

c) não deve conter, para a garantia da preservação do princípio da não culpabilidade, informações relativas à vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar ou social.

d) pode ser arquivado por iniciativa do juiz, desde que por meio de decisão fundamentada.

e) deve ser encerrado no prazo de dez dias quando apurar crime eleitoral, em caso de réu preso.

899. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Por volta das dezessete horas de determinado dia, no interior de um ônibus de transporte coletivo, João subtraiu para si pertences de vários passageiros mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo. Após a ação, João empreendeu fuga levando consigo os bens subtraídos e a arma utilizada. A partir de informações fornecidas por testemunhas, policiais localizaram João às cinco horas da manhã do dia seguinte, data em que ocorreria o segundo turno das eleições para prefeito. João foi preso em flagrante e foram apreendidos parte dos objetos subtraídos encontrados em seu poder. Nessa situação hipotética, a prisão de João foi

a) legal: houve hipótese de flagrante esperado.

b) legal: houve hipótese de flagrante presumido.

c) ilegal: não pode ser efetuada prisão em período eleitoral.

d) legal: houve hipótese de flagrante impróprio.

e) ilegal: não houve hipótese de flagrante, e a medida cautelar dependeria de decisão judicial.

900. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Acerca da aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço, assinale a opção correta.

a) Não se aplica o princípio da retroatividade da lei mais benéfica às normas de caráter híbrido ou normas mistas.

b) Lei nova que altere procedimento previsto no Código de Processo Penal, criando novas hipóteses de aplicação do benefício da suspensão condicional do processo, não retroagirá em decorrência da regra da aplicação imediata.

c) Norma que altere o Código de Processo Penal e crie nova hipótese de suspensão do prazo prescricional não deve ser aplicada a fatos ocorridos em data anterior a sua vigência.

d) O Código de Processo Penal brasileiro adotou a regra da territorialidade absoluta e o princípio da aplicação imediata da lei nova em vigor.

e) A imunidade de jurisdição plena que rege as relações diplomáticas decorre da aplicação da regra da territorialidade adotada pelo Código de Processo Penal brasileiro.

901. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Com a finalidade de beneficiar diretamente um candidato a quem apoiava nas eleições estaduais, Diego, utilizando-se de cártula de cheque falsificada, alugou um ônibus na cidade A. No dia seguinte, data das eleições, utilizou o ônibus na cidade B, para transportar gratuitamente eleitores da zona rural até as proximidades da zona eleitoral. Nessa situação hipotética, considerando que as condutas praticadas por Diego se amoldam aos ilícitos penais previstos nos arts. 171 do Código Penal e 302 do Código Eleitoral, assinale a opção correta acerca da competência para o processo e julgamento dos crimes.

a) Não se trata de hipótese de unidade de processo por conexão ou continência, e prevalecerá a competência do local em que foi consumada cada infração penal.

b) Haverá unidade de processo em razão da continência decorrente do concurso formal de crimes, e prevalecerá a competência da justiça especializada.

c) Haverá unidade de processo em razão da conexão objetiva, e prevalecerá a regra da competência da justiça especializada.

d) Haverá unidade de processo em razão da conexão objetiva, e prevalecerá a regra da competência da justiça especializada.

e) Haverá unidade de processo em razão da conexão lógica, e prevalecerá a competência da justiça comum do local em que se consumou o crime mais grave.

902. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Pedro praticou crime de furto em uma joalheria da cidade, vendeu as peças subtraídas e ficou na posse de apenas um par de alianças. Com o dinheiro da venda das peças subtraídas, Pedro adquiriu um imóvel, que foi registrado em nome de sua tia. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca das medidas aplicáveis aos bens.

a) O par de alianças poderá ser objeto de arresto a ser decretado por autoridade judicial.

b) O imóvel poderá ser objeto de hipoteca legal a ser decretada por autoridade judicial.

c) O imóvel não poderá ser objeto de sequestro já que foi transferido a terceira pessoa.

d) O imóvel não poderá ser objeto de sequestro já que foi transferido a terceira pessoa.

e) O par de alianças poderá ser sequestrado e colocado à disposição do ofendido para reparação do dano.

903. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) O princípio da paridade de armas (par condicio)

a) não é aplicável ao processo penal brasileiro em face do sistema acusatório.

b) se aplica ao processo penal de forma absoluta.

c) é também denominado princípio do contraditório.

d) é exercido sem restrições no âmbito do inquérito policial.

e) é mitigado na ação penal pública pelo princípio da oficialidade.

904. Tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores e o posicionamento doutrinário dominante a respeito de prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, julgue os seguintes itens.

I – A gravidade em abstrato do crime justifica a prisão preventiva com base na garantia da ordem pública, representando, por si só, fundamento idôneo para a segregação cautelar do réu.

II – As medidas cautelares pessoais são decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes, no curso da ação penal, ou no curso da investigação criminal, somente por representação da autoridade policial ou a requerimento do MP.

III – Em razão do sistema processual brasileiro, não é possível ao magistrado determinar, de ofício, a prisão preventiva do indiciado na fase de investigação criminal ou pré-processual.

IV – A inafiançabilidade dos crimes hediondos e daqueles que lhes são assemelhados não impede a concessão judicial da liberdade provisória sem fiança.

V – A fiança somente pode ser fixada como contracautela, ou seja, como substituição da prisão em flagrante ou da prisão preventiva anteriormente decretada.

Estão certos apenas os itens

a) I, II e V.

b) I, III e IV.

c) I, IV e V.

d) II, III e IV.

e) II, III e V.

905. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) Conforme súmula do STF, é direito do advogado do investigado o acesso aos autos do inquérito policial. Nesse sentido, o advogado do investigado

a) deverá obrigatoriamente participar do interrogatório policial do investigado, sob pena de nulidade absoluta do procedimento.

b) terá acesso às informações concernentes à representação e decretação, ainda pendentes de conclusão, de medidas cautelares pessoais que digam respeito ao investigado, excluindo-se aquelas que alcancem terceiros eventualmente envolvidos.

c) terá direito ao pleno conhecimento, sem restrições, de todas as peças e atos da investigação.

d) deverá ser comunicado previamente de todas as intimações e diligências investigativas que digam respeito ao exercício do direito de defesa no interesse do representado.

e) terá acesso amplo aos elementos constantes em procedimento investigatório que digam respeito ao indiciado e que já se encontrem documentados nos autos.

906. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) Assinale a opção correta no que se refere à ação penal.

a) Aplica-se a perempção como forma extintiva da punibilidade às ações penais exclusivamente privadas e às ações privadas subsidiárias das públicas.

b) O princípio da indivisibilidade, quando não observado, impõe ao juiz a rejeição da denúncia nas ações penais públicas.

c) Há legitimidade concorrente do ofendido e do MP para a persecução de crimes contra a honra de funcionário público em razão de suas funções.

d) Na ação penal privada, todas as manifestações de disponibilidade pelo ofendido serão extensivas a todos os réus e(ou) responsáveis pelo fato delituoso, independentemente de qualquer reserva ou condição apresentada por eles.

e) Diante de concurso formal entre um delito de ação penal pública e outro de ação penal privada, caberá ao representante do MP oferecer denúncia em relação aos dois crimes.

907. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) O requerimento de arquivamento do inquérito policial formulado pelo MP

a) está sujeito, exclusivamente, a controle interno do próprio MP, de ofício ou por provocação do ofendido.

b) não poderá ser indeferido, em respeito aos princípios da independência funcional e do promotor natural.

c) não está sujeito a controle jurisdicional nos casos de competência originária do STF ou do STJ.

d) está sujeito a controle jurisdicional, devendo o juiz do feito, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, designar outro membro do MP para o oferecimento da denúncia.

e) defere ao ofendido, quando acolhido pelo juiz, o direito de ingressar com ação penal subsidiária por via de queixa-crime.

908. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) Quanto à fluência dos prazos no processo penal, assinale a opção correta.

a) Para a defensoria pública, os prazos contam-se da data do recebimento dos autos, com vista naquele órgão, e não da aposição no processo do ciente de seu membro.

b) O prazo para a interposição de apelação pelo assistente de acusação, habilitado ou não, será de quinze dias a contar do término do prazo do MP.

c) Tanto para o MP quanto para a defensoria pública, os prazos contam-se em dobro.

d) Notadamente nos prazos de comunicação, a regra é a fluência do prazo a partir da juntada do mandado.

e) Para efeitos de contagem de prazo, considera-se intimado o representante do MP por meio de publicação na imprensa oficial ou por via de mandado judicial.

909. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) Acerca dos procedimentos e pressupostos legais da interceptação telefônica, assinale a opção correta.

a) É possível a interceptação telefônica em investigação criminal destinada a apuração de delito de ameaça ocorrido em âmbito doméstico e abrangido pela Lei Maria da Penha.

b) Pode o juiz, excepcionalmente, admitir o pedido de interceptação telefônica feito pela autoridade policial de forma verbal, condicionada a sua concessão à redução do pedido a termo.

c) No curso das investigações e no decorrer da instrução criminal, a interceptação telefônica poderá ser determinada de ofício pelo juiz.

d) Decisão judicial que indefira pedido de interceptação telefônica formulado por autoridade policial será irrecorrível; aquela decisão que indeferir requerimento formulado pelo MP poderá ser impugnada por recurso em sentido estrito.

e) A interceptação telefônica inicialmente realizada sem autorização judicial poderá, mediante consentimento dos interlocutores, ser validada posteriormente pelo juiz da causa.

910. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) A polícia civil instaurou e concluiu o inquérito policial relativo a roubo havido em uma agência franqueada dos Correios. Encaminhados os autos à justiça estadual, o órgão do MP ofereceu denúncia contra os autores, a qual foi recebida pelo juízo competente. Nessa situação hipotética, conforme o posicionamento dos tribunais superiores acerca dos aspectos processuais que definem a competência para processar e julgar delitos,

a) A polícia civil instaurou e concluiu o inquérito policial relativo a roubo havido em uma agência franqueada dos Correios. Encaminhados os autos à justiça estadual, o órgão do MP ofereceu denúncia contra os autores, a qual foi recebida pelo juízo competente. Nessa situação hipotética, conforme o posicionamento dos tribunais superiores acerca dos aspectos processuais que definem a competência para processar e julgar delitos,

b) por se tratar de uma agência franqueada de uma empresa pública, a competência para o processo e o julgamento do crime será da justiça estadual.

c) a competência para o processo e o julgamento do crime será concorrente, tornando-se prevento o juízo que receber a peça inaugural.

d) o critério balizador para determinar a competência do juízo será exclusivamente territorial.

e) a polícia civil e o MP estadual não têm competência para a persecução pré- processual e processual do delito, respectivamente.

A respeito de coisa julgada e inquérito policial, julgue os itens a seguir.

911. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) A homologação, pelo juízo criminal competente, do arquivamento de inquérito forma coisa julgada endoprocessual.

912. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Situação hipotética: Pedro, servidor público federal, foi indiciado pela Polícia Federal por suposta prática de corrupção passiva no exercício de suas atribuições. O inquérito policial, após remessa ao órgão do MPF, foi arquivado, por requerimento do procurador da República, em razão da atipicidade da conduta, e o arquivamento foi homologado pelo juízo criminal competente.
Assertiva: Nessa situação, o ato de arquivamento do inquérito fez exclusivamente coisa julgada formal, o que impossibilita posterior desarquivamento pelo parquet, ainda que diante da existência de novas provas.

913. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Situação hipotética: Lino foi indiciado por tentativa de homicídio. Após remessa dos autos ao órgão do MP, o promotor de justiça requereu o arquivamento do inquérito em razão da conduta de Lino ter sido praticada em legítima defesa, o que foi acatado pelo juízo criminal competente. Assertiva: Nessa situação, de acordo com o STF, o ato de arquivamento com fundamento em excludente de ilicitude fez coisa julgada formal e material, o que impossibilita posterior desarquivamento pelo parquet, ainda que diante da existência de novas provas.

Acerca dos sistemas de apreciação de provas e da licitude dos meios de prova, julgue os itens subsequentes.

914. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Situação hipotética: Arnaldo, empresário, gravou, com seu telefone celular, uma ligação recebida de fiscal ligado a uma autarquia a respeito da liberação de empreendimento da sociedade empresária da qual Arnaldo era sócio. Na conversa gravada, o fiscal exigiu para si vantagem financeira como condição

para a liberação do empreendimento. Assertiva: Nessa situação, de acordo com o STF, o referido meio de prova é ilícito por violar o direito à privacidade, não servindo, portanto, para embasar ação penal contra o fiscal.

915. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Embora o ordenamento jurídico brasileiro tenha adotado o sistema da persuasão racional para a apreciação de provas judiciais, o CPP remete ao sistema da prova tarifada, como, por exemplo, quando da necessidade de se provar o estado das pessoas por meio de documentos indicados pela lei civil.

A respeito do habeas corpus e da prisão preventiva, julgue os itens seguintes, considerando, no que for pertinente, o entendimento dos tribunais superiores.

916. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Situação hipotética: Determinado DP, inconformado com a prisão preventiva de um de seus assistidos, impetrou habeas corpus no STJ com pedido liminar de soltura. O ministro relator negou a medida antecipatória, em decisão monocrática fundamentada. Assertiva: Nessa situação, contra a decisão monocrática que indeferiu a liminar não cabe novo habeas corpus para o STF.

917. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) O STJ consolidou entendimento no sentido de que os atos infracionais anteriormente praticados pelo réu não servem como argumento para embasar a decretação de prisão preventiva.

918. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) O inquérito policial instaurado por delegado de polícia para investigar determinado crime

a) não poderá ser avocado, nem mesmo por superior hierárquico.

b) poderá ser avocado por superior hierárquico somente no caso de não cumprimento de algum procedimento regulamentar da corporação.

c) poderá ser redistribuído por superior hierárquico, devido a motivo de interesse público.

d) poderá ser avocado por superior hierárquico, independentemente de fundamentação em despacho.

e) não poderá ser redistribuído, nem mesmo por superior hierárquico.

919. (2017/PJC/DELEGADO DE POLÍCIA) Se o titular de secretaria de determinado estado da Federação for sequestrado e o caso tiver repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme, então a investigação a ser feita pelo DPF

a) dependerá de autorização do ministro de Estado da Justiça, se o crime tiver motivação política.

b) dependerá de mandado do ministro de Estado da Justiça, se o crime acontecer por motivação política.

c) independerá de autorização, se o crime for cometido em razão da função pública exercida ou por motivação política.

d) dependerá de autorização do ministro de Estado da Justiça, se o crime ocorrer em razão da função pública exercida.

e) dependerá de mandado do ministro de Estado da Justiça, se o crime se der em razão da função pública exercida.

920. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Detido em uma blitz policial por trafegar com o farol apagado, o motociclista Rafael foi submetido a revista, tendo sido encontradas com ele dez porções de cocaína, que totalizaram 10 gramas. Rafael alegou que eram para consumo próprio. Enquanto o motociclista explicava seu álibi para os policiais, uma pessoa o indagou, em uma mensagem de texto re-

cebida no seu telefone celular, pela droga que ele havia se comprometido a entregar. Na ocasião, os policiais exigiram que Rafael entregasse o celular e, com base no teor da mensagem, conduziram o motociclista preso em flagrante e o apresentaram ao delegado, que o indiciou por tráfico de droga. Nessa situação hipotética, considera-se a prova utilizada pelos policiais para prender Rafael

a) legal, caso seja validada pelo Ministério Público por despacho fundamentado, sujeito a controle judicial.

b) nula, já que essa prova implica desrespeito ao sigilo telefônico e, por isso, não pode ser usada para embasar sua condenação.

c) lícita, já que não se trata de interceptação de conversa telefônica, mas sim de mensagem telefônica.

d) passível de validação posterior pelo juiz diante dos indícios da sua autoria ou participação em crime grave.

e) de nulidade relativa, que se aplica somente se provado prejuízo ao réu.

921. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Maria denunciou seu esposo, Antônio, por ele ter insistido em manter relação sexual com ela, contra a sua vontade, após chegar em casa embriagado. Maria afirmou, ainda, que Antônio, diante de sua recusa, a agrediu verbalmente, dirigindo-lhe palavras insultuosas. Antônio foi condenado, mas a sua defesa recorreu, alegando nulidade do pedido e requerendo absolvição por falta de condição de procedibilidade da ação penal ante a ausência de representação formal da vítima. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A situação em apreço se refere a crime de injúria com violência doméstica contra a mulher, razão por que a ação penal pode ser iniciada a qualquer tempo.

b) O crime em questão é de ação pública condicionada e só pode ir adiante se Maria fizer uma representação formal.

c) O fato de Maria ter registrado a ocorrência e pedido providências supre o requisito da representação.

d) A ação penal será arquivada se Maria desistir do registro da ocorrência policial em audiência especial perante o juiz e o representante do Ministério Público.

e) A ausência de lesão corporal impossibilita que o fato em questão seja abrangido pelas normas tutelares da Lei Maria da Penha.

A respeito dos atos processuais, das nulidades e da atuação do DP no processo penal, julgue os itens que se seguem.

922. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Situação hipotética: Com relação a determinado acusado, a DPU apresentou resposta à acusação, arguindo, preliminarmente, a nulidade da sua citação por hora certa e, no mérito, a existência de excludente de ilicitude, requerendo, assim, a sua absolvição. O magistrado competente afastou, fundamentadamente, a nulidade da citação; nada declarou quanto ao mérito; confirmou o recebimento da denúncia e designou audiência de instrução.
Assertiva: Nessa situação, foi correta a decisão do juiz, visto que houve resposta fundamentada à preliminar e que ele possui a prerrogativa de analisar a questão de mérito em momento posterior à instrução do processo.

923. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) A juntada de procuração com poderes especiais é indispensável para que o DP oponha exceção de suspeição do magistrado.

924. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Situação hipotética: Osvaldo, investigado pela Polícia Federal por falsificação de moeda, constituiu um DP para acompanhar o andamento do seu inquérito policial. Remetido o inquérito ao MPF, Osvaldo foi denunciado. O juiz que recebeu a denúncia dispensou o ato citatório, sob o fundamento de que o ora réu já havia constituído representante legal, e determinou a intimação do DP, que compareceu à audiência de instrução e firmou os demais atos processuais até a sentença condenatória, mesmo sem a presença do acusado. Assertiva: Nessa situação, de acordo com o STJ, o magistrado agiu corretamente, na medida em que o réu constituiu patrono antes do recebimento da denúncia e que todos os atos processuais contaram com a presença do DP, o que afasta a necessidade de citação e a exigência da presença do réu no decurso do processo.

925. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Em determinada ação penal, o Ministério Público ofereceu como prova gravação feita por testemunha que tinha gravado um diálogo com o acusado, na qual este admitia que havia pagado propina a um funcionário público para que ele expedisse documento de interesse exclusivo e privado do acusado.

Nessa situação hipotética, como providência processual, deve-se

a) proceder à acareação entre a testemunha e o acusado, para que sejam esclarecidos fatos ou circunstâncias relevantes.

b) considerar a gravação e as demais provas colhidas, para condenar ou absolver o réu, conforme decisão do juiz.

c) considerar contaminado todo o processo, devido à ilicitude na colheita da prova, com fundamento na teoria da árvore dos frutos envenenados.

d) desconsiderar a prova, devido ao fato de ela ser ilícita, e arquivar o inquérito, ação que deve ser realizada pelo delegado após comunicação ao juiz e ao Ministério Público.

e) anular a prova e retirar a gravação dos autos, devido ao fato de ela ter sido feita sem a ciência e o consentimento do réu.

926. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir, a respeito de busca e apreensão e violação de domicílio.

I – Em regra, busca e apreensão de coisas dentro de automóvel, navio ou avião se equipara à busca pessoal, dispensando-se mandado judicial específico.

II – Ressalvada a hipótese de flagrante delito ou de desastre, ninguém pode ingressar na casa do indivíduo sem prévio mandado judicial.

III – Munido de mandado judicial, a autoridade policial pode adentrar o domicílio a qualquer hora do dia ou da noite para efetuar prisão ou busca e apreensão de coisas.

IV – Para efeito de proteção da inviolabilidade do domicílio, não se considera casa o local não aberto ao público onde o indivíduo exerça profissão ou outra atividade.

Estão certos apenas os itens.

a) I e II.

b) I e IV.

c) III e IV.

d) I, II e III.

e) II, III e IV.

927. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta relativa à suspensão condicional do processo.

a) O juiz fixará a suspensão condicional do processo pelo prazo de um a três anos, podendo revogá-la a qualquer tempo, se o beneficiário do sursis vier a ser processado por outro crime.

b) O juiz não poderá revogar a suspensão condicional do processo se o beneficiário do sursis vier a ser processado por contravenção penal.

c) Tratando-se de crimes de ação penal pública, somente o Ministério Público é legitimado a ofertar a suspensão condicional do processo.

d) Como o sursis processual é ato discricionário, caso o promotor de justiça não proponha a suspensão condicional do processo, restará ao juiz dar-lhe continuidade.

e) A suspensão condicional do processo depende exclusivamente do preenchimento dos requisitos objetivos fixados para o reconhecimento de infrações de menor potencial ofensivo.

928. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Assinale a opção que apresenta princípios que regem a ação penal.

a) publicidade, interesse legítimo e celeridade.

b) oficialidade, obrigatoriedade e indisponibilidade.

c) punibilidade, inderrogabilidade e economicidade.

d) inafastabilidade, reserva legal e impessoalidade.

e) incondicionalidade, transcendência e titularidade.

929. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Acerca dos ritos especiais de julgamento envolvendo crimes contra a honra, assinale a opção correta.

a) O pedido de explicações, nos casos de crimes contra a honra pode ser formulado a qualquer tempo, antes ou durante o transcorrer da ação penal.

b) Tratando-se de crimes de difamação, não se admite a exceção da verdade, ainda que o ofendido seja funcionário público e a ofensa seja relacionada ao exercício de suas funções.

c) Tratando-se de crime contra a honra do servidor público em razão da função, a ação penal pode ser iniciada mediante queixa-crime do ofendido ou ação pública condicionada à representação.

d) Se o querelante regularmente intimado não comparecer à audiência de reconciliação, reputar-se-á apenas desinteressado em celebrar acordo, prosseguindo o processo normalmente.

e) Em se tratando de crimes contra a honra mediante ação penal pública condicionada à representação, o ofendido poderá, a qualquer tempo, desistir da ação e solicitar a extinção do processo.

930. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) No processo penal, as características do sistema acusatório incluem

I – clara distinção entre as atividades de acusar e julgar, iniciativa probatória exclusiva das partes e o juiz como terceiro imparcial e passivo na coleta da prova.

II – neutralidade do juiz, igualdade de oportunidades às partes no processo e repúdio à prova tarifada.

III – predominância da oralidade no processo, imparcialidade do juiz e supremacia da confissão do réu como meio de prova.

IV – celeridade do processo e busca da verdade real, o que faculta ao juiz determinar de ofício a produção de prova.

Estão certos apenas os itens.

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

931. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) A respeito de remição da pena, assinale a opção correta.

a) Na remição da pena decorrente da realização de trabalho, abate-se um dia de pena a cada três dias de trabalho, o que impõe, para fins de cálculo, a consideração dos dias efetivamente trabalhados, e não a soma das horas.

b) No cumprimento de pena de prestação de serviços à comunidade em entidade ou programa comunitário ou estatal, a jornada de trabalho, embora não seja remunerada, pode ser utilizada para fins de remição.

c) O estudo pode ser utilizado como meio de remição no caso de presos que cumprem a pena em regime fechado, semiaberto e aberto, abatendo-se um dia de pena a cada três dias de estudo, desde que a frequência escolar seja de, no mínimo, doze horas.

d) Como a realização de trabalho para fins de remição da pena é direito do preso e dever do Estado, nas situações em que o Estado não disponibilizar ao preso trabalho e estudo no estabelecimento prisional, será garantido ao apenado o direito de remir a pena com relação ao tempo em que estava ocioso.

e) No cômputo do trabalho para fins de remição, é vedado, nas situações em que houver horas extras excedentes à oitava hora diária, considerar o cálculo de dezoito horas para a remição de um dia de pena.

932. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) João é o único DP em exercício em uma comarca do interior do estado X. Celso, sobrinho da esposa de João, foi preso em flagrante na referida comarca e declarou, na audiência de custódia, não ter condições de constituir advogado. Por esse motivo, João foi convocado para a audiência, mas sua participação foi impugnada pelo promotor de justiça, que alegou existência de relação de parentesco entre ele e Celso. Considerando essa situação hipotética e a legislação pertinente, no que se refere à atuação institucional de João, o juiz da vara criminal da comarca do interior do estado X deverá

a) impedi-la, já que o parentesco por afinidade é motivo de impedimento tanto na fase pré-processual quanto na fase processual.

b) impedi-la, uma vez que o parentesco por afinidade dá causa a incompatibilidade, nas fases pré-processual e processual.

c) impedi-la, em qualquer circunstância, pois a relação de parentesco constitui motivo de suspeição.

d) autorizá-la, pois o impedimento de DP ocorre apenas em casos de parentesco consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral.

e) autorizá-la, desde que o juiz assim o determine, devendo ser, no entanto, restrita aos atos da fase pré-processual.

No que se refere ao cumprimento de mandados judiciais e suas repercussões criminais na esfera penal, julgue os itens que se seguem.

933. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Caso a parte resista, com uso de violência, ao cumprimento do mandado judicial e a diligência deixe de ser cumprida em razão disso, ficará configurado o crime de resistência qualificada em concurso material com o crime decorrente da violência.

Julgue os próximos itens, acerca da ação penal e da extinção de punibilidade.

934. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No caso de crime processável por ação penal pública, quando o Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo legal, o ofendido poderá impetrar ação penal privada subsidiária da pública.

Com relação aos princípios aplicáveis ao direito processual penal, à ação penal e ao inquérito policial, julgue os itens que se seguem.

935. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Na ação penal privada, apesar de a vítima ou seu representante legal não serem obrigados a oferecer queixa-crime, uma vez ajuizada a ação, o querelante não pode deixar de processar quaisquer dos autores da infração penal.

936. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Dado o princípio da indivisibilidade, o não oferecimento de denúncia, em ação penal pública, pelo Ministério Público relativamente a um fato criminoso imputado ao indiciado impede que este seja objeto de ação penal posterior.

A respeito de inquérito policial, julgue os itens subsequentes.

937. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O arquivamento do inquérito policial determinado por autoridade judiciária competente, a pedido do Ministério Público, com fundamento na atipicidade da conduta, por fazer coisa julgada material, obsta seu desarquivamento em razão do surgimento de novas provas.

938. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Apesar de se tratar de procedimento inquisitorial no qual não se possa exigir a plena observância do contraditório e da ampla defesa, a assistência por advogado no curso do inquérito policial é direito do investigado, inclusive com amplo acesso aos elementos de prova já documentados que digam respeito ao direito de defesa.

Acerca do inquérito policial, julgue os próximos itens.

939. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Membro do Ministério Público que participe, ativamente, do curso da investigação criminal não poderá oferecer denúncia, devendo, ao final do inquérito policial, encaminhar os documentos cabíveis para outro membro do parquet, que decidirá acerca do oferecimento ou não de denúncia.

940. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Apenas no caso em que o investigado estiver preso preventivamente, o inquérito policial deverá se encerrar em até dez dias, contados a partir do dia subsequente à execução da ordem de prisão.

941. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Mesmo depois de a autoridade judiciária ter ordenado o arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas diligências.

Com relação à competência no processo penal, julgue os itens seguintes.

942. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Verificada a reunião dos processos por conexão ou continência, o juiz ou o tribunal que proferir sentença que desclassifique a infração para outra que não se inclua em sua competência própria perderá a competência em relação aos demais processos.

943. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Situação hipotética: Caio, prefeito municipal, responde a ação penal pelo desvio, em proveito próprio, de verba destinada pelo Ministério da Educação à construção de escolas no município. Assertiva: Nessa situação, o TRF local é o órgão jurisdicional competente para o julgamento do crime cometido por Caio, porque se trata de infração praticada em detrimento de bem da União.

944. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Sentença prolatada por juiz territorialmente incompetente é ato jurídico nulo, razão pela qual o seu trânsito em julgado não impede que o acusado seja processado novamente, pela mesma imputação, em juízo competente, salvo se tiver sido anteriormente absolvido.

José, vereador do município de Luziânia – GO, foi denunciado pela prática de crime doloso contra a vida praticado contra Antônio, policial rodoviário federal que, no momento do crime, se encontrava no exercício de suas funções em Brasília – DF. Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

945. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Caso seja realizada a citação de José por carta precatória, o prazo para apresentação de resposta à acusação será contado da data da realização do ato, não da juntada da precatória aos autos da ação penal.

946. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Na hipótese de o oficial de justiça verificar que, na ocasião da citação, José tenha se ocultado para não ser citado, será procedida a sua citação por edital.

947. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A competência para processar e julgar José é, em regra, do tribunal do júri federal situado em Brasília – DF, porém, caso exista previsão de foro por prerrogativa de função para vereadores, estabelecido exclusivamente na Constituição estadual, a competência será do TRF da 1.ª Região.

Acerca dos princípios que regem o processo penal brasileiro, julgue os itens subsequentes.

948. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A lei processual penal deverá ser aplicada imediatamente, sem que isso prejudique a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, tampouco constitua ofensa ao princípio da irretroatividade.

949. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Juiz que se utilizar do silêncio do acusado para formar seu próprio convencimento não incorrerá em ofensa ao princípio processual penal da não autoincriminação, ainda que a opção do acusado por abster-se de falar não constitua confissão.

950. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Em obediência ao princípio da indivisibilidade da ação penal, não poderá o juiz, em caso de conexão ou continência, separar os processos, mesmo que o número de acusados seja excessivo e que isso acarrete o prolongamento de prisões.

Com relação às questões e aos processos incidentes, à interceptação telefônica e à prisão temporária, julgue os itens subsequentes.

951. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A decretação de prisão temporária é cabível quando houver fundadas razões de autoria e participação em qualquer crime doloso punível com pena privativa de liberdade superior a quatro anos de reclusão e quando for imprescindível às investigações do inquérito policial.

952. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Tanto a autoridade policial, no curso das investigações, quanto o juiz, no curso da ação penal, podem ordenar, ex officio ou mediante requerimento do Ministério Público, o sequestro dos bens móveis adquiridos com os proventos logrados pela prática da infração penal.

953. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A interceptação de comunicações telefônicas é admitida quando há indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal e não poderá exceder o prazo máximo de quinze dias, prorrogável uma única vez pelo mesmo período.

Com relação a prisão temporária, normas dos juizados especiais criminais e questões e processos incidentes no processo penal, julgue os itens subsecutivos.

954. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A prisão temporária pode ser decretada pelo juiz, de ofício, pelo prazo de cinco dias, prorrogável, excepcionalmente, por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade para as investigações policiais.

955. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A reunião de processos perante juízo comum ou tribunal do júri, em decorrência da aplicação das regras de conexão e continência, não impede, em relação aos delitos de menor potencial ofensivo, a aplicação dos institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

956. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Caso o julgamento de ação penal dependa da solução de controvérsia séria e fundada acerca do estado civil das pessoas, caberá ao próprio juízo penal o julgamento da questão prejudicial.

A respeito da ação penal, julgue os itens a seguir.

957. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O Ministério Público detém, privativamente, a legitimidade para propor ação penal pública, ainda que a proposição seja condicionada à representação do ofendido ou à requisição do ministro da Justiça.

958. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Situação hipotética: Antônio e Pedro são autores de um mesmo crime contra João. Assertiva: Nessa situação, João poderá renunciar ao exercício de seu direito de queixa em relação a Antônio e mantê-lo em relação a Pedro.

959. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Desde o advento da Lei n. 11.719/2008, que alterou dispositivos do Código de Processo Penal, as condições da ação penal são a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a legitimidade.

Com relação aos juizados especiais criminais, às nulidades, aos recursos no processo penal e à execução penal, julgue os itens a seguir.

960. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) À luz do Código de Processo Penal, no procedimento comum, o recurso em sentido estrito é a medida cabível contra decisão de não recebimento da peça acusatória. Por outro lado, da decisão que determina o recebimento de denúncia ou queixa, por não haver previsão legal de recurso, admite-se a impetração de habeas corpus, objetivando-se o trancamento da ação penal.

961. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Diferentemente da suspensão condicional do processo, a homologação da transação penal no âmbito dos juizados especiais criminais faz coisa julgada material, de forma que o descumprimento das cláusulas do acordo não permite a continuidade da persecução penal.

962. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Caso o único advogado constituído nos autos renuncie ao mandato antes de oferecer razões em sede de apelação, a não intimação prévia do réu para constituir novo defensor será causa de nulidade do julgamento daquele recurso, por cerceamento de defesa.

963. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Situação hipotética: Pedro, no curso da execução da pena privativa de liberdade à qual fora condenado, praticou fato definido como crime doloso. Assertiva: Nessa situação, Para

fins de regressão de regime prisional, o reconhecimento de falta grave decorrente da prática do referido crime independe do trânsito em julgado de sentença condenatória no processo penal instaurado para a apuração do fato.

Com relação a nulidades no processo penal, a recursos em geral e a execução penal, julgue os itens a seguir.

964. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Na hipótese de divergência entre o acusado e o seu advogado a respeito de interesse recursal manifestado, deve prevalecer o entendimento da defesa técnica, seja no sentido da desistência, seja no sentido da interposição do recurso.

965. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A ausência de intimação da defesa técnica acerca da expedição de carta precatória para oitiva de testemunhas representa nulidade absoluta, que será declarada independentemente da demonstração de prejuízo à defesa.

966. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Em nome do princípio da congruência, é possível atribuir-se, mesmo em grau recursal, definição jurídica diversa da descrição do fato contida na denúncia ou na queixa, não podendo, porém, ser agravada a pena quando somente o réu tiver apelado da sentença.

967. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A prática de falta grave pelo apenado, no curso da execução penal, acarreta a perda da totalidade dos dias remidos com trabalho, recomeçando-se a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Com relação a intimações e prazos, julgue os próximos itens.

968. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No processo penal, os prazos são contados a partir da data da intimação, e não da data de juntada do mandado ou da carta precatória ou de ordem aos autos.

969. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Situação hipotética: Luiz é advogado e foi nomeado para defender José em uma ação penal pública condicionada. Assertiva: Nessa situação, a partir da nomeação de Luiz, a intimação de José deverá ser feita por meio de publicação em diário oficial, sob pena de nulidade.

A respeito dos direitos do acusado, julgue o item seguinte.

970. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A não comunicação ao acusado de seu direito de permanecer em silêncio é causa de nulidade relativa, cujo reconhecimento depende da comprovação do prejuízo.

971. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) Cessará o estado de flagrância se

a) findar a perseguição sem que o acusado seja alcançado.

b) estiver ausente ou impedido escrivão que lavre o auto de prisão.

c) transcorrer o prazo de vinte e quatro horas após a prática do ato criminoso.

d) inexistirem testemunhas da infração.

e) recursar-se o acusado a assinar o auto de prisão.

972. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) No decurso do inquérito policial, o delegado prescinde de intervenção do Ministério Público ou de autorização judicial para

a) celebrar acordo de colaboração premiada com investigado.

b) utilizar meios coercitivos para obter a confissão do investigado.

c) proceder à reconstituição dos fatos objeto das investigações.

d) determinar a prisão preventiva de investigado.

e) realizar interceptação telefônica envolvendo investigado.

973. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) Em se tratando de ação penal, conceitua-se denúncia como

a) instrumento jurídico pelo qual o ofendido ou qualquer outra pessoa dá publicidade a um ato criminoso, com vistas à instauração de investigação na qual se apure a autoria do ato.

b) ato em que o ofendido recorre ao Poder Judiciário para requerer a punição do autor de um ato criminoso.

c) instrumento processual pelo qual o Ministério Público invoca a jurisdição penal para imputar a acusado de crime de ação pública a prática dessa conduta criminosa.

d) instrumento jurídico pelo qual o cidadão comunica ao Poder Judiciário a prática de um ato criminoso, para que se proceda às investigações.

e) ato de se comunicar a prática de uma conduta criminosa à autoridade policial, para a instauração de inquérito policial para apurar a materialidade do ato e sua autoria.

974. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) Em uma ação penal de iniciativa privada subsidiária da iniciativa pública, o querelante deixou de comparecer, sem motivo justificado, a um ato processual no qual sua presença era indispensável. Nessa situação hipotética, a providência processual cabível é

a) ordenar a intimação pessoal do querelante para que ele manifeste interesse em prosseguir com a ação penal.

b) prosseguir com a ação penal e abrir vista às partes para apresentarem alegações finais.

c) declarar extinta a punibilidade e extinguir a ação penal.

d) determinar a intimação do Ministério Público para assumir a titularidade da ação penal.

e) suspender o curso da ação penal e aguardar o pronunciamento do querelante.

975. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) O julgamento de crime de roubo seguido de morte praticado por pessoa sem foro privilegiado contra órgão público federal é da competência do

a) Supremo Tribunal Federal.

b) tribunal do júri da justiça estadual.

c) tribunal do júri da justiça federal.

d) juiz singular da justiça federal.

e) Superior Tribunal de Justiça.

976. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) No processo penal, a assistência é admissível em ação penal

a) privada propriamente dita.

b) pública condicionada ou incondicionada.

c) privada personalíssima.

d) processada mediante queixa crime.

e) privada subsidiária da pública.

977. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) Com relação ao habeas corpus, julgue os itens a seguir.

I – O juiz pode conceder habeas corpus independentemente de requerimento do acusado.

II – É vedado ao Ministério Público requisitar habeas corpus em favor de acusado.

III – É permitido ao filho do paciente impetrar habeas corpus em favor de seu pai.

IV – O habeas corpus pode ser requerido antes da privação da liberdade do paciente. Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

978. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) A respeito do processo e julgamento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos — denominados de crimes funcionais —, julgue os itens a seguir.

I – O procedimento comum é aplicável a crimes funcionais afiançáveis.

II – Processo relativo a crime funcional é ação de competência originária dos tribunais.

III – Denúncia de crime funcional poderá ser rejeitada pelo juízo antes de o acusado apresentar sua defesa prévia.

IV – O acusado de crime funcional pode apresentar, como matéria de defesa de mérito, causas como negativa de autoria, excludente de ilicitude e extinção da punibilidade.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) III e IV.

e) II, III e IV.

979. (2017/SERES/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA) Com relação à competência do juízo da execução penal, julgue os itens a seguir.

I – Nas comarcas onde inexistirem varas especializadas de execução criminal, a função de execução da pena será exercida pelo próprio juiz que proferir a sentença no processo de conhecimento.

II – A execução da pena de condenado pela justiça federal que se encontre recolhido em estabelecimento prisional sujeito à jurisdição estadual será presidida pelo juízo federal da localidade em que se situa o referido estabelecimento.

III – Compete ao juízo da execução penal aplicar aos casos já decididos por sentença condenatória transitada em julgado lei posterior que, de qualquer modo, favoreça o condenado.

IV – Pena de multa imposta em processo criminal será executada pelo Ministério Público perante o juízo competente da execução penal.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) III e IV.

e) II, III e IV.

980. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Indiciado em determinado inquérito policial, Pedro requereu, por meio de seu advogado, acesso aos autos da investigação. O requerimento foi negado pelo delegado de polícia. Nessa situação hipotética, a decisão da autoridade policial está

a) correta, pois, sendo procedimento inquisitório, não há de se falar em assistência de advogado no curso do inquérito policial.

b) incorreta, pois o exercício do direito de defesa e contraditório são plenamente aplicáveis ao inquérito policial.

c) incorreta, pois afronta o princípio da publicidade, igualmente aplicável às ações penais em curso e aos inquéritos policiais.

d) correta, pois o inquérito policial, sendo procedimento inquisitório, deve ser mantido em sigilo até o ajuizamento da ação penal.

e) incorreta, pois o acesso do indiciado, por meio de seu advogado, aos autos do procedimento investigatório é garantia de seu direito de defesa.

981. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No que se refere a jurisdição e competência criminal, julgue os itens a seguir.

I – A justiça comum, a justiça eleitoral e a justiça militar exercem a jurisdição penal.

II – Os tribunais de justiça dos estados, assim como o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, exercem jurisdição criminal.

III – Compete ao juiz singular processar e julgar o crime de infanticídio.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Apenas os itens I e II estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

982. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A instauração de inquérito penal independe da manifestação do ofendido no caso de crime de ação penal

a) pública incondicionada.

b) privada, se o ofendido for incapaz.

c) privada.

d) pública condicionada.

e) pública condicionada, se o ofendido houver falecido.

983. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) João foi vítima de um crime de furto praticado por Pedro. A res furtiva não foi recuperada pela vítima. Instaurado inquérito, apuraram-se a autoria e a materialidade e ofereceu-se a denúncia contra Pedro. Nessa situação hipotética, a propositura da ação civil ex delicto contra Pedro

a) estará prejudicada, por haver litispendência.

b) independerá da existência da ação penal.

c) será inadmissível, pois ninguém pode ser punido duas vezes pela prática do mesmo fato.

d) dependerá do trânsito em julgado da sentença penal.

e) dependerá da condenação do acusado por órgão jurisdicional colegiado.

984. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Considere que o Ministério Público tenha oferecido denúncia contra determinado indivíduo pela prática de crime que somente se processa mediante queixa. Nessa situação, o juiz deve

a) designar audiência de tentativa de reconciliação entre a vítima e o ofendido.

b) intimar o ofendido, para que ele assuma a titularidade da ação penal.

c) rejeitar a denúncia.

d) determinar a citação do querelado, para que ele ofereça defesa no prazo de quinze dias.

e) exigir do órgão ministerial a correção da peça acusatória.

985. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Define-se prisão preventiva como

a) providência adotada pela autoridade policial ou judicial para privar de liberdade o acusado ou o indiciado se houver dúvida sobre a autoria do crime.

b) remédio constitucional utilizado para privar da liberdade aquele que for condenado por sentença transitada em julgado.

c) espécie de prisão cautelar que pode ser decretada de ofício pelo delegado se houver prova da materialidade do crime e confissão do indiciado.

d) medida processual de privação da liberdade do acusado ou do indiciado para impedir que ele cometa novos crimes ou embarace as investigações policiais ou judicial.

e) instrumento judicial de privação da liberdade a ser adotada nos casos de cometimento de crimes com grande clamor público e repercussão social.

986. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Com relação às provas no processo penal, julgue os seguintes itens. I O exame de corpo delito, imprescindível nos casos em que as infrações penais deixam vestígios, pode ser suprido pela confissão do acusado. II Desaparecidos os vestígios da infração penal, a prova testemunhal poderá suprir a falta do exame de corpo delito. III Do ofendido não será colhido o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber, não podendo ele ser responsabilizado pelo crime de falso testemunho. IV Reputar-se-á verdadeira a acusação formulada contra o acusado que permanecer em silêncio em seu interrogatório judicial. Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) I e IV.

d) II e III.

e) III e IV.

987. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Caso verifique que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça deverá certificar a ocorrência e proceder à citação

a) com hora certa, prosseguindo-se o curso processual com nomeação de defensor dativo se o réu não comparecer nos autos.

b) por edital, com prazo de quinze dias, suspendendo-se o curso processual até o comparecimento do réu nos autos.

c) por edital, com prazo de quinze dias, prosseguindo-se o curso processual com a nomeação de defensor dativo.

d) por intermédio de qualquer outra pessoa localizada em seu endereço.

e) com hora certa, suspendendo-se o curso processual até que o réu compareça nos autos.

988. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Ivo, indivíduo primário e com endereço fixo, foi preso em flagrante pela prática do delito de homicídio qualificado, definido como crime hediondo. Nessa situação hipotética, ao receber o auto de prisão em flagrante, caberá ao juiz

a) manter a prisão, por se tratar de crime insuscetível de liberdade provisória.

b) conceder liberdade provisória a Ivo, por ser ele réu primário com endereço fixo, ainda que verificada a presença dos requisitos da prisão preventiva.

c) conceder liberdade provisória a Ivo, se verificada a ausência dos requisitos da prisão preventiva, sem possibilidade de imposição do pagamento de fiança.

d) conceder liberdade provisória a Ivo, se verificada a ausência dos requisitos da prisão preventiva, com possibilidade de imposição do pagamento de fiança.

e) manter a prisão, ainda que reconhecida a ilegalidade da prisão em flagrante, tendo em vista a hediondez do crime.

989. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Tendo respondido a ação penal por crime de roubo, Márcio foi condenado, em primeira instância, a pena privativa de liberdade. Intimado pessoalmente, ele pretende recorrer da sentença proferida. Nessa situação hipotética, o recurso

a) cabível é a apelação criminal, no prazo de cinco dias, podendo as respectivas razões recursais ser apresentadas na instância superior.

b) cabível é o recurso em sentido estrito, o qual devolve a sentença à apreciação do magistrado, para fins de juízo de retratação.

c) não será admitido se Márcio não estiver recolhido na prisão.

d) cabível é a apelação criminal, com o termo e as respectivas razões recursais apresentados em petição única, no prazo de quinze dias.

e) não será admitido se seu defensor não apresentar as razões recursais, ainda que Márcio tenha tempestivamente assinado o termo recursal.

990. (2017/PROCURADOR MUNICIPAL) Com base no entendimento do STJ, assinale a opção correta.

a) Somente se houver prévia autorização judicial, serão considerados prova lícita os dados e as conversas registrados no aplicativo WhatsApp colhidos de aparelho celular apreendido quando da prisão em flagrante.

b) O MP estadual não tem legitimidade para atuar diretamente como parte em recurso submetido a julgamento no STJ.

c) Tratando-se de demandas que sigam o rito dos processos de competência originária dos tribunais superiores, considera-se intempestiva a apresentação de exceção da verdade no prazo da defesa prévia, se, tendo havido defesa preliminar, o acusado não tiver nesse momento se manifestado a esse respeito.

d) É ilegal portaria que, editada por juiz federal, estabelece a tramitação direta de inquérito policial entre a Polícia Federal e o MPF.

991. (2017/PROCURADOR MUNICIPAL) Considerando a legislação processual penal e o entendimento jurisprudencial pátrio, assinale a opção correta.

a) Em matéria penal, o MP não goza da prerrogativa da contagem dos prazos recursais em dobro.

b) Interrompe-se a prescrição ainda que a denúncia seja recebida por juiz absolutamente incompetente.

c) Havendo mais de um autor, ocorrerá renúncia tácita com relação àqueles cujos nomes tenham sido omitidos da queixa-crime, ainda que de forma não intencional.

d) A CF prevê expressamente a retroatividade da lei processual penal quando esta for mais benéfica ao acusado.

992. (2017/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) Pedro, Joaquim e Sandra foram presos em flagrante delito. Pedro, por ter ofendido a integridade corporal de Lucas, do que resultou debilidade permanente de um de seus membros; Joaquim, por ter subtraído a bicicleta de Lúcio, de vinte e cinco anos de idade, no período matutino — Lúcio a havia deixado em frente a uma padaria; e Sandra, por ter subtraído o carro de Tomás mediante grave ameaça. Considerando-se os crimes cometidos pelos presos, a autoridade policial poderá conceder fiança a

a) Joaquim somente.

b) Pedro somente.

c) Pedro, Joaquim e Sandra.

d) Pedro e Sandra somente.

e) Joaquim e Sandra somente.

993. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) Acerca da divisão do exercício da jurisdição entre os diversos órgãos jurisdicionais, assinale a opção correta.

a) A competência será determinada pela conexão, quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

b) Caso desclassifique infração que tenha dado causa à conexão, o juiz continuará competente para julgar os delitos remanescentes e os corréus, haja vista a regra da perpetuatio jurisdicionis.

c) Nos crimes praticados fora do território brasileiro, será competente o juízo da capital da República, independentemente de o acusado ter residido ou não no Brasil.

d) Os domicílios do réu e da vítima são critérios de determinação da competência jurisdicional.

994. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) Tendo em vista que a nulidade no processo penal pode ser definida como um defeito jurídico que torna inválido ou destituído de valor jurídico um ato ou o processo, assinale a opção correta de acordo com a legislação processual penal brasileira e com o entendimento dos tribunais superiores acerca dos efeitos e extensão dos atos praticados em desconformidade com o modelo legal.

a) O tribunal poderá reconhecer, de ofício, nulidade em prejuízo do réu, ainda que ela não tenha sido arguida no recurso da acusação.

b) O STF e o STJ orientam-se no sentido de que não se conhece de recurso sem a assinatura do advogado, por se tratar de ato juridicamente inexistente.

c) De acordo com entendimento do STF, serão nulas as provas obtidas por meio de interceptação telefônica, quando não for demonstrado o esgotamento de outros meios de investigação.

d) De acordo com o STF, devido ao princípio da não convalidação de atos nulos, irregularidades do inquérito repercutem na ação penal, podendo ser proclamada a nulidade do processo.

995. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) Pedro e Maria praticaram, em concurso, o crime de lesão corporal seguida de morte. Pedro foi preso em flagrante delito e Maria, por ser a mandante e não estar na cena do crime, e também por estarem ausentes os requisitos da prisão preventiva, respondeu o processo em liberdade. Ambos foram condenados na instância a quo: Pedro, a dez anos de reclusão; Maria, a onze anos e seis meses de reclusão em regime inicial fechado. Apenas Maria recorreu. Nessa situação hipotética, a decisão do recurso interposto por Maria

a) aproveitará a Pedro, desde que, no caso, os motivos fundantes do concurso de agentes não sejam de caráter exclusivamente pessoal.

b) não aproveitará a Pedro, mesmo que seja benéfica, porque a pena deste foi menor que a aplicada a Maria.

c) não será estendida a Pedro em razão do trânsito em julgado da sentença em relação a este.

d) aproveitará a Pedro, desde que, de qualquer forma, seja benéfica à recorrente.

996. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) Acerca das modalidades de exceção previstas no CPP, assinale a opção correta, considerando o entendimento dos tribunais superiores.

a) A arguição de suspeição de jurado poderá ser apresentada a qualquer tempo, preferencialmente antes do início da seção de julgamento.

b) As exceções, em regra, suspendem o andamento da ação penal e os prazos processuais.

c) O juiz decidirá a respeito da arguição de suspeição de membro do MP, após ouvi-lo, sendo admitida a produção de provas.

d) A arguição de suspeição de magistrado não exige poderes especiais do advogado.

997. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) A competência pode ser entendida como delimitação da jurisdição. A respeito dessa matéria, assinale a opção correta.

a) Compete à justiça estadual militar processar e julgar o policial militar pela prática do crime militar e, à comum, pela prática do crime comum simultâneo àquele.

b) Competirá ao juízo do local onde for praticada a contrafação processar e julgar crime de estelionato que for cometido mediante falsificação de cheque.

c) Situação hipotética: João é pedreiro e foi contratado para prestar serviços de alvenaria nas dependências do Comando Geral da Polícia Militar do Paraná. Aproveitando-se da facilidade em transitar livremente pelas instalações do prédio, ele furtou um computador contendo informações sobre os dados cadastrais do alto comando, com o intuito de vendê-las a uma quadrilha de estelionatários. Asser-

tiva: Nessa situação, a competência para o processo e julgamento da ação penal será do juízo da auditoria militar, uma vez que compete a esta processar e julgar o acusado, civil ou militar, que pratique crime contra instituições militares.

d) Compete à justiça federal processar e julgar o crime de falsa anotação na carteira de trabalho e previdência social atribuída a empresa privada.

998. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) Considerando os princípios que norteiam o interrogatório do acusado e os requisitos para a realização desse ato, assinale a opção correta.

a) É válido o interrogatório do acusado que dispensa a presença do advogado e permanece em silêncio, pois, se o silêncio não puder ser interpretado contra a defesa, não haverá prejuízo, considerando-se o princípio pas de nullité sans grief.

b) Se o interrogado não souber escrever, não puder ou não quiser assinar, o juiz nomeará curador e este, após a leitura do interrogatório, assinará o termo.

c) Por não contar com as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, a confissão extrajudicial, ainda que indireta, não é admitida como meio de prova.

d) O exercício do direito ao silêncio não gera presunção de culpabilidade para o acusado, tampouco pode ser interpretado em prejuízo da defesa.

999. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) João, maior de setenta anos de idade ao tempo do fato, foi condenado pelo crime de estelionato à pena privativa de liberdade de quatro anos e três meses de reclusão em regime inicial semiaberto e, ainda, ao pagamento de cinquenta dias-multa, fixado o valor de um vinte avos do salário mínimo vigente. Nessa situação hipotética, conforme o CPP,

a) caso o presidente da República conceda a João graça parcial, o benefício não poderá ser recusado.

b) o juiz poderá, a requerimento do réu, demonstradas as circunstâncias que o justifiquem, permitir que o pagamento da pena de multa se faça em parcelas mensais.

c) João terá direito ao livramento condicional, preenchidos os requisitos, e somente este ou o seu advogado poderá requerê-lo ao juízo da execução penal, tendo em vista a natureza personalíssima da pena.

d) o requisito temporal do livramento condicional será reduzido pela metade, em razão de João contar com mais de setenta anos de idade na data do fato.

GABARITO

880. a
881. b
882. e
883. c
884. e
885. e
886. e
887. b
888. d
889. a
890. b
891. c
892. e
893. e
894. b
895. a
896. c
897. c
898. e
899. b
900. c
901. c
902. d
903. e
904. d
905. e
906. c
907. c
908. a
909. b
910. b
911. c
912. e
913. e
914. e
915. c
916. c
917. e
918. c
919. c
920. b
921. c
922. e
923. c
924. e
925. b
926. a
927. c
928. b
929. c
930. a
931. a
932. d
933. c
934. c
935. c
936. e
937. c
938. c
939. e
940. e
941. c
942. e
943. c
944. e
945. c
946. e
947. e
948. c
949. c
950. e
951. e
952. e
953. e
954. e
955. c
956. e
957. c
958. e
959. e
960. c
961. e
962. c
963. c
964. e
965. e
966. c
967. e
968. c
969. e
970. c
971. a
972. c
973. c
974. d
975. d
976. b
977. d
978. d
979. b
980. e
981. d
982. a
983. b

984. c

985. d

986. d

987. a

988. c

989. a

990. a

991. a

992. a

993. b

994. b

995. a

996. c

997. a

998. d

999. b

DIREITO CIVIL

De acordo com a legislação de regência e o entendimento dos tribunais superiores, julgue os próximos itens.

1000. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Situação hipotética: O condômino B deve taxas condominiais extraordinárias, estabelecidas em instrumento particular, ao condomínio edilício A. Assertiva: Nessa situação, o condomínio A goza do prazo de cinco anos, a contar do dia seguinte ao do vencimento da prestação, para exercer o direito de cobrança das referidas taxas.

1001. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Uma lei nova, ao revogar lei anterior que regulamentava determinada relação jurídica, não poderá atingir o ato jurídico perfeito, o direito adquirido nem a coisa julgada, salvo se houver determinação expressa para tanto.

1002. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Se o indivíduo A publicar, com fins econômicos ou comerciais, imagens do indivíduo B, sem autorização deste, será devida indenização independentemente de comprovação de prejuízo, entendimento que não será aplicável caso a publicação seja relativa a propaganda político-eleitoral.

1003. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Situação hipotética: B é sócio cotista da sociedade empresária A Ltda., que está encerrando suas atividades e, consequentemente, dissolvendo a sociedade. Assertiva: Nessa situação, em eventual demanda judicial envolvendo B e a figura jurídica A Ltda., esta poderá requerer a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária, tendo como fundamento único o seu término.

1004. (DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Com relação à nota promissória, assinale a opção correta.

a) Para que a cartularidade dessa nota seja garantida, é necessário aceite.

b) É vedada, nesse tipo de título, a utilização de cláusula não à ordem.

c) A obrigação constante desse título deve ficar sujeita a uma condicionante.

d) A referida nota é uma promessa de pagamento.

e) A emissão dessa nota exige vinculação a um negócio jurídico.

1005. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) No que se refere aos alimentos e à obrigação de prestar alimentos, assinale a opção correta.

a) O direito de exigir alimentos está vinculado à idade ou à incapacidade civil do alimentado.

b) O direito a alimentos prescreve em dois anos.

c) Os alimentos, por constituírem um direito patrimonial, podem ser renunciados.

d) Os alimentos legítimos ou legais decorrem de parentesco, casamento ou união estável.

e) É admissível a prisão civil por inadimplemento de obrigação de alimentos indenizatórios.

1006. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Pedro, recém-chegado a Rio Branco, adquiriu de Ana um apartamento na cidade e, posteriormente, descobriu que havia pagado, pelo imóvel, valor equivalente ao dobro da média constatada no mercado, uma vez que desconhecia a real situação imobiliária local e tinha pressa em adquirir um apartamento para abrigar sua família. Nessa situação hipotética, o negócio poderá ser anulado, uma vez que apresenta o vício de consentimento denominado

a) dolo.

b) lesão.

c) fraude contra credores.

d) estado de perigo.

e) Coação.

1007. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) O contrato de arrendamento mercantil

a) é um contrato de natureza acessória, pois fica vinculado à aquisição de bens para uma atividade empresarial de cunho mercantil desempenhada pelo arrendatário.

b) possibilita que, concluído o prazo contratual estipulado, o arrendatário adquira a coisa arrendada pelo pagamento de valor residual.

c) é um contrato especial de venda e compra a prazo por meio do qual a arrendadora assume a promessa de readquirir o objeto da transação, após a quitação do contrato, mediante pagamento do preço integral em parcela única.

d) é um instrumento jurídico destinado a atender exclusivamente à necessidade das pessoas jurídicas que exercem atividade mercantil, por meio da aquisição de equipamentos e veículos destinados a sua atividade empresarial.

e) possibilita que o bem arrendado possa ser alienado no curso do contrato sem a anuência da arrendadora, hipótese na qual o adquirente assumirá a condição de arrendatário.

1008. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) A responsabilidade civil, de acordo com o Código Civil,

a) na hipótese de pai e filho maior que concorrem para o ato ilícito, recairá sobre o pai, devendo o filho ser responsabilizado subsidiariamente.

b) não poderá ser atribuída a pessoa diferente daquela que houver causado o dano.

c) será indevida quando não for possível quantificar a extensão do dano causado.

d) no caso de ato danoso praticado por animal, será imputável ao dono deste, se não houver culpa da vítima.

e) se referente a ato ilícito que resulte em diminuição da capacidade laboral, fornece à vítima o direito a exigir danos morais ou pensão equivalente à depreciação sofrida.

1009. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Aos setenta anos de idade, Roberto, viúvo, com três filhos maiores, sendo um deles incapaz, pretende firmar testamento a fim de dispor, após sua morte, dos bens de que é proprietário. Nessa situação,

a) a sucessão testamentária só poderá ser realizada mediante testamento público.

b) Roberto só poderá dispor, no testamento, de até vinte e cinco por cento de seus bens.

c) a sucessão testamentária depende da anuência dos filhos capazes e do representante legal do incapaz.

d) a idade de Roberto não é fato impeditivo para firmar testamento.

e) a existência de filho incapaz impede a sucessão testamentária.

1010. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) O contrato de fiança

a) veda a renúncia ao benefício de ordem.

b) não permite a exoneração do encargo, se relacionado a contrato por tempo indeterminado.

c) é uma espécie de contrato acessório.

d) é uma espécie de contrato de adesão.

e) é um contrato de garantia real.

1011. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Entre outros aspectos, é motivo capaz de ensejar revisão ou rescisão contratual, com base na teoria da imprevisão,

a) o dolo do contratante que obtém vantagem excessivamente onerosa.

b) a onerosidade do contrato de natureza continuada ou diferida.

c) a dificuldade financeira do devedor, proveniente de desempregado involuntário.

d) o fato de o contrato ser de execução instantânea.

e) a previsibilidade de acontecimentos futuros.

1012. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) A garantia por hipoteca

a) garantia por hipoteca

b) extingue-se pela alienação da coisa hipotecada.

c) extingue-se pela alienação da coisa hipotecada.

d) faz que o credor assuma a propriedade da coisa hipotecada se a dívida não for paga no vencimento.

e) afeta o objeto da garantia em caráter absoluto, podendo o credor, desde que não preferencial, se opor erga omnes.

No mundo contemporâneo (pós-moderno), a família perdeu o caráter natural, assumindo nova feição, forjada, agora, em fenômenos culturais. A família de hoje representa um "fenômeno humano em que se funda a sociedade, sendo impossível compreendê-la senão à luz da interdisciplinaridade, máxime na sociedade contemporânea, marcada por relações complexas, plurais, abertas, multifacetárias e (por que não?) globalizadas".

Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald. **Curso de direito civil: famílias**. Vol. 6, 7.ª ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 3 (com adaptações).

A respeito do assunto objeto do texto precedente, julgue os itens que se seguem, tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores.

1013. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) A existência de vínculo com o pai ou a mãe registral não impede que o filho exerça o direito de busca da ancestralidade e da origem genética, dado que o reconhecimento do estado de filiação configura direito personalíssimo, indisponível e imprescritível.

1014. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Antes da regulamentação legal da união estável, era necessário, para futura partilha igualitária,

comprovar o esforço comum dos companheiros na aquisição do patrimônio coletivo, o que não é mais necessário em razão da atual presunção de mútua assistência.

1015. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) A anulação de registro espontâneo de paternidade pelo pai socioafetivo é admitida na hipótese de "adoção à brasileira", ainda que esta seja fonte de vínculo socioafetivo entre as partes, haja vista tratar-se de negócio jurídico fundamentado na mera liberalidade e realizado à margem do ordenamento pátrio.

Com relação a obrigações, contratos e responsabilidade civil, julgue os itens a seguir à luz do entendimento dos tribunais superiores.

1016. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) A aplicação da teoria da perda da chance pressupõe uma possibilidade concreta, real e com alto grau de probabilidade de se garantir um benefício ou sofrer um prejuízo, bem como que a ação ou omissão do agente tenha nexo causal com a perda da oportunidade de exercer a chance.

1017. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) A recusa injustificada da operadora de plano de saúde em autorizar cobertura financeira de tratamento médico a que esteja contratualmente obrigada enseja indenização a título de danos morais.

1018. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) No que se refere à extinção das obrigações, julgue os itens a seguir.

I – O segurador, por reparar ato danoso suportado pelo segurado, o sub-roga legalmente no direito contra o autor do dano.

II – Havendo recusa no recebimento de valores, o devedor poderá realizar o depósito da quantia devida em estabelecimento bancário, em nome do credor, e garantir a extinção da obrigação.

III – A dação em pagamento constitui direito subjetivo do devedor.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas os itens I e II estão certos.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

1019. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) No que se refere à união estável, ao casamento, à filiação e aos alimentos, julgue os itens a seguir.

I – Será admissível o deferimento de alimentos gravídicos mesmo quando não for verificada hipótese de presunção legal de paternidade.

II – Na união estável, será nulo de pleno direito o contrato firmado entre os companheiros que disponha de regime patrimonial diverso do regime de comunhão parcial de bens.

III – Será vedado ao juiz impor a guarda compartilhada caso um dos genitores declare que não deseja exercer a guarda do menor.

IV – Optando pelo divórcio extrajudicial, os nubentes poderão deliberar, na mesma escritura, sobre partilha de bens, guarda de filhos e alimentos.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) III e IV.

e) II, III e IV.

1020. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Ana Lúcia, brasileira, solteira, ocupante e usufrutuária de um único imóvel residencial, sem nenhum outro bem, adquiriu dívida, decorrente de um cheque não quitado, junto a uma empresa de cosméticos. Esta ajuizou execução judicial do título de crédito e, ciente de que o imóvel tinha usufruto, pediu a penhora deste. No entanto, a nua propriedade do imóvel de Ana Lúcia, antes do ajuizamento da execução, havia sido doada a sua filha, Patrícia, com a devida reserva do usufruto vitalício a Ana Lúcia. Na escritura de doação, que também foi registrada antes da propositura da execução, foram previstas cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade, incomunicabilidade e reversão do imóvel.

Nessa situação hipotética,

a) o usufruto deverá ser considerado impenhorável, pois o bem foi declarado inalienável.

b) caso Patrícia seja proprietária de outro imóvel residencial, a nua propriedade do imóvel ocupado por Ana Lúcia poderá ser penhorada.

c) a nua propriedade do imóvel não poderá ser penhorada, mesmo se a alienação for anulada em ação autônoma de fraude contra credores.

d) a nua propriedade do imóvel poderá ser penhorada, já que houve fraude na execução.

e) o usufruto poderá ser penhorado, pois configura direito sobre o imóvel, mas não sobre a propriedade do imóvel em si.

1021. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Se, após uma tempestade, uma árvore cair sobre um veículo e causar danos a alguém, esse evento será classificado como

a) ato fato jurídico.

b) ato unilateral.

c) negócio jurídico.

d) fato jurídico em sentido estrito.

e) ato jurídico em sentido estrito.

1022. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Assinale a opção que apresenta exemplo de bem imóvel.

a) tijolo de casa demolida

b) hipoteca de um navio

c) penhor de joia rara

d) energia elétrica de uma fábrica de cimento

e) maçã pendente de colheita

1023. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Em 1.º/1/2017, Lúcio, que era brasileiro e casado sob o regime legal com Maria, também brasileira, ambos residentes e domiciliados em um país asiático, faleceu. Lúcio deixou dois filhos como herdeiros, Vanessa e Robson, residentes e domiciliados no Brasil, e os seguintes bens a inventariar: a casa em que residia no exterior, uma casa no Brasil e dois automóveis, localizados no exterior. O casamento de Lúcio e Maria foi celebrado no Brasil. Antes do casamento, ele residia e era domiciliado no Brasil, ao passo que ela residia e era domiciliada em um país africano. O primeiro domicílio do casal foi no exterior. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A lei brasileira regulará a capacidade para suceder de Vanessa e Robson.

b) Aplica-se a lei brasileira quanto ao regime de bens do casal.

c) As regras sobre a morte de Lúcio são determinadas pela lei brasileira.

d) Aplica-se a lei brasileira quanto à regulação das relações concernentes a todos os bens de Lúcio.

e) A sucessão de Lúcio obedecerá à lei brasileira.

1024. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Fábio emprestou, mediante contrato escrito, determinada quantia em dinheiro para André e Bruno, que se responsabilizaram pelo pagamento da dívida, de forma solidária. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Caso André faleça e deixe dois filhos como herdeiros, eles estarão obrigados a pagar toda a dívida, limitada às forças da herança.

b) Se, por culpa de André, o pagamento da dívida ficar impossível, a solidariedade persiste quanto ao pagamento das perdas e danos.

c) Caso Bruno esqueça a data de vencimento da dívida, ele será o único responsável pelo pagamento dos juros de mora gerados pelo atraso no pagamento.

d) A obrigação pelo pagamento da dívida pode ser a prazo em relação a Bruno, e à vista em relação a André.

e) A cada um dos devedores — Bruno e André — compete o pagamento de metade da dívida.

1025. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Jonatas adquiriu de Carlos, mediante contrato de compra e venda, um veículo usado de alto valor, cujos acessórios eram de valor insignificante. Seis meses após a aquisição do bem, Jonatas perdeu a propriedade do veículo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, em processo movido por José contra Carlos. No que se refere a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A perda da propriedade somente dos acessórios do veículo abre a possibilidade de Jonatas optar pela rescisão do contrato entabulado com Carlos.

b) Jonatas poderá demandar Carlos pela perda do veículo, requerer a restituição do valor pago pelo bem e dos honorários do seu advogado, ainda que fique comprovado que, desde a assinatura do contrato, ele sabia que o veículo era objeto de disputa judicial.

c) Carlos deverá responder, em favor de Jonatas, pela perda da propriedade do veículo, já que essa responsabilidade somente não subsistiria se Jonatas tivesse adquirido o veículo em hasta pública.

d) Jonatas, sem conhecer o risco da perda, terá o direito de receber o valor que pagou pelo veículo, ainda que haja cláusula expressa no contrato que exclua qualquer responsabilização pela perda.

e) Caso um meliante desconhecido pratique furto das quatro rodas do veículo no dia anterior à entrega do carro a José, Jonatas não terá o direito de receber o valor integral que pagou pelo carro.

1026. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Isabel doou uma casa no valor de R$ 100.000 às suas sobrinhas Ana, de quatorze anos de idade, e Clara, de oito anos de idade, filhas de sua irmã Juliana. Nessa situação hipotética,

a) a doação importa em adiantamento ao que lhes cabe na herança.

b) Isabel poderá estipular que o imóvel seja revertido ao patrimônio de Juliana, caso Ana e Clara faleçam antes dela.

c) Isabel não poderá estipular que a doação seja distribuída de forma desigual entre Ana e Clara sem o aval de Juliana.

d) a aceitação do imóvel por parte de Ana e Clara ou de Juliana é dispensada.

e) a doação verbal é considerada válida.

1027. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Assinale a opção que apresenta um modo de aquisição ordinária da propriedade.

a) Renúncia.

b) Usucapião.

c) Desapropriação.

d) Alienação.

e) Abandono.

1028. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) João, ciente de que seu vizinho Luciano estava realizando uma longa viagem, invadiu a casa que era de propriedade de Luciano e passou a residir no imóvel com seus familiares, sem o consentimento do proprietário. Luciano cultivava em seu terreno inúmeras hortaliças, as quais João passou a comercializar. Com o lucro auferido em razão da venda das hortaliças, João instalou uma piscina no quintal de Luciano e uma rampa para cadeirantes próxima à porta de entrada da residência, já que ele sabia que Luciano tinha uma filha usuária de cadeira de rodas. Ainda durante o período em que João residiu na casa, houve uma tempestade que danificou o telhado da casa de Luciano. Luciano retornou ao imóvel e retomou sua posse por ação judicial.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que João

a) poderá retirar a piscina, desde que repare os eventuais danos provocados pela sua instalação.

b) não responderá pelas hortaliças colhidas para consumo próprio.

c) responderá pela danificação do telhado da casa de Luciano.

d) deverá ser ressarcido pela construção da rampa, assistindo-lhe o direito de retenção.

e) terá direito às despesas de manutenção do cultivo das hortaliças.

1029. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Antônio, de vinte e cinco anos de idade, casou-se com Carla, de treze anos de idade, que estava grávida quando da realização do casamento. Embora tenha sido consentido pelos pais de Carla, o casamento foi realizado sem autorização judicial, pois os nubentes não estavam cientes dessa exigência legal. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Carla poderá confirmar o casamento após o nascimento da criança.

b) É vedada a anulação do casamento unicamente pelo fato de Carla ser menor de idade.

c) Anulado o casamento, este retroagirá à data de sua celebração, não produzindo nenhum efeito.

d) Antônio poderá requerer a anulação do casamento devido ao fato de Carla ser menor de idade.

e) O casamento é nulo, pois Carla não tinha idade núbil e não havia autorização judicial.

1030. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) A sociedade conjugal de Jorge e Cristina, casados sob o regime de comunhão universal de bens, encerrou-se em 1.º/2/2017, devido ao falecimento de Jorge. O casal teve três filhos: Elisa, Cíntia e Vagner, todos maiores e capazes quando da morte de Jorge. O espólio de Jorge é constituído por um imóvel A, quitado, destinado ao aluguel de terceiros; um ágio do imóvel B, financiado, destinado à residência da família; um automóvel; e uma lancha. Jorge não deixou testamento e sua filha Cíntia pagou sozinha, com recursos financeiros próprios, seu funeral. No que concerne a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Cristina não concorrerá com seus filhos na sucessão de Jorge, resguardados os direitos de meação.

b) Elisa e Vagner poderão aceitar a herança somente do bem A e ceder para Cíntia o restante da herança, já que ela arcou sozinha com o funeral de Jorge.

c) Presume-se que Cíntia foi a única herdeira de todos os bens, já que ela arcou sozinha com o funeral de Jorge.

d) A sucessão aberta é considerada um bem móvel.

e) É assegurado aos filhos o direito real de habitação sobre o bem A.

Uma senhora procurou a DP para ajuizar ação de alimentos contra o pai de seu filho menor de idade. Ela informou que o genitor não possuía bens em seu nome, mas exercia atividade empresarial em sociedade com um amigo: a venda de quentinhas. Apresentou cópia do contrato social, que, contudo, não era inscrito no órgão

de registro próprio. Considerando essa situação hipotética e a necessidade de se obter o pagamento da pensão, julgue os itens a seguir.

1031. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) O maquinário utilizado para a produção das quentinhas é classificado como patrimônio especial, do qual os dois sócios são titulares em comum.

1032. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Se o pai não pagar os alimentos espontaneamente e não forem encontrados bens de sua titularidade, caberá à DP invocar a teoria da desconsideração da personalidade jurídica contra a sociedade empresária.

1033. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) O contrato social apresentado, mesmo sem registro no órgão competente, servirá como prova da existência da sociedade, seja para a finalidade pretendida na ação de alimentos, seja para eventual discussão entre os sócios acerca da titularidade dos bens sociais.

Considerando que tenha sido decretada a falência de Roma & Cia. Ltda., sociedade de André Roma e Bruno Silva, administrada apenas por André, julgue os itens seguintes.

1034. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) O nome empresarial Roma & Cia. Ltda. é classificado como denominação social.

1035. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Na situação apresentada, os sócios deverão ser citados individualmente para apresentar contestação acerca dos termos da ação falimentar.

1036. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Eventual responsabilidade pessoal de Bruno deverá ser apurada mediante ação própria, a ser proposta no próprio juízo da falência, no prazo prescricional de dois anos, contados do trânsito em julgado da sentença que encerrar a falência.

1037. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Carlos, proprietário de um terreno, concedeu a Pedro, mediante escritura pública registrada, o direito de cultivar esse terreno pelo período de três anos. Nessa situação hipotética, de acordo com o que dispõe o Código Civil,

a) em caso de falecimento de Pedro, o direito poderá ser transferido a seus herdeiros ou a terceiros.

b) Carlos poderá alienar o direito de cultivo durante o prazo estipulado, mas não poderá alienar o imóvel objeto da concessão.

c) Pedro poderá fazer obra no subsolo para guardar em depósito os insumos destinados à plantação.

d) caso o imóvel seja desapropriado, Pedro também fará jus à indenização.

e) Carlos continuará obrigado ao pagamento dos tributos que incidirem sobre o terreno.

1038. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) O direito que o vendedor de um imóvel guarda de reavê-lo, no prazo máximo previsto no Código Civil, restituindo ao comprador o valor recebido e reembolsando-lhe as despesas — entre elas, as que se efetuaram mediante autorização escrita do proprietário bem como aquelas destinadas à realização de benfeitorias necessárias —, constitui a

a) venda a contento.

b) resolução potestativa.

c) retrovenda.

d) preempção.

e) reserva de domínio.

1039. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Se uma pessoa, no dia 5 de dezembro de 2017, terça-feira, sofrer dano material em decorrência de acidente provocado por motorista que avançou sobre a faixa de pedestre, o prazo prescricional para que ela obtenha a indenização será contado a partir do dia

a) 5 de dezembro de 2017.

b) 11 de dezembro de 2017.

c) 6 de dezembro de 2017.

d) 8 de dezembro de 2017.

e) 7 de dezembro de 2017.

1040. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) A adaptação de lei, por um intérprete, às exigências atuais e concretas da sociedade configura interpretação

a) histórica.

b) sistemática.

c) sociológica.

d) analógica.

e) autêntica.

1041. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Assinale a opção que apresenta o conceito de condição, no âmbito dos negócios jurídicos.

a) Cláusula que sujeita o negócio ao emprego das técnicas de domínio do devedor.

b) Cláusula que submete a eficácia do negócio jurídico a determinado acontecimento.

c) Acontecimento futuro e certo que suspende a eficácia de um negócio jurídico.

d) Imposição de obrigação ao beneficiário de determinada liberalidade.

e) Cláusula que visa eliminar um risco que pesa sobre o credor.

1042. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Aquele que receber, de forma indevida, mas de boa-fé, pagamento relativo a um contrato

a) responderá pela deterioração da coisa.

b) não terá direito de retenção de valores relativos às benfeitorias necessárias.

c) estará desobrigado de restituir a coisa caso o indébito tenha natureza objetiva.

d) fará jus aos frutos decorrentes da coisa recebida.

e) não terá direito à indenização por benfeitorias úteis.

1043. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) De acordo com a classificação doutrinária dos bens, o valor pago a título de aluguel ao proprietário de um imóvel é denominado

a) fruto.

b) pertença.

c) benfeitoria.

d) imóvel por acessão.

e) produto.

1044. (2017/TRE TO/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Sociedade anônima cuja criação é autorizada por ente federativo e que possui participação minoritária de capital privado em suas ações é uma

a) sociedade anônima de natureza empresarial, que não pode fazer parte da administração pública direta ou indireta.

b) autarquia, que faz parte da administração indireta.

c) empresa pública, que faz parte da administração indireta.

d) sociedade de economia mista, que faz parte da administração indireta.

e) entidade paraestatal, que não pode fazer parte da administração pública direta ou indireta.

1045. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Jovem de dezesseis anos de idade que se case com indivíduo civilmente capaz e que se torne viúva antes de completar dezoito anos de idade

a) passará, automaticamente, ao estado de relativamente incapaz.

b) regressará, desde que sentença judicial assim determine, ao estado de incapacidade.

c) permanecerá, independentemente de sentença judicial, capaz para os atos da vida civil.

d) permanecerá, desde que sentença judicial assim determine, capaz para os atos da vida civil.

e) regressará, automaticamente, ao estado de absolutamente incapaz.

1046. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,

a) o princípio da obrigatoriedade das leis é incompatível com o instituto do erro de direito.

b) em relação à eficácia da lei no tempo, a retroatividade de uma lei no ordenamento jurídico será máxima.

c) adota-se, quanto à eficácia da lei no espaço, o princípio da territorialidade mitigada.

d) em caso de omissão da lei, o juiz decidirá o caso de acordo com as regras de experiência.

e) será admitida correção de texto legal apenas antes de a lei entrar em vigor.

1047. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Se o idoso não tiver condições econômicas de prover seu próprio sustento, os alimentos serão

a) providos pelo poder público, desde que o idoso tenha mais de setenta anos.

b) divididos entre os parentes, respeitada a ordem legal.

c) prestados subsidiariamente pelos netos, se houver.

d) prestados solidariamente, podendo o idoso optar entre os prestadores.

e) obtidos mediante transação, desde que homologada por um juiz.

1048. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Com a finalidade de se eximir de pagar as verbas trabalhistas devidas, uma pessoa jurídica simulou a venda dos veículos registrados em seu nome. Nessa situação hipotética, o negócio jurídico da venda é

a) nulo.

b) anulável no todo.

c) válido.

d) anulável em parte.

1049. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Conforme a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,

a) como regra, a lei revogada se restaura quando a lei revogadora perde sua vigência, instituto conhecido como repristinação.

b) quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

c) as correções a texto de lei já em vigor não são consideradas lei nova.

d) toda lei entra em vigor no país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, sem exceção.

1050. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Beneficiário de nota promissória nula requereu em juízo que ela fosse aproveitada como confissão de dívida. Seu pedido foi aceito, ante a presença dos elementos objetivos e subjetivos. Nesse caso, aplicou-se a

a) teoria da máxima intenção nos negócios jurídicos.

b) redução equivalente do negócio jurídico.

c) conversão substancial do negócio jurídico.

d) confirmação inversa do negócio jurídico.

e) convalidação elementar subjetiva do negócio jurídico.

1051. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) A continuidade de aplicação de lei já revogada às relações jurídicas civis consolidadas durante a sua vigência caracteriza

a) a aplicação do princípio da segurança jurídica.

b) a ultratividade da norma.

c) a repristinação da norma.

d) o princípio da continuidade normativa.

e) a supremacia da lei revogada.

1052. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Na hipótese de um credor aceitar, em vez do valor prometido, a entrega de um bem móvel pelo devedor, ocorrerá a

a) sub-rogação convencional.

b) dação em pagamento.

c) novação.

d) compensação.

e) sub-rogação objetiva.

1053. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) De acordo com o entendimento do STJ, a responsabilidade civil do incapaz pela reparação de danos que houver causado, quando seus pais não tiverem meios de repará-los, será I solidária, mas mitigada. II condicional. III subsidiária e equitativa. IV de eficácia diferida. Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) I e IV.

d) II e III.

e) III e IV.

1054. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Considerando-se os dispositivos legais pertinentes, em caso de dívida assumida por ente despersonalizado,

a) os sócios responderão de forma limitada, e o ente de forma ilimitada.

b) os sócios responderão de forma subsidiária, desde que não tenham praticado atos contrários ao estatuto ou ao contrato social.

c) os sócios responderão de forma solidária e ilimitada pelas obrigações assumidas pelo grupamento.

d) o sócio administrador responderá solidariamente pelos ilícitos praticados.

e) o sócio gestor responderá de forma subsidiária e limitada pelo ato de má gestão.

1055. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Um devedor pretende transferir a seu credor, a título de garantia, a propriedade resolúvel de determinado bem móvel infungível. Nessa situação,

a) a garantia será desfeita caso o objeto já integre o patrimônio do devedor.

b) a exigência de outras garantias será considerada cláusula não escrita.

c) o credor poderá manter a coisa caso haja inadimplemento absoluto.

d) o devedor poderá ceder o direito eventual que advém do contrato.

e) a propriedade será constituída com a entrega ao credor da coisa que é objeto do contrato.

1056. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Estabelecido contrato de fornecimento de insumos para empresa que comercializa produtos químicos, será juridicamente possível o fornecedor pedir, de acordo com a lei civil, a resolução do contrato, se a sua prestação se tornar excessivamente onerosa,

a) com extrema vantagem para a outra parte, por acontecimento extraordinário, ainda que previsível.

b) por acontecimento extraordinário, ainda que sem proveito para a outra parte.

c) com vantagem extrema para a outra parte em razão de acontecimento extraordinário e imprevisível.

d) por acontecimento extraordinário, ainda que não imprevisível.

e) por acontecimento extraordinário, ainda que não imprevisível, provocado por fato do príncipe.

1057. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Pedro, com o objetivo de pagar uma dívida que possuía com Roberto, cedeu-lhe, de forma onerosa, crédito vincendo que tinha a receber de Carlos, responsabilizando-se somente pela existência do referido crédito. Na data do vencimento da dívida, Roberto descobriu que Carlos era insolvente. Nessa situação hipotética, a dívida que Pedro tinha com Roberto

a) não estará extinta, pois Pedro assumiu a obrigação de garantir a existência do crédito.

b) estará quitada, pois o crédito foi cedido em caráter pro soluto.

c) não estará extinta, pois a cessão de crédito é sempre em caráter pro soluto.

d) estará quitada, pois não há distinção entre a cessão de crédito pro soluto e a cessão de crédito pro solvendo.

e) estará quitada, pois a cessão de crédito é sempre em caráter pro solvendo.

1058. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No que se refere ao adimplemento das obrigações, assinale a opção correta.

a) Será inválido pagamento de dívida de menor que seja efetuado, de forma ciente, pelo pai dele, ainda que demonstre que o benefício foi efetivamente revertido em favor do incapaz.

b) O pagamento da dívida deverá ser feito, em qualquer caso, exclusivamente ao credor.

c) Caso seja ofertada prestação diversa da que lhe é devida, o credor deverá consentir em recebê-la, desde que seja mais valiosa que a original.

d) Devedor cuja dívida seja paga por terceiro e que, tendo ciência da perda da pretensão do credor, se opuser ao adimplemento, não estará obrigado a reembolsar o pagador.

e) Terceiro não interessado que pague dívida em nome próprio se sub-rogará nos direitos do credor.Devedor cuja dívida seja paga por terceiro e que, tendo ciência da perda da pretensão do credor, se opuser ao adimplemento, não estará obrigado a reembolsar o pagador.

1059. No que tange ao adimplemento, ao inadimplemento e à extinção de obrigações, julgue os itens que se seguem. I O pagamento de dívida quesível deverá ser feito no domicílio do devedor, ficando o credor obrigado a buscar o adimplemento. II O Código Civil adota o princípio do nominalismo monetário nas dívidas em dinheiro, admitindo, contudo, que as partes convencionem cláusula de escala móvel. III Poderá ocorrer mora em caso tanto de inadimplemento absoluto quanto de inadimplemento relativo de uma obrigação. IV Multa moratória e multa compensatória poderão ser cumuladas com a exigência de cumprimento regular da obrigação principal. Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

1060. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Ana, aflita com a fuga de seu cão, espalhou, nas imediações de sua residência, avisos públicos prometendo pagar recompensa em dinheiro no valor de R$ 1.000 para quem fornecesse informações seguras a respeito do paradeiro do animal. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) O ato de promessa de recompensa praticado por Ana tem natureza bilateral.

b) Ana poderá revogar a promessa, mesmo após o animal ser localizado, pois a promessa constitui ato unilateral.

c) Se duas pessoas informarem a Ana, ao mesmo tempo, a respeito da localização do cão, deverá ser realizado sorteio do valor da recompensa.

d) Caso Ana receba de dois indivíduos, de forma sucessiva, a mesma informação que leve ao resgate do cão, o valor da recompensa deverá ser dividido entre eles.

e) Alguém que, ignorando a promessa de recompensa, encontre o cão e o entregue a Ana poderá, ao tomar conhecimento dos avisos, exigir dela o pagamento do valor prometido.

1061. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Neste ano de 2017, determinada pessoa está sendo executada judicialmente com base em nota promissória vencida e válida, com aposição de local e data pelo portador. A nota promissória refere-se ao ano de 2016. Das informações a respeito da situação hipotética apresentada infere-se que

a) a aposição de local e data no título prejudica a sua execução.

b) a denominação "nota promissória" foi redigida por extenso e na língua em que foi emitida.

c) o emitente do título é um brasileiro nato.

d) ocorreu prescrição para a propositura da ação de execução do título extrajudicial contra o devedor do título.

e) o negócio concretizado com a emissão da nota promissória se deu entre pessoas jurídicas.

1062. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Constitui ato constitutivo da pessoa jurídica de direito privado

a) a certidão simplificada.

b) o registro de imóvel.

c) a procuração pública.

d) o balanço patrimonial.

e) o contrato social.

1063. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Assinale a opção que apresenta a denominação dada a pessoa capaz ordenada ao exercício profissional de atividade economicamente organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços.

a) sociedade anônima

b) sociedade limitada

c) empresa

d) empreendedor

e) empresário

1064. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Maria, credora de Pedro no valor de R$ 50 mil, aceitou no vencimento da dívida, para adimplir a obrigação, um veículo de igual valor oferecido por Pedro. A dívida foi, então, quitada. Nessa situação hipotética, de acordo com disposições do Código Civil, o adimplemento se deu por

a) compensação.

b) pagamento em consignação.

c) dação em pagamento.

d) imputação do pagamento.

1065. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No que se refere a prescrição e decadência em desfavor de um indivíduo de dezessete anos de idade, assinale a opção correta.

a) Correm normalmente tanto os prazos prescricionais como os decadenciais.

b) Os prazos prescricionais somente se iniciam quando o indivíduo completar dezoito anos de idade.

c) Adota-se tanto para os prazos prescricionais quanto para os decadenciais o prazo de dez anos.

d) Não correm os prazos prescricionais nem decadenciais.

1066. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) João doou um apartamento para Mário, em decorrência dos longos anos de amizade. Em momento posterior, Mário tentou matar João, utilizando-se de uma faca. Nessa situação hipotética, o ato de doação

a) não pode ser revogado, pois João continua vivo.

b) pode ser revogado, mesmo que tenha sido feito como presente de casamento para Mário.

c) pode ser revogado, em decorrência da ingratidão.

d) é irrevogável.

1067. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Após o naufrágio de embarcação em alto mar, constatou-se a falta de um dos passageiros, que nunca foi encontrado. Nessa situação, com relação ao desaparecido, será declarada a sua morte presumida

a) mesmo sem o encerramento das buscas e averiguações.

b) após a declaração de sua ausência.

c) após um ano de seu desaparecimento.

d) mesmo sem a decretação de ausência.

1068. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Considerando a teoria da personalização da sociedade empresária e a da desconsideração da personalidade jurídica, julgue os itens a seguir.

I – O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do MP e acarretará a dissolução ou liquidação da pessoa jurídica.

II – O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

III – O administrador que tenha contribuído culposamente, de forma ilícita, para lesar a coletividade de credores de uma instituição financeira, mas sem auferir benefício pessoal, não poderá ser atingido propriamente pela desconsideração da personalidade jurídica.

IV – O contrato social das sociedades limitadas estabelecerá à sociedade uma natureza personalista caso determine que a cessão ou a alienação de quotas não será condicionada à audiência prévia dos demais sócios. Estão certos apenas os itens.

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) III e IV.

e) I, II e IV.

1069. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Acerca dos contratos de seguro, é correto afirmar que

a) a diminuição do risco no curso do contrato de seguro, em regra, acarreta a redução do prêmio estipulado.

b) o segurador poderá pagar em títulos o prejuízo resultante do risco assumido, hipótese na qual o prêmio será pago em dobro.

c) a recondução tácita do contrato pelo mesmo prazo, mediante expressa cláusula contratual, só poderá operar uma única vez.

d) o segurado poderá comunicar à seguradora o sinistro a qualquer tempo.

e) a mora do segurador no pagamento do sinistro obriga à atualização monetária, mas não aos juros moratórios.

1070. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Com relação ao empresário e aos prepostos, assinale a opção correta de acordo com a legislação pertinente.

a) A inscrição do empresário na junta comercial é requisito para a sua caracterização.

b) A lei prevê cobrança de multa do incapaz que exercer diretamente atividade própria de empresário.

c) O gerente de empresa poderá delegar poderes de representação, uma vez que as prerrogativas a ele conferidas, embora pessoais, são transferíveis.

d) No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante terceiros, pelos atos culposos.

e) O empresário casado pode alienar os bens imóveis que integram o patrimônio da empresa sem outorga conjugal.

1071. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO) Maria e João, casados, adquiriram dois imóveis e instituíram um deles como bem de família e, no outro, houve a concessão de direito real de uso. Dois anos após esses atos, eles se divorciaram, tendo,

contudo, restabelecido a sociedade conjugal no ano seguinte. Após reatarem, o casal extinguiu a concessão de direito real de uso existente e constituiu servidão ambiental no mesmo imóvel. Com relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que, no registro de imóveis, deverá ter sido feito o registro em cartório do(a)

a) instituição do bem de família.

b) divórcio.

c) servidão ambiental.

d) extinção da concessão de direito real de uso.

e) restabelecimento da sociedade conjugal.

Acerca da vigência, aplicação, interpretação e integração das leis bem como da sua eficácia no tempo e no espaço, julgue os itens a seguir.

1072. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Admite-se o costume contra legem como instrumento de integração das normas.

1073. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A lei do país em que a pessoa for domiciliada determina as regras sobre o começo e o fim de sua personalidade.

1074. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A vigência das leis pode ocorrer de forma temporária ou por tempo indeterminado.

1075. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Derrogação é o fenômeno que ocorre quando há revogação total de uma lei.

A respeito de contratos civis e direito sucessório, julgue os itens subsequentes, com base no Código Civil.

1076. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Doação é caracterizada pela formulação de contrato oneroso.

1077. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A doação de ascendente para descendentes importa adiantamento do que lhes couber por herança, porém não importará adiantamento se o doador expressamente dispensar a colação.

1078. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No contrato de doação, qualquer alienação gratuita que afete a metade indisponível dos herdeiros necessários poderá ser declarada nula.

1079. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Pessoa física sem herdeiros necessários pode doar quantos bens quiser, a título de doação universal, desde que mantenha renda suficiente para a própria sobrevivência.

Acerca das associações, das sociedades e das fundações, julgue os itens seguintes, com base no Código Civil.

1080. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Na extinção de associação, os valores referentes às quotas dos associados não são revertidas a eles, visto que associações não possuem fins econômicos.

1081. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) As fundações podem ser criadas independentemente da dotação especial de bens livres pelo instituidor.

1082. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) As cooperativas têm natureza jurídica de pessoa jurídica de direito privado.

1083. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) As disposições legais referentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades.

1084. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Existem direitos e obrigações recíprocas entre associados.

No que se refere às pessoas jurídicas, julgue os itens que se seguem.

1085. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A pessoa jurídica se responsabiliza pelos atos praticados por seus administradores, desde que esses atos sejam exercidos nos limites dos poderes estabelecidos no ato constitutivo.

1086. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) As empresas individuais de responsabilidade limitada são exemplo de pessoa jurídica de direito privado.

1087. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado.

> [...] muitas vezes os sócios ou administradores, agindo contrariamente às finalidades estatutárias ou abusando da personalidade jurídica da pessoa jurídica, acarretam prejuízos a terceiros [...] A fim de pôr cobro a esses desvios, formou-se a doutrina conhecida como *disregard of legal entity*, para vincular o patrimônio dos sócios.
>
> Nestor Duarte. **Código civil comentado**. São Paulo: Ed. Manole, 2007, p. 432 (com adaptações).

Considerando o texto precedente e aspectos a ele inerentes, julgue os itens a seguir, com base no Código Civil.

1088. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O credor de uma empresa poderá utilizar o estabelecimento comercial para satisfazer o seu crédito, independentemente de aplicação da teoria referida no texto.

1089. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O texto trata da teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

1090. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Os patrimônios dos sócios, embora vinculados, sob nenhuma hipótese poderão ser expropriados para satisfazer os credores da empresa.

1091. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Descumprimento de finalidades estatutárias significa o mesmo que desrespeito aos objetivos sociais da empresa.

A respeito de bens públicos, julgue os itens subsequentes.

1092. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Os bens públicos estão sujeitos à usucapião.

1093. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Os bens públicos dominicais são inalienáveis.

Após a alienação e entrega de um estabelecimento comercial, entre duas sociedades empresárias, o objeto do negócio foi penhorado em face de dívida contabilizada do vendedor constituída antes do negócio. A respeito dessa situação hipotética, julgue os próximos itens, considerando as premissas civilistas sobre o direito de empresa.

1094. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O negócio jurídico realizado na referida situação hipotética constitui um trespasse.

1095. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) A referida penhora será considerada legal apenas se o alienante não tiver outros bens suficientes para solver o passivo do estabelecimento.

1096. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O estabelecimento comercial é todo o complexo de bens, inclusive bens de natureza imóvel, organizados para o exercício da empresa.

Acerca da prescrição e da decadência, julgue os próximos itens.

1097. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O juiz pode reconhecer, de ofício, a decadência, mesmo quando convencionada pelas partes.

1098. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A prescrição ocorrerá em dez anos, caso a lei não lhe tenha fixado prazo menor.

Com relação às normas processuais, julgue os itens seguintes.

1099. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) As leis processuais civis e penais não se sujeitam às regras quanto à eficácia temporal das leis constantes da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, uma vez que têm regramento próprio.

1100. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Considerando-se o sistema do isolamento dos atos processuais, a lei processual nova não retroage, aplicando-se imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais já praticados e as situações jurídicas já consolidadas sob a vigência da lei anterior.

1101. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Maria, Carla e Luciana são credoras solidárias da quantia de R$ 3.000 de Antônio. Maria casou-se com Antônio. Na constância da sociedade conjugal, houve a perda da pretensão de recebimento do crédito de Carla e Luciana em relação a Antônio. Posteriormente, insatisfeita com o relacionamento, Maria divorciou-se de Antônio e ingressou com ação de cobrança contra ele. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com o Código Civil.

a) O casamento de Maria com Antônio é causa interruptiva da prescrição.
b) O prazo de prescrição pode ser alterado mediante acordo entre as credoras e Antônio.
c) Maria não pode renunciar tacitamente à prescrição.
d) A suspensão da prescrição em favor de Maria aproveita às demais credoras solidárias.
e) Maria pode exigir de Antônio o cumprimento da prestação por inteiro.

1102. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) João deve determinada quantia a Carlos, o qual deve igual valor a Pedro. Feito acordo entre os três, João deverá pagar a referida quantia diretamente a Pedro, o que retira Carlos da relação obrigacional. O instituto utilizado pelas partes para adimplemento da obrigação nessa situação hipotética denomina-se

a) novação.

b) assunção de dívida.

c) confusão.

d) compensação.

e) dação em pagamento.

1103. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Em 20/5/2014, o carro conduzido por Fernando foi atingido na traseira pelo automóvel conduzido por Rafael, o qual não respeitou sinalização de parada obrigatória. Os dois convencionaram que Fernando apresentaria a Rafael três orçamentos dos reparos no automóvel e que Rafael lhe pagaria o de menor valor. No dia 2/6/2014, Fernando, então, apresentou os três orçamentos, mas Rafael recusou-se a efetuar o pagamento, sob o argumento de que os valores estavam muito altos. Em 10/6/2014, Rafael fez contraproposta, que não foi aceita por Fernando. Fernando, então, ingressou com ação de cobrança e, em 14/6/2014, Rafael foi citado. Após o regular trâmite do processo, o juiz reconheceu a culpa de Rafael e o condenou, em 2/3/2015, a pagar quantia certa a Fernando. Considerando-se o disposto no Código Civil e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nessa situação hipotética o termo inicial dos juros de mora é

a) 14/6/2014.

b) 2/3/2015.

c) 20/5/2014.

d) 2/6/2014.

e) 10/6/2014.

1104. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Pedro, a fim de reformar seu imóvel, celebrou contrato de empreitada com João, empreiteiro que lhe ofereceu o menor preço e se comprometeu a concluir a obra em três meses. O contrato previa a prestação de serviços e o fornecimento de materiais, contudo, durante a execução da obrigação, João faleceu. Pedro estava em mora. À luz do Código Civil e do entendimento doutrinário sobre o tema, assinale a opção correta, acerca dessa situação hipotética.

a) Os riscos correriam por conta de João até o momento da entrega da obra, já que Pedro estava em mora.

b) A obrigação assumida por João é alternativa.

c) A obrigação assumida por João é de não fazer.

d) O fornecimento de materiais por João é presumido no contrato de empreitada.

e) O falecimento de João não implica a extinção do contrato.

1105. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Acerca das espécies de contratos regulados pelo Código Civil, assinale a opção correta.

a) Tratando-se de contrato de comodato, o comodatário pode recobrar do comodante as despesas feitas com a conservação da coisa emprestada.

b) A culpa de terceiro elide a responsabilidade contratual do transportador no caso de contrato de transporte de pessoas.

c) O benefício de ordem em contrato de fiança aproveita ao fiador que se obrigou como devedor solidário.

d) Em se tratando de venda ad corpus, o preço do imóvel é determinado por sua área.

e) Morto o doador, o Ministério Público poderá exigir do donatário o cumprimento dos encargos da doação de interesse geral, se ainda não cumpridos.

1106. (2017/PROCURADOR MUNICIPAL) João celebrou contrato de locação de imóvel residencial com determinada imobiliária, que realizou negócio jurídico de administração do bem com Júlio, proprietário do referido imóvel. Conforme con-

vencionado entre João e a imobiliária, o aluguel deveria ser pago a Carlos, um dos sócios da imobiliária, o qual costumeiramente recebia os aluguéis e dava quitação. Em determinado momento, João foi surpreendido com uma ação de despejo, na qual se argumentava que alguns pagamentos efetuados a Carlos não extinguiram a obrigação locatícia, porquanto ele tinha se retirado da sociedade no curso do contrato e o locatário não havia observado a alteração societária. De acordo com o Código Civil, nessa situação,

a) João deverá demonstrar que o pagamento foi revertido em favor da sociedade, para se eximir das cobranças.

b) os pagamentos efetuados por João são válidos, pois Carlos é considerado credor putativo.

c) a validade dos pagamentos realizados por João depende de ratificação por Júlio, proprietário do imóvel.

d) João terá de pagar novamente o valor cobrado.

1107. (2017/PROCURADOR MUNICIPAL) À luz da legislação aplicável e do entendimento doutrinário prevalecente a respeito da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

a) O abuso do direito, ato ilícito, exige a comprovação do dolo ou da culpa para fins de responsabilização civil.

b) O abuso do direito, ato ilícito, exige a comprovação do dolo ou da culpa para fins de responsabilização civil.

c) O dever de indenizar pressupõe, necessariamente, a prática de ato ilícito.

d) No que se refere ao nexo causal, elemento da responsabilidade civil, o Código Civil adota a teoria da equivalência das condições.

1108. (2017/PROCURADOR MUNICIPAL) Paulo emitiu à sociedade empresária CT Ltda. cheque, com cláusula sem protesto, que não foi compensado por insuficiência de fundos disponíveis. A sociedade, então, ingressou com ação cambial contra Paulo e Fernanda, titulares de conta conjunta. Nessa situação hipotética,

a) a CT Ltda. deverá expor, na petição inicial, o negócio jurídico que deu origem ao cheque.

b) a CT Ltda. poderá cobrar, na ação, as despesas efetuadas com o protesto do título.

c) os juros legais devem incidir desde o dia da apresentação do cheque.

d) houve solidariedade passiva entre Paulo e Fernanda em razão da inadimplência do título.

1109. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) Assinale a opção correta em relação às pessoas naturais e à teoria geral do negócio jurídico.

a) É taxativa, ou seja, não conta com ressalva legal, a regra de que negócio jurídico existente, porém inválido, não gera efeitos, ainda que tenha sido celebrado de boa-fé pelos contratantes.

b) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os excepcionais sem desenvolvimento mental completo.

c) A teoria da personalidade condicional define que haverá elemento acidental no negócio jurídico que subordine a validade dos direitos de nascituro a evento futuro e incerto.

d) Em algumas situações, o ato-fato jurídico praticado pelo menor absolutamente incapaz produz efeitos.

1110. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) Pedro alugou um imóvel pertencente a Maria. Os fiadores, João e Mateus, não renunciaram ao benefício de ordem nem optaram expressamente pelo benefício da divisão. Diante da ausência de pagamento de Pedro, Maria ajuizou ação de despejo cumulada com cobrança de alugueres vencidos e vincendos. Julgado procedente o pedido, na fase de execução do julgado, ante a ausência de bens de Pedro e João, foi penhorado imóvel de Mateus, o qual argumentou que o bem era destinado à sua residência com os filhos menores. Considerando essa situação hipotética à luz da legislação aplicável ao caso e da jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

a) É reconhecido benefício de ordem em favor de João, ainda que Pedro seja insolvente.

b) Um dos pressupostos para o conhecimento de ações semelhantes à impetrada por Maria é a demonstração de atraso de, no mínimo, três meses no pagamento do aluguel.

c) Mateus poderia alegar o benefício da divisão e exigir de João a parte que lhe cabe no pagamento.

d) A penhora realizada sobre o bem de família de Mateus foi legítima.

1111. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) Lucas, menor de idade, filho de Mara e Júlio, praticou ato ilícito que culminou na morte de Pablo. Após tomar conhecimento do evento, Joana, mãe da vítima, ajuizou ação compensatória de danos morais contra Mara e Júlio, em decorrência da conduta praticada por seu filho. Durante a instrução processual, Júlio demonstrou que não mantinha mais vínculo matrimonial com Mara e que o menor estava coabitando com a mãe e sob a guarda desta. Comprovou, também, que Lucas não estava em sua companhia no momento da prática do ilícito e que, dias antes, Mara havia comprado uma arma, de forma irregular, que fora usada no cometimento do crime. Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da legislação aplicável ao caso, do entendimento doutrinário sobre o tema e da jurisprudência do STJ.

a) A responsabilidade de Lucas é objetiva, assim como a de seus pais, Mara e Júlio.

b) O pleito de Joana deve ser julgado improcedente em relação a Júlio, pois o contexto fático demonstrou situação que exclui sua responsabilidade.

c) O limite humanitário da indenização, aplicável a Lucas, não é extensivo a seus pais, devido ao princípio da reparação integral do dano.

d) Há presunção absoluta do dever de vigilância dos pais em relação ao filho Lucas, decorrente do poder familiar.

1112. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) Assinale a opção correta a respeito das espécies de contratos.

a) Em contrato de comodato, jamais o comodatário poderá pleitear restituição ao comodante das despesas realizadas com o uso e gozo da coisa.

b) No contrato de prestação de serviço, o aliciamento de pessoa já obrigada em contrato escrito anterior é causa violadora da boa-fé subjetiva.

c) Devido ao fato de o contrato de empreitada ser personalíssimo, em regra, nessa modalidade de contrato, a morte do empreiteiro é causa de extinção do contrato.

d) Não será devida a remuneração ao corretor, no contrato de corretagem em que se obtenha o resultado almejado pela mediação, se tal contrato for desfeito posteriormente pelas partes.

1113. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) À luz do Código Civil, do entendimento doutrinário sobre o tema e da jurisprudência do STJ, assinale a opção correta a respeito da responsabilidade civil e da obrigação de indenizar.

a) A embriaguez do segurado que conduz veículo automotor, por si só, é causa suficiente para exclusão da garantia, pois houve o agravamento do risco.

b) No caso de violação da posse, se a coisa se perder e deixar de existir, a indenização em favor do possuidor terá de ser estimada pelo seu valor ordinário e de afeição.

c) A aplicação da teoria da perda de uma chance restringe-se aos danos materiais.

d) A responsabilização do dono de animal pelos danos por este ocasionados a terceiros decorre do instituto da culpa presumida.

1114. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) Ana, maior de sessenta e cinco anos de idade, valendo-se da gratuidade constitucional do transporte coletivo urbano, ingressou em ônibus da empresa Transpark S.A. e declarou o valor da bagagem em R$ 10.000, o que foi aceito pela transportadora. Durante o trajeto, o veículo que estava à frente do ônibus freou abruptamente, sem causa aparente. O motorista

do coletivo, visando não colidir, perdeu o controle do carro e caiu em uma ponte, ocasionando perda de bens e lesões em vários passageiros, entre eles, Ana, que ingressou em juízo pleiteando danos morais e estéticos, além de danos materiais pela perda total da bagagem. A empresa, por sua vez, alegou a ocorrência de fato exclusivo de terceiro, o que ficou comprovado mediante laudo pericial da polícia civil. Nessa situação hipotética, de acordo com o Código Civil, com o entendimento doutrinário sobre o tema e com a jurisprudência do STJ,

a) por se tratar de transporte gratuito, não se pode cogitar a incidência da cláusula de incolumidade.

b) ainda que demonstrado o fato exclusivo de terceiro, a responsabilidade da empresa não é elidida em relação a Ana.

c) a transportadora não poderia exigir de Ana a declaração do valor da bagagem, com vistas à limitação da indenização, pois essa conduta viola o princípio da reparação integral dos danos.

d) os danos estéticos são espécie de danos morais, razão pela qual os pedidos não podem ser cumulados.

1115. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) Acerca do direito das coisas, assinale a opção correta à luz do Código Civil e do entendimento doutrinário sobre o tema.

a) Caso seja instituído o usufruto em favor de dois usufrutuários, o falecimento de um deles gerará de pleno direito o acréscimo ao sobrevivente.

b) Ao efetuar o desdobramento da posse, o proprietário perde a condição de possuidor.

c) Para fins de proteção possessória, deve ser demonstrado algum vício objetivo da posse, não sendo imprescindível a constatação de má-fé do esbulhador.

d) O conceito de multipropriedade, que perpassa a análise de uso compartilhado, fere o atributo de exclusividade da propriedade.

1116. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) Silas e Laura conviveram em regime de união estável a partir de 2005, sem contrato escrito, e tiveram dois filhos, Artur e Bruno. Laura faleceu, e, até então, existia um único bem adquirido durante a convivência dela com Silas.

Após o falecimento de Laura, Silas, em 2012, à época com sessenta anos de idade, casou-se com Beatriz, sob o regime da separação de bens. Dessa união não advieram filhos. Transcorridos alguns anos, Silas faleceu e deixou o mesmo bem para inventariança. Então, Artur e Bruno ingressaram em juízo para serem imitidos na posse. Considerando essa situação hipotética à luz do Código Civil, assinale a opção correta.

a) Era obrigatória, para a celebração do casamento entre Silas e Beatriz, a adoção do regime da separação de bens.

b) Aplica-se às relações patrimoniais entre Silas e Laura o regime da comunhão parcial de bens.

c) Na sucessão de Laura, Silas tem direito a metade da herança, respeitada sua meação.

d) Beatriz não terá assegurado seu direito real de habitação em decorrência do regime de bens do casal.

1117. (2017/TJPR/JUIZ SUBSTITUTO) César, casado sob o regime da comunhão universal de bens, separou-se de fato de sua esposa, Lina, em 2003. No ano de 2005, após o falecimento de seus pais, César iniciou união estável com Lídia. Posteriormente, no ano de 2006, Hugo, irmão de César, que não possuía vínculo matrimonial ou de convivência, sem descendentes, faleceu, deixando bens. Iniciado o processo de inventário por César, Lina ingressou pleiteando o reconhecimento da sua qualidade de meeira. Considerando essa situação hipotética à luz do Código Civil, do entendimento doutrinário sobre o tema e da jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

a) Segundo a ordem de vocação hereditária estabelecida no Código Civil, César não é herdeiro de Hugo.

b) A separação de fato de César e Lina é causa que enseja o encerramento do regime de bens entre eles.

c) A união estável havida entre César e Lídia não é reconhecida pelo ordenamento jurídico.

d) Com o falecimento de Hugo, a transmissão da herança ao herdeiro ocorrerá mediante a imissão na posse, a qual, entretanto, será condicionada ao ajuizamento, pelo interessado, de manifestação nesse sentido.

1118. (2017/MPE/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO) Tendo em vista que o surgimento de novos tipos de estruturas familiares demanda do direito civil uma revisão constante do conceito de família, julgue os itens a seguir. I A guarda compartilhada implica igualdade de tempo de convívio da criança com cada um de seus genitores, a fim de evitar ofensa ao princípio da igualdade. II O direito de obter, judicialmente, a fixação de pensão alimentícia não prescreve; no entanto, há prazo prescricional para a execução de valores inadimplidos correspondentes ao pagamento da pensão. III O reconhecimento de união estável homoafetiva acarreta aos seus partícipes os mesmos direitos garantidos aos componentes de união estável heterossexual. IV Os avós detêm o direito de pleitear a regulamentação de visita aos netos, a qual poderá ser viabilizada desde que observados os interesses da criança ou do adolescente.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

c) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

d) Todos os itens estão certos.

1119. (2017/MPE/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO) Pedro reside com a sua família, por mais de quinze anos, sem interrupção nem oposição, em um imóvel, de trezentos metros quadrados, de propriedade de João. Mesmo sem comprovar boa-fé quanto à posse, Pedro ajuizou ação por meio da qual pleiteia que seja julgado procedente seu pedido de propriedade do imóvel. Nessa situação hipotética, observa-se um caso de usucapião

a) pró-família.

b) habitacional.

c) extraordinária.

d) pró-labore.

GABARITO

1000. c
1001. e
1002. e
1003. e
1004. d
1005. d
1006. b
1007. b
1008. d
1009. d
1010. c
1011. b
1012. e
1013. c
1014. c
1015. e
1016. c
1017. c
1018. b
1019. b
1020. a
1021. d
1022. e
1023. a
1024. d
1025. d
1026. d
1027. b
1028. e
1029. b
1030. a
1031. c
1032. e
1033. c
1034. e
1035. e
1036. c
1037. d
1038. c
1039. c
1040. c
1041. b
1042. d
1043. a
1044. d
1045. c
1046. c
1047. d
1048. a
1049. b
1050. c
1051. b
1052. b
1053. d
1054. c
1055. d
1056. c
1057. b
1058. d
1059. a
1060. e
1061. b
1062. e
1063. e
1064. c
1065. a
1066. c
1067. d
1068. c
1069. c
1070. e
1071. a
1072. e
1073. c
1074. c
1075. e
1076. e
1077. c
1078. c
1079. c
1080. e
1081. e
1082. c
1083. c
1084. e
1085. c
1086. c
1087. c
1088. c
1089. c
1090. e
1091. c
1092. e
1093. e
1094. c
1095. e
1096. c
1097. e
1098. c
1099. e
1100. c
1101. e
1102. a
1103. c

1104. e

1105. e

1106. b

1107. b

1108. c

1109. d

1110. d

1111. b

1112. a

1113. b

1114. b

1115. c

1116. b

1117. b

1118. c

1119. c

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1120. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE/DEFENSOR PÚBLICO) Um juiz, nos autos da execução de sentença de determinado processo cível, proferiu despacho determinando que os devedores fossem intimados a efetuar o pagamento do débito, bem como a adimplir as custas recolhidas pelo credor para essa fase do processo. Foi dado aos executados o prazo de quinze dias úteis, sob pena de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito, para que pagassem o débito. Transcorrido esse prazo, caso não houvesse sido realizado o pagamento voluntário, teria início o prazo de quinze dias para que, independentemente de penhora ou de nova intimação, os executados apresentassem, nos próprios autos, sua impugnação, instrumentalizada com o demonstrativo dos cálculos. Considerando-se as informações apresentadas na situação hipotética, conclui-se que a decisão em questão reconhece a exigibilidade de obrigação de

a) pagar quantia certa pela fazenda pública.

b) entregar coisa.

c) fazer.

d) pagar quantia certa.

e) prestar alimentos.

1121. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE/DEFENSOR PÚBLICO) Alegando ser hipossuficientes, seus pais procuraram a DP e informaram que não havia leitos disponíveis nos hospitais da rede pública. Além disso, relataram que haviam perdido todos os laudos de exames da criança e que não poderiam aguardar a segunda via deles, tampouco submetê-la a novos exames, em razão do risco iminente de morte dela. Nessa situação, a fim de garantir a pronta internação da criança, a DP deverá ajuizar

a) ação, qualquer que seja ela, apenas após a entrega dos laudos dos exames da criança.

b) mandado de segurança, com pedido cautelar em caráter antecedente.

c) mandado de segurança, com pedido de produção de prova pericial sobre o estado de saúde dela, a ser realizada na fase de dilação probatória.

d) ação ordinária, formulando pedido de tutela de evidência.

e) ação ordinária, formulando pedido de tutela de urgência de caráter antecedente.

1122. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE/DEFENSOR PÚBLICO) Com relação aos embargos declaratórios, assinale a opção correta.

a) Caso sejam acolhidos e modifiquem a decisão embargada, o embargado que houver aviado outro recurso contra a decisão originária deverá complementar as razões deste recurso.

b) Deverá ser ratificado recurso que houver sido interposto pela outra parte antes do julgamento dos embargos, caso estes sejam rejeitados.

c) Por interromperem o prazo para a interposição de recursos, dispensam a intimação das partes quanto à decisão proferida em virtude do julgamento desses recursos.

d) Se manifestamente protelatórios, o juiz, fundamentadamente, condenará o embargante a pagar ao embargado, inicialmente, multa correspondente a dez por cento sobre o valor da causa.

e) Se forem opostos contra decisão de relator proferida em tribunal, serão decididos monocraticamente pelo órgão prolator de decisão embargada.

1123. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE/DEFENSOR PÚBLICO) A respeito da apelação e considerando-se o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

a) A eficácia de sentença que decrete a interdição não poderá ser suspensa pelo relator da apelação, mesmo se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso.

b) O valor das astreintes não poderá ser reduzido de ofício, pela segunda instância, quando a questão for suscitada em recurso de apelação não conhecido.

c) Concedida à antecipação dos efeitos da tutela em recurso adesivo, será admitida a desistência do recurso de apelação principal, caso a petição de desistência tenha sido apresentada antes do julgamento dos recursos.

d) Em caso de condenação ao pagamento de alimentos, o efeito suspensivo da apelação é dispensável, pois a sentença não começa a produzir efeitos imediatamente após sua publicação.

e) Em razão da preclusão operada, novas questões de fato não poderão ser suscitadas em sede de apelação, mesmo se a parte comprovar que deixou de provocá-las por força maior.

1124. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE/DEFENSOR PÚBLICO) No que se refere à jurisdição civil nacional, assinale a opção correta.

a) Pode ser de caráter administrativo ou judicial.

b) A desconstituição de uma sentença transitada em julgado por meio de ação rescisória é um exemplo de exercício dessa jurisdição.

c) Em decorrência do princípio da inevitabilidade, essa jurisdição não alcança a todos os indivíduos.

d) O exercício dessa jurisdição inclui a expedição de cartas rogatórias, responsáveis por determinar que os órgãos jurisdicionais brasileiros cumpram atos processuais.

e) Trata-se de direito inerente e exclusivo dos cidadãos brasileiros.

1125. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE/DEFENSOR PÚBLICO) Em uma petição inicial em processo de conhecimento, o autor requereu que sua ação fosse julgada totalmente procedente, para que fosse reconhecida a impenhorabilidade do seu salário. Requereu, ainda, a condenação do réu ao pagamento de honorários sucumbenciais, nos termos da lei. Nessa situação hipotética, quanto aos pedidos formulados pelo autor da ação, assinale a opção correta.

a) Os pedidos são próprios de uma ação de execução de sentença.

b) Os pedidos são, respectivamente, declaratório e condenatório.

c) O pedido imediato é uma obrigação de fazer.

d) O pedido mediato não é um bem da vida.

e) O pedido imediato é uma obrigação de não fazer.

1126. (2017/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/PROCURADOR DO ESTADO) Com relação às normas processuais, ao litisconsórcio, à jurisdição e aos deveres das partes, julgue os seguintes itens, de acordo com o CPC.

I – A boa-fé no direito processual civil exige a verificação da intenção do sujeito processual.

II – A limitação do litisconsórcio facultativo multitudinário, quando realizada pelo juiz em razão de número excessivo de litigantes, pode ocorrer na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução.

III – A pendência de causa que tramita na justiça brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

IV – Os emolumentos devidos a notário ou registrador em decorrência da prática de registro de ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial são alcançados pelo benefício da gratuidade de justiça que tenha sido concedido.

Estão certos apenas ositens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II e IV.

e) II, III e IV.

1127. (2017/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/PROCURADOR DO ESTADO) Por determinação legal, o juiz não pode proferir decisão de teor diverso daquele do pedido feito pelo autor, tampouco condenar em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado. A partir desse entendimento, assinale a opção correta.

a) É licito ao juiz proferir sentença condicional.

b) A sentença extra petita é aquela em que há majoração ilícita de algo requerido na inicial.

c) A sentença ultra petita é aquela em que é conferido direito não requerido na inicial.

d) Sentença fundamentada em razões diversas daquelas presentes no recurso não é considerada extra petita.

e) Se o pedido de correção monetária não for formulado pelo autor, o juiz não poderá se pronunciar sobre a questão.

1128. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE/DEFENSOR PÚBLICO) Fato modificativo que surja após a propositura de uma ação, influenciando diretamente o julgamento do mérito,

a) não permitirá a rediscussão das condições da ação, caso seja verificado no âmbito das ações civis públicas.

b) não precisa, para que influencie o julgamento da lide, se referir ao mesmo fato jurídico que constitui o objeto da demanda.

c) será considerado como questão nova, caso implique inclusão de novo fundamento de direito não presente anteriormente.

d) deverá, para que seja considerado, ser passível de comprovação antes da propositura da ação, ainda que desconhecido quando do ajuizamento.

e) caso constatado de ofício, obrigará o juiz a instaurar o contraditório para ouvir as partes antes de proferir decisão sobre ele.

Um sistema processual civil que não proporcione à sociedade o reconhecimento e a realização dos direitos, ameaçados ou violados, que tem cada um dos jurisdicionados, não se harmoniza com as garantias constitucionais de um Estado democrático de direito.

Se é ineficiente o sistema processual, todo o ordenamento jurídico passa a carecer de real efetividade. De fato, as normas de direito material se transformam em pura ilusão, sem a garantia de sua correlata realização, no mundo empírico, por meio do processo.

Exposição de motivos do Código de Processo Civil/2015, p. 248-53. Vade Mecum Acadêmico de Direito. Rideel. 22.ª ed. São Paulo, 2016 (com adaptações).

Tendo o texto precedente como referência inicial, julgue os itens a seguir à luz do entendimento jurisprudencial e doutrinário acerca das normas fundamentais do processo civil.

1129. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) A ausência de contestação na ação rescisória faz presumir que são verdadeiras as alegações da petição inicial, haja vista que, nesse caso, a regra da revelia supera o princípio da preservação da coisa julgada.

1130. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Para garantir os pressupostos mencionados em sua exposição de motivos, o CPC estabelece, de forma exaustiva, as normas fundamentais do processo civil.

1131. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Voltado para a concepção democrática atual do processo justo, o CPC promoveu a evolução do contraditório, que passou a ser considerado efetivo apenas quando vai além da simples possibilidade formal de oitiva das partes.

1132. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Apesar de o CPC garantir às partes a obtenção, em prazo razoável, da solução integral do mérito, esse direito já existia no ordenamento jurídico brasileiro até mesmo antes da Emenda Constitucional n. 45/2004.

1133. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Ao tratar das hipóteses de julgamento conforme o estado do processo, o CPC determina que o julgamento antecipado do mérito

a) somente deve ser utilizado se o juiz estiver apto a prolatar decisão líquida; caso contrário, este deve prolongar a fase de conhecimento.

b) pode ser realizado de modo parcial, por meio de decisão interlocutória impugnável por agravo de instrumento.

c) depende, para que seja legitimamente procedido, da existência de precedente firmado no julgamento de casos repetitivos.

d) deve ser utilizado sempre que o réu for revel, porque, nesses casos, a instrução probatória é desnecessária.

e) deve ser feito com a utilização da técnica processual denominada tutela provisória, nas modalidades de urgência ou de evidência.

1134. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Flávio ajuizou ação contra a fazenda pública, requerendo o pagamento de indenização no valor de cem mil reais. Em sentença, o magistrado condenou a fazenda pública ao pagamento de cinquenta

mil reais em favor de Flávio, determinando, ainda, que ambas as partes pagassem cinco mil reais a título de honorários de sucumbência. Autor e réu apelaram integralmente da sentença nos limites de suas respectivas sucumbências. Nessa situação hipotética, o tribunal,

a) se der provimento de forma integral apenas à apelação da fazenda pública, deverá redistribuir os honorários fixados em primeiro grau e arbitrar honorários de sucumbência recursal.

b) para redistribuir o valor da verba honorária fixada pelo juiz, deverá utilizar livremente o critério da equidade, independentemente do resultado do julgamento dos recursos.

c) caso negue provimento a ambos os recursos, não poderá majorar a verba honorária fixada pela sentença.

d) para aumentar a verba honorária, dependerá, necessariamente, de que um dos apelantes tenha pedido a majoração dos honorários em seu recurso.

e) caso negue provimento aos recursos e mantenha a sentença, deverá determinar a compensação da verba honorária devida por cada uma das partes.

1135. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Um indivíduo ajuizou demanda com pedido de natureza patrimonial que versa sobre questão jurídica referente à aplicação da legislação estadual. Ao receber a petição inicial, o juiz percebeu que o único pedido apresentado contraria enunciado de súmula do tribunal de justiça local sobre interpretação da legislação estadual. Nessa situação hipotética, presentes os requisitos de admissibilidade da demanda, e se a causa dispensar fase instrutória, o magistrado

a) deverá citar o réu para audiência de conciliação, que, nesse caso, deve ser obrigatoriamente realizada.

b) somente poderá decidir liminarmente o mérito caso já tenha proferido sentença de total improcedência em outros casos idênticos, devendo o juiz reproduzir o teor de decisão prolatada anteriormente.

c) poderá dispensar a citação do réu e julgar liminarmente improcedente o pedido, desde que demonstre que a súmula reflete entendimento decorrente de julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas.

d) deverá, obrigatoriamente, antes de tomar decisão, dar ao réu a oportunidade de se manifestar, porque é necessário observar o contraditório ainda que o juiz trate de matéria que possa conhecer de ofício.

e) deverá julgar liminarmente improcedente o pedido, e o autor poderá apelar, sendo admissível a retratação do magistrado após a interposição do referido recurso.

1136. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Caso dois particulares litiguem em demanda que tramite pelo procedimento comum, a intimação do advogado do réu pelo advogado do autor, de acordo com as regras previstas no CPC,

a) embora contenha vício de forma por ausência de previsão legal, poderá ser convalidada, caso ocorra o comparecimento espontâneo e tempestivo do réu nos autos.

b) deverá ser considerada nula de pleno direito, pois somente o cartório do juízo pode ser responsável por realizar atos de intimação às partes.

c) será possível, desde que seja realizada pelo correio, devendo o advogado do autor juntar aos autos cópia do ofício de intimação e do aviso de recebimento.

d) poderá ser feita por meio eletrônico, desde que seja comprovado que o advogado do réu recebeu cópia do pronunciamento que é objeto da intimação.

e) somente poderá ser feita se houver convenção processual realizada entre as partes que autorize a utilização dessa forma de intimação.

1137. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) De acordo com a jurisprudência do STJ e à luz do CPC, assinale a opção correta a respeito dos procedimentos especiais.

a) No procedimento de inventário e partilha que tramita pelo rito tradicional, o juiz possui competência para, no momento de julgamento do cálculo do imposto de transmissão, apreciar eventual pedido de isenção relacionado a esse tributo.

b) O procedimento denominado habilitação deve ser usado para regularizar a sucessão processual, seja em razão de morte da parte ou em decorrência de ato entre vivos, como no caso de alienação de bem litigioso.

c) Nos procedimentos previstos para as ações de família, será sempre obrigatória a participação do MP, como fiscal da ordem jurídica em razão da natureza da matéria que é objeto do litígio.

d) Caso seja ajuizada ação monitória em face da fazenda pública, o magistrado deverá extinguir o processo sem resolução de mérito, pois esse procedimento é incompatível com as prerrogativas fazendárias.

e) Nas ações possessórias, é vedado ao autor cumular pedido de indenização com pedido de reintegração ou de manutenção da posse.

1138. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) O tribunal de justiça de um estado, ao dar provimento à apelação interposta pela companheira de servidor falecido, em ação ajuizada contra a administração pública, condenou o ente público a pagar à autora, retroativamente, valores referentes à pensão por morte desde a data do óbito do servidor, além de determinar a imediata implementação da pensão em folha de pagamento. O ente público interpôs, então, recurso especial apenas em relação ao capítulo da obrigação de fazer, tendo sido o recurso recebido somente com efeito devolutivo. Nessa situação hipotética, de acordo com a legislação processual e com a jurisprudência dos tribunais superiores,

a) será possível o cumprimento provisório de obrigação de fazer contra a fazenda pública, bem como o cumprimento definitivo da decisão que reconheceu obrigação de pagar.

b) o cumprimento provisório da obrigação de pagar poderá ser realizado, mas os atos executórios referentes à obrigação de fazer somente poderão ser efetivados quando ocorrer o trânsito em julgado de todos os capítulos do acórdão.

c) é vedada a execução provisória da obrigação de fazer, mas o adimplemento dessa modalidade obrigacional não se submete ao regime de precatórios.

d) os valores referentes à obrigação de fazer deverão ser pagos por precatório, o qual somente deverá ser expedido após o trânsito em julgado.

e) o cumprimento de sentença pela fazenda, seja em relação à obrigação de pagar, seja em relação à obrigação de fazer, deverá aguardar o trânsito em julgado de todos os capítulos do acórdão.

1139. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Ao realizar o juízo de admissibilidade de recurso especial, o vice-presidente de um tribunal de justiça, em decisão monocrática, negou seguimento ao recurso por considerar, simultaneamente, que não existiam pressupostos de admissibilidade recursal e que o acórdão impugnado pelo recorrente estava em conformidade com precedente firmado pelo STJ em sede de recurso repetitivo. Nessa situação hipotética, para impugnar integralmente a decisão que obsta o prosseguimento do recurso aviado, a parte interessada deverá

a) interpor novo recurso especial.

b) interpor recurso de agravo em recurso especial.

c) interpor recurso de agravo interno.

d) interpor, simultaneamente, recurso de agravo interno e recurso de agravo em recurso especial.

e) impetrar mandado de segurança, pois não existe recurso previsto em lei para essa situação.

1140. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Duas sociedades empresárias firmaram contrato que contém cláusula compromissária de convenção de arbitragem com a previsão de que eventual litígio de natureza patrimonial, referente ao contrato, deveria ser submetido a tribunal arbitral. Nessa situação hipotética, caso seja instaurado procedimento arbitral,

a) o magistrado poderá, de ofício, reconhecer a existência de convenção de arbitragem e extinguir o processo sem resolução do mérito, se o litígio referente ao contrato também for levado ao Poder Judiciário.

b) em eventual execução judicial de sentença arbitral, será vedado ao réu arguir nulidade da decisão arbitral por meio de impugnação ao cumprimento de sentença, devendo o interessado utilizar ação própria para esse fim.

c) as partes não estarão obrigadas a se submeter a esse procedimento, uma vez que a convenção de arbitragem é nula, por excluir da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

d) a opção feita pelas partes pela arbitragem deverá ser considerada legítima, e a sentença do árbitro, título executivo extrajudicial, conforme o CPC.

e) eventual cumprimento de carta arbitral no Poder Judiciário, referente ao caso, deverá tramitar em segredo de justiça, se houver comprovação de confidencialidade da arbitragem.

1141. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Maria, que ocupa área urbana com cem metros quadrados há oito anos e utiliza-a como moradia, procurou a Defensoria Pública para ajuizar ação requerendo a declaração da usucapião especial urbana da referida área. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A citação dos confrontantes será necessária, se ocupados os imóveis.

b) O ajuizamento superveniente de ação de reintegração de posse pelo proprietário da área sobrestará a ação proposta por Maria.

c) A citação do titular do registro é de extrema relevância nesse processo.

d) Caso seja necessária perícia, essa ação deverá ser ajuizada sob o rito ordinário.

e) Maria terá o direito de requerer a usucapião da referida área, ainda que seja proprietária de imóvel rural em outro estado.

A respeito da competência, julgue os itens subsequentes com base no entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o assunto.

1142. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Segundo o entendimento do STJ, ainda que possível o reconhecimento da conexão entre dois processos, será impossível a sua reunião quando isso puder implicar modificação de competência absoluta, devendo-se, nesse caso, reconhecer questão de prejudicialidade entre as demandas e suspender uma delas.

1143. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) O julgamento de ação contra o INSS que objetive o reconhecimento exclusivo do direito de receber pensão decorrente de morte de companheiro não será de competência da justiça federal caso seja necessário enfrentar questão prejudicial referente à existência da união estável.

1144. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) O CPC permite à parte a propositura de ação de execução de título extrajudicial simultaneamente à ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico, desde que haja conexão entre as demandas.

Tendo em vista que uma das funções primordiais do STJ é a sistematização e uniformização da jurisprudência relativa à legislação processual, julgue os próximos itens à luz do entendimento desse tribunal.

1145. (2017/DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Nos processos coletivos contra a União, o beneficiário de sentença coletiva procedente que for promover, individualmente, a execução da

parte a que tiver direito deverá observar prazo prescricional de cinco anos, contado a partir do início da execução coletiva.

1146. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) A requerimento do credor, pode ser determinado prazo judicial para que o executado ou terceiro apresente documentos que estejam em seu poder, com o objetivo de acerto nos cálculos dos valores decorrentes da obrigação contida na sentença, para a fase de execução. Havendo descumprimento injustificado do prazo arbitrado, não fluirá o prazo prescricional para a execução ou o cumprimento de sentença.

1147. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Julgado procedente o pedido de benefício previdenciário, em primeira e em segunda instância, caso ocorra reforma em instância especial, não poderá ser determinada a devolução de valores recebidos, tendo em vista a legítima expectativa de titularidade do direito, a possibilidade de execução da sentença após a confirmação da tese por acórdão e o fato de se tratar de recebimento de boa-fé.

1148. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Sob pena de ser julgado extemporâneo, o recurso especial interposto antes do julgamento de embargos de declaração deve ser ratificado, ainda que o resultado do julgamento anterior não seja alterado.

1149. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Um idoso ajuizou ação em face de entidade não governamental de atendimento à pessoa idosa, visando apurar irregularidades praticadas por essa entidade. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Depois de apresentada a defesa, o juiz poderá designar audiência de instrução e julgamento.

b) Antes de citar o réu, o juiz deverá intimar o Ministério Público para firmar acordo visando eliminar as irregularidades.

c) Recebida a petição inicial, deverá ser marcada audiência de conciliação, na qual o dirigente da entidade deverá apresentar defesa escrita.

d) Havendo motivo grave, poderá o juiz, antes de ouvir o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade.

e) Caso, ao final do processo, seja aplicada pena de multa, esta deverá ser imposta à entidade.

1150. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue os seguintes itens, no que concerne à tutela provisória, à competência e ao cumprimento de sentença.

I – Mesmo após o comparecimento espontâneo do réu em juízo, é indispensável sua intimação formal para que se inicie o prazo para a impugnação na fase de cumprimento de sentença.

II – A justiça federal possui competência para julgar demanda proposta por estudante acerca de credenciamento de instituição privada de ensino superior junto ao Ministério da Educação, com vistas à expedição de diploma de ensino a distância ao autor.

III – Em demanda previdenciária, os valores recebidos por força de tutela provisória de urgência antecipada posteriormente revogada serão irrepetíveis, em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item I está certo.

c) Apenas o item II está certo.

d) Apenas o item III está certo.

e) Todos os itens estão certos.

1151. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Após ser demitido de um órgão federal, Afonso ajuizou ação contra a União, pelo procedimento comum, pedindo sua reintegração à administração pública, sob o argumento de que o ato de sua demissão havia sido nulo. Seu processo foi distribuído a uma vara federal comum. Posteriormente, Afonso ajuizou nova demanda, em sede de juizado especial federal, buscando a condenação da União no valor de vinte mil reais, a título de danos morais, em razão dos mesmos fatos que deram ensejo à sua demissão. Nessa situação hipotética, os dois processos

a) deverão ser reunidos na vara federal comum, para que se evitem decisões contraditórias, ainda que não haja conexão pela causa de pedir.

b) deverão ser reunidos na vara federal comum, para que se evitem decisões contraditórias, ainda que não haja conexão pela causa de pedir.

c) não deverão ser reunidos, e o processo distribuído ao juizado especial federal deverá ser extinto sem resolução do mérito.

d) não poderão ser reunidos para julgamento conjunto, e, por esse motivo, não haverá modificação de competência.

e) deverão ser reunidos, em razão da conexão pela causa de pedir, salvo se um deles já houver sido sentenciado.

1152. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) De acordo com as regras do Código de Processo Civil (CPC) que tratam da cooperação jurídica internacional, o denominado auxílio direto passivo

a) depende, para que seja cumprido, da concessão de exequatur, exceto quando tiver por objeto ato de instrução processual.

b) deve ser, caso dependa de medida judicial, pleiteado em juízo pelo Ministério Público, independentemente de quem atue como autoridade central no caso.

c) deve ser encaminhado, pelo Estado estrangeiro interessado, diretamente a órgão do Poder Judiciário brasileiro.

d) pode ser utilizado para qualquer medida judicial ou extrajudicial, desde que não vedada pela lei brasileira e não sujeita a juízo de delibação no Brasil.

e) somente pode ser utilizado nos casos previstos em tratados internacionais ratificados pelo Brasil, dependendo a sua efetivação de homologação no STJ.

1153. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Contra pronunciamento de magistrado que, em primeiro grau, decida pela impugnação ao cumprimento de sentença, caberá recurso de

a) apelação, se o processo for extinto, ou de agravo de instrumento, se o processo prosseguir.

b) agravo de instrumento, em qualquer caso.

c) agravo de instrumento, apenas se o recorrente demonstrar urgência.

d) apelação, em qualquer caso.

e) apelação, sempre que o juiz acolher a impugnação do executado.

1154. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) No que concerne ao processo de execução contra a fazenda pública, à tutela provisória, ao direito processual intertemporal e aos deveres das partes, assinale a opção correta.

a) Os preceitos sobre direito probatório do atual CPC se aplicam às provas requeridas em data anterior a sua vigência nos casos em que a produção da prova não havia sido concluída no momento em que a Lei n.º 13.105/2015 entrou em vigor.

b) Em caso de ação condenatória com pedido único de obrigação de fazer proposta em face da fazenda pública, se o ente público reconhecer a procedência do pedido e cumprir a obrigação, os honorários deverão ser reduzidos pela metade.

c) Cancelamento de precatório, sob qualquer fundamento, em razão de requerimento da administração pública, deverá ser examinado pelo presidente do tribunal responsável pela requisição de pagamento.

d) Caso seja concedida tutela antecipada requerida em caráter antecedente, em sede de ação rescisória, a decisão do magistrado se estabilizará se não for interposto recurso ou impugnação pela parte interessada.

e) Em caso de processo sobrestado no tribunal em razão de afetação de caso paradigma em regime repetitivo, é vedada a apreciação de novo requerimento de tutela provisória de natureza antecipada.

1155. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) O Ministério Público de determinado estado da Federação e o Ministério Público Federal ajuizaram, em litisconsórcio, ação civil pública para tutela de direitos individuais homogêneos de consumidores lesados por contrato de consumo. De acordo com o STJ, nessa situação hipotética,

a) caso seja rejeitado o pedido, com sentença transitada em julgado, estará vedada a propositura de nova demanda coletiva, com o mesmo objeto, por outro legitimado coletivo.

b) se o réu for condenado em obrigação de dar quantia certa, os juros de mora incidirão a partir da sentença condenatória que vier a ser prolatada na fase de conhecimento.

c) o juiz deve extinguir o processo sem resolução do mérito em razão da ilegitimidade do Ministério Público, por se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos em situação decorrente de contrato particular.

d) ve ser permitida a formação do litisconsórcio ativo independentemente de razão específica que justifique a atuação conjunta na lide, bastando que se verifique a legitimidade ministerial para propositura de demanda.

e) caso seja julgada procedente a ação, a contagem do prazo prescricional aplicável às execuções individuais de sentença condenatória só se iniciará com a publicação de edital no órgão oficial.

1156. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Caio impetrou mandado de segurança no STJ apresentando dois pedidos cumulados de reconhecimento de nulidade de dois atos praticados por ministro de Estado. O STJ, em decisão colegiada final, concedeu parcialmente a segurança para reconhecer a nulidade apenas de um dos atos praticados pelo ministro. Para impugnar essa decisão, Caio apresentou recurso ordinário, e a União interpôs recurso extraordinário. Considerando as normas jurídicas e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito dessa situação hipotética.

a) Pedido de concessão de efeito suspensivo a qualquer um dos recursos, se feito entre a interposição e a publicação da decisão de admissão de tal recurso, deverá ser dirigido ao presidente ou ao vice-presidente do STJ.

b) Se o Supremo Tribunal Federal negar provimento ao recurso interposto por Caio e der provimento ao recurso da União, deverão ser fixados honorários de sucumbência em grau recursal.

c) A admissibilidade dos recursos apresentados será examinada na origem, sendo ainda possível que o tribunal recorrido determine o sobrestamento dos recursos.

d) Caso o recurso de Caio verse apenas sobre matéria constitucional, o STJ deverá aplicar o princípio da fungibilidade e receber o recurso como extraordinário.

e) Na hipótese de o presidente ou vice-presidente do STJ determinar, erroneamente, sobrestamento do recurso da União, a União deverá interpor recurso de agravo em recurso extraordinário.

1157. (2017/TRF 5ª/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Julgue os itens a seguir, referentes aos atos processuais, à intervenção de terceiros e ao processo de execução e arbitragem.

I – A União goza da prerrogativa de intimação pessoal nos processos que tramitam nos juizados especiais federais.

II – Na hipótese de condenação do réu e do terceiro denunciado à lide, será vedado ao autor, em qualquer caso, requerer o cumprimento da sentença contra o terceiro denunciado.

III – Adquirente de bem móvel ou imóvel penhorado em execução, em caso de arrematação judicial, poderá efetuar o pagamento de forma parcelada, desde que ao menos vinte e cinco por cento do valor do lance seja pago à vista.

IV – A arbitragem poderá ser utilizada em litígio que envolva entes integrantes da administração pública e, nesses casos, eventual decisão que condene a fazenda pública não se submeterá ao reexame necessário.

Estão certos apenas os itens

a) I e IV.

b) II e III.

c) II e IV.

d) I, II e III.

e) I, III e IV.

1158. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), são consideradas como julgamento de casos repetitivos apenas as decisões proferidas em

a) incidente de resolução de demandas repetitivas e em incidente de assunção de competência.

b) incidente de resolução de demandas repetitivas, em recurso especial repetitivo e em recurso extraordinário repetitivo.

c) incidente de assunção de competência, em recurso especial repetitivo e em recurso extraordinário repetitivo.

d) incidente de assunção de competência, em incidente de resolução de demandas repetitivas, em recursos especiais repetitivos e em recurso extraordinário repetitivo.

e) recurso especial repetitivo e em recurso extraordinário repetitivo.

1159. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Após ter sido citado em demanda que tramita pelo procedimento comum, Celso, além de se defender quanto ao mérito das alegações, deseja alegar incompetência relativa e incorreção quanto ao valor da causa, bem como apresentar reconvenção. Nessa situação hipotética, de acordo com o CPC, devem ser apresentadas

a) a defesa de mérito, a incompetência relativa e a incorreção do valor da causa, na contestação; e a reconvenção, em peça distinta.

b) a defesa de mérito, a alegação de incompetência relativa e a reconvenção, na peça de contestação; e a alegação de incorreção do valor da causa, em peça distinta.

c) a defesa de mérito, a alegação de incompetência relativa, a alegação de incorreção do valor da causa e a reconvenção, em uma única peça processual de contestação.

d) a defesa de mérito, na contestação; a alegação de incompetência relativa, por meio de exceção; a alegação de incorreção do valor da causa e a reconvenção, em peças distintas.

e) a defesa de mérito e a incompetência relativa, na contestação; a alegação de incorreção do valor da causa e a reconvenção, em peças distintas.

1160. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No que concerne ao agravo interno, à comunicação dos atos processuais, aos prazos e à desconsideração da personalidade jurídica, julgue os seguintes itens.

I – Ao prolatar voto em julgamento de agravo interno, o relator pode se limitar a reproduzir a decisão agravada para se manifestar pela improcedência do recurso.

II – Na execução de título extrajudicial, é possível que o executado seja citado pelo correio.

III – Os prazos processuais do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública ficam suspensos no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.

IV – É vedado à parte requerer a desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial.

De acordo com a legislação processual civil, estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) II e III.

c) III e IV.

d) I, II e IV.

e) I, III e IV.

1161. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Determinado cidadão impetrou, na justiça cível estadual, mandado de segurança contra ato do presidente do partido político ao qual é filiado, que lhe teria negado o direito de concorrer ao cargo de vereador. Na oportunidade, questionou, ainda, a validade da convenção partidária na qual foram escolhidos os candidatos do partido. Ao receber a petição inicial, o juízo declinou sua competência para a justiça eleitoral. Posteriormente, o juízo da zona eleitoral, por entender que a matéria referente a critérios do partido político para a escolha de candidatos diz respeito à validade de ato interno do partido, suscitou conflito de competência por entender que a competência seria do juízo que a havia declinado. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a legislação em vigor e com a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) O conflito de competência deve ser decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, e a competência para exame do mandado de segurança é da justiça eleitoral.

b) O conflito de competência deve ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal, e a competência para exame do mandado de segurança é da justiça estadual.

c) O conflito de competência deve ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal, e a competência para exame do mandado de segurança é da justiça eleitoral.

d) O conflito de competência não deve ser conhecido porque esse incidente somente pode ser suscitado pelas partes ou pelo Ministério Público.

e) O conflito de competência deve ser decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, e a competência para exame do mandado de segurança é da justiça estadual.

1162. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A procuração geral para o foro, outorgada pela parte a seu patrono no início da fase de conhecimento, habilita o advogado a

a) assinar declaração de hipossuficiência econômica em nome da parte.

b) atuar na fase de cumprimento de sentença, salvo disposição contrária na procuração.

c) receber citação ou intimação.

d) reconhecer a procedência do pedido.

e) representar a parte que não possa comparecer à audiência de conciliação.

1163. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Em razão da existência de ato lesivo ao patrimônio público, determinado cidadão propôs ação popular e incluiu no polo passivo da ação o gestor público e a pessoa jurídica de direito público responsáveis pelo ato, além dos particulares supostamente beneficiados. Nessa situação hipotética,

a) a pessoa jurídica de direito público deve obrigatoriamente contestar a demanda, sob pena de responsabilização do advogado público.

b) o litisconsórcio formado no polo passivo da ação popular deve ser classificado como necessário e simples.

c) em razão de o Ministério Público ter de atuar como fiscal da ordem jurídica, é vedado ao órgão, em qualquer hipótese, assumir o polo ativo da ação popular.

d) de acordo com a lei, a prova da cidadania que o autor deve fazer para promover esse tipo de ação ocorre exclusivamente pela apresentação do título de eleitor.

e) a sentença proferida se submeterá ao regime de remessa necessária apenas se o ente público vier a ser condenado.

1164. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Eduardo outorgou a Marla — advogada devidamente registrada na OAB —, por instrumento particular, procuração geral para que ela o representasse em juízo. Nessa situação hipotética, conforme disposições do Código de Processo Civil (CPC), Marla pode

a) firmar compromisso.

b) requerer a expedição de alvará para levantamento de valores.

c) reconhecer a procedência de pedido.

d) desistir da ação.

1165. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Conforme o disposto no CPC, se, antes mesmo de ajuizar a ação, o autor verificar a presença dos requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica, ele

a) poderá requerer a desconsideração em qualquer fase do processo, desde que ainda na primeira instância.

b) deverá aguardar o encerramento da fase cognitiva para requerer a instauração da desconsideração da personalidade jurídica.

c) poderá requerer a desconsideração na petição inicial, ocasião em que será dispensado o incidente.

d) deverá requerer a instauração do incidente na fase cognitiva, dada a vedação da instauração na fase de cumprimento de sentença.

1166. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Eduarda e Carolina, demandadas por Mário em ação que tramita em autos eletrônicos, constituíram procuradores de escritórios distintos. Nessa situação hipotética, as litisconsortes terão prazo

a) em dobro somente para contestar.

b) em dobro para todos os atos.

c) em quádruplo para todos os atos.

d) simples para contestar.

1167. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Antes de determinar a citação de Eduardo, o juiz constatou que todos os pedidos da ação, ajuizada por Carlos, estavam prescritos. Conforme disposto no CPC, nessa situação hipotética o juiz deverá

a) aguardar toda a fase probatória para, então, prolatar sentença.

b) determinar a citação de Eduardo para que ele se manifeste quanto à prescrição.

c) se manifestar quanto à prescrição somente se ela for alegada por Eduardo.

d) julgar improcedentes liminarmente os pedidos.

1168. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Designada a audiência de instrução e julgamento relativa a ação ajuizada pelo Ministério Público contra determinada empresa por supostas irregularidades, o Ministério Público arrolou testemunhas. Nessa situação, conforme disposições do CPC, a intimação das testemunhas deverá ser realizada por

a) via judicial.

b) edital.

c) carta com aviso de recebimento.

d) carta simples.

1169. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O executado interpôs embargos à execução, tempestivamente, alegando a impossibilidade de pagar a dívida porque irá viajar para Nova Iorque. Nessa situação hipotética, conforme determina o CPC, os embargos à execução deverão ser

a) conhecidos, julgando-se imediatamente o mérito, mesmo sem a intimação da parte exequente para que se manifeste.

b) rejeitados liminarmente, por serem manifestamente protelatórios.

c) rejeitados liminarmente, não se podendo aplicar multa por conduta atentatória à dignidade da justiça.

d) conhecidos, aplicando-se o efeito suspensivo mesmo sem a garantia do juízo.

1170. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Ao interpor recurso de revista no protocolo do tribunal, João deixou de juntar o comprovante de pagamento referente às custas processuais. O processo era eletrônico. De acordo com o entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nessa situação hipotética,

a) configura-se hipótese de dispensa do pagamento das custas, razão por que não haverá prejuízo a João.

b) deve-se determinar o recolhimento em dobro e conceder prazo para a comprovação do pagamento das custas.

c) deve-se determinar a imediata comprovação do pagamento das custas, sem ônus para João.

d) configura-se deserção, razão por que se deve denegar seguimento ao apelo.

1171. (2017/TRE TO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Ao analisar o agravo de instrumento interposto por Maria, uma das turmas do TST negou provimento e manteve o despacho pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso. O recorrente, então, interpôs agravo interno contra a decisão. De acordo com disposições do CPC e a jurisprudência dos tribunais superiores, nessa situação hipotética

a) o recurso deve ser conhecido, em decorrência do princípio da fungibilidade.

b) é incabível agravo interno, por se tratar de decisão proferida por órgão colegiado.

c) o relator deve levar o recurso a julgamento, após a intimação do agravado.

d) é obrigatória a manifestação do Ministério Público.

1172. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Nas ações previdenciárias, o jus postulandi é admissível,

a) no primeiro grau de jurisdição dos juizados especiais federais, se na localidade não tiver advogado.

b) no primeiro grau de jurisdição, nas ações que se processarem nas varas federais da justiça comum.

c) em qualquer ação previdenciária em curso nos juizados especiais federais e nas varas da justiça comuns.

d) em qualquer grau de jurisdição, nas ações de competência dos juizados especiais federais.

e) no primeiro grau de jurisdição, nas ações que se processarem perante o juizado especial federal.

1173. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) A respeito de ação indenizatória, julgue os itens a seguir.

I – O beneficiário da gratuidade de justiça não pode ser condenado ao pagamento de custas e honorários ao patrono da parte demandada, no caso de sucumbência.

II – Ajuizada ação de indenização por danos morais, o valor da causa a ser atribuído à causa deve corresponder ao valor pretendido pelo demandante.

III – Denegado o pedido indenizatório, o recurso interposto ainda sob a égide do Código de Processo Civil de 1973 deverá ser processado e julgado de acordo com as normas do Código de Processo Civil de 2015.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Apenas os itens I e II estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

1174. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Julgue os itens a seguir, a respeito de ação indenizatória.

I – Em se tratando de ação anulatória de indébito cumulada com indenizatória, o juiz poderá indeferir a petição inicial por ausência de interesse processual se existirem outras inscrições negativas relativas ao demandante.

II – Na fixação do valor indenizatório correspondente a uma única prestação pecuniária, os juros moratórios fluem a partir da citação em caso de responsabilidade extracontratual.

III – Será nula a sentença que acolher o pedido indenizatório do demandante em face de instituição financeira caso o juiz sentenciante esteja promovendo ação contra a mesma instituição.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

1175. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Julgue os itens seguintes, a respeito de demandas que envolvam instituição de ensino superior particular.

I – Caso a demanda verse sobre inadimplemento de mensalidade, a competência, em regra, é da justiça federal.

II – A competência para o processamento do feito que verse sobre credenciamento de entidade perante o MEC é da justiça federal.

III – Tratando-se de demanda sobre registro de diploma perante o MEC, a competência da justiça federal pode ser derrogada para a justiça comum estadual em decorrência do foro de eleição constante no contrato de prestação de serviços educacionais.

IV – Em se tratando de demanda sobre cobrança de taxas escolares oriunda de um mandado de segurança, a competência será da justiça federal. Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) II e IV.

c) III e IV.

d) I, II e III.

e) I, III, IV.

1176. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Acerca de formação de litisconsórcio, conflito de competência e prazo, assinale a opção correta à luz do entendimento dos tribunais superiores.

a) Na hipótese de litisconsórcio ativo, o valor da causa para fins de fixação da competência do juizado especial federal deve ser calculado a partir da soma do valor pretendido por cada litisconsorte, soma esta que não poderá ultrapassar o patamar de sessenta salários mínimos.

b) No caso de litisconsórcio unitário, a independência da atividade dos litisconsortes é plena.

c) Suscitado o conflito de competência, a intervenção do Ministério Público, na qualidade de custos legis, é facultativa.

d) Município demandado terá prazo em dobro somente para contestar e para recorrer.

e) É competência absoluta dos juizados especiais da fazenda pública processar e julgar as causas de interesse dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios cujos valores não excedam sessenta salários mínimos, inexistindo impedimento à formação de litisconsórcio passivo do ente estatal com pessoa jurídica de direito privado.

1177. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) É competência absoluta dos juizados especiais da fazenda pública processar e julgar as causas de interesse dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios cujos valores não excedam sessenta salários mínimos, inexistindo impedimento à formação de litisconsórcio passivo do ente estatal com pessoa jurídica de direito privado.

a) O pronunciamento judicial que rejeita exceção de pré-executividade, com o prosseguimento da execução, qualifica-se como decisão interlocutória.

b) É vedado ao juiz, em quaisquer hipóteses, iniciar de ofício o processo.

c) A substituição processual é espécie do gênero legitimação ordinária e pode ser inicial ou superveniente, exclusiva ou concorrente.

d) Conforme a sistemática processual brasileira, é vedado ao juiz, em quaisquer hipóteses, decidir por equidade.

e) A desistência da ação produz efeitos imediatos, dispensando-se intervenção judicial.

1178. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), é passível de estabilização a tutela

a) cautelar de urgência requerida em caráter antecedente, mediante a negociação expressa entre as partes.

b) antecipada concedida em caráter antecedente, se da decisão houver interposição de recurso por assistente simples e o réu não se manifestar.

c) cautelar concedida em caráter antecedente, se da decisão não houver interposição de recurso cabível.

d) antecipada de urgência requerida em caráter antecedente, mediante negociação expressa entre as partes.

e) provisória concedida em caráter incidental, se da decisão não houver interposição tempestiva de recurso.

1179. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) No processo de conhecimento, o réu devidamente citado que, injustificadamente, não comparecer à audiência de conciliação

a) será considerado revel e seu ato será considerado atentatório à dignidade da justiça.

b) será sancionado com multa, cujo valor deve ser revertido em favor da União ou do estado.

c) será considerado revel e sancionado com multa, cujo valor deve ser revertido em favor da União ou do estado.

d) será sancionado com multa, cujo valor deve ser revertido em favor do autor.

e) terá o prazo de dez dias para manifestar seu interesse na autocomposição.

1180. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Determinado recurso especial que diz respeito a uma relevante questão de direito, com grande repercussão jurídica, econômica e política, mas sem repetição em múltiplos processos, foi distribuído para determinada turma do Superior Tribunal de Justiça. Em razão do interesse social da matéria, a Defensoria Pública requereu o julgamento do recurso por órgão colegiado indicado pelo regimento do tribunal. O pedido foi acolhido, tendo o relator proposto que o julgamento fosse realizado por determinada seção, a qual proferiu acórdão, sem revisão de tese, que passou a vincular todos os juízes e órgãos fracionários. Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que o instrumento processual suscitado pela Defensoria Pública e proposto pelo relator do recurso especial foi o

a) incidente de resolução de demandas repetitivas.

b) incidente de assunção de competência.

c) julgamento de recursos especiais repetitivos.

d) incidente de arguição de inconstitucionalidade.

e) conflito de competências.

1181. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) De acordo com o que dispõe o CPC sobre os procedimentos especiais, é admissível a oposição de embargos de terceiro quando

a) tais embargos forem opostos no cumprimento de sentença ou no processo de execução antes da adjudicação, mas sempre depois da assinatura da respectiva carta.

b) pretender o oponente, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre o que controvertem autor e réu.

c) tais embargos forem opostos em processo de conhecimento, desde que antes da audiência de instrução e julgamento.

d) for considerado executado o oponente indevidamente citado em processo de execução.

e) tais embargos forem fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido de registro.

1182. (2017/DPE/DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CLASSE) Caso não seja cumprida voluntariamente sentença transitada em julgado no âmbito do juizado especial cível,

a) o interessado deverá solicitar, por escrito, a execução da sentença, sendo necessária nova citação.

b) o juiz determinará ao vencido o imediato cumprimento da sentença, sob pena de aplicação de multa diária.

c) o juiz procederá, de ofício, à execução da sentença.

d) proceder-se-á desde logo à execução mediante solicitação do interessado, que poderá ser verbal, dispensada nova citação.

e) não será admitida a execução da sentença no próprio juizado.

1183. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Acerca de efeito suspensivo e efeito devolutivo, assinale a opção correta.

a) Não é possível conceder efeito suspensivo ao recurso interposto contra sentença normativa proferida em dissídio coletivo.

b) Quanto ao efeito devolutivo em profundidade, o tribunal poderá apreciar todos os fundamentos da reclamação trabalhista ou da defesa, inclusive aqueles não examinados em sentença e não renovados em contrarrazões.

c) O tribunal poderá, ao julgar recurso ordinário, decidir desde logo o mérito da causa se o processo estiver em condições, salvo se constatar omissão da sentença quanto a um pedido formulado.

d) O efeito devolutivo em extensão transfere ao tribunal a possibilidade de apreciação integral dos fundamentos, sejam eles da reclamação trabalhista ou da defesa.

A respeito de jurisdição, julgue os itens a seguir.

1184. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Na jurisdição voluntária não há lide: trata-se de uma forma de a administração pública participar de interesses privados.

1185. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) São inerentes à jurisdição os princípios do juiz natural, da improrrogabilidade e da indelegabilidade.

1186. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Jurisdição consiste na função estatal de compor litígios e de declarar e realizar o direito.

1187. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A jurisdição é divisível.

Conforme o Código de Processo Civil vigente, julgue os itens seguintes, a respeito da função jurisdicional, dos deveres das partes e de procuradores, do litisconsórcio e da assistência.

1188. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O modo de ser de uma relação jurídica pode ser objeto de ação declaratória.

1189. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Procurador estadual que crie embaraços à efetivação de decisão judicial estará sujeito à aplicação de multa pela prática de ato atentatório à dignidade da justiça.

1190. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) É lícito ao juiz limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, mas não por ocasião da execução da sentença.

1191. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) O pedido de julgamento antecipado da lide pelo assistido impede o assistente simples de requerer perícia.

Acerca dos atos processuais, julgue os itens subsequentes.

1192. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O administrador do imóvel locado, quando a ação se originar de atos por ele praticados, poderá receber citação em ação movida contra o locador, se este estiver ausente.

1193. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O oficial de justiça poderá realizar penhora durante as férias forenses, desde que esteja autorizado judicialmente.

1194. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O interesse social é um critério utilizado para determinar que o processo judicial tramite em segredo de justiça.

1195. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Se o oficial de justiça verificar que o réu que reside em condomínio edilício está se ocultando para não receber a citação, o juiz deverá intimar o funcionário da portaria a informar o citando sobre o dia e o horário que o oficial de justiça retornará para efetuar a citação.

A respeito de aspectos relativos à ação, julgue os itens a seguir.

1196. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Ninguém poderá pleitear, em seu próprio nome, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.

1197. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O interesse processual deverá estar presente tanto para propor quanto para contestar a ação.

1198. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Integram as condições da ação o interesse de agir e a legitimidade ad causam.

1199. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Os vícios relativos ao interesse de agir e à legitimidade podem ser reconhecidos a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado da ação.

A respeito da petição inicial, da tutela provisória, da suspensão do processo e das nulidades, julgue os próximos itens à luz do Código de Processo Civil vigente.

1200. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Se a decisão de mérito depender da verificação da existência de fato delituoso, o juiz poderá determinar a suspensão do processo até o pronunciamento da justiça criminal.

1201. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A ausência de requerimento de citação do réu na inicial não inviabiliza o ato, pois o juiz poderá determiná-lo de ofício.

1202. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Para a concessão da tutela de evidência, é exigido que a parte demonstre o perigo de dano ao direito alegado.

1203. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Caso verifique que o Ministério Público não foi intimado em processo que envolva interesse de incapaz, o juiz deverá, com base nos princípios da celeridade e da eficiência, decretar a nulidade do processo, intimando o Ministério Público da decisão.

A respeito da formação do processo, da penhora e do cumprimento de sentença, julgue os itens que se seguem.

1204. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Decisão judicial incidente a respeito de parcela incontroversa de dívida observará o rito do cumprimento provisório da sentença.

1205. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) De acordo com o Novo Código de Processo Civil, considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, sendo que o efeito da prevenção está vinculado à distribuição ou ao registro da petição inicial.

1206. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) O juiz nomeará curador especial ao réu revel citado por edital enquanto este não for encontrado.

1207. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) São insuscetíveis de penhora os instrumentos necessários ao exercício da profissão do executado, desde que seja profissão reconhecida pelo Ministério do Trabalho.

Julgue os próximos itens, relativos aos atos processuais.

1208. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Serão considerados intempestivos os atos processuais realizados antes do termo inicial do prazo.

1209. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça expressamente.

1210. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O serventuário deverá remeter os autos conclusos no prazo de um dia contado da data em que tiver cumprido ato processual anterior; o não cumprimento dessa regra, sem motivo legítimo, acarretará a instauração de processo administrativo.

1211. (2017/TRF 1ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Ato processual eletrônico pode ser praticado em qualquer horário desde que até as vinte horas do último dia do prazo.

No que se refere ao cumprimento de mandados judiciais e suas repercussões criminais na esfera penal, julgue os itens que se seguem.

1212. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Situação hipotética: No curso de diligência para a citação pessoal de réu em processo criminal, o destinatário da citação apresentou documento de identidade de outra pessoa, em que havia substituído a fotografia original, com o objetivo de se furtar ao ato, o que frustrou o cumprimento da ordem judicial. Assertiva: Nesse caso, o citado praticou o crime de falsa identidade.

1213. (2017/TRF 1ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL) Crime de injúria racial cometido contra oficial de justiça no exercício de suas funções ou em razão delas é absorvido pelo crime de desacato, em razão do princípio da consunção.

Com relação ao conceito, à natureza e às fontes do direito processual, julgue os itens a seguir.

1214. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Embora influenciadas pelo direito romano, as diversas instituições jurídicas das nações ocidentais contemporâneas criaram métodos originais de resolução de lides, já que o sistema processual, na Roma antiga, era rudimentar e fundamentado em discursos míticos e crenças religiosas.

1215. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) São etapas da evolução da doutrina processual, entre outras, o praxismo e o processualismo científico.

1216. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A lide é o conflito de interesse qualificado pela existência de uma pretensão resistida, sendo sempre de competência do Poder Judiciário.

1217. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Há relação de instrumentalidade entre o direito processual e o direito material, o qual diz respeito apenas às relações jurídicas em que o cumprimento da norma se dá de forma espontânea, seja em razão da lei ou por força do contrato.

1218. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A doutrina divide-se entre as correntes que sustentam que o direito processual tende à tutela dos direitos subjetivos; as que argumentam que o processo atua simplesmente no âmbito do direito objetivo; e as que buscam conciliar as duas tendências.

Com relação às normas processuais, julgue os itens seguintes.

1219. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A classificação das normas em materiais ou processuais depende de sua localização no ordenamento jurídico, sendo materiais todas as normas dispostas nos códigos civil e penal, e processuais aquelas situadas nos códigos de processo civil e penal.

1220. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) As normas processuais não podem ser consideradas dispositivas, dado o seu caráter coercitivo.

1221. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Os princípios gerais do direito são enunciados gerais e universais que orientam a compreensão do sistema jurídico, em sua aplicação e integração, estando estas positivadas ou não. Com relação à jurisdição e ao poder jurisdicional, julgue os próximos itens.

1222. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A doutrina moderna entende que são elementos da jurisdição o poder de decisão, o poder de coerção e o poder de documentação, enquanto, para a concepção clássica, tais elementos são notio, vocatio, coertio, iudicium e executio.

1223. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A jurisdição não pode ser considerada uma função unitária, em razão da diversidade de instâncias, juízos, competências e áreas do direito.

1224. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) No direito brasileiro, a arbitragem deve ser qualificada como um equivalente jurisdicional.

1225. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A sentença é o produto mais importante da atividade jurisdicional e, assim como a atividade legislativa, normatiza a conduta de todos.

1226. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A concessão de habeas corpus de ofício constitui exemplo de exercício de jurisdição sem ação.

Com relação ao processo, seus princípios e seus procedimentos, julgue os itens subsequentes.

1227. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A violação do princípio da lealdade processual sujeita o advogado infrator a sanções processuais.

1228. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Na álea cível, o princípio da eventualidade impõe ao réu o dever de formular, em sua contestação, todas as defesas que tiver, sob pena de não poder fazê-lo em outro momento processual.

1229. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A preclusão constitui sanção processual para a parte que não é diligente na condução dos seus interesses dentro do processo.

1230. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) O processo é instrumento da jurisdição.

1231. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Dado o princípio da demanda, o juiz não pode agir sem ser provocado pelo interessado, salvo no caso das exceções previstas em lei.

Com relação ao acesso à justiça e aos princípios processuais, julgue os itens subsecutivos.

1232. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) A cláusula que expressa concordância prévia do devedor com a reintegração liminar do credor na posse do bem, em caso de inadimplemento de obrigação contratual, configura violação ao princípio da inafastabilidade do controle judicial.

1233. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Se todos os pleitos puderem seguir o mesmo procedimento, a determinação judicial de emenda à inicial para que o autor fracione o pedido em demandas distintas violará o princípio da economia processual.

1234. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Não viola o princípio do devido processo legal o juiz que, ao prolatar sentença em ação de alimentos, deixa de atender pedido de produção de provas e depoimento pessoal das partes.

1235. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) Configura injusta negativa de acesso à justiça a exigência do magistrado de que a parte comprove a sua necessidade financeira antes do deferimento do benefício da gratuidade de justiça.

1236. (2017/TCE/ANALISTA DE GESTÃO – ÁREA JULGAMENTO) O princípio da legalidade não impede que o juiz apene o acusado criminal com base nos costumes e que o legislador vote norma penal sancionadora de coação direta, impondo desde logo a pena, sem julgamento.

1237. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) É sabido que o advogado é indispensável à administração da justiça e que a capacidade postulatória é pressuposto processual de validade dos atos decorrente da representação por advogado. Contudo, conforme o Código de Processo Civil (CPC), mesmo sem procuração o advogado pode

a) postular em juízo para praticar ato considerado urgente.

b) obter cópias de todo e qualquer processo independentemente da fase de tramitação.

c) requerer vista dos autos de qualquer processo.

d) examinar autos de todo e qualquer processo em cartório de fórum e secretaria de tribunal.

e) retirar os autos em conjunto com o procurador da outra parte do processo.

1238. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com o CPC, no que se refere aos atos processuais, cabe ao servidor

a) documentar sentenças pronunciadas oralmente, dispensada a revisão pelo juiz.

b) praticar os atos ordinatórios de juntada e vista obrigatória, com revisão do juiz, se necessário.

c) tomar decisões interlocutórias, com a revisão do juiz, se necessário.

d) documentar acórdão pronunciado oralmente, dispensada a revisão pelo juiz prolator.

e) redigir despachos, com a revisão do juiz, se necessário.

1239. (2017/TRE BA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Acerca do sistema recursal previsto no CPC, julgue os itens a seguir.

I – O recorrente só poderá desistir do recurso com a anuência do recorrido e dos litisconsortes.

II – Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de recurso.

III – Não comprovado o recolhimento do preparo no ato da interposição do recurso, a parte será intimada, na pessoa do seu advogado, para realizar o pagamento em dobro, sob pena de deserção.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

GABARITO

1120. d
1121. e
1122. e
1123. b
1124. b
1125. b
1126. d
1127. d
1128. e
1129. e
1130. e
1131. c
1132. c
1133. b
1134. a
1135. e
1136. c
1137. a
1138. a
1139. d
1140. e
1141. c
1142. c
1143. e
1144. e
1145. e
1146. e
1147. c
1148. e
1149. a
1150. c
1151. d
1152. d
1153. a
1154. b
1155. a
1156. a
1157. e
1158. b
1159. c
1160. b
1161. a
1162. b
1163. b
1164. b
1165. c
1166. d
1167. d
1168. a
1169. b
1170. d
1171. b
1172. e
1173. b
1174. c
1175. b
1176. e
1177. a
1178. d
1179. b
1180. b
1181. e
1182. d
1183. b
1184. c
1185. c
1186. c
1187. e
1188. c
1189. e
1190. e
1191. c
1192. c
1193. e
1194. c
1195. e
1196. c
1197. c
1198. c
1199. e
1200. c
1201. c
1202. e
1203. e
1204. e
1205. c
1206. e
1207. e
1208. e
1209. c
1210. c
1211. e
1212. e
1213. e
1214. e
1215. c
1216. e
1217. c
1218. c
1219. e
1220. e
1221. c
1222. c
1223. e

1224. e

1225. e

1226. c

1227. c

1228. c

1229. e

1230. c

1231. c

1232. c

1233. c

1234. e

1235. e

1236. e

1237. a

1238. b

1239. d

DIREITO DO TRABALHO

1240. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) O sistema sindical brasileiro foi estabelecido para manter a correspondência entre a classe trabalhadora e a empresarial, de modo que, para cada sindicato representativo da categoria profissional, deve existir um sindicato representativo da categoria econômica correspondente. Essa regra, que não se aplica à categoria profissional diferenciada, denomina-se

a) dissociação sindical.

b) desmembramento sindical.

c) paralelismo simétrico sindical.

d) adequação setorial negociada.

e) unicidade sindical.

1241. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) De acordo com o entendimento do TST, se determinada empresa, que conta com cento e cinquenta empregados, dispensar, sem justa causa, trabalhador com deficiência e não fizer, nos termos da legislação pertinente, a contratação de outro empregado nas mesmas condições, tal dispensa será considerada

a) legal, porque não há obrigação legal de o empregador contratar trabalhadores com deficiência.

b) legal, desde que a empresa mantenha o percentual mínimo legal de cargos preenchidos por trabalhadores com deficiência.

c) ilegal, devido ao fato de não haver justo motivo.

d) ilegal, porque os trabalhadores com deficiência possuem garantia de emprego por tempo indeterminado.

e) ilegal, ainda que não interfira no atendimento ao percentual mínimo legal de cargos preenchidos por trabalhadores com deficiência.

1242. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Uma lei estadual ampliou para cento e oitenta dias a licença-maternidade para as servidoras gestantes submetidas ao regime estatutário. Com base nisso, uma empregada pública celetista do mesmo estado da Federação requereu para si, em juízo, a extensão do referido benefício. Nessa situação hipotética, conforme o entendimento do TST, o requerimento de extensão do benefício

a) deverá ser atendido, pois não pode haver discriminação entre as mulheres no ambiente laboral.

b) não poderá ser atendido, visto que a requerente está submetida a regime jurídico diverso daquele do grupo que lhe serviu de paradigma.

c) não poderá ser atendido, porque a CLT proíbe equiparação de qualquer espécie remuneratória para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

d) deverá ser atendido, visto que, nesse caso, se deve aplicar o princípio da isonomia.

e) deverá ser atendido, porque o real beneficiário do direito à licença-maternidade é o nascituro.

1243. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) No que concerne à equiparação salarial, julgue os seguintes itens à luz do entendimento do TST.

I – Desde que observados os requisitos legais, a equiparação salarial alcança os trabalhos intelectuais desenvolvidos pelos trabalhadores.

II – Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego.

III – A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando a denominação dada aos cargos.

IV – Para configurar-se a equiparação, é imprescindível que, ao tempo da reclamação sobre a equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) III e IV.

e) I, II e IV.

1244. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) De acordo com o TST, nos casos permitidos em lei, havendo convocação do empregado para trabalhar no domingo ou feriado, a empresa deverá remunerar o empregado

a) em valor correspondente ao dia de trabalho, sem perda da remuneração relativa ao repouso semanal.

b) em valor correspondente ao dia de trabalho.

c) em dobro ou conceder-lhe outro dia de folga para compensar o trabalho prestado.

d) em dobro ou conceder-lhe dois dias de folga.

e) em dobro, com perda da remuneração relativa ao repouso semanal.

1245. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Segundo o TST, o regime de compensação de jornada de trabalho terá validade garantida apenas se for ajustado mediante

a) acordo individual tácito ou escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.

b) acordo individual tácito ou escrito, acordo coletivo, convenção coletiva ou arbitragem.

c) convenção coletiva.

d) acordo coletivo ou convenção coletiva.

e) acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.

1246. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Tendo em vista que a contribuição para o FGTS incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, mas não sobre as parcelas de natureza indenizatória, assinale a opção que apresenta parcela de natureza remuneratória.

a) participação do empregado nos lucros ou nos resultados da empresa

b) alimentação decorrente do Programa de Alimentação do Trabalhador

c) vale-transporte

d) diárias de viagem excedentes a 50% do salário do empregado

e) abono pecuniário concernente à conversão de um terço do período de férias

1247. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Com o desmembramento do município X, foi criado o município Y. Nessa situação hipotética, segundo o TST, a responsabilidade trabalhista quanto aos empregados municipais deverá ser suportada

a) pelo município Y, que deverá suceder os empregados do município X contratados antes da criação do novo município.

b) pelo estado-membro a que os municípios pertencem.

c) por cada um dos municípios pelo período em que cada um deles figurar como real empregador.

d) pelos dois municípios, solidariamente, independentemente do período de vinculação dos empregados.

e) pelo município X, subsidiariamente, em relação aos empregados contratados pelo município Y.

1248. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Segundo o TST, a concessão parcial ou a não concessão do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, obriga o empregador ao pagamento

a) do período suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

b) do período suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor do salário básico da hora normal de trabalho.

c) total do período correspondente ao repouso, sem acréscimo remuneratório.

d) total do período correspondente ao repouso, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

e) do período suprimido, sem acréscimo remuneratório.

1249. (TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Em razão da crise econômica, determinada empresa que possui cem empregados acordou a redução dos salários por tempo determinado, conforme documento reduzido a termo, com a anuência dos empregados. Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta com base no direito constitucional dos trabalhadores e nos princípios que regem o direito do trabalho.

a) O termo assinado pelos empregados é válido: a redução temporária do salário visa valorizar o princípio da continuidade da relação de emprego.

b) O termo assinado pelos empregados é válido: a redução salarial se deu mediante concordância expressa e por escrito.

c) O termo assinado pelos empregados é nulo: a redução salarial só seria lícita se disposta em convenção ou acordo coletivo.

d) O termo assinado pelos empregados é nulo: a irredutibilidade salarial é um princípio absoluto.

1250. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Empregado e empregador são os sujeitos do contrato de emprego. Analisados isoladamente, o conceito de empregado demanda a presença de

a) pessoa física, pessoalidade, não eventualidade, dependência e onerosidade.

b) pessoa jurídica, pessoalidade, não eventualidade, dependência e onerosidade.

c) pessoa jurídica, impessoalidade, não eventualidade, independência e onerosidade.

d) pessoa física, pessoalidade, eventualidade, independência e onerosidade.

1251. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Paulo, empregado de determinada empresa desde janeiro de 2015, ficou viúvo na vigência do contrato laboral. Nesse caso, em razão do falecimento de seu cônjuge, Paulo terá direito de não comparecer ao trabalho, sem prejuízo de seu salário, durante

a) o tempo que se fizer necessário ao seu restabelecimento emocional.

b) um dia.

c) dois dias.

d) três dias.

1252. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito do trabalho noturno para trabalhadores urbanos, julgue os itens a seguir.

I – Considera-se trabalho noturno aquele executado entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte.

II – A hora de trabalho noturno equivale a cinquenta e dois minutos.

III – A remuneração da hora noturna trabalhada será acrescida de, pelos menos, 20% da hora diurna.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e III estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Todos os itens estão certos.

1253. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com a CLT, em caso de adoção, a empregada tem direito à licença maternidade de

a) noventa dias.

b) cento e vinte dias.

c) um dia.

d) trinta dias.

1254. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Ao completar doze meses de trabalho, o empregado maior de idade passa a ter direito a férias de trinta dias corridos. Nesse caso, as férias serão concedidas

a) preferencialmente nas férias escolares.

b) sempre a partir do dia seguinte àquele em que se completou o período aquisitivo.

c) no período que melhor convir ao empregador, observado o período concessivo.

d) no período que melhor convir ao empregado, observado o período concessivo.

1255. (TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Configura situação de suspensão do contrato de trabalho

a) ausência para alistamento eleitoral.

b) usufruto de repousos semanais remunerados e feriados.

c) falta injustificada ao serviço.

d) gozo de licença paternidade.

1256. (TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Se uma aeromoça tiver permanecido dentro da aeronave durante o seu abastecimento no aeroporto, ela

a) não terá o direito de receber qualquer adicional em razão do abastecimento da aeronave.

b) deverá receber somente o respectivo adicional de insalubridade.

c) deverá receber somente o respectivo adicional de periculosidade.

d) deverá receber cumulativamente os adicionais de insalubridade e de periculosidade.

1257. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) As gorjetas pagas a garçons, de forma espontânea, pelos clientes de um restaurante

a) não integram a remuneração do empregado, mas servem como base de cálculo para o pagamento de horas extras.

b) integram a remuneração do empregado e servem como base de cálculo para o pagamento de aviso prévio e de adicional noturno.

c) integram a remuneração do empregado.

d) integram a remuneração do empregado somente quando constam explicitamente na nota de serviço.

1258. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Um empregado pediu demissão e solicitou à empresa que o dispensasse do cumprimento do aviso prévio para poder viajar à sua cidade natal e cuidar de sua mãe que estava enferma. A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar que

a) a empresa deverá efetuar o pagamento apenas de metade do valor referente ao aviso prévio.

b) a empresa deverá pagar integralmente o aviso prévio.

c) o pagamento do aviso prévio será facultativo.

d) a empresa tem direito de se eximir do pagamento do aviso prévio.

1259. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito da concessão de férias, julgue os itens a seguir.

I – O empregador determinará a data de concessão das férias, da forma que melhor atenda aos interesses da empresa.

II – No fracionamento das férias, nenhum período poderá ser inferior a dez dias corridos.

III – A conversão de um terço do período de férias em pecúnia é direito do empregado.

IV – O empregado que peça demissão antes de completar um ano do contrato de trabalho não receberá qualquer valor a título de férias.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item III está certo.

b) Apenas os itens I e IV estão certos.

c) Apenas os itens II e IV estão certos.

d) Apenas os itens I, II e III estão certos.

1260. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito dos períodos de descanso, assinale a opção correta.

a) Intervalos de descanso serão computados na duração do trabalho.

b) Entre duas jornadas de trabalho deverá existir um repouso de, no mínimo, oito horas.

c) O descanso semanal remunerado deverá ser concedido necessariamente aos domingos.

d) Um trabalhador que tenha jornada de sete horas contínuas terá direito a um intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, uma hora.

1261. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Reconhecida a culpa recíproca — tanto do empregado como do empregador —, na rescisão do contrato de trabalho, o empregado deverá receber como verbas rescisórias

a) as férias proporcionais, aviso prévio integral e o décimo terceiro salário integral.

b) aviso prévio integral e o décimo terceiro salário integral.

c) as férias proporcionais ou vencidas integrais e o décimo terceiro salário integral.

d) a metade do décimo terceiro salário, das férias proporcionais e do valor do aviso prévio.

1262. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Uma empregada doméstica que havia firmado contrato de trabalho temporário recebeu o resultado positivo de seu teste de gravidez e não fez qualquer comunicação ao seu empregador. Trinta e cinco dias depois, antes do término do contrato de trabalho, ela foi demitida, sem justa causa. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A garantia da estabilidade em razão da gravidez não se aplica à empregada, porque ela fora admitida mediante contrato por tempo determinado.

b) Não estava garantida à empregada gestante a estabilidade; ela deveria ter comunicado a gravidez ao empregador.

c) O desconhecimento da gravidez pelo empregador não afasta as garantias decorrentes da estabilidade.

d) A garantia à estabilidade em razão da gravidez não se aplica a empregadas domésticas.

1263. (02017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito da proteção ao trabalho do menor, assinale a opção correta.

a) O menor pode ser contratado na condição de aprendiz somente após ter completado dezesseis anos de idade.

b) Ao menor é vedado o trabalho em jornada extraordinária, salvo para a conclusão de serviço inadiável.

c) As férias do menor poderão ser fracionadas em razão do calendário escolar.

d) Trabalho noturno, perigoso ou insalubre é vedado a menores de dezoito anos de idade.

1264. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Reclamatória foi ajuizada para pleitear o pagamento de adicional de horas extras. Na análise dos documentos instrutórios, notou-se que, no período em que se baseou o pedido,

existia convenção coletiva da categoria fixando o referido adicional em 52% sobre a hora normal, contrato de trabalho entre as partes indicando adicional de 60% sobre a hora normal e regulamento da empresa determinando adicional de 65% sobre a hora normal. Considerando-se que a Constituição Federal de 1988 (CF) prevê que o referido adicional deve ser pago no patamar mínimo de 50% sobre a hora normal, à luz da hierarquia das fontes de direitos na seara trabalhista, caso o pedido seja deferido, deve ser aplicado o adicional previsto

a) no contrato de trabalho.

b) na CF.

c) na convenção coletiva da categoria.

d) no regulamento da empresa.

1265. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Em determinada empresa, um empregado utilizou seu e-mail corporativo para encaminhar aos colegas de trabalho conteúdos pessoais e fotos íntimas de pessoas que não tinham relação com o quadro de empregados da empresa. Ao tomar conhecimento do fato, a diretoria demitiu o empregado por justa causa. Nessa situação hipotética, a aplicação da justa causa está

a) correta, pois o empregador pode exercer o controle do e-mail corporativo de seus empregados e a atitude se enquadra como fato ensejador de justa causa.

b) errada, pois a fiscalização do e-mail corporativo do empregado, por ser uma espécie de carta eletrônica, fere o direito à privacidade, constitucionalmente garantido.

c) correta, porém o empregado terá direito a indenização por danos morais face o abuso do poder de fiscalização do empregador.

d) errada, pois a fiscalização do e-mail corporativo do empregado fere sua intimidade e a atitude por ele tomada não guarda qualquer implicação com a relação de trabalho.

1266. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A empresa A adquiriu a empresa B, que pertencia ao mesmo grupo econômico da empresa C, a qual não foi adquirida pela empresa A. Meses depois, a empresa A foi surpreendida com reclamação trabalhista de um empregado da empresa C, o qual requereu a condenação solidária das empresas A e B sob o fundamento de que, na época da compra da empresa B pela empresa A, a empresa C era reconhecidamente inidônea. Nessa situação, o pedido de condenação está

a) correto, porque o simples fato de as empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico é suficiente para a condenação solidária em qualquer caso de sucessão trabalhista.

b) errado, porque a empresa C não foi adquirida pela empresa A, de modo que esta não responde pelos débitos trabalhistas daquela.

c) correto, porque as empresas A e B são responsáveis solidariamente pelas condenações da empresa C face à sucessão trabalhista operada.

d) errado, porque a única hipótese de condenação solidária na sucessão trabalhista seria diante da comprovação de fraude na sucessão.

1267. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Empregado vendedor, sujeito a controle de horário e remunerado apenas com comissões sobre as vendas realizadas, ajuizou reclamatória requerendo o pagamento de adicional de horas extras em razão do aumento da sua jornada nos últimos dois anos de trabalho. Nessa situação,

a) o empregado terá direito ao recebimento do adicional de horas extras, cujo valor deverá ser calculado sobre o valor-hora mensal utilizando-se o divisor duzentas e vinte horas trabalhadas.

b) o empregado não terá direito ao recebimento do adicional de horas extras por ser comissionista puro, modalidade incompatível com o recebimento do benefício pleiteado.

c) o empregado terá direito ao recebimento do adicional de horas extras, cujo valor será calculado sobre o valor-hora das comissões do mês, utilizando-se como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas.

d) a remuneração por comissões torna benéfico o trabalho em horas extras, constituindo bis in idem o recebimento do adicional de horas extras nessa modalidade de remuneração.

1268. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No que se refere ao instituto da equiparação salarial, julgue os itens que se seguem.

I – As autarquias podem ter quadro de pessoal organizado em carreira, independentemente de homologação pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

II – Em razão da especificidade da individualidade, o trabalho intelectual não pode ser utilizado como parâmetro para fins de equiparação salarial.

III – Para fins de equiparação salarial, é necessário que o empregado e o paradigma exerçam a mesma função, independentemente de sua denominação, desempenhando as mesmas tarefas.

IV – Em relação ao instituto da equiparação salarial, aplica-se a regra da prescrição parcial.

Estão certos apenas os itens

a) I, II e III.

b) I, II e IV.

c) I, III e IV.

d) II, III e IV.

1269. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No que se refere a férias, assinale a opção correta.

a) O empregado receberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida durante o período aquisitivo.

b) O período de férias não é computado como tempo de serviço.

c) O empregado que receber auxílio-doença por mais de sete meses durante o período aquisitivo, ainda que de forma descontínua, perderá o direito às férias.

d) O empregado poderá exigir do empregador que as férias sejam concedidas no período que melhor atenda aos seus interesses.

1270. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Nos contratos por prazo indeterminado, a comunicação que o contratante deve fazer ao empregado de que seu contrato de trabalho será rescindido, sem justa causa, denomina-se

a) aviso prévio.

b) advertência.

c) pedido de demissão.

d) termo de rescisão do contrato de trabalho.

1271. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Findo o contrato de trabalho, o prazo prescricional para a proposição de ação na justiça do trabalho é de

a) cinco anos.

b) dois anos.

c) três anos.

d) quatro anos.

1272. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A negociação coletiva, que é uma forma de ajuste entre empregados e empregador, visa solucionar divergências mediante a realização de convenção ou acordo coletivo de trabalho, cuja celebração pelo sindicato demanda deliberação de assembleia geral

especialmente convocada para esse fim. Para a validade, a assembleia dependerá do quórum de comparecimento dos empregados e da votação, que, em primeira convocação, será de

a) dois terços.

b) um quarto.

c) um terço.

d) um oitavo.

1273. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Com relação ao adicional de periculosidade, assinale a opção correta.

a) O adicional de periculosidade será fixado em percentual, observando-se a progressão dos graus mínimo, médio e máximo.

b) A supressão do adicional de periculosidade implica redução salarial.

c) O adicional de periculosidade incidirá sobre o salário, devidamente acrescido de gratificação, se houver.

d) O direito de receber adicional de periculosidade cessará com a eliminação do risco à saúde do empregado.

1274. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Reconhecida a rescisão do contrato de trabalho por culpa exclusiva do empregador, o empregado terá direito a receber

a) 50% do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.

b) 50% do salário e das férias integrais.

c) 50% do aviso prévio e 100% das demais verbas devidas.

d) 100% das verbas devidas, inclusive do aviso prévio.

1275. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Tendo cumprido sua jornada de trabalho de oito horas diárias, o empregado somente poderá iniciar a próxima jornada de trabalho após o intervalo mínimo de

a) nove horas.

b) dez horas.

c) onze horas.

d) oito horas.

1276. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Adolescente de dezessete anos de idade participou de entrevista de emprego para exercer a atividade de auxiliar no armazenamento de botijões de gás, os quais seriam expostos para a venda em um posto de gasolina. Nessa situação, o adolescente

a) poderá ser contratado para trabalhar em horário compatível com o período escolar e anterior às vinte e duas horas.

b) não poderá ser contratado, por expressa proibição legal.

c) após contratado, seus pais ou responsável legal, deverão assinar seus recibos de pagamento de salários.

d) deverá ser contratado na categoria de menor aprendiz.

1277. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A respeito do direito de greve e dos serviços essenciais, julgue os itens seguintes.

I – Poderá ser considerada abusiva a greve realizada em setores que a lei define como essenciais se, durante o movimento, não for assegurado o atendimento básico inadiável.

II – Conforme o TST, será considerado abusivo o movimento paredista se inexistir tentativa prévia de solução direta e pacífica do conflito.

III – São considerados essenciais os serviços e as atividades de telecomunicações, de transporte coletivo e de distribuição e comercialização de medicamentos.

IV – Em setores de qualquer natureza, é obrigatória a comunicação prévia do movimento de greve aos empregadores e usuários com a antecedência mínima de setenta e duas horas da paralisação.

Estão certos apenas os itens

a) I, II e III.

b) I, II e IV.

c) I, III e IV.

d) II, III e IV.

Julgue os itens a seguir, relativos a rescisão do contrato de trabalho e seguro- desemprego.

1278. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Se um empregado com mais de um ano de serviço firmar pedido de demissão do seu emprego, a validade desse pedido condicionar-se-á à assistência do respectivo sindicato ou da autoridade do Ministério do Trabalho, podendo essa assistência ser prestada por um DP em caso de inexistência desses órgãos na localidade.

1279. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Situação hipotética: Em determinado órgão público, constatado o aumento excessivo das despesas com pessoal, além do previsto na dotação orçamentária, anulou-se de ofício a nomeação de empregado público concursado que cumpria estágio probatório. Assertiva: Nessa situação, de acordo com o TST, a dispensa será nula, devendo-se determinar o retorno do empregado ao trabalho, uma vez que não houve o regular procedimento administrativo para assegurar o devido processo legal e a ampla defesa.

A respeito da estabilidade no trabalho e da terceirização trabalhista, julgue os itens a seguir, tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores.

1280. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) A administração pública tomadora de serviços terceirizados será automaticamente responsável pelo pagamento de verbas trabalhistas que não forem adimplidas pela empresa prestadora, em razão da culpa presumida in vigilando do órgão público: a falta de fiscalização da execução do contrato de prestação de serviços.

1281. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Situação hipotética: Em acordo coletivo de trabalho, foi incluída cláusula que aumenta o prazo de estabilidade provisória das empregadas gestantes admitidas por prazo indeterminado, de cento e oitenta dias para duzentos e dez dias. Assertiva: Nessa situação, a cláusula será válida, mesmo resultando em tratamento diferenciado entre as empregadas admitidas por prazo indeterminado e as admitidas por prazo determinado.

1282. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Em razão do princípio constitucional de proteção ao nascituro, assegura-se à empregada pública grávida, mesmo que ela tenha sido contratada sem prévia aprovação em concurso público, a continuidade laboral em razão da garantia de emprego à gestante.

Com referência à duração do trabalho, interrupção do contrato de trabalho, férias e insalubridade, julgue os itens que se seguem.

1283. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) No período em que houver paralisação do serviço por culpa da empresa, ficará configurada a interrupção dos contratos de trabalho, de modo que não terão direito a férias

os empregados que, no curso do período aquisitivo, deixarem de trabalhar — com percepção do salário — por mais de trinta dias devido à referida paralisação.

1284. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) De acordo com a jurisprudência do TST, será possível a cumulação de adicionais de insalubridade quando o empregado estiver sujeito a mais de um agente insalubre agressivo.

1285. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Conforme o entendimento do TST, estará de acordo com a lei a concessão de repouso semanal remunerado após o sétimo dia consecutivo de trabalho, desde que a empresa pague o valor correspondente a um dia de trabalho do empregado.

1286. (2017/PROCURADOR MUNICIPAL) A cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade

a) é permitida, podendo o juiz concedê-la de ofício por ser matéria de ordem pública de saúde e de segurança do trabalhador.

b) é vedada, podendo o empregado fazer a opção pelo adicional que lhe for mais benéfico.

c) é vedada, pois possuem a mesma hipótese de incidência, o que configura bis in idem.

d) é permitida, desde que o empregado a requeira expressamente.

1287. (2017/PROCURADOR MUNICIPAL) A dispensa do trabalhador por justa causa é direito do empregador, garantido pela legislação brasileira. Entretanto, há empregados e empregadores que ainda não conhecem os possíveis cenários em que a demissão por justa causa pode acontecer. No art. 482 da CLT, estão previstos diversos motivos de dispensa por justa causa. Uma hipótese ocorre quando o empregado apresenta habitualmente um comportamento irregular e incompatível com a moral, com demonstrações de desregramento da conduta sexual, libertinagem, pornografia ou assédio sexual. Nessa hipótese, a espécie de justa causa é caracterizada por

a) improbidade.

b) indisciplina.

c) incontinência de conduta.

d) mau procedimento.

Em relação aos direitos constitucionais dos trabalhadores, à insalubridade, à remuneração, ao FGTS, ao aviso prévio, às férias e à jornada de trabalho, julgue os itens a seguir.

1288. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Embora se trate de direito potestativo do empregado, a regra do abono de férias se aplica aos trabalhadores que gozam de férias coletivas apenas se a conversão for objeto de cláusula da convenção coletiva de trabalho.

1289. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Conforme o entendimento do TST, como o empregador não está obrigado por lei a remunerar o trabalho extraordinário prestado por seus gerentes que exerçam cargos de gestão, o empregado não tem direito ao repouso semanal remunerado.

1290. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) De acordo com o TST, é indevido o pagamento do adicional de insalubridade caso a prova pericial evidencie ter havido neutralização do agente ruído por meio do regular fornecimento e utilização de equipamento de proteção individual.

1291. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Situação hipotética: Uma estatal possui, em seu quadro de funcionários, eletricistas contratados mediante concurso público e eletricistas de empresas terceirizadas, todos trabalhando como eletricistas e prestando serviços ligados à atividade fim da estatal e em seu benefício. Entretanto, os empregados da tomadora realizam tarefas mais especializadas que

os empregados da prestadora de serviço. Assertiva: Nessa situação, segundo o entendimento do TST, é devido o direito à isonomia salarial, porquanto o que se exige é a identidade de funções, e não de tarefas.

1292. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Para que município obtenha concessão de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais, é obrigatória a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

1293. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Considera-se indenizado o aviso prévio quando o empregador desliga o empregado e efetua o pagamento da parcela relativa ao respectivo período.
Pode o empregador exigir que o empregado trabalhe parte desse período de aviso prévio.

Em relação aos direitos constitucionais dos trabalhadores, à insalubridade, à remuneração, ao FGTS, ao aviso prévio, às férias e à jornada de trabalho, julgue os itens a seguir.

1294. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) De acordo com o TST, é indevido o pagamento do adicional de insalubridade caso a prova pericial evidencie ter havido neutralização do agente ruído por meio do regular fornecimento e utilização de equipamento de proteção individual.

1295. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Situação hipotética: Uma estatal possui, em seu quadro de funcionários, eletricistas contratados mediante concurso público e eletricistas de empresas terceirizadas, todos trabalhando como eletricistas e prestando serviços ligados à atividade fim da estatal e em seu benefício.

Entretanto, os empregados da tomadora realizam tarefas mais especializadas que os empregados da prestadora de serviço. Assertiva: Nessa situação, segundo o entendimento do TST, é devido o direito à isonomia salarial, porquanto o que se exige é a identidade de funções, e não de tarefas.

1296. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Considera-se indenizado o aviso prévio quando o empregador desliga o empregado e efetua o pagamento da parcela relativa ao respectivo período. Pode o empregador exigir que o empregado trabalhe parte desse período de aviso prévio.
Julgue os itens seguintes, relativos à suspensão e à rescisão do contrato de trabalho e ao direito coletivo do trabalho.

1297. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Segundo o STF, nos planos de dispensa incentivada ou voluntária, não é válida cláusula que dê quitação ampla e irrestrita a todas as parcelas decorrentes do contrato de emprego, mesmo que tal item conste de acordo coletivo de trabalho e dos demais instrumentos assinados pelo empregado, porquanto os direitos trabalhistas são indisponíveis e irrenunciáveis.

1298. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Segundo o TST, não é válida cláusula de instrumento coletivo que preveja desconto obrigatório de contribuição assistencial de empregado não sindicalizado, ainda que a ele seja garantido o direito de oposição.

1299. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Conforme o entendimento do TST, a suspensão do contrato de trabalho em virtude de gozo de auxílio-doença não impede a dispensa por justa causa, ainda que a prática do ato faltoso imputado ao trabalhador tenha sido anterior ao afastamento.

Julgue os itens seguintes, relativos à suspensão e à rescisão do contrato de trabalho e ao direito coletivo do trabalho.

1300. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Segundo o STF, nos planos de dispensa incentivada ou voluntária, não é válida cláusula que dê quitação ampla e irrestrita a todas as parcelas decorrentes do contrato de emprego, mesmo que tal item conste de acordo coletivo de trabalho e dos demais instrumentos assinados pelo empregado, porquanto os direitos trabalhistas são indisponíveis e irrenunciáveis.

1301. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Segundo o TST, não é válida cláusula de instrumento coletivo que preveja desconto obrigatório de contribuição assistencial de empregado não sindicalizado, ainda que a ele seja garantido o direito de oposição.

1302. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Conforme o entendimento do TST, a suspensão do contrato de trabalho em virtude de gozo de auxílio-doença não impede a dispensa por justa causa, ainda que a prática do ato faltoso imputado ao trabalhador tenha sido anterior ao afastamento.

GABARITO

1240. c
1241. b
1242. b
1243. b
1244. c
1245. e
1246. d
1247. c
1248. d
1249. c
1250. a
1251. c
1252. b
1253. b
1254. c
1255. c
1256. a
1257. c
1258. b
1259. d
1260. d
1261. d
1262. c
1263. d
1264. d
1265. a
1266. c
1267. c
1268. c
1269. c
1270. a
1271. b
1272. a
1273. d
1274. d
1275. c
1276. b
1277. a
1278. c
1279. c
1280. e
1281. c
1282. e
1283. c
1284. e
1285. e
1286. b
1287. c
1288. e
1289. e
1290. c
1291. c
1292. c
1293. e
1294. c
1295. c
1296. e
1297. e
1298. c
1299. c
1300. e
1301. c
1302. c

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1303. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Empregado de empresa de serviços gerais e conservação que prestava serviços para uma autarquia ajuizou reclamação trabalhista em desfavor desta e de sua empregadora, pleiteando o pagamento de horas extras e dando à causa o valor equivalente a trinta e oito salários mínimos. Considerando-se a legislação pertinente e o rito processual trabalhista, é correto afirmar que, nessa situação hipotética,

a) a demanda deverá, necessariamente, atender ao procedimento ordinário.

b) cada uma das partes poderá requerer a oitiva de até seis testemunhas.

c) em razão da obrigatoriedade de recurso no caso de a autarquia ser vencida na demanda, o magistrado não poderá tentar a conciliação.

d) a demanda deverá, necessariamente, atender ao procedimento sumaríssimo.

e) caso a petição inicial não apresente os pedidos liquidados, o processo será arquivado, com condenação ao pagamento de custas.

1304. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Com relação às audiências no processo do trabalho, assinale a opção correta.

a) A contestação deverá ser apresentada no prazo de quinze dias a contar da data da audiência de conciliação.

b) As partes formularão perguntas diretamente às testemunhas, em atenção ao disposto no CPC vigente.

c) Após o interrogatório pessoal dos litigantes, a instrução processual poderá prosseguir sem as partes, permanecendo os seus representantes.

d) O termo de conciliação em audiência vale como decisão irrecorrível e oponível erga omnes.

e) As partes, ao comparecerem em audiência, devem estar acompanhadas de seu procurador ou defensor público.

1305. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Com relação aos recursos no processo do trabalho, julgue os itens a seguir.

I – É cabível recurso ordinário de decisões definitivas das varas ou tribunais, porém não cabe de decisões terminativas ou monocráticas.

II – A CLT determina ser cabível, em dissídios individuais e coletivos, recurso de revista para as turmas do TST.

III – Não caberá agravo de instrumento contra decisões que indefiram a produção de provas.

IV – Na hipótese de decisão proferida em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, têm legitimidade para interpor recurso, além dos interessados, o presidente do tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) III e IV.

F) I, II e IV.

1306. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Em demanda trabalhista, a empresa RXW Previ S.A. foi condenada ao pagamento de verbas trabalhistas ao empregado João. Além disso, em razão dessa mesma demanda, foi reconhecida a existência de débitos previdenciários contra a empresa, incidentes sobre os rendimentos do autor da demanda e não recolhidos aos cofres públicos. No que se refere à condenação relativa ao empregado, a empresa cumpriu as determinações da justiça dentro do prazo legal. Em relação ao tributo devido, a empresa não efetuou qualquer recolhimento. Nessa situação hipotética, sabendo que o credor dessa relação jurídica inadimplida é a União, assinale a opção correta acerca da execução da verba previdenciária.

a) O processo executivo poderá ser iniciado, de ofício, pelo próprio juízo sentenciante.

b) Por se tratar de um direito subjetivo, somente poderá ser executado pela União, junto à justiça do trabalho.

c) Por se tratar de um direito subjetivo, somente poderá ser executado pela União, junto à justiça federal.

d) Somente a União poderá executar o débito, podendo escolher se a execução ocorrerá na justiça federal ou na justiça do trabalho.

1307. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Julgue os seguintes itens, acerca da execução no processo do trabalho.

I – A execução de contribuição social devida em decorrência de decisão condenatória de tribunal do trabalho será iniciada de ofício.

II – O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será resolvido por decisão interlocutória passível de agravo de petição, independentemente de garantia do juízo.

III – Da decisão sobre os embargos à execução caberá recurso ordinário no prazo de oito dias.

IV – Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão opostos no juízo deprecante caso a referida carta já tenha sido devolvida.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) III e IV.

e) I, II e IV.

1308. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Na audiência de instrução e julgamento de uma reclamação trabalhista, após a qualificação da única testemunha arrolada pelo reclamante, a qual havia trabalhado com ele na empresa demandada, esta apresentou contradita sob a alegação de que a testemunha também havia ajuizado contra ela reclamatória trabalhista, fato que, segundo a companhia, geraria sua suspeição. Nessa situação hipotética, a contradita apresentada deverá ser

a) deferida, sob o argumento de que trabalhar na mesma empresa pressupõe amizade íntima, também levando à suspeição.

b) indeferida, pois o fato de a testemunha ter ajuizado a reclamação trabalhista constitui causa de impedimento, e não de suspeição.

c) indeferida, por se tratar da única testemunha do reclamante, de modo que acatar a suspeição consistiria em ofensa ao contraditório e à ampla defesa.

d) deferida, pois o fato de a testemunha ter ajuizado reclamação trabalhista contra a reclamada torna questionável, como meio de prova, o depoimento dela.

e) indeferida, haja vista que o simples fato de litigar contra a mesma reclamada não é razão suficiente para gerar suspeição.

1309. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Um empregado eleito membro da CIPA foi demitido durante a vigência de seu mandato, razão pela qual, ainda no período de estabilidade legal, ajuizou reclamação trabalhista na qual requereu, em sede liminar, a reintegração ao emprego. O pedido de tutela provisória de reintegração foi deferido pelo juízo em sentença. Nessa situação hipotética, o meio adequado para a impugnação da tutela provisória concedida é o(a)

a) ação anulatória.

b) ação cautelar.

c) mandado de segurança.

d) recurso ordinário.

e) ação rescisória.

1310. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) À luz do entendimento do TST, é correto afirmar que, nas ações rescisórias no processo do trabalho,

a) não é considerada pronunciada explicitamente a matéria quando o tribunal simplesmente a confirma ao examinar remessa de ofício.

b) o ajuizamento do processo poderá ser feito diretamente pela parte que tenha interesse, com fundamento no jus postulandi.

c) a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda é indispensável ao processamento da ação, sob pena de indeferimento liminar da inicial.

d) são atacados os atos decisórios acobertados pela coisa julgada, de modo que, nelas, a revelia não gera confissão.

e) é incabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, salvo se patrocinada por sindicato da categoria.

1311. (2017/PGE/PROCURADOR DO ESTADO) Foi ajuizada uma reclamatória trabalhista pleiteando-se, além das verbas rescisórias, o pagamento de adicional de insalubridade em virtude das condições de trabalho do estabelecimento empregador. Assim, foi determinada pelo juízo a realização de perícia técnica, sendo facultado o acompanhamento da diligência por assistente técnico. No início do trabalho, o perito observou que o local onde eram prestados os serviços pelo reclamante estava desativado, o que tornou inviável a realização da perícia determinada. Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento do TST,

a) a perícia para avaliar a caracterização e a classificação da insalubridade deverá ser efetuada por qualquer médico ou engenheiro.

b) embora a perícia seja obrigatória para a verificação da insalubridade, no caso de impossibilidade de sua realização por fechamento do local de trabalho, o magistrado poderá utilizar outros meios de prova.

c) apesar de a perícia ser prova facultativa, a demanda prosseguirá com relação

aos demais pedidos, e o pleito de adicional de insalubridade será julgado improcedente por falta de condições de sua comprovação.

d) os honorários do assistente técnico deverão ser arcados pela parte sucumbente na perícia.

e) o comparecimento do perito ao local da diligência gerará honorários periciais, os quais deverão ser suportados, na hipótese de o reclamante ser beneficiário da justiça gratuita, pelo estado no qual está sendo processada a reclamatória.

1312. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Compete originariamente aos tribunais regionais do trabalho processar e julgar

a) ação de cumprimento.

b) reclamação trabalhista referente a relação de trabalho avulso.

c) mandado de segurança contra ato praticado por superintendente regional do trabalho.

d) mandado de segurança impetrado em decorrência de ato praticado por juízes do trabalho.

1313. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Quanto à natureza jurídica, os embargos à execução constituem um tipo de

a) medida judicial que pode ser ajuizada por pessoa cujos bens sofram constrição ou estejam ameaçados de sofrê-la, ainda que essa pessoa não seja parte no processo.

b) recurso que pode ser interposto contra despacho que nega seguimento a recurso principal.

c) medida judicial incidente ao processo de execução que pode ser ajuizada pelo executado para desconstituir título executivo judicial ou extrajudicial.

d) recurso que pode ser interposto contra sentença que acolhe ou rejeita total ou parcialmente, a impugnação do exequente.

1314. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No que se refere à notificação dirigida ao reclamado para comparecimento à audiência de julgamento, assinale a opção correta, conforme a legislação processual trabalhista e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

a) Presume-se que a notificação foi recebida quarenta e oito horas depois de sua postagem.

b) Como regra geral, a notificação não pode ser realizada em registro postal com franquia.

c) A notificação deve ser recebida pessoalmente pelo reclamado, por constituirato pessoal.

d) A entrega da notificação compete exclusivamente ao oficial de justiça.

1315. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Com relação à capacidade postulatória na justiça do trabalho, julgue os itens a seguir.

I – Os menores de dezoito anos de idade são representados por seus responsáveis legais ou, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou por curador nomeado em juízo.

II – Os incapazes são representados ou assistidos por seus pais, por tutor ou por curador nomeado pelo juiz.

III – A herança jacente ou vacante deve ser representada por seu inventariante.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e III estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Todos os itens estão certos.

1316. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Em audiência inaugural de reclamação trabalhista, estando presentes as partes, servidor auxiliar de determinada vara do trabalho, no desempenho de suas funções, pode, de ofício,

a) arguir sua própria suspeição.

b) remeter os autos à Comissão de Conciliação Prévia.

c) conceder prazo para a apresentação da defesa escrita.

d) arquivar os autos.

1317. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) O juiz do trabalho expediu mando obrigacional determinando a alienação de bens do reclamado em leilão judicial. Nessa situação, é correto afirmar que

a) a fase processual admite alienação por iniciativa particular a critério do executado.

b) foi concedido efeito suspensivo aos embargos.

c) se trata de rito sumaríssimo.

d) a ordem deverá ser cumprida mediante procedimento eletrônico ou presencial.

1318. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A regra da vigência do contrato de trabalho em benefício do empregado está relacionada ao princípio processual da

a) irredutibilidade salarial.

b) subsistência contratual.

c) inalterabilidade contratual lesiva.

d) irrenunciabilidade de direitos.

1319. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Podem prestar depoimento durante a audiência trabalhista na condição de testemunha

a) os cônjuges.

b) os cegos.

c) os interessados no litígio.

d) as crianças.

1320. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) No que se refere a recurso no processo do trabalho, assinale a opção que apresenta a correta associação entre o instrumento processual, o prazo para sua interposição e o órgão competente para julgá-lo.

a) recurso extraordinário – oito dias – TST

b) embargos de declaração – cinco dias – juízo prolator

c) recurso de revista – oito dias – tribunal regional do trabalho

d) recurso ordinário – quinze dias – tribunal regional do trabalho

1321. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Determinado juiz do trabalho, com dezesseis anos de investidura no cargo, deseja discutir com outro juiz do trabalho, com cinco anos no cargo, a distribuição das reclamações trabalhistas nas varas, com vistas a adotarem práticas mais eficientes. Ambos atuam na mesma região com divisão judiciária e são investidos na administração da justiça. Nessa situação hipotética, os juízes devem considerar que

a) as reclamações trabalhistas verbais devem ser levadas a termo antes de serem distribuídas.

b) as reclamações trabalhistas devem ser distribuídas originariamente às juntas de conciliação e julgamento.

c) a competência para homologar acordos das juntas de conciliação e julgamento é exclusiva dos secretários das varas.

d) a competência do juízo pode ser adotada por distribuição, divisão judiciária ou antiguidade.

1322. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Determinado empregado público postula em reclamação trabalhista em causa própria. Na petição inicial, ele informou que sua renda familiar é de dois salários mínimos. O processo encontra-se na fase recursal no TST. A partir dessas informações, é correto afirmar que

a) a reclamada é a União.

b) não se admite mais a celebração de acordo entre as partes.

c) não é permitida a concessão do benefício da justiça gratuita.

d) o empregado é advogado.

1323. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A respeito da capacidade postulatória e da representação das partes na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

a) Nos dissídios individuais, os empregados e os empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, advogado ou preposto, mediante outorga de procuração.

b) A ação rescisória, a ação cautelar e o mandado de segurança estão abrangidos pelo jus postulandi.

c) Nos dissídios individuais, os empregados e os empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, de advogado, solicitador, ou provisionado, inscrito na OAB.

d) O jus postulandi das partes poderá ser exercido nas varas do trabalho, nos tribunais regionais do trabalho (TRTs) e no TST.

1324. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A ação rescisória busca a desconstituição da coisa julgada e, para tanto, tramita em rito especial, que tem previsão na legislação processual civil por expressa determinação da Con-

solidação das Leis do Trabalho. Considerando o entendimento do TST sobre a ação rescisória, assinale a opção correta.

a) Considera-se prova nova a cronologicamente velha, já existente ao tempo do trânsito em julgado da decisão rescindenda, mas ignorada pelo interessado ou de impossível utilização, à época, no processo.

b) A sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda é considerada prova apta a viabilizar a desconstituição de julgado.

c) A sentença normativa preexistente à sentença rescindenda, mas não exibida no processo principal em virtude de negligência da parte, é considerada prova nova.

d) Admite-se o reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda quando a referida ação for fundamentada em violação de lei.

1325. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) A CF estabelece a competência para o processamento e o julgamento de ações na justiça do trabalho, incluindo, entre outras ações, as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Considerando-se esse assunto, é correto afirmar que a justiça do trabalho tem competência para julgar as demandas que envolvam

a) contratos de honorários firmados entre trabalhador autônomo e usuário do serviço.

b) servidores vinculados à administração pública por relação de caráter jurídico-administrativo, incluídos os contratos temporários de excepcional interesse público.

c) relações de consumo quando configurarem uma relação de prestação de serviço.

d) contratos que têm como objeto os direitos oriundos da contratação de escreventes de cartórios de notas;

1326. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Antônio ajuizou reclamação trabalhista pleiteando o pagamento de adicional de insalubridade e seus reflexos legais. Apesar de devidamente notificada, a reclamada não compareceu à audiência inicial, mas foi representada por seu advogado, que apresentou contestação fundamentada em razões de fato e de direito para afastar os pedidos autorais. Nessa situação hipotética,

a) a revelia poderá ser ilidida se for apresentado atestado médico pelo preposto que comprove que a ausência da reclamada deveu-se ao comparecimento em consulta em horário coincidente com o da audiência.

b) a revelia, embora acarrete a confissão ficta quanto à matéria de fato arguida, não impede que a reclamada suscite prescrição em recurso ordinário.

c) caso seja declarada a revelia, haverá a condenação da reclamada quanto ao adicional de insalubridade nos exatos termos da reclamação trabalhista, já que a confissão ficta abarca todas as matérias de fato.

d) a presença do advogado munido de defesa afasta os efeitos da revelia, admitindo-se a juntada da contestação e seus documentos como prova pré- constituída.

1327. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Ana, viúva de Afonso, ajuizou, juntamente com seus filhos menores, reclamação trabalhista em favor do marido falecido. Ela pleiteia o reconhecimento do vínculo de emprego de Afonso com determinada empresa, bem como sua condenação, em danos morais e materiais, devido à morte do representado, a qual decorreu de acidente de trabalho. Nessa situação hipotética,

a) a ausência do Ministério Público na condição de custus legis é causa de nulidade do processo porque, ainda que assistidos por representante legal, menores estão figurando no polo ativo.

b) os representantes têm legitimidade ativa ad causam, na medida em que a administração da herança caberá ao cônjuge até que haja o compromisso do inventariante no espólio.

c) em razão da controvérsia quanto à relação de emprego, faz-se necessária a apresentação, pelos representantes do de cujus, de prova da qualidade de dependentes junto à previdência social.

d) a apresentação de cópias da certidão de nascimento dos filhos e da certidão de casamento não é suficiente para garantir a legitimidade dos sucessores para a propositura da ação.

1328. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No que se refere aos prazos na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

a) Na seara trabalhista, por aplicação subsidiária do CPC, é possível a contagem de prazos processuais em dias úteis.

b) No recesso forense e nas férias coletivas dos ministros do TST, os prazos recursais são interrompidos.

c) O prazo para interpor todos os recursos trabalhistas é de oito dias, exceto quanto aos embargos de declaração, agravo interno e agravo regimental, para os quais o prazo é de cinco dias.

d) Os embargos de declaração interrompem o prazo recursal mesmo se opostos antes da publicação da sentença, não sendo considerados intempestivos por extemporaneidade.

1329. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Na justiça do trabalho, a condenação em honorários não decorre simplesmente da sucumbência, sendo imprescindível que a parte, concomitantemente, esteja assistida pelo sindicato da categoria e comprove sua hipossuficiência econômica. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

a) Em caso de substituição processual sindical, excetuados os processos em que a fazenda pública for parte, são devidos os honorários advocatícios.

b) Nas lides que não derivem da relação de emprego, são devidos os honorários advocatícios, desde que cumpridos os requisitos apresentados.

c) Nas ações em que, por substituição processual sindical, são pleiteados direitos individuais homogêneos, os honorários advocatícios são devidos somente se comprovada a hipossuficiência econômica dos substituídos.

d) Na hipótese de substituição processual sindical, os honorários advocatícios são devidos somente se comprovada a hipossuficiência econômica do sindicato.

1330. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) Com relação ao processo de execução na seara trabalhista, assinale a opção correta.

a) Se o exequente puder promover a execução por diversos meios, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o executado, porém, se entender que uma medida executiva é excessivamente gravosa, o executado deverá indicar outros bens ao juízo, que os avaliará por perícia antes de aceitá- los.

b) É absolutamente impenhorável o bem de família voluntário, independentemente do valor, sendo protegido o prédio residencial urbano ou rural com seus pertences e acessórios, desde que destinado ao domicílio familiar e gravado como tal na respectiva escritura pública.

c) Não cabe mandado de segurança contra o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantir crédito exequendo.

d) Na penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, o juiz dará ciência prévia do ato ao executado para assegurar o direito à ampla defesa e ao contraditório.

1331. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Na justiça do trabalho, o sindicato tem legitimidade para substituir os trabalhadores no ajuizamento de

I – ação de cumprimento.

II – reclamação trabalhista para exigir que o empregador efetue os depósitos do FGTS.

III – reclamatória plúrima.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e III estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Todos os itens estão certos.

1332. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Na justiça do trabalho, o pagamento das custas processuais deve ser realizado pelo

a) sucumbente na data determinada em sentença pelo juiz da vara do trabalho.

b) reclamante antes do ajuizamento da reclamação trabalhista.

c) reclamante até oito dias após a interposição de recurso.

d) sucumbente após o trânsito em julgado da decisão, e no caso de recurso, no prazo de sua interposição.

1333. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Após longa excursão, um malabarista profissional, contratado por um circo na cidade de Porto Alegre – RS, resolveu romper seu contrato de trabalho durante apresentações em Manaus – AM, local onde fixou residência.

Insatisfeito com as verbas rescisórias recebidas, o profissional optou por ajuizar reclamação trabalhista contra o antigo empregador. Nessa situação hipotética, é assegurado ao malabarista ajuizar a reclamação trabalhista

a) apenas em Manaus, local de seu domicílio.

b) em qualquer local onde o circo tenha se apresentado mesmo sem a prestação de serviço do malabarista.

c) no local onde o contrato foi celebrado ou onde os serviços foram prestados.

d) apenas em Porto Alegre, local onde o contrato foi assinado.

1334. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Com relação às testemunhas nas audiências de instrução da justiça do trabalho, assinale a opção correta.

a) Nos processos que correm pelo procedimento sumaríssimo, cada parte pode indicar, no máximo, quatro testemunhas.

b) A condução coercitiva de testemunha é vedada na justiça do trabalho, por violar o princípio da celeridade processual.

c) As testemunhas deverão comparecer à audiência independentemente de notificação ou intimação.

d) É vedado ao juiz do trabalho intimar as testemunhas que não comparecerem à audiência.

1335. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Acerca da utilização de documentos como prova na justiça do trabalho, julgue os itens a seguir.

I – Após a apresentação da defesa, é vedado juntar aos autos novos documentos, ainda que destinados a provar fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos produzidos nos autos.

II – Na justiça do trabalho, o documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

III – A falsidade de documento pode ser suscitada em qualquer fase do processo, em consonância ao princípio da simplicidade.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Todos os itens estão certos.

1336. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Conforme a disciplina legal, das decisões terminativas ou definitivas das varas do trabalho e dos juízos cabe a interposição de

a) recurso de revista.

b) embargos.

c) agravos.

d) recurso ordinário.

1337. (2017/TRT 7ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Se o executado, procurado por duas vezes dentro de quarenta e oito horas, não for encontrado, será feita a citação

a) por meio eletrônico.

b) pela imprensa.

c) por edital.

d) pelo correio.

1338. (2017/TRT 7ª/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA) No processo do trabalho em rito ordinário, a audiência una poderá, excepcionalmente, ser adiada por motivo relevante, sendo designada audiência em prosseguimento. A partir dessas informações, assinale a opção correta.

a) É necessária a comprovação de que houve convite para que o juiz determine a intimação de testemunha ausente.

b) Se for pactuado que, independentemente de intimação, a testemunha comparecerá à audiência em prosseguimento, sua ausência implicará preclusão e desistência tácita da oitiva.

c) O prazo de recurso da parte que tiver sido intimada e que não comparecer à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença é contado da data de realização da audiência.

d) O juiz poderá determinar a condução coercitiva das testemunhas que a parte se comprometeu a levar a juízo, independentemente de terem sido intimadas.

A respeito da resposta do reclamado e do ônus da prova no processo do trabalho, julgue os itens a seguir.

1339. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Situação hipotética: Ao prestar assistência jurídica a um necessitado, a DP ajuizou reclamação trabalhista fundamentada na irregularidade dos depósitos do FGTS e alegou que o ônus da prova era do empregador. Assertiva: Nessa situação, foi correta a atuação da DP: o empregador tem o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato extintivo do direito do autor.

1340. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) O não comparecimento do reclamado à audiência inaugural trabalhista resulta em revelia, além de resultar em confissão quanto à matéria de fato.

1341. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) De acordo com a jurisprudência do TST, o protesto judicial é medida cabível na seara trabalhista, porém somente gera efeito interruptivo sobre o prazo prescricional bienal, não alcançando a prescrição quinquenal.

Acerca da justiça gratuita, da prova pericial, do procedimento sumaríssimo e da ação civil pública na justiça do trabalho, julgue os itens seguintes.

1342. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) O dissídio individual cujo valor seja de até quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação será submetido ao procedimento sumaríssimo, razão por que, nele, não será possível a produção de prova técnica pericial.

1343. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) De acordo com o TST, em ação civil pública, é possível a exigibilidade, antes do trânsito em julgado, de multa por descumprimento de obrigação de fazer imposta em sentença proferida nos autos do processo.

1344. A parte beneficiária da justiça gratuita é isenta do pagamento de honorários periciais, ainda que sucumbente no objeto da perícia, sendo os encargos transferidos à União.

Em relação aos recursos no processo do trabalho, à execução trabalhista e ao mandado de segurança na justiça do trabalho, julgue os itens que se seguem à luz do entendimento do TST.

1345. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Na hipótese de recolhimento insuficiente do depósito recursal, somente haverá deserção do recurso se, no prazo de cinco dias da intimação, o recorrente não complementar e comprovar o pagamento.

1346. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) Deverá ser requerida nos próprios autos da execução trabalhista a devolução de valores levantados a maior em execução de sentença devido a equívoco nos cálculos realizados na liquidação.

1347. (2017/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA) O agravo de petição só será recebido se o recorrente delimitar as matérias e os valores impugnados e apresentar a respectiva monta atualizada até a data de interposição do recurso.

1348. (2017/PROCURADOR MUNICIPAL) Assinale a opção correta, a respeito da execução trabalhista, conforme o entendimento do TST.

a) Os erros de cálculo que existirem na sentença não poderão ser corrigidos na liquidação de sentença, já que a fase de liquidação é igual à de execução.

b) Na execução por carta precatória, salvo se o juízo deprecante indicar o bem constrito ou se a carta já tiver sido devolvida, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecado.

c) Superado o prazo de cento e oitenta dias do deferimento do processamento da recuperação judicial, a continuidade das execuções individuais trabalhistas retorna automaticamente.

d) Depósito realizado em caderneta de poupança até o limite de quarenta salários mínimos é impenhorável, mesmo que essa conta esteja sendo utilizada como conta-corrente, sem o cunho de economia futura e segurança pessoal.

1349. (2017/PROCURADOR MUNICIPAL) Acerca do mandado de segurança e da ação rescisória no processo laboral, assinale a opção correta.

a) Instituição financeira que descumprir ordem judicial para bloquear conta de executado poderá responder pela efetividade do título executivo judicial e ser responsabilizada pelo valor da execução trabalhista, não cabendo, conforme o entendimento do TST, mandado de segurança em razão do referido descumprimento.

b) O TST entende que lide que envolve fase pré-contratual de efetiva formalização da relação empregatícia antecedida de concurso público é exemplo de evidenciação fácil e

objetiva de incompetência da justiça do trabalho que justifica a rescisão de decisão de mérito transitada em julgado proferida por juízo absolutamente incompetente.

c) Conforme entendimento do TST, não procede ação rescisória ajuizada sob o fundamento de que o julgado afronta literal disposição de lei se o que tiver sendo alegado contrariar norma de convenção coletiva de trabalho.

d) Situação hipotética: Garantido o juízo, o devedor apresentou exceção de pré-executividade alegando ofensa à coisa julgada. O juiz, por entender que o devedor deveria ajuizar embargos à execução, julgou a exceção improcedente. Assertiva: Nessa situação, o magistrado agiu corretamente, já que, conforme entendimento do TST, não cabe impetração de mandado de segurança contra decisão que tiver rejeitado exceção de pré-executividade.

No que se refere aos procedimentos, à reclamação, à prescrição e à competência na justiça do trabalho, julgue os itens que se seguem.

1350. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA DIREITO E LEGISLAÇÃO) Em procedimento sumaríssimo, apenas se admite o ajuizamento de reclamação trabalhista contra um estado da Federação se o valor do dissídio individual não exceder a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da ação.

1351. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA DIREITO E LEGISLAÇÃO) Situação hipotética: Um empregado ajuizou uma reclamação trabalhista em que pedia horas extras e aviso prévio, mas, por não ter comparecido à audiência inaugural, a demanda foi arquivada. Proposta nova ação, dois meses depois do arquivamento, no mesmo juízo, o mesmo reclamante requereu apenas as horas extras. Assertiva: Nessa hipótese, o TST entende que a prescrição deve ser interrompida, mas apenas em relação às horas extras.

1352. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA DIREITO E LEGISLAÇÃO) O TST firmou entendimento no sentido de que a reclamação trabalhista pode ser ajuizada no foro do domicílio do reclamante quando a reclamada for empresa de grande porte que preste serviços em âmbito nacional.

Em relação aos recursos, à execução, ao mandado de segurança e à ação rescisória na justiça do trabalho, julgue os itens a seguir.

1353. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA DIREITO E LEGISLAÇÃO) O TST tem entendimento firmado no sentido de que só por ação anulatória é impugnável o acordo homologado judicialmente.

1354. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA DIREITO E LEGISLAÇÃO) Os embargos à execução são processados nos mesmos autos da execução, podendo haver audiência para produção de provas com oitiva de testemunhas arroladas pelas partes. Não sendo arroladas testemunhas, o juiz proferirá sua decisão dentro de cinco dias.

1355. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA DIREITO E LEGISLAÇÃO) Para o TST, a instauração de dissídio coletivo prescinde da participação da entidade de classe patronal.

1356. (2017/SEE/ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ÁREA DIREITO E LEGISLAÇÃO) Havendo violação de lei ou divergência jurisprudencial, caberá interposição de recurso de revista de decisão definitiva de TRT em ação rescisória ou em mandado de segurança.

Acerca dos procedimentos nos dissídios individuais na justiça do trabalho, da reclamação, do jus postulandi, das partes e procuradores, julgue os itens a seguir, de acordo com o entendimento do TST.

1357. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) No processo do trabalho, a regra é a exigência da exibição dos estatutos da empresa em juízo como condição de validade do instrumento de mandato outorgado ao seu procurador.

1358. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Não se aplica ao processo do trabalho a regra processual segundo a qual os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores de escritórios de advocacia distintos terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações.

1359. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Situação hipotética: Um cidadão postulou ação cautelar em causa própria em tema que envolve matéria sindical, mas não comprovou sua condição de advogado regularmente inscrito nos quadros da OAB. Assertiva: Nessa situação, aplicado o jus postulandi, será conhecida e processada regularmente a ação.

Acerca dos procedimentos nos dissídios individuais na justiça do trabalho, da reclamação, do jus postulandi, das partes e procuradores, julgue os itens a seguir, de acordo com o entendimento do TST.

1360. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) No processo do trabalho, a regra é a exigência da exibição dos estatutos da empresa em juízo como condição de validade do instrumento de mandato outorgado ao seu procurador.

1361. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Não se aplica ao processo do trabalho a regra processual segundo a qual os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores de escritórios de advocacia distintos terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações.

1362. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Situação hipotética: Um cidadão postulou ação cautelar em causa própria em tema que envolve matéria sindical, mas não comprovou sua condição de advogado regularmente inscrito nos quadros da OAB. Assertiva: Nessa situação, aplicado o jus postulandi, será conhecida e processada regularmente a ação.

A respeito da competência, das provas e do procedimento sumaríssimo na justiça do trabalho, julgue os itens que se seguem.

1363. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Quando estiver representando o município em juízo, o procurador estará dispensado da juntada de procuração e de comprovação do ato de nomeação durante todo o processamento da demanda, especialmente no caso de reclamação trabalhista de rito sumaríssimo.

1364. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Segundo o TST, em se tratando de relação de trabalho, compete à justiça do trabalho processar e julgar controvérsia em torno do direito de uso, para o exercício de comércio ambulante, de espaço público municipal localizado em rodovia estadual administrada por concessionária.

1365. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Em lides que possuem objetos e procuradores distintos, torna-se suspeita a testemunha que estiver litigando ou que tenha litigado contra esse mesmo empregador.

Julgue os itens subsequentes, a respeito de recursos, execução, mandado de segurança e ação rescisória em processo do trabalho.

1366. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) No caso de ação coletiva em que sindicato atue como substituto processual na defesa de direitos individuais homogêneos, o entendimento do TST é de que o pagamento individualizado do crédito devido pela fazenda pública aos substituídos não afronta a proibição de fracionamento do valor da execução para fins de enquadramento em pagamentos da obrigação como requisição de pequeno valor.

1367. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Segundo o TST, na hipótese de dúvida sobre o cabimento de agravo de petição, cabe mandado de segurança contra decisão que indefira a desconstituição de penhora de numerário nos autos da reclamação trabalhista.

1368. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Salvo prova de miserabilidade jurídica do autor, a ação rescisória se sujeita ao depósito prévio de 20% do valor da causa. Conforme o TST, o reconhecimento da decadência no caso de ação rescisória implica a reversão ao réu do valor do depósito prévio.

1369. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Segundo o TST, não é cabível a interposição de recurso de embargos contra decisão judicial monocrática.

Julgue os itens subsequentes, a respeito de recursos, execução, mandado de segurança e ação rescisória em processo do trabalho.

1370. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) No caso de ação coletiva em que sindicato atue como substituto processual na defesa de direitos individuais homogêneos, o entendimento do TST é de que o pagamento individualizado do crédito

devido pela fazenda pública aos substituídos não afronta a proibição de fracionamento do valor da execução para fins de enquadramento em pagamentos da obrigação como requisição de pequeno valor.

1371. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Segundo o TST, na hipótese de dúvida sobre o cabimento de agravo de petição, cabe mandado de segurança contra decisão que indefira a desconstituição de penhora de numerário nos autos da reclamação trabalhista.

1372. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Salvo prova de miserabilidade jurídica do autor, a ação rescisória se sujeita ao depósito prévio de 20% do valor da causa. Conforme o TST, o reconhecimento da decadência no caso de ação rescisória implica a reversão ao réu do valor do depósito prévio.

1373. (2017/PGM/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Segundo o TST, não é cabível a interposição de recurso de embargos contra decisão judicial monocrática.

GABARITO

1303. a
1304. c
1305. d
1306. a
1307. e
1308. e
1309. d
1310. d
1311. b
1312. d
1313. c
1314. a
1315. a
1316. a
1317. d
1318. b
1319. b
1320. b
1321. d
1322. d
1323. c
1324. a
1325. d
1326. b
1327. b
1328. d
1329. a
1330. c
1331. d
1332. d
1333. c
1334. c
1335. b
1336. d
1337. c
1338. b
1339. c
1340. c
1341. e
1342. e
1343. c
1344. c
1345. c
1346. e
1347. e
1348. b
1349. c
1350. e
1351. c
1352. c
1353. e
1354. c
1355. c
1356. e
1357. e
1358. c
1359. e
1360. e
1361. c
1362. e
1363. e
1364. e
1365. e
1366. c
1367. c
1368. c
1369. c
1370. c
1371. c
1372. c
1373. c